

# MOVIMENTO Cultural

ANO II - N°3 - Dezembro 1986

EDIÇÃO DA

Associação dos Municípios do Distrito de Seúbal



# ÍNDICE

|  | Pág. |
|--|------|
| <b>APONTAMENTO</b>   |      |
| <i>por Eufrásio Filipe</i> .....   | 5    |
| <b>INTRODUÇÃO</b>  |      |
| <i>por Luís Marques</i> .....  | 7    |
| <b>PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL</b>   |      |
| <b>A Génese da Exploração Salineira dos Sapais de Alcochete</b>  |      |
| <i>por M. Alfreda Cruz</i> .....   | 17   |
| <b>Os Livros de Registo Paroquiais e o Distrito de Setúbal</b>   |      |
| — Sua Importância para a História Económica, Social e Religiosa:<br>séculos XVI-XIX                                      |      |
| <i>por Alexandre Flores</i> .....  | 21   |
| <b>Igreja de Arrentela, Notável Repositório de Arte</b>  |      |
| <i>por David Pinho</i> .....   | 30   |
| <b>Arqueologia Industrial. Os Moinhos de Maré<br/>da Margem Sul do Estuário do Rio Tejo</b>                              |      |
| <i>por António Nabais</i> .....  | 33   |
| <b>A Estação Neolítica de Pinheirinhos 1 (Sesimbra)</b>  |      |
| <i>por Gustavo Marques</i> .....   | 41   |
| <b>Como Defender o Património Cultural em Cada Comunidade:</b>   |      |
| Dinamizar, Animar, Activar   |      |
| <i>por Maria da Ascensão Reis</i> .....  | 47   |
| <b>Existe uma Arte Popular Moderna?</b>  |      |
| <i>por Hélder Pacheco</i> .....  | 49   |
| <b>História Local, Património Documental, Arquivos Históricos Municipais<br/>e Acção Autárquica</b>                      |      |
| <i>por Sérgio Bento</i> .....  | 52   |
| <b>O Cante Alentejano</b>  |      |
| <i>por António Marvão</i> .....  | 55   |
| <b>Três Obras Arte do Distrito de Setúbal Pouco Conhecidas do Público</b>  |      |
| <i>por Fernando António B. Pereira</i> .....   | 58   |
| <b>Esteiro de Corroios, Património Natural a Salvaguardar</b>  |      |
| <i>por Manuel Lima</i> .....   | 66   |
| <b>Pioneiros da Apicultura Mobilista e Último Representante do Grande Fixismo<br/>Tradicional no Distrito de Setúbal</b> |      |
| <i>por Vasco Paixão</i> .....  | 69   |
| <b>Património Arqueológico do Concelho de Grândola — Projecto de Recuperação</b>   |      |
| <i>por Susana Correia</i> .....  | 71   |
| <b>Porto da Lama — Uma Importante Estação Arqueológica da Época Romana<br/>do Concelho de Alcácer do Sal</b>             |      |
| <i>por João Faria e Marisol A. Ferreira</i> .....  | 74   |
| <b>A «Folha de Setúbal» e o Descrédito da Monarquia nas Vésperas da Sua Queda</b>  |      |
| <i>por Francisco Santos e Lúcia Santos</i> .....   | 77   |

## ANIMAÇÃO CULTURAL

### Da Alfabetização à Animação do Bairro: Semana de Cultura Africana

- Uma Experiência no Vale da Amoreira no Concelho de Moita  
por Maria Vieira ..... 83
- Museu Como Espaço Polivalente de Animação**  
por Ana Duarte ..... 87
- Biblioteca Municipal do Barreiro — Instituição Democrática ao Serviço da  
Educação, da Cultura e da Informação**  
por Francisca Trindade ..... 92
- A Academia Almadense: Um Exemplo da Influência Operária**  
por Alberto Ramos ..... 96
- Sesimbra: Festival do Mar**  
por Melo de Carvalho ..... 101
- Realidade e Perspectivas do Associativismo em Portugal**  
por Modesto Navarro ..... 102

## ARTES E LETRAS

- Um Pátio de Comédias em Almada**  
por Romeu Correia ..... 113
- Sebastião da Gama**  
por J. Jorge Letria ..... 116
- Bocage: 2 Sonetos** ..... 117
- A Estatutária no Distrito de Setúbal — Um Breve Olhar**  
por Luís Marques ..... 118
- A Música e a Banda de Música do Barreiro**  
por Raul Malacão ..... 122
- «Jornalismo Cultural» ou Novo Jornalismo?**  
por A. Mega Ferreira ..... 124
- O Cerco**  
por Miguel Boeiro ..... 128
- Nos Campos de Sines, Olhando**  
por Antunes da Silva ..... 131
- Augusto Cabrita — Imagens de uma vida** ..... 133
- PUBLICAÇÕES RECEBIDAS**  
por J. Jorge Letria ..... 134
- NOTICIÁRIO SOCIOCULTURAL** ..... 139

# APONTAMENTO

*Eufrázio Filipe\**

«Movimento Cultural» é uma revista da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, espaço de participação/intervenção, não apenas dos órgãos autárquicos, mas da vida municipal e intermunicipal, da acção produzida por múltiplos agentes culturais empenhados em contribuir para o processo de transformação da sociedade em que vivemos.

«Movimento Cultural» escolheu o caminho do diálogo, assumindo-se desde o primeiro número, como um desafio sem complexos, fórum determinado por objectivos concretos; informar, formar, transformar.

Acreditamos que todo o acto cultural é incompatível com a rigidez dos olhos fixos sobre a paisagem. Entendemos que os produtores de cultura não são privilégio de artistas conhecidos, devoradores de pergaminhos, catedráticos da coisa feita. Privilegiado e anónimo é ainda o pó das bibliotecas — mais ainda quem o limpa, com gestos simples e alguma devoção.

Todo o movimento gera novos movimentos. Este «Movimento Cultural» não se quer espelho repetido. Responsabiliza-se a si mesmo. Pretende ser floração das raízes associativas, da organização popular da região de Setúbal, raízes inesgotáveis, que o Poder Local Democrático e o 25 de Abril revigoraram inequivocamente.

A incapacidade de compreensão da complexidade da realidade do simples, conduz os independentes de tudo, os mentores acima de todos, a confundirem mercado com consciência de classe, a negarem a fluidez da pedra, o trabalho do indizível. Estes não terão lugar neste «Movimento Cultural», porque a cultura — é substantiva e compromisso — deve residir fora da candura das ilusões independentistas (os mais belos e privados desejos).

«Movimento Cultural» existe, voz de uma comunidade regional, e por sua livre vontade.

Porquê? — porque os Municípios do distrito têm uma relação íntima com as populações, são parte imprescindível do movimento cultural.

É necessário que esta acção dos municípios não os iniba do reforço inevitável da sua organização e que esta se traduza objectivamente nos orçamentos dos órgãos autárquicos. Este esforço não substitui o Poder Central, muito menos o absolve dos pecados irrevogáveis.

As populações, sabedoras do trigo e do joio, exigem que os ancestrais e maus exemplos não sejam copiados. O Poder Central insiste em comportar-se como o grande predador do Poder Local e das populações. Impõe-se resistir antes que expropiem as memórias do nosso povo.

É urgente (mais que necessário) dar sentido (corporizar) aos valores culturais, torná-los acessíveis à fruição pública, para que intervenham nas transformações globais da sociedade em que vivemos.

Sem memórias, até a pedra perde lentamente as propriedades da matéria. Cresce incompleta enquanto o Homem se desertifica, cobre de fomes, vergonhas e outros precipícios.

Como todos os corpos vivos, esta revista, tem um curso, um caudal, um povoamento. Os órgãos autárquicos, fornecedores de meios aos produtores culturais, são eles mesmo produto e produtores de cultura. Porque não ingerem nos actos criativos. Porque contribuem para o desenvolvimento de novas formas de criatividade. Porque intervêm no quotidiano comum. Porque não lhes é indiferente a Paz Social e o Belo.

Cumpra aos órgãos autárquicos, não subestimar, esta área de intervenção fundamental. Concelhos ricos, não são necessariamente os que exibem prédios altos. Do mesmo modo não são poemas as palavras que dançam obsessivas a pensar nas rimas.

\* *Presidente da C. M. do Seixal*



# INTRODUÇÃO

*Luís Marques*

«Acudamos a tudo, enquanto é tempo! De ano para ano extinguem-se ou transformam-se muitas coisas e surgem outras de novo em vez delas.

(...) Empenhemo-nos por isso na investigação das tradições populares: façamos reviver ou conservemos as que forem úteis; rejeitemos ou substituamos as que forem más: e em todo o caso, estudemos tudo, busquemos ou continuemos a buscar paralelos ao que os tiver, abalancemo-nos à compreensão genérica dos factos, das ideias e dos sentimentos, e assim daremos provas nós, Portugueses, de que desejamos acompanhar as nações cultas neste campo de actividade científica.»<sup>(1)</sup>

Agir, hoje, neste importante domínio — sobretudo se se comunga de tão instantes preocupações — é uma tarefa que impõe análises sucessivas e interpretações parciais como meio eficaz de incorporar com êxito temas prioritários compreendendo a diversidade da experiência vivida e as aspirações ou os sonhos das populações na sua renovada efervescência humana.

Tenhamos também presente que ao estudar o processo da dinâmica cultural o investigador dá prevalência a determinados aspectos face à sua incapacidade individual para abarcar a cultura no seu todo, pois esta desenvolve-se através da interacção de múltiplos factores. Com os seus problemas concretos, a realidade — não sendo de ordem estritamente disciplinar — exige — sobretudo se se pretende uma abordagem profunda — o contributo de várias especializações. Sem pretendermos ser exaustivos, designadamente, procurando o total esclarecimento das relações causais dos acontecimentos humanos ou ignorar que a cultura é o resultado do acréscimo de experiências e que as sociedades se movem num equilíbrio entre duas forças — uma conservadora e outra progressista — não há dúvida que se torna um labor extremamente complexo estabelecer ou definir, por exemplo, as bases culturais permanentes ao longo dos últimos oito séculos, a formação da nacionalidade nos seus momentos pré e subsequentes, certas fases ou facetas da nossa existência de estratificado povo, sem contar com determinados períodos da pré-história situados nesta zona geográfica.

Como se sabe, as características económicas, religiosas, geográficas, culturais, entre outras, que se observam na estrutura fundiária, nas actividades produtivas, nas festas, nos cantos, etc. constituem a matriz que do ponto de vista histórico-cultural marca as diferenças das sub-regiões habitadas por alentejanos, minhotos, ribatejanos, algarvios, beirões, transmontanos... Essas diferenças de comportamento, as formas ou valores de uma região ou sub-região é que têm agora de ser cada vez mais salvaguardados e revitalizados.

Dominado por preocupações dinâmicas o próprio desenvolvimento regional,<sup>(2)</sup> que origina intervenções pluridisciplinares não é contraditório com tal pretensão. Para isso os factores de

---

(1) VASCONCELOS, Leite. *Extractos de um artigo inserido em 1919 no vol. XXII da RL, reproduzido in Etnografia Portuguesa, INCM, 1980 v., p. 338-339.*

(2) «Os estudos sistemáticos de base regional são relativamente recentes e, embora haja manifestações anteriores, pode dizer-se que despertaram no após-guerra com o aparecimento das primeiras organizações internacionais ligadas a este campo de interesse e com o lançamento de programas de ensino e de investigação». LOPES, Simões. *Desenvolvimento Regional, Gulbenkian, 2.ª ed., 1984.*

ordem económica apenas terão que ser tomados como alguns dos factores a considerar, e sem excluir a componente cultural, dado que não há «*stricto sensu*», problemas económicos, mas problemas sociais donde ressaltam aspectos económicos, políticos, institucionais, técnicos, demográficos, culturais, etc.

Por outro lado, o desenvolvimento, mesmo quando é entendido no seu sentido mais lato atingindo o âmbito nacional — não deixa de ser desenvolvimento regional — não pode assumir formas descaracterizantes e proporções gigantescas, pois é atentar contra os recursos naturais e patrimoniais, suprimir ou enfraquecer as características feições locais, extirpar e/ou empobrecer a nossa identidade cultural e o todo nacional.

A criação de novos centros de actividade industrial, comercial, turística, redes viárias, etc. não deve efectuar-se à custa da degradação do ambiente, da incapacidade de renovação dos recursos naturais e estabilidade ecológica ou dificultar a conservação do património cultural e o ordenamento do território.

Ao escassearem as informações estatísticas, surgem inevitavelmente dificuldades para a elaboração de um panorama aproximado das relações económicas inter-regionais, mas igualmente sem um levantamento cultural sistemático o desenvolvimento perde harmonia. Não basta dispôr de recursos materiais e técnicos, é imperioso contar com dados precisos e actualizados, tornando-se também essencial que os agentes do desenvolvimento — os indivíduos e a comunidade — estejam convencidos dos benefícios resultantes.

Quaisquer medidas a tomar terão que contar com a participação local e não obterão qualquer sucesso se forem efectuadas do exterior. Não chega a intervenção governamental e ou dos eleitos autárquicos, é fundamental igualmente, a colaboração das populações e dos diversos sectores da vida local. A política de desenvolvimento e a política cultural confundem-se, por isso, na reciprocidade dos seus efeitos.

Em regra, presentemente, identifica-se o meio urbano com o progresso e a modernidade, e o meio rural com o conservadorismo e a tradição. Ao primeiro associa-se a indústria, a electrónica, a incomunicabilidade e a instabilidade e ao segundo o atraso económico, a subsistência, a vida comunitária e a estabilidade. Aparentemente, depara-se-nos um conflito entre tradição e modernidade. A ciência e a tecnologia são, assim, algo que leva à destruição e à infelicidade e a cultura camponesa para ser bela e autêntica tem que repousar em sólidas bases de pobreza e indigência, se possível apresentar-se num quadro semelhante ao que ainda não há muito tempo, foi descrito por Aquilino Ribeiro: «O pobre labrego do tempo do senhor D. Carlos — eu fartei-me de vê-lo migar a malga do caldo, meio entalada entre os joelhos com pão centeio de oito dias, e limpar as ventas ao canhão da véstia — comia da leira e da horta visto não ter posses para comprar mercadorias. Trajava o burel e a estopa do seu tear, e vivia e morria sem nenhuma espécie de assistência».<sup>(3)</sup>

A indústria e a tecnologia moderna, se convenientemente utilizadas e dominadas, não serão causadoras da extinção da tradição e cultura rurais, mas antes constituirão partes significativas que possibilitam a transformação económica positiva do mundo agrícola e a revitalização de uma cultura popular assente numa base de prosperidade. E o mesmo poderemos dizer de todos os sectores da actividade social. «Inspirar-se na tradição, qualquer que seja a forma de actividade em que cada um opera — na indústria, na pedagogia, na política, na arte, na literatura — é fortalecer a nacionalidade».<sup>(4)</sup>

---

(3) RIBEIRO, Aquilino. Um Escritor Confessa-se, *Bertrand*, 1974

(4) ORTIGÃO, Ramalho. A Tradição, *Serpa*, 1899.

Só nesta perspectiva se pode compreender e aceitar verdadeiramente o desenvolvimento. As ciências e as técnicas novas devem adaptar-se às tradições e necessidades culturais das populações.

Porém, não tenhamos ilusões, as medidas que se impõem capazes de propiciar esta harmonização, tardam em ser tomadas e, lamentavelmente, depara-se-nos uma situação inquietante e desoladora, bem mais negativa do que aquela que alarmou Oliveira Martins: «Há também que ter pressa, porque dia-a-dia desaparecem documentos preciosos para o estudo. É mister inventariar rapidamente as relíquias de um passado que a acção destruidora da vida culta suprime hora a hora com uma energia progressiva. Os usos, as crenças, as cantigas, as tradições arcaicas de um povo são os documentos da sua ascendência e as provas da sua linhagem. Arquivá-los, é preparar os elementos indispensáveis para o estudo da sua existência histórica».<sup>(5)</sup>

Sabemos que a mudança social pode ser proveniente de inovações que foram originadas dentro da própria sociedade (caso de descobertas e de invenções) ou de mudanças provenientes do exterior (aquisições tomadas por empréstimos) e que nas sociedades mais isoladas a tendência conservadora é bastante mais forte, enquanto que nas sociedades mais abertas, com maiores contactos com outras é o elemento dinâmico que prevalece, havendo mesmo nessas sociedades uma movimentação social mais acentuada e um progresso técnico mais rápido.

A dinâmica da cultura ao informar-nos como ela se materializa em valores e em instituições, leva-nos a observar no espaço e no tempo estilos de vida precisos e distintos, bem reveladores de que não haverá uma só cultura mas várias culturas — nem inferiores, nem superiores, mas diferentes — e que as diferenças nos modos de viver são compreensíveis como diferenças de comportamento social.

Daí que tenhamos que dar cada vez maior atenção e analisar as diferentes sub-áreas culturais ou sejam as culturas regionais, sem esquecer que a cultura portuguesa não pode ser encarada como um somatório de diferenças culturais regionais, mas antes como uma integração destas. «(...) Há fenómenos peculiares da Península Ibérica e da Europa que é necessário ter em conta para enquadrar a nacionalidade portuguesa num conjunto do qual não se pode isolar. Assim, e para referir apenas um exemplo mais claro e mais determinante no nosso caso, não se podem ignorar os constantes e contraditórios movimentos a que podemos chamar centrípetos e centrífugos no âmbito da Hispânia, e da sua maior ou menor força em determinadas conjunturas. Isto é, o processo nacional português não se pode isolar da história dos nacionalismos ibéricos que materializam a tendência centrífuga, nem das renovadas forças de unificação peninsular nas suas diversas manifestações políticas, religiosas, culturais ou económicas. Quanto à relação com o Ocidente, a Europa, a Cristandade, também não é indiferente o estudo de fenómenos que ora tendem a estreitar os laços com a Europa, ora a projectar Portugal para fora dela, procurando, quer de um lado quer do outro, os traços da sua própria identidade. Os movimentos e ideologias políticas que insistem numa ou noutra solução, quer se tome o quadro peninsular, quer o europeu, arriscam-se a destruir o equilíbrio ou a síntese que são justamente uma das características próprias da portugalidade».<sup>(6)</sup>

Indubitavelmente que, hoje, se nos depara uma perspectiva nova e condizente com tais pressupostos, que procura não destruir o equilíbrio próprio da nossa nacionalidade, apontando especialmente, para um maior estreitamento de relações com os povos ibéricos,

---

(5) MARTINS, Oliveira. Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas, Porto, 1882.

(6) MATTOSO, José. O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade, Lisboa, INCM, 1985.

com os países de expressão oficial portuguesa, bem como com os chamados latino-americanos, sem esquecer toda a Europa.

«Portugal e a Espanha têm necessidade de se ligarem mais em termos culturais. (...) A vocação histórica dos povos da Península Ibérica seria a de constituírem um ponto de ligação entre essa grande região que é a América do Sul e Central com os povos africanos de língua ou expressão oficial portuguesa, como agora se diz. É, digamos, uma utopia, que seria a invenção de uma grande bacia cultural atlântica. Era tornar isso numa profunda unidade cultural, mantendo-se, evidentemente, as diferenças, mas com a aproximação destes povos todos».(7)

Estas e outras afirmações não constituem casos isolados, Miguel Torga no prólogo do seu livro «A Missão do Mundo», editado em Espanha afirma: «Sou um português hispânico. Nasci numa aldeia transmontana, mas respiro todo o ar peninsular. Cioso da minha pátria única, da sua independência, da sua História, da sua singularidade cultural, gosto, contudo, de me sentir galego, castelhano, andaluz, catalão, asturiano, ou vasconço, nas horas complementares do instinto e da mente. E, como à dura condição de existir junto a de escrever, muito papel tenho lavrado a contar as emoções desse convívio físico e espiritual sem fronteiras.» (8)

Um pouco desta visão humanista também poderemos ver expressa no início deste século, em Amorim Girão: «Digamos aos nossos vizinhos que o território português não é distinto da Espanha, e com isto, longe de menosprezarmos o nosso patriotismo, tê-lo-emos exaltado, mostrando que o vínculo nacional é tão forte que não tivemos necessidade de encontrar um território à parte, para vivermos uma vida independente.»(9)

E já este ano, em 1986, António Paulouro, organizador das «II Jornadas da Beira Interior» efectuadas no passado mês de Outubro, na zona raiana de Monfortinho, afirmava, aliás em consonância com as conclusões do debate ali travado: «A raia tem de ser traço de união».(10)

A confirmação da vontade de povos vizinhos (portugueses e espanhóis) se colocarem lado a lado discutindo problemas das suas regiões, permitiu a troca de experiências, um melhor conhecimento mútuo e principalmente deliberações de grande interesse comum como aquelas que levaram ao repúdio de um «modelo de desenvolvimento que passa pela transformação da raia em zona de entreposto comercial ou sede de indústrias poluentes expulsas dos países desenvolvidos da Europa.» (11)

Quando os povos viviam isolados, o mundo reduzia-se unicamente ao seu microcosmos, com os seus pensamentos e modos de vida. Portugal, situado entre o mar e a fronteira com os «nuestros hermanos» — encarados sempre com alguma desconfiança — teve no contacto com os povos dispersos por outros continentes o antídoto para o seu isolamento europeu. Durante muito tempo prevaleceram os complexos de inferioridade assentes num pseudo nacionalismo ou em batalhas de Aljubarrota mal ganhas ou mal perdidas.

A este respeito ainda não há muitas décadas, «em pleno séc. XX, antes de Fontes Pereira de Melo, Portugal, salvo a capital e duas ou três cidades, vivia em plena Idade Média. No geral, o povo sertanejo continuou a viver a vida dos antepassados de há quinhentos, mil anos, habitando choças sem ar, sem luz, bebendo águas das fontes de

---

(7) SARAMAGO, José. *Jornal Diário de Lisboa*, 9.10.86.

(8) In *Jornal Letras*, 29.9.86

(9) GIRÃO, Amorim. *Geografia Física de Portugal*, 1915, citado na obra: *Portugal — Um Relance Geográfico*, Lisboa, Terra Livre, 1977

(10) In *Jornal Diário de Lisboa*, 11.10.86

(11) *Id.*, 13.10.86

chafurdo, ignorando a higiene e o conforto. Muitas das vilas continuavam ligadas à sede distrital pelos velhos caminhos romanos e célticos, como ainda sucede com as aldeias em relação à sede do concelho. O poder central, à semelhança de uma grande santola, com as patas a vibrar aos quatro pontos, se fazia menção de saber que existia e onde existia a récuca numerosa de portugueses, era apenas para os sugar». (12)

Mas, actualmente, o mundo forma um todo em que cabem diferenças políticas, sociais e culturais; os problemas de uns reflectem-se e afectam a humanidade no seu conjunto. A cooperação internacional generalizou-se, embora sem adoptar, por enquanto, uma atitude idêntica, capaz de salvaguardar a paz mundial e afugentar definitivamente o espectro da guerra nuclear.

Também a Europa autoproclamada «berço da humanidade», vem sendo paulatina mas inexoravelmente abalada na sua arreigada visão etnocêntrica. Constituir o centro do universo e este estar dividido entre povos civilizados e povos primitivos, tornou-se inaceitável, apesar da distinção entre sociedades desenvolvidas e sub-desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento deixar subjacente a mesma concepção que colocou civilizados de um lado e selvagens do outro. Ainda hoje — apesar da situação geográfica o situar no continente europeu — para a maior parte dos países que compõem a Europa do Mercado Comum, Portugal não passa de um povo inferior, subdesenvolvido, disposto aos maiores sacrifícios e sujeições — promovendo-lhes as suas indústrias poluentes, aceitando os seus detritos — que terá de adoptar em ritmo acelerado, os seus estilos de vida e atitudes preponderantes. Claro que já não nos encontramos ao nível do que nos refere Adolfo Coelho — apesar disso nos chocar ainda. «Os patriotas há anos indignaram-se sabendo que no Museu de South Kensington, em Londres, havia exposta uma colecção de objectos com a designação de *produtos dos selvagens do Algarve*.» (13) Mas é inegável que a adesão de Portugal ao Mercado Comum, surge mais como uma acto miraculoso capaz de gerar novos e fugazes mitos, do que como algo em que tenhamos uma participação plenamente assumida e sobretudo que proporcione resultados ajustados ao nosso modo de ser e de estar. «É a sobreposição dos valores humanos ao lucro e ao utilitário que explica muitos capítulos da nossa história e que deixa compreender muitas formas da sociedade actual. Tal mentalidade é a negação do espírito capitalista». (14)

Temos um país para descobrir. Somos um povo por conhecer inteiramente. Busquemos as nossas raízes. Aprendamos a respeitar e a revalorizar os nossos mais autênticos valores. «As tradições populares estudadas cientificamente, oferecem ainda outra vantagem prática, porque, preparando a interpretação delas, desfazem muitas crenças erróneas.» (15)

Infelizmente, salvo alguns honrosos casos isolados e pontuais, constata-se a lastimável carência de medidas globais e nacionais por parte do Estado, capazes de levar alento e apoiar acções de cooperação das mais diversas entidades e das populações em geral destinadas a sistematicamente salvaguardar o património cultural do país.

Mesmo que o português esteja a ficar habituado ao «pronto-a-vestir» — como há dias dizia o historiador J. Hermano Saraiva — não é admissível — sem pôr em causa a identidade cultural — que o Estado se demita das suas responsabilidades constitucionais. Isto é tanto mais indesculpável, quanto tem aumentado significativamente nos últimos anos o interesse

---

(12) RIBEIRO, Aquilino. *Op. Cit.*

(13) COELHO, Adolfo. *Cultura e Analfabetismo, Renascença Portuguesa, 1916. Reedição fac-similada, Lisboa, IPPC, 1984.*

(14) DIAS, Jorge. *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa, Lisboa, INCM, 1985. Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Washington em 1950.*

(15) VASCONCELOS, Leite. *Tradições Populares de Portugal, Porto, 1882.*

pela cultura e pela história local. Foi assim que, em 1984, os municípios deram início ao recenseamento das bibliotecas e arquivos públicos e privados do distrito por intermédio de um inquérito englobando escolas, colectividades de cultura e recreio, empresas, sindicatos, organismos oficiais, associações culturais, etc. que permitiu recolher elementos preciosos para a sua caracterização aproximada. Tal propósito — representando um incentivo para a investigação científica, a defesa do património documental e bibliotecário, a dinamização das bibliotecas e arquivos (designadamente pela divulgação dos seus fundos, condições de acesso e utilização) — culminará, em breve, numa apropriada publicação. Por sua vez, encerrada a fase de pesquisa bibliográfica geral, concluídos os ficheiros, definidos os critérios gráficos e técnicos conformes com a regra portuguesa de catalogação aprovada em 1985, informatização de toda a informação bibliográfica recolhida — que permitirá o acesso aos dados e sua actualização permanente — concretizar-se-á, a curto prazo, um excepcional serviço prestado à população do distrito e ao país, através da edição do roteiro bibliográfico do distrito.

A relevância da organização e dinamização dos arquivos históricos locais é insofismável, sejam municipais, de misericórdias ou de outras instituições. Essa memória escrita das populações, se estiver disponível ajusta-se plenamente ao regular labor de escolas, associações socioculturais e outras, facilitando a inserção nos problemas específicos do seu meio a estudantes, professores e habitantes em geral. Com esta medida ampliar-se-á, seguramente, o conhecimento mais autêntico da realidade cultural local.

Este foi um dos domínios em que a AMDS e as Câmaras Municipais se dispuseram ultimamente a actuar, apesar da especificidade do assunto e das naturais demoras indispensáveis à preservação e disponibilização pública de tal acervo. De momento, tem lugar a elaboração do diagnóstico da situação com o objectivo de avaliar as ideias ou intenções relativas a cada arquivo municipal e à sua utilização; características e seu estado de conservação; formas de acondicionamento do material arquivístico e necessidades quanto a recursos humanos com formação apropriada, vindo a surgir posteriormente as indispensáveis e ajustadas soluções visando a sua implementação.

Acção complementar no domínio arquivístico e bibliotecário é a que se refere às comemorações do Dia Distrital das Bibliotecas de Leitura Pública que se efectuará pela segunda vez. Celebrações únicas no país, contarão este ano com um «Encontro Sobre a Função Social das Bibliotecas de Leitura Pública». Dos seus objectivos principais constam: proporcionar uma reflexão e discussão alargadas sobre a referida problemática com incidência no estado actual das bibliotecas, detectar deficiências e expôr projectos, acompanhar os progressos que nestes domínios se registem, sensibilizar sectores e organismos estatais e autárquicos para a responsabilidade que lhes cabe na definição de uma adequada política de leitura pública.

Ao revalorizar a exposição itinerante sobre a Imprensa Operária do Distrito de Setúbal — elemento fundamental da sua história recente — a AMDS pretende melhorar o testemunho das ricas tradições de luta do operariado fabril e rural e a sua significativa contribuição para a cultura popular de toda esta região. Essa chamada de atenção para um sector da imprensa periódica de tão vasta influência nos domínios social e cultural constitui, sem dúvida, um novo impulso neste primeiro e mais exaustivo levantamento jamais efectuado no distrito.

Outro campo de preocupação surgido ultimamente, situa-se no domínio do património natural.

Pretendendo investigar e divulgar a riqueza natural que forma o distrito e que urge conhecer melhor e salvaguardar, encontra-se em fase avançada de elaboração o inventário dos grandes tipos de habitats existentes e das espécies vegetais e animais que lhe são características.

Ao facilitar a realização de medidas genéricas de conservação da flora e da fauna selvagens exerce-se uma inestimável acção, tanto mais quanto sabemos coexistirem nesta região fortes concentrações industriais e urbanas e algumas áreas das mais ricas do país, como sejam as que se encontram incluídas nos estuários naturais do Sado e do Tejo com as suas zonas húmidas, extensa faixa costeira e um incomparável coberto vegetal de tipo mediterrânico no parque natural da Arrábida.

Com as Jornadas sobre a actividade cultural programadas pelos Pelouros de Cultura das Câmaras Municipais para 1987 e suas correspondentes repercussões nos anos seguintes, iniciar-se-à um percurso formativo activo, contemplando a dupla perspectiva da reflexão/intervenção, articulado o mais possível no espaço local/regional e no tempo presente e próximo futuro. Neste âmbito formativo atender-se-à ainda especialmente ao vector da animação, nomeadamente, através de metodologias essenciais para a sua prática compreendendo as componentes artísticas, pedagógica e cultural, familiarizando também os participantes com as técnicas de áreas específicas, tendo em vista a assumpção de responsabilidades globais na estruturação de núcleos de animação ou a possibilidade de dar apoio consequente e diversificado a núcleos que subsistem.

Paralelamente, novas iniciativas se sucedem, de entre as quais não resistimos em referir as que têm como inspirador ou por tema o poeta Bocage. De facto, estamos em crer que, proximamente, maiores esforços serão feitos pelos municípios, no sentido de levar às populações de cada um dos concelhos a sua verdadeira obra. A campanha falsificadora e retrógada que continua a atingir o seu autor urge ser vencida, pois Bocage não só ridicularizou a opulência, a tirania e o conservadorismo, como cantou o amor, o sofrimento e a revolta revelando-se simultaneamente um amante da paz, da justiça e da felicidade humanas.

Mais do que um poeta setubalense ou do distrito de Setúbal, Bocage assume dimensão universal na sua luta pela liberdade e contra o despotismo.

«Liberdade, onde estás? Quem te demora?  
Quem faz que o teu influxo em nós não caia?  
Porque (triste de mim) porque não raia (...)  
... Oh! Venha... Oh! Venha..., e trémulo descaia,  
Despotismo feroz que nos devora! (...))»

Fomentar o conhecimento da história e da cultura locais será um meio seguro e eficaz para evitar a destruição dos seus mais autênticos talentos e manter viva a diversidade cultural das regiões.

Nesta óptica encontram-se apostados os municípios.

Esta nova atitude busca uma síntese viva, original e em constante renovação. Vai no sentido do reforço da identidade cultural, como uma força que faz da mudança necessária uma adaptação criadora.

Dentro de alguns anos — a manter-se o seu posicionamento perante esta fulcral problemática — a institucionalização da regionalização contará aqui com uma ampla, motivada e dinâmica participação pública. Perante condições então mais favoráveis para atingir o desejado e indispensável desenvolvimento regional, este movimento revigorar-se-à e intensificar-se-à e as virtualidades da nossa cultura serão, assim, melhor preservadas, reanimadas e dignificadas.



# Património cultural e natural



# A GÉNESE DA EXPLORAÇÃO SALINEIRA DOS SAPAIS DE ALCOCHETE

M. Alfreda Cruz \*

A génese da exploração salineira dos sapais de Alcochete tem duas ordens de razões.

A primeira diz respeito às condições naturais que justificam a existência e a qualidade do próprio litoral salgado de um amplo sector da Margem Sul do Estuário do Tejo.

A segunda ordem de razões diz respeito ao desenvolvimento da orgânica económica da região e ao seu grau de compatibilidade com as condições naturais.

Abordaremos pois o tema que nos foi proposto, num âmbito regional e do ponto de vista da dialéctica entre os factores naturais e os de organização económica, dialéctica que promoveu, no espaço concreto do concelho de Alcochete, o *fenómeno salineiro*.

O âmbito regional em que Alcochete se inscreve é o da Margem Sul do Estuário do Tejo que, por seu turno, participa da *Grande Lisboa* — unidade regional que integra especialmente o concelho de Lisboa, onde se situa a capital do país, na *vizinhança* dos concelhos limítrofes, a Norte e a Sul do Tejo. O de Alcochete situa-se na extremidade oriental da Margem Sul do Estuário que constitui um grande receptáculo das marés, com mais de trinta mil hectares no colo da preia-mar, altura em que recebe cerca de mil milhões de metros cúbicos de água salgada. As vigorosas correntes de maré, canalizadas pelo canal que, a jusante de Almada, põe em comunicação o estuário com a costa oceânica, agem como agentes naturais de dragagem dos sulcos profundos, cujo alinhamento constitui a imponente barra do Tejo, aberta a embarcações de qualquer calado.

Daí o espanto de um famoso naturalista alemão do século XVIII <sup>(1)</sup> por ter encontrado nas suas deambulações, pelo mundo de então, este “plano de água imenso (...) completamente coberto de

navios” em demanda de Lisboa e das rotas de comércio externo que ela ainda então e de há muito propulsionava.

A sul da barra que “percorre” o estuário, define-se o Mar da Palha, recortado pelos esteiros de Corroios a Alcochete, que lembram “dedos de luva”, penetrando mais ou menos profundamente, pela terra dentro. Em torno deles e em direcção, quer à Serra da Arrábida quer à “mole” planáltica de Almada, a topografia lembra uma escadaria imperfeita de retalhos planos, cortados transversalmente por ribeiras modestas que rapidamente “morrem”, afogadas nos sapais de aluvião, em que floculam os sedimentos que elas próprias carregam.

Também as ribeiras mais importantes - a das Enguias, a de Coina e a do Judeu, desembocando respectivamente nos esteiros de Alcochete, do Barreiro e de Corroios — apresentam, entre os retalhos de solos pobres dos “planaltos” que atravessam, solos aluviais propícios à exploração agrícola intensiva.

Nos primeiros séculos de povoamento da região, esta restringiu-se a tais solos ricos e profundos, explorando-se o matagal da charneca que medrava nas areias e cascalhos, através da utilização da lenha e da caça. Mas, desde cedo, a charneca foi utilizada à medida das exigências de Lisboa: primeiro da *Corte* que, no “chão” da Margem Sul do Estuário delimitou algumas das coutadas reais, que mais persistentemente manteve — da Ribeira das Enguias e da Ribeira de Coina, até Azeitão e Sesimbra.

Depois as sucessivas exigências do consumo corrente de Lisboa e do seu comércio externo, exigências que constituíram os principais factores de desgaste da charneca, em ordem à produção de lenha e de carvão. Esta economia, colonizada por Lisboa, parecia natural aos habitantes desta, pelo menos aos que deixaram testemunho disso. Nos inícios do século XIX, Luís Mendes de Vasconcelos <sup>(2)</sup>, confessava considerar “com grande maravilha (...) a grande divisão, que faz o Tejo, da terra em que Lisboa está

Investigadora de História Regional

assentada, e da que fica da outra parte do rio, (...) a de Lisboa suavíssima, e a outra que o rio dela separa, áspera, intratável, não consentindo a natureza dela mais povoações que as necessárias, para delas se administrar a Lisboa a lenha, e carvão, de que tem necessidade, e algumas madeiras. (...) E assim esta maravilhosa terra da charneca foi criada para a grandeza de Lisboa.”

Explorada — e não criada! — para a grandeza de Lisboa, a charneca veio sendo progressivamente desgastada, e nos “intratáveis” solos de areia e cascalhos, os povos da Margem Sul introduziram sucessivas gerações de pinhal, vinhedos e mesmo cereais e hortas, à medida que as searas dos “chãos” das ribeiras se tornavam escassas para manter a força do trabalho reclamada por Lisboa.

Entretanto e ainda que a charneca fosse então o traço dominante da paisagem da Margem Sul, o dinamismo económico de

Lisboa nunca deixou de apelar à diversidade da produção.

Os pinhais, mais do que a lenha, substituta da desgastada charneca, foram cumulativamente utilizados na construção das naus do seu comércio externo e no fabrico de toneis de envazilhamento dos da região. Estes, produzidos de Alcochete à Caparica, rivalizaram sempre na exportação com os da *margem norte*, de Frielas, Bucelas e Colares, até que os vinhos do Porto assumiram a primazia, já no século XVIII.

Vinhas, fazendas de cereal, pinhais e charnecas partilharam pois, até então, o essencial da terra firme.

Mas, na orla desta, os sapais salgados também propiciaram uma poderosa arma ao comércio externo, propulsionado por Lisboa. Desde o século XIII <sup>(3)</sup> que os documentos históricos demonstraram que o seu arroteamento seguia os processos correntes de *uso e posse* da terra de cultivo, e o trabalho



SALINA DE ALCOCHETE

das salinas, alternando, ao longo do ano, com as safras agrícolas, recorria aos braços destes.

Os grandes prédios rústicos, na proximidade do litoral pantanoso, comportavam assim uma exploração rural, composta de mato, vinha, cereais e sal. Pagos os dízimos às comendas, os sapais repartiam-se, por renda ou por foro, pr quem os quizesse explorar. O sal, como a vinha e os grãos, eram produtos de uma terra *negociada*, sobre a qual pesavam as tributações vulgares.

De qualquer forma, já desde o século XIII que os documentos históricos sublinham a importância da exploração do sal do Tejo, designadamente no Concelho medieval do Ribatejo, cuja área abarcava as dos actuais concelhos de Alcochete e de Montijo, outrora Aldeia Galega do Ribatejo.

Nessa época, aliás, a exploração do sal estendia-se ainda pelas embocaduras dos estuários de toda a costa portuguesa, mas foi na península da Arrábida, nos estuários do Tejo e do Sado, que essa exploração conheceu maior fortuna.

Sem dúvida que, em relação às salinas do Norte, de que restaram as da ria de Aveiro e as da Figueira da Foz, os sapais da península de Setúbal apresentam naturais vantagens. Situada a mais de 38° de latitude Norte, a península encontra-se exactamente na faixa em que as condições climáticas de caris atlântico começam a “ceder o passo” às características da área de influência do Mediterrâneo, traduzidas no prolongamento do Verão e no índice de secura atmosférica dos seus dias.

Isso o atesta a própria vegetação que, na Arrábida, conserva espécies específicas do clima “mediterrâneo” e arvoredos que encontramos no Alentejo — como o sobreiro e a azinheira — e no Algarve — como a alfarrobeira.

Por isso e porque as técnicas de produção de sal se lhe ajustam bastam 40 a 50 metros quadrados de marinha para a produção de uma tonelada de sal, enquanto em Aveiro são necessários cerca de 300 metros quadrados.

Efectivamente, medra nos sapais um tapete de origem vegetal, adaptado ao esquentado solo salino e constituindo pavimento das salinas, que garante maior retenção da água,

intensivamente sujeita à evaporação.

Daí a grandeza e a perfeição dos cristais de sal que, por toda a Idade Média e Moderna, constitui o meio privilegiado de conservação dos alimentos frescos, meio sem rival até ao aparecimento da indústria do frio, nos nossos dias.

Não é difícil, por isso, demonstrar a importância do sal no comércio externo e na dependência da Europa do Norte em relação à do Sul, em que nos inscrevemos, já que as condições de clima arredavam da primeira produção equivalente à do largo consumo de sal que faziam.

Por isso Lisboa e Setúbal promoveram a indústria salineira nos estuários do Tejo e do Sado, com a determinação do comércio externo. Nisso não encontraram rival na costa portuguesa. Primeiro porque, no capítulo das condições naturais, só os sapais do Algarve lhes podiam dar réplica. Em segundo lugar, porque o porto de Lisboa foi o de maior dinamismo no comércio externo português, desde o início da nacionalidade, constituindo o de Setúbal a sua réplica mais imediata e próxima.

Setúbal, aliás passou a exportar directamente, no século XV, a produção dos sapais do Sado, a mais vultosa de toda a nossa costa, até que o sal deixou de ser vital para a conservação dos alimentos frescos.

Com o apoio da Coroa, Setúbal pôde entretanto atingir uma verdadeira política coordenadora da produção e distribuição do seu próprio sal, o que a autonomizou no circuito do comércio externo e lhe garantiu o vector essencial do seu desenvolvimento demográfico e urbano.

Em contrapartida, a organização dos circuitos de distribuição do sal do Tejo foi sempre controlada por Lisboa.

Quer dizer pois que, enquanto Setúbal, próxima mas independente do porto de Lisboa veio, por isso, a organizar com autonomia o circuito entre a produção e a distribuição de sal, as múltiplas póvoas dos esteiros do Tejo asseguraram uma produção, cujo circuito distributivo nunca controlaram, pela dependência em que se mantiveram de Lisboa.

Esta dependência reforçou-se com a instituição de sucessivos monopólios da venda do sal, em proveito da Coroa, desde o

terceiro quartel do século XVI. Por altura do terramoto de 1755, o sal da Margem Sul orientava-se para os “embarques”, para as “Conquistas” e sobretudo para o consumo interno, uma vez satisfeitos os interesses monopolistas da Coroa.

Desta subordinação económica não mais saíam, até aos nossos dias, as póvoas ribeirinhas da Margem Sul do Estuário, ainda que o seu sal se tivesse situado, pela primeira metade do século, na primeira linha da produção nacional, situação aliás de que rapidamente foi arredada.

Outros elementos da organização do espaço e da vida material dos povos vieram entretanto implantar-se no *chão* da Margem Sul, com relevo para a industrialização e para a produção hortícola, uma e outra, uma vez mais, desenvolvidas em função das necessidades de desenvolvimento económico e do consumo lisboetas.

Mas foi da combinação dos três elementos mais antigos da economia regional — a exploração da lenha, o plantio da vinha e a produção do sal — que adviram os fundamentos da especificidade da zona em que Alcochete se inscreve.

Efectivamente, a combinação de tais elementos resultou numa forma de ajuste ao ambiente natural, com motivação desencadeada, desde a Idade Média, pelo porto e pela cidade de Lisboa.

Do matagal mediterrâneo que sublinha não só o clima como o solo pobre em que se

implanta, as populações extraíram lenha, substituída progressivamente por pinhais e por vinhas.

Do litoral recortado por esteiros prolongados, serra dentro, por ribeiras e sapais, extraíram, como hoje, o sal das marinhas.

Sempre com a influência tutelar de Lisboa.

“Sem ela, o seu *porto* e o seu *mercado*, nem a vinha, nem a lenha, nem o sal teriam conhecido a sorte que, desde cedo, lhes coube”.

Mas essa sorte, talhada à medida dos interesses das classes possidentes que medraram em função de Lisboa, espartilhou e apoucou o desenvolvimento regional.

Conhecer a génese deste para controlar as suas perspectivas passa também por conhecer os correspondentes factores.

E se a cultura é o sal da vida, justo é que este Concelho, em cuja vivência social, económica e política a produção do sal tem sido flucral, continue a investir na cultura — consciência exacta de nós próprios e do que nos rodeia — uma parte essencial do seu empenhamento, com vista à eficaz construção do futuro. ●

(1) Link, *Voyage en Portugal*, Paris, 1803

(2) L. Mendes de Vasconcellos, *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, 1803.

(3) Veja-se a ampla bibliografia sobre o tema, explanada em *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, pp. 721, 723 e 724.

# OS LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS E O DISTRITO DE SETÚBAL

## Sua importância para a História Económica, Social e Religiosa: Séculos XVI-XIX

Alexandre M. Flores \*

### Introdução

Os arquivos paroquiais anteriores ao ano de 1911, constituem importantes núcleos documentais dos arquivos estatais e distritais abertos livremente ao público. Com o aparecimento do Registo Civil, a Igreja ainda continua com o seu arquivo particular cujo interesse é exclusivamente religioso. Os párocos enviam, anualmente, para o arquivo diocesano duplicados de todos os registos: nascimentos, casamentos e óbitos. O cartório paroquial trabalha em interligação com o Registo Civil, sobretudo no que se refere ao Casamento, segundo as leis canónicas.

As origens do registo paroquial remontam à Idade Média, mas foi a partir do Concílio de Trento que se determinou a obrigatoriedade dos registos ou assentos de casamento e baptismo. Quanto aos assentos de óbito, só mais tarde, o Papa Paulo V, no *Ritual Romano*, de 17.06.1614, estipulou a sua regulamentação.

O rei D. Sebastião mandou executar no reino a doutrina conciliar e a aceitou como lei, por alvará de 15 de Setembro de 1564. As próprias Ordenações do Reino referem-se, a partir da reforma de Filipe I, à obrigatoriedade de se fazerem registos paroquiais, como documentos comprovativos dos nascimentos, casamentos e óbitos.

Pelo decreto de 16 de Maio de 1832 e de harmonia com o decreto de 18 de Julho de 1835, confiava-se aos Administradores dos Concelhos, a redacção e guarda dos registos dos não católicos. Após algumas vicissitudes

de ordem jurídico-administrativa, o código civil de 1867 instituiu o registo civil, estabelecendo o casamento civil para os não católicos e, confirmou a continuação do registo paroquial para os católicos. Com a implantação da República, um decreto de 18 de Fevereiro de 1911, estabelece o registo civil obrigatório, determinando ainda que, de futuro, os registos paroquiais não teriam efeitos civis. O mesmo decreto determinava ainda que os livros paroquiais anteriores a 1910 deveriam ser entregues às Conservatórias instituídas na época. Os católicos teriam, desde então, um duplo registo: o paroquial para efeitos religiosos e o civil para efeitos civis. A instituição do registo civil era então uma obrigação e um direito exclusivamente civil que devia ser posta em prática pelo Estado.

Os livros dos arquivos paroquiais anteriores a 1910 foram entregues às Conservatórias, que por sua vez os vai entregando aos arquivos distritais, à medida que os documentos prefazem 100 anos. A partir daquele ano, os livros encontram-se ou nas Conservatórias ou nos registos das paróquias, conforme se trata de registo civil ou eclesiástico.

### Os Formulários dos Registos

Até meados do Século XVI, os registos eram simples e pouco uniformes. Na maioria dos livros dos *baptismos*, os assentos eram constituídos por: nome da criança, data, nome dos pais e dos padrinhos. Nos livros de *casamentos*: nome dos noivos, nome dos pais e data; nos *óbitos*: nome do falecido, testamenteiro e data. Alguns párocos

\* Bibliotecário-arquivista da C. M. Almada

acrescentavam outras referências importantes, como a naturalidade. Muitos dos livros eram mistos, ou seja (como exemplo), num livro de batismos, foi também registado assentos de casamentos e/ou de óbitos.

As Constituições dos Bispados impõem com rigor, a partir do século XVII, o formulário ou a forma como os assentos deveriam ser redigidos: *no baptismo* — nome do baptizando, data (dia, mês e ano), local do nascimento, nome dos pais e padrinhos, naturalidade, o nome do pároco; *no casamento*: nome dos nubentes, data (dia, mês e ano), profissão, naturalidade, nome dos pais e testemunhas, e nome do pároco; *no óbito*: nome do falecido, estado civil, nome do cônjuge se era viúvo, nome dos pais (se era criança ou solteiro), naturalidade, sacramentos recebidos, se havia testamentos e herdeiros, testamenteiro e os sufrágios por sua alma.

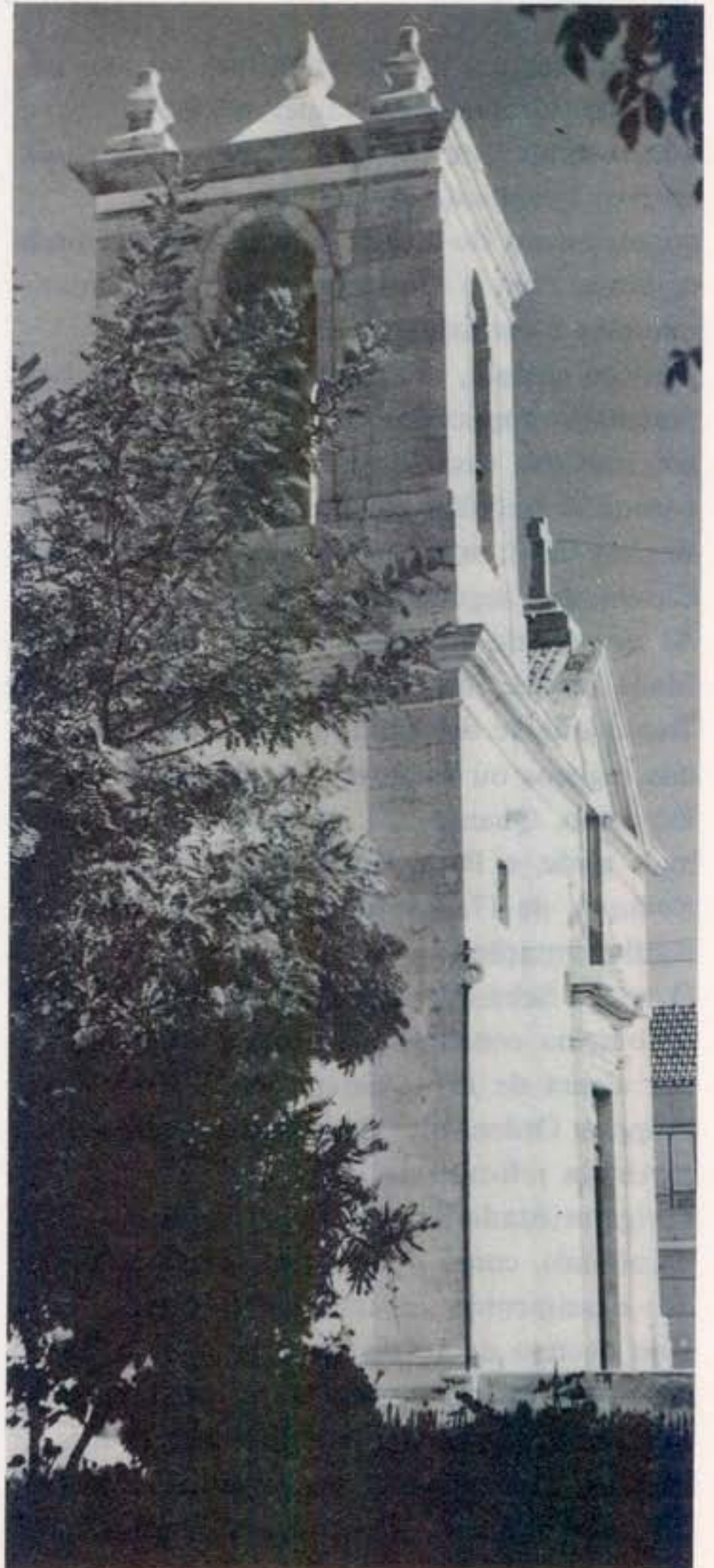
No século XVIII, os assentos são mais completos, com a indicação dos nomes dos avós, as profissões dos pais, padrinhos e testemunhas, a legitimidade, a morada...

### **Importância dos registos paroquiais**

Os registos paroquiais: batismos, casamentos e óbitos — tornados obrigatórios pelo Concílio de Trento na sua 24.<sup>a</sup> sessão, em 11 de Novembro de 1563 — são de grande importância para a história regional e/ou nacional. Pode-se conhecer a título exemplificativo, o número de habitantes, o número de nascimentos, casamentos e óbitos. Permite conhecer a mortalidade infantil, as profissões, as diferenças sociais, a reconstituição de famílias,... Os registos paroquiais podem retratar ainda as grandes epidemias, as fomes, as migrações e até o nível cultural da região.

Nos livros de nascimentos, podemos obter, entre outros elementos: o índice de nascimentos e sua distribuição, segundo os sexos; os nascimentos, segundo os meses e estações do ano; o número de gémeos; o

número de mães, segundo o número de filhos ilegítimos; a idade das mães de filhos ilegítimos; o número de expostos; a repartição dos nascimentos, por ruas de freguesia; os nomes dos baptizados; o intervalo entre o nascimento e o baptismo; a



ALMADA — IGREJA

condição social dos pais; o estado civil dos pais de filhos ilegítimos; as alcunhas atribuídas aos pais; a naturalidade, a condição social e as alcunhas dos padrinhos de baptismo; santos que apadrinharam o baptismo; a naturalidade, a condição social e as assinaturas das testemunhas de baptismo. Nos livros de casamentos, obtêm-se diversos aspectos sobre a nupcialidade: o índice de casamentos registados, e segundo os meses e estações do ano; o número de casamentos com “denúncias”, e por procuração; o intervalo de tempo entre a viuvez e o posterior casamento; a distribuição combinada dos contraentes solteiros e viúvos; a naturalidade, morada, condição social, grau de parentesco e alcunhas dos contraentes; a idade dos nubentes ao primeiro casamento; taxas de fecundidade por grupos etários da mulher; o intervalo de tempo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. Nos livros de óbitos: o índice de óbitos registados; os mortos segundo os sexos e idade; os mortos segundo o estado civil; a naturalidade e/ou a anterior morada dos defuntos; o n.º de óbitos de escravos, estrangeiros; os testamentos, sacramentos e o local da sepultura; as profissões e cargos; os hábitos religiosos que envolviam alguns defuntos civis; o celibato definitivo; os testadores e as missas; os testadores e os bens.

Para além dos registos de baptismos, casamentos e óbitos, encontram-se notas à margem dos assentos e nos termos de abertura, escritos pelos visitantes, em que se registava (por exemplo) a incúria do pároco. Nos arquivos paroquiais poder-se-ão encontrar livros de testamentos em que se registavam os legados e bens de alma; listas de crismados inseridos nos livros de registos que possibilita conhecer as profissões e a reconstituição das famílias; inventários dos bens da Igreja e de objectos de culto; livros de notas alusivas à vida da paróquia, processos de plantas das obras da igreja; livros de receita e despesa referentes às fábricas das igrejas e/ou das confrarias. A importância dos livros paroquiais não só possibilita a quantificação da população, como proporciona aos historiadores abordar aspectos de história económica, social, religiosa e mesmo política. As fontes que se nos apresentam mais seguras para a demografia histórica, em relação à época moderna, são os livros de registos paroquiais. Em suma, os livros de Registos Paroquiais revelam grande riqueza para os estudantes, professores e investigadores — no estudo quantitativo das populações — desde o século XVI até ao estabelecimento do Registo Civil. Este tipo de documentação manuscrita fornece a matéria-prima da demografia, sobre o movimento da população.



CONVENTO S. FRANCISCO E CAPELA MASCARENHAS — RENASCENÇA

ALCÁÇER DO SAL

## REGISTOS PAROQUIAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Os livros de registos paroquiais são, de facto, documentos que revelam suma importância para o estudo quantitativo e qualitativo das populações do distrito de Setúbal.

Nesta primeira fase e, tendo em conta, as solicitações manifestadas por estudantes, professores e do público estudioso de alguns concelhos, pareceu-nos haver interesse em divulgar os livros dos arquivos paroquiais, (desde a 2.<sup>a</sup> metade do século XVI até o início do XX), existentes no Arquivo Distrital de Setúbal. A descrição dos livros de registos de baptismos, casamentos e óbitos, circunscreve-se às datas extremas, com a indicação numérica dos livros do A.D.S. e observações — por ordem alfabética dos concelhos e respectivas freguesias do distrito. O principal objectivo deste sub-capítulo é facilitar a pesquisa documental por parte dos estudiosos que se encontram a residir fora do concelho e/ou do distrito de Setúbal.

### — ALCÁCER DO SAL:

#### \* Freguesia de Santa Maria do Castelo:

— Baptismos: 1570/1910 — Livros: 1/88

*Obs.:* Os L. 1/4 (1570/1650) contêm assentos de casamentos datados de 1570 a 1650. O L. 44/A contém Legitimações. Os L. 1/8 referem-se à freguesia de Santa Maria do Castelo; os L. 19/65 referem-se à Santa Maria do Castelo e Vale dos Reis; e os L. 66/88 à Santa Maria do Castelo.

— Casamentos: 1650/1910 — Livros: 1/77

*Obs.:* Veja também os assentos datados de 1570 a 1650, nos L. de Baptismos 1/4. Os L. 1/8 referem-se à Santa Maria do Castelo; os L. 9/55 a Santa Maria do Castelo e Vale de Reis; e os L. 56/77 a Santa Maria do Castelo.

— Óbitos: 1697/1910 — Livros: 1/78

*Obs.:* Os L. 1/9 referem-se à Santa Maria do Castelo; os L. 10/56 a Santa Maria do Castelo e Vale dos Reis; e os L. 57/78 a Santa Maria do Castelo.

#### \* Freguesia de Sant'Iago:

— Baptismos: 1600/1910 — Livros: 1/89

*Obs.:* Os L. 1/6 (1600/1653) contêm assentos de casamentos datados de 1586 a 1653. O L. 9 (1695/1713) tem no final o assento de casamento de Jerónimo Francisco viúvo de Polónia Rodrigues, com Águeda Luís, viúva de Baltazar Lopes, feito em 13.11.1709. O L. 76/A (1897) é de Legitimações.

— Casamentos: 1654/1910 — Livros: 1/76

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1586 a 1653 nos L. de Baptismos 1/6. Inutilizados os L. de Reconhecimentos e Legitimações dos anos 1900 a 1905 da freguesia por serem não iniciados, conforme certidão do pároco.

— Óbitos: 1675/1910 — Livros: 1/76

#### \* Freguesia de Montevil:

— Baptismos: 1629/1910 — Livros: 1/73

*Obs.:* Os L. 1/3 (1629/1752) contêm assentos de casamentos datados de 1633 a 1783. Inutilizados os L. de Reconhecimento e Legitimações dos anos 1900 a 1905 da freguesia de S. Pedro de Montevil, por serem não iniciados.

— Casamentos: 1783/1910 — Livros: 1/70

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1633 a 1783 nos L. de Baptismos 1/3 (Misto).

— Óbitos: 1689/1910 — Livros: 1/73



\* **Freguesia de Palma:**

— **Baptismos: 1650/1910 — Livros: 1/77**

*Obs.:* O L. 1 (1650/1691) contém assentos de casamentos de 1650 a 1697, e de óbitos de 1650 a 1692. O L. 59 (1892) é de Legitimações. Inutilizados os L. de Reconhecimento e Legitimações dos anos de 1900 a 1905 da freguesia, por serem não iniciados.

— Casamentos: 1697/1910 — Livros 1/73

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1650 a 1697 nos L. de Baptismos 1 (Misto).

— Óbitos: 1693/1910 — Livros: 1/74

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1650 a 1692 no L. de Baptismos 1 (Misto).

\* **Freguesia de Santa Catarina de Sítimos:**

— Baptismos: 1615/1910 — Livros: 1/77

*Obs.:* Inutilizados os L. de Reconhecimento e Perfilhações de 1900 a 1905, por serem não iniciados.

— Casamentos: 1617/1910 — Livros: 1/72

*Obs.:* Inutilizado um livro não iniciado de 1860.

— Óbitos: 1674/1910 — Livro: 1/75

\* **Freguesia de Santa Suzana:**

— Baptismos: 1628/1910 — Livro: 1/68

*Obs.:* Os L. 1/2 (1628/1706) contém assentos de casamentos datados de 1624 a 1676, e o L. 3 (1741/1749) contém assentos de óbitos datados de 1744 a 1759. Os L. de Baptismos de 1876 e 1877 da freguesia não são iniciados; no L. 41 (1876) manda-se ver os L. de Baptismos de 1893, 1899 e 1900. os L. de 1878 a 1883 não deram entrada no A.D.S. Os L. de Reconhecimento e legitimações dos anos de 1900 a 1905, não são iniciados.

— Casamentos: 1677/1910 — Livros: 1/61

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1624 a 1676

nos L. de Baptismos 1/2 (Misto). Os L. de 1878 a 1882 não deram entrada no A.D.S. Não foram registados assentos de casamento nos anos de 1875-1877 e 1891, como certifica o pároco nos livros não iniciados.

— Óbitos: 1668/1910 — Livros: 1/64

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1744 a 1759 no L. de Baptismos 3 (Misto). Os L. de Óbitos de 1876 e 1877 não são iniciados. Os L. de 1878 a 1883 não deram entrada no A.D.S.

\* **Freguesia de S. Martinho:**

— Baptismos: 1651/1910 — Livros: 1/76

*Obs.:* Os L. de Baptismos de 1900 a 1905 são livros não iniciados, como certifica o pároco.

— Casamentos: 1652/1910 — Livros: 1/62

*Obs.:* Os L. de Casamentos de 1868 e 1869, 1874, 1881, 1884 e 1885, 1896, 1899 e 1902, são livros não iniciados, como certifica o pároco.

— Óbitos: 1651/1910 — Livros; 1/73

*Obs.:* O L. de Óbitos de 1869 é um livro não iniciado, como certifica o pároco.

\* **Freguesia de S. Romão do Sado:**

— Baptismos: 1665/1910 — Livros: 1/82

*Obs.:* O L. 1 (1665/1692) contém assentos de casamentos datados de 1665 a 1702, e de óbitos de 1665 a 1697. O L. 2 (1701/1710) contém assentos de óbitos datados de 1698 a 1708. Os L. de Reconhecimento e Legitimações dos anos de 1900, 1901, 1903 e 1910 são livros não iniciados, como certifica o pároco.

— Casamentos: 1702/1910 — Livros: 1/72

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1665 a 1702 no L. de Baptismos 1 (Misto). Os L. de Casamentos 10 (1862) e 44 (1881) são livros não iniciados.

— Óbitos: 1708/1910 — Livros: 1/74

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1698 a 1708 no L. de Baptismos 2 (Misto).

#### \* Freguesia de Torrão:

— Baptismos: 1823/1910 — Livros: 1/76

*Obs.:* Os L. de Reconhecimento e Legitimações de 1900 a 1909 são livros não iniciados. Os L. 74/76 referem-se a Perfilhações.

— Casamentos: 1826/1910 — Livros: 1/70

— Óbitos: 1804/1910 — Livros: 1/71

#### \* Freguesia de Vale de Guizo:

(tb. conhecida por nossa Nossa Senhora do Monte)

— Baptismos: 1606/1910 — Livros: 1/83

*Obs.:* Os L. 1/3 (1606/1717) contém assentos de casamentos datados de 1607 a 1726. O L. 4 contém assentos de casamentos de 1726 a 1758, e de óbitos de 1726 a 1754. Os L. de Reconhecimento e Legitimações de 1900 — 1903, são livros não iniciados.

— Casamentos: 1758/1910 — Livros: 1/74

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1607 a 1754 nos L. de Baptismos 1/4 (Mistos).

— Óbitos: 1628/1910 — Livros: 1/75

*Obs.:* V. tb. os assentos de 1726 a 1754 nos L. de Baptismos 4 (Misto).

#### \* Freguesia do Vale de Reis:

— Baptismos: 1599/1910 — Livros: 1/29

*Obs.:* Em relação aos anos de 1848/1888 — ver a freg. de Santa Maria do Castelo. Os L. de Reconhecimento e Legitimações dos anos de 1900 a 1905 são livros não iniciados. Os L. 1/3 (1599/1757) contém assentos de casamentos datados de 1618 a 1742, e de óbitos de 1599 a 1737.

— Casamentos: 1780/1910 — Livros: 1/22

*Obs.:* Em relação aos anos de 1848 a 1888 — ver a freg. de Santa Maria do Castelo. Nos anos de 1891 e 1897 não houve casamentos.

— Óbitos: 1805/1910 — Livros: 1/23

*Obs.:* Ver a freg. de Santa Maria do Castelo: 1848/1888. No ano de 1890 não houve qualquer óbito.

#### — ALCOCHETE

#### \* Freguesia de S. João Baptista:

— Baptismos: 1591/1910 — Livros: 1/73

*Obs.:* Os L. 1/3 (1591/1683) contém assentos de casamentos datados de 1591 a 1661, e de óbitos de 1591 a 1662 (Mistos).

— Casamentos: 1662/1910 — Livros: 1/59.

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1591 a 1661, nos L. de Baptismos 1/3 (Mistos). O L. 8 (1758/1766) contém 1 assento de casamento datado de 8.10.1772.

— Óbitos: 1662/1910 — Livros: 1/63

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1591 a 1662, nos L. de Baptismos 1/3 (Mistos). O L. 1 (1662/1704) contém 1 assento de óbito datado de 15.09.1705.



ALCOCHETE — IGREJA MATRIZ

**\* Freguesia de S. Braz do Samouco:**

— Baptismos: 1590/1911 — Livros: 1/62

*Obs.:* Os L. 1/2 (1590/1691) contêm assentos de casamentos datados de 1551 a 1644, e de óbitos de 1611 a 1691 (Mistos).

— Casamentos: 1691/1911 — Livros: 1/54

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1555 a 1644, nos L. de Baptismos 1/2 (Mistos).

— Óbitos: 1691/1911 — Livros 1/54

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1611 a 1691, nos L. de Baptismos 1/2 (Mistos).

— **ALMADA**

**\* Freguesia de Santa Maria do Castelo:**

— Baptismos: 1584/1835 — Livros: 1/15

*Obs.:* Os L. 1/3 (1584/1642) contêm assentos de casamentos datados de 1584 a 1694, e de óbitos de 1614 a 1699. O L. 15 (1826/1835) contêm assentos de baptismos da freguesia de Sant'Iago, de 1837 a 1839, fls. 59 — 120.

— Casamentos: 1694/1835 — Livros: 1/7

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1584 a 1694, nos L. de Baptismos 1/3. O L. 5 (1803/1828) contêm assentos de casamentos de 28.01.1803 a 2.04.1811 e de 26.05.1816 a 13.10.1828. O L. 7 (1828/1835) contêm assentos de casamentos de St.<sup>a</sup> Maria do Castelo de 1828 a 1835, fls. 1 a 39 v.; e assentos de casamentos de Sant'Iago de 1848 a 1856, fls. 40 a 120.

— Óbitos: 1699/1835 — Livros: 1/8

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1614 a 1699, nos L. de Baptismos 1/3 (Mistos). O L. 6 (1802/1810) contêm assentos de óbitos de St.<sup>a</sup> Maria do Castelo de 1802 a 1810; e de Sant'Iago, de 1846 a 1850.

**\* Freguesia de Sant'Iago:**

— Baptismos: 1635/1886 — Livros: 1/31

*Obs.:* O L. 1 (1635/1676) contêm assentos de casamentos datados de 1635 a 1678, e de óbitos, de 1635 a 1676 (Mistos). O L. 12 (1793/1802) tem, no fim, assentos datados de 1826, 1827, 1828, 1830, 1837 e 1838. Nos assentos de baptismos de 1837 a 1839 — ver o L. 15 da freg. de St.<sup>a</sup> Maria do Castelo, fls. 59 — 120.

— Casamentos: 1678/1881 — Livros: 1/16

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1635 a 1678 no L. de Baptismos 1 (Misto). O L. 9 (1870/1876) está incluído na freg. de St.<sup>a</sup> Maria do Castelo.

— Óbitos: 1676/1881 — Livros: 1/17

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1635 a 1676 no L. de Baptismos 1 (Misto).

**\* Freguesia de Nossa Senhora do Monte de Caparica:**

— Baptismos: 1599/1881 — Livros: 1/54

*Obs.:* Os L. 1/8 (1599/1760) contêm assentos de óbitos datados de 1599 a 1760.

— Casamentos: 1599/1881 — Livros: 1/26

— Óbitos: 1720/1881 — Livros: 1/27

*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1599 a 1720 e de 1758 a 1760, nos L. de Baptismos 1/8 (Mistos).

**\* Lazareto da Torre Velha:**

— Óbitos: 1861/1862 — Livros: 1/2.

# IGREJA DE ARRENTELA NOTÁVEL REPOSITÓRIO DE ARTE

*David Pinho\**

A igreja de Arrentela, monumento classificado, remonta aos finais do séc. XV, princípios do séc. XVI conforme o demonstram elementos nela contidos, nomeadamente restos de azulejos e uma pedra tumular sob o arco cruzeiro com data de 1531. Predomina no entanto nela a influência do estilo barroco, nas obras levadas a cabo a seguir ao terramoto de 1755, destacando-se como principais elementos de interesse artístico a azulejaria que reveste todo o corpo da igreja, talha dos altares, em especial a do altar-mor, anterior aliás já ao terramoto, o tecto em estuque policromado e em relevo e o órgão de tubos. Não obstante o inegável valor da talha e dos azulejos, existentes aliás em muitos outros monumentos da mesma época, a nossa atenção pode debruçar-se em especial sobre o tecto, por se tratar de uma peça ímpar, e sobre o órgão, único na Diocese de Setúbal, já quase apto a funcionar mas que pecou, há anos já na recta final do seu restauro.

## **Tecto em estuque policromado**

Trata-se de uma obra única no nosso país, segundo comentário de pessoas conhecedoras do panorama geral dos nossos monumentos. Referem a igreja dos Paulistas, em Lisboa, como a única que ostenta uma certa aproximação. Não se encontra qualquer assinatura que permita identificar o seu autor mas crê-se que seja de influência italiana, ligado portanto a algum artista, dos muitos estrangeiros que por aqui actuaram a seguir ao terramoto. Apesar dos muitos anos que já

passaram, esta obra mantém-se ainda muito conforme à sua origem, despertando a admiração de todos perante o colorido das pinturas, a graciosidade dos relevos e todo o seu conjunto harmonioso. Apenas em duas zonas, nos cantos do lado poente, devido a antigas infiltrações de água, se notam dois buracos agora tapados a estuque. Nas recentes obras de restauro apenas foi reparada uma longa fenda transversal, por sobre o coro. A consolidação de todo o resto do tecto seria ideal, mas torna-se demasiado onerosa e não surge, de momento, como tarefa urgente.

São três os painéis centrais, em relevo, sendo o do meio o mais notável, com a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Consolação, rodeada de anjos. A seus pés a mula, antiga embarcação típica desta zona, junto à qual figuram alguns fidalgos, quem sabe, os que custearam esta obra. Fora já do painel, em cada um dos quatro cantos, estão representados os quatro evangelistas. No painel da frente está representada a igreja, simbolizada, como vulgarmente acontece, por uma barca, dentro da qual seguem os fieis a caminho do céu. O painel da entrada, por cima do órgão, é naturalmente alusivo ao louvor divino, entoado por dois cantores. Uma frase latina ali colocada, traduzida significa: «não cesse o louvor divino nos lábios dos homens», e uma outra colocada na figura do demónio, significa: «terrível é o seu nome». Em cada um dos cantos extremos figura um dos quatro doutores da igreja, um totalmente intacto, Santo Agostinho, outro ainda visível, S. Jerónimo e os outros quase totalmente destruídos — S. Basílio e Santo Atanásio. Outras muitas figuras compõem ainda esta obra, situadas lateralmente e representando as virtudes, enquadradas num cenário maravilhoso.

\* *Pároco da Igreja da Arrentela*



## Órgão de tubos

É convicção de um conhecido organeiro do nosso país, sr. Esteves Pereira, que o órgão da igreja de Arrentela foi construído por Joaquim Xavier Machado e Cerveira, que foi meio-irmão do célebre escultor Machado de Castro, considerado como um dos maiores, senão o mais construtor de órgãos em Portugal. Entre outros idênticos a este e também por ele construídos, refere o da igreja de Marvila, em Santarém, e o da Estrela, em Lisboa. A data da sua construção encontra-se ainda no próprio órgão, bem legível: «acabado em 23 de Outubro de 1794». Numa outra etiqueta que também se mantém legível, pode ler-se: «Esta Tribuna mandou fazer o M.R. Ambrósio Ferreira da Costa, sendo Superior desta Casa que governou desde 1 de Setembro de 1791 até ao de 1793, e foi principiada em 27 de Fevereiro de 1792. O mesmo Superior mandou fazer este órgão a 20 de Setembro de 1794 e, sem pintura, importou em 850.000. Silva».

Na mesma etiqueta foi posteriormente acrescentado, e consta ainda: «Morreo o dito Superior a 23 de Fevereiro de 1795».

Sabe-se que este órgão, como muitos outros, sofreu uma alteração na sua traça primitiva, talvez na segunda metade do século passado. Foi-lhe acrescentado um apêndice à caixa inicial, para o lado da parede do fundo, que aparentemente lhe dava mais estabilidade e operacionalidade. Este apêndice foi-lhe retirado nas recentes obras de restauro por os técnicos o considerarem desnecessário.

É ainda convicção do referido organeiro que esta alteração foi introduzida no nosso país sob influência de dois conhecidos irmãos franceses de apelido Didier (?) que por cá andaram dedicando-se a este trabalho. Como que a confirmar esta suposição, apareceu no interior do órgão um D seguido de palavras em francês, escritas a lápis. Sabemos que existem muitos órgãos por esse país fora, à espera de quem lhes ponha a mão,



caminhando com o tempo para a sua derrocada final. Mas não existem muitos órgãos neste Distrito e particularmente neste concelho do Seixal de reconhecida propensão para a música, desde longos tempos. Os Monumentos Nacionais decidiram há anos assumir o encargo de restaurar este órgão, até para assim completar a notável obra de restauro da igreja, levada a cabo pela paróquia. Mas as verbas para o restauro de órgãos cessaram, neste país feito aos repelões. E há mais de três anos já que tudo aqui parou, não obstante os importantes passos já dados e as muitas centenas de contos já gastos. Até quando? ●

# ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

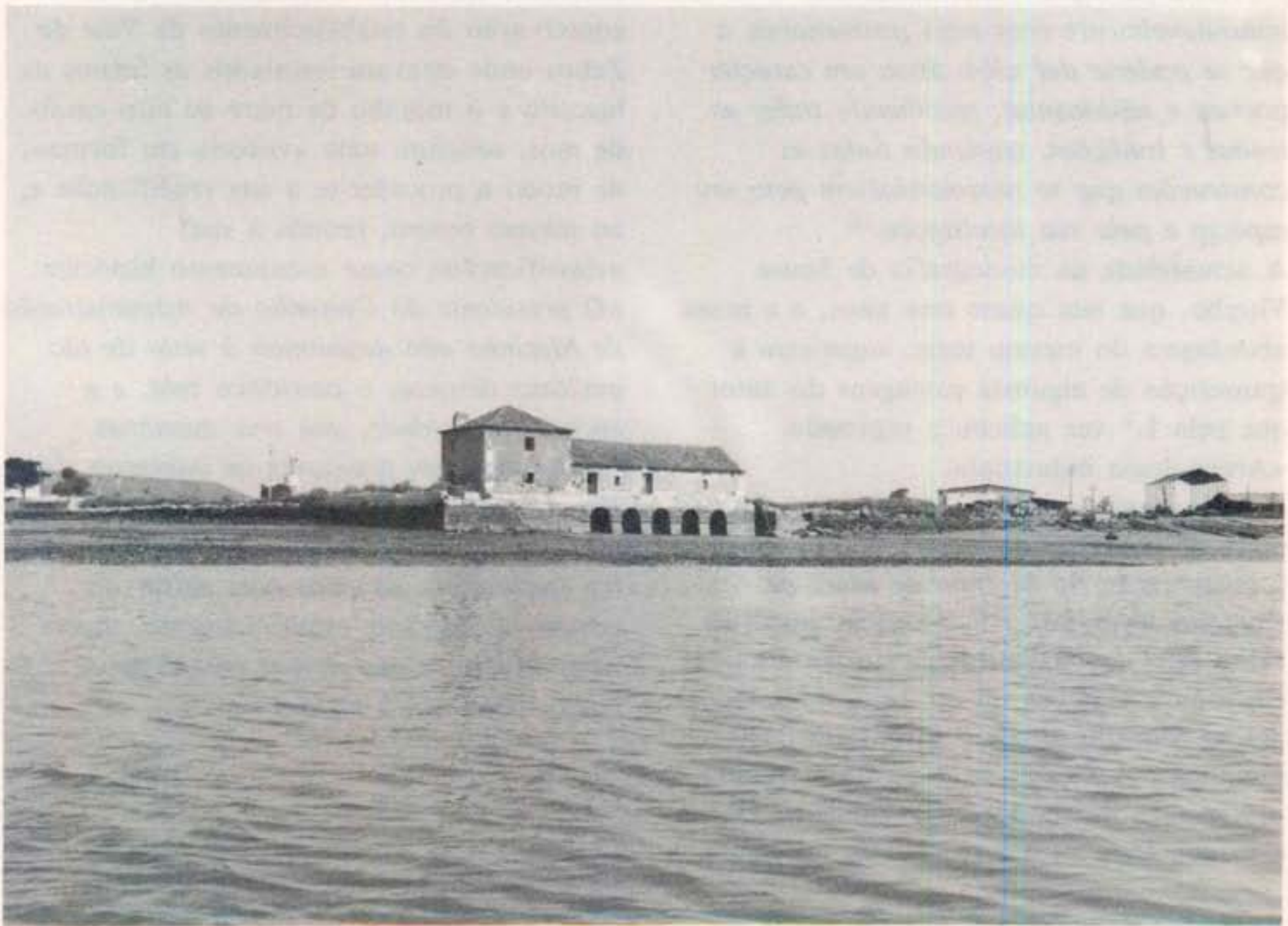
## Os moinhos de maré da margem sul do estuário do rio Tejo

António Nabais\*

*«Uma das indústrias que mais alta e geral importância teve entre nós e que tende a desaparecer completamente é a moagem pela força hidráulica ou pela força do vento. (...) O moleiro perdeu todo o seu préstimo e ninguém faz caso dele, quase reduzido àquele personagem burlesco da canção brejeira, a quem o diabo reduziu à condição de eunuco». [Sousa Viterbo (1)].*

\* Técnico Resp. dos Serviços Histórico-Culturais da C. M. Seixal

(1) Sousa Viterbo, *Arqueologia Industrial. Os Moinhos*. In «O Archeologo Português» 1896, p. 195.



MOINHO DA PASSAGEM

## Introdução

Sousa Viterbo, há 90 anos, numa das suas mais valiosas monografias — *Os Moinhos* — tornou-se pioneiro na utilização da expressão «arqueologia industrial» ao propor o estudo do património industrial nesse domínio científico:

*«Existe a arqueologia da «arte», porque não há-de existir a arqueologia industrial?»<sup>(2)</sup>*

Tinha chegado à conclusão que os elementos obtidos através dos documentos não eram suficientes *«para se poder avaliar devidamente a natureza dos inventos ou dos engenhos privilegiados»*. Como solução, propunha que se efectuasse um inquérito, *«de carácter arqueológico, em que se inventariasse tudo o que ainda existisse relativamente à indústria da moagem: a forma arquitectónica do moinho, a sua estrutura mecânica, a nomenclatura de todo o seu aparelho e funcionamento, as diferenças que em tudo isto se dão de província para província, lucrariam indubitavelmente com estes pormenores, a que se poderia dar além disso um carácter poético e sentimental, recolhendo todas as lendas e tradições, copiando todas as construções que se recomendassem pelo seu aspecto e pela sua localização.»<sup>(3)</sup>*

A actualidade da monografia de Sousa Viterbo, que tem quase cem anos, e a nossa abordagem do mesmo tema, sugeriram a transcrição de algumas passagens do autor que pela 1.<sup>a</sup> vez aplicou a expressão «Arqueologia industrial».

A salvaguarda e valorização dos moinhos de maré do concelho do Seixal, nomeadamente, a recuperação do *Moinho de Maré de Corroios* levou-nos à investigação histórica sobre estes monumentos que foram erguidos em toda a margem sul do Tejo, de Almada até ao Montijo: desde o inventário dos moinhos e dos equipamentos até à recolha e preservação de fontes documentais — escrita e iconográfica — e à recolha de testemunhos

orais dos moleiros e de pessoas que utilizaram este tipo de moinhos. As referências aos moinhos de maré aparecem, geralmente, nas Chancelarias Régias, nas cartas de foral, posturas municipais, regimentos, contratos, doações, alvarás, conflitos, que não dão grandes elementos de ordem técnica e tecnológica, embora, no que respeita a valores económicos, seja possível obter dados quer das vendas, quer dos aforamentos e rendimentos que se tornam materiais valiosos para estabelecer a relação a certos valores económicos dos finais da Idade Média e da Idade Moderna.

É curioso verificar que os moinhos têm sido fonte inspiradora para o estudo e reflexão sobre o património industrial, no sentido de o valorizar. Assim, a valorização do património industrial aparece proposta pela 1.<sup>a</sup> vez, de acordo com as informações existentes até ao momento, a um núcleo industrial no qual se integra um moinho de maré. António Lopes da Costa e Almeida, em 1838, após uma avaliação do estado de conservação do estabelecimento de Vale de Zebro onde estavam instalados os fornos de biscoito e o moinho de maré de oito casais de mós, solicitou uma «vistoria em forma», de modo a proceder-se à sua reedificação e, ao mesmo tempo, propôs a sua «classificação» como monumento histórico: *«O presidente do Conselho de Administração de Marinha não desanimou à vista de tão avultada despeza; o patriótico zelo, e a enérgica actividade, que seus membros empregaram em promover os interesses desta Repartição, lhes forneceram, nos meios que estavam ao seu alcance, e as circunstâncias lhe facilitaram, recursos para salvar do estado ruinoso este estabelecimento, único neste género, e que deverá considerar-se como monumento histórico.»<sup>(4)</sup>*

(2) *Id.*, *Ibid.* p. 193

(3) *Id.*, *Ibid.* p. 199

(4) António Lopes da Costa e Almeida, Memória Histórico-Marítima dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Azinheira. In *«Anuaes Maritimos e Coloniais»*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, f. 363. O sublinhado é nosso.

## Situação geográfica dos moinhos de maré

«... e logo a afamada vila de Almada, da qual até Aldeia Galega, que atraz fica, há seis leguas, em que haverá perto de sessenta moendas que moem de maré».

[Gaspar Frutuoso (5)]

A partir do século XIV, o aproveitamento da água das marés começou-se a generalizar no nosso País, com a edificação de moinhos de maré nos estuários dos principais rios portugueses: Minho, Lima, Vouga, Mondego, Tejo, Sado, Mira, ria Formosa, Guadiana e outros rios do Algarve. Os principais complexos de moinhos de maré ergueram-se, a partir do final do século XIII, na costa Algarvia (só na área da Reserva Natural da Ria Formosa foram inventariados 29) e no estuário do rio Tejo (37).

No estuário do rio Tejo, a margem sul apresentou condições geográficas favoráveis para a edificação de tais construções, dado existirem bastantes enseadas recortadas e pouco profundas, sobretudo no fundo dos esteiros. Nesta margem do rio Tejo, segundo Gaspar Frutuoso, no século XVI, já existiam cerca de sessenta moinhos de maré, que de acordo com trabalhos já realizados, nomeadamente, o de António de Oliveira «Um Moinho de Maré em Aldeia Galega do Ribatejo no século XVI», o de P<sup>c</sup>. Carlos F. Póvoa Alves «Subsídios Para a História de Alhos Vedros» e o nosso «A Margem Sul do Estuário do Tejo durante a Expansão Portuguesa. — Aspectos Económicos» i n «Almadan» n.º 2, 1984, dão-nos elementos que permitem confirmar tal número. Se para as áreas dos concelhos do Montijo, Moita e Seixal existem aqueles trabalhos já citados, que ajudam a datar e a localizar os Moinhos de Maré, pareceu-nos necessário apresentar alguns dados mais desenvolvidos para a área do concelho do Barreiro.

No território do concelho do Barreiro foram construídos vários moinhos de maré, desde o

sítio de Alburrica, a área do Mexilhoeiro, a Verderena até ao Vale de Zebro e Coina. Não possuímos ainda<sup>(6)</sup> muitos dados sobre as datas de instalação nem da história destes moinhos, que foram muito importantes para a economia local e regional. De qualquer modo, no século XVI, já se registavam moinhos de maré no Barreiro, como se pode confirmar pela Carta de Foral de 1521, que refere «os moynhos de Gaspar Correa dentro do termo da dita villa do Barreiro».<sup>(7)</sup>

Na margem direita do rio Coina, no início do século XVI, existiam já outros moinhos de maré: em Vale de Zebro, junto dos fornos de biscoito, em 1521, lavrou-se um decreto, ordenando a Álvaro Raposo, Recebedor dos fornos e moinho de Vale de Zebro, para dar a Duarte Gama 4 moios de trigo; em Coina, como documenta o Foral dado por D. Manuel em 1516 a esta vila, eram dadas facilidades para a instalação de moinhos de maré nos sapais: «Porem se em alguns sapaes sam ja feitos alguns moynhos nam serem desfeitos mas estarão assy como estam visto como ao tal tempo que foram feitos os autores nam se agravaram nem tomaram estormentos degravado e como os taaes moynhos sam proveitosos pera suas moendas»<sup>(8)</sup>.

Em 1758, o lugar da Telha, segundo a descrição feita pelo pároco Sacramento e Sousa, possuía dois moinhos de maré: «neste (porto) entram embarcações no tempo da factura dos vinhos, e em todo o anno os q. servem os dois moinhos, q. ficam dentro do dito porto»

Na margem norte do rio Tejo, existiu um moinho de maré em Alcântara, que aí foi instalado na Idade Média, sendo contemporâneo dos moinhos de Aldeia Galega.

A proliferação de moinhos de maré na margem sul do Tejo não se deve só as condições favoráveis que o rio oferecia, mas

(5) Gaspar Frutuoso (1522-1592), Saudades da Terra, Livro IV, vol. I, Ponta Delgada, Tip. Diários dos Açores, 1924, p. 244.

(6) Estamos a recolher elementos para a elaboração de monografias sobre os Moinhos de Maré desta área.

(7) ANTT, Chanc. de Manuel I, liv. 35, fl. 122 e Liv. 7.º de Odiana, fl. 197.

(8) ANTT, Livro dos Foraes Novos do Alentejo, fl. 88.

sobretudo à proximidade de Lisboa, grande centro consumidor de pão e que facilmente poderia transportar o cereal e a farinha pela via fluvial. A ligação entre os moinhos de maré da margem sul e Lisboa aparece confirmada em grande parte dos documentos de Lisboa que referem a moagem, especialmente, as posturas e regimentos: «*E assi mesmo todo o barqueiro que acarretar pão para os moinhos da banda dalem daraa fiança...*»<sup>(9)</sup>.

Por outro lado, registava-se já a existência do barco dos moinhos na «*Magestade e Grandezas de Lisboa em 1552*»: «*e afora as barcas dos moynhos...*» que perduraram, como embarcações próprias dos moinhos até ao século XIX, segundo se pode confirmar pela estatística obtida em 1860 na repartição do imposto municipal de Lisboa, que registava 33 no Cais do Tojo e um na Boa Vista<sup>(10)</sup>.

(9) Livro dos Regimêtos dos Officiaes Mecanicos da Mui Nobre e Sêpre Leal Cidade de Lixboa (1572) publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 195 e 196.

(10) António J. Nabais, História do Concelho do Seixal. 2 — Barcos, 2.ª edição, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1984, p. 135.

### Arqueologia dos moinhos de maré

Os moinhos de maré são construções erguidas na orla fluvial do estuário do Tejo, aproveitando as pequenas enseadas para a construção de barragens, mais conhecidas pela designação de caldeiras, que recebiam a água durante a enchente através da porta de água ou comporta, que abria e fechava automaticamente com a força da água das marés. Estes moinhos adoptaram o esquema habitual do eixo vertical do rodízio horizontal e paralelo às mós. A diferença destes moinhos encontra-se no represamento intermitente da água que os acciona pois varia conforme as marés, dado que, em Portugal, só funcionam na vazante quando os rodízios ficam a descoberto.

O reduzido tempo de trabalho (cerca de 4 horas em cada maré) era compensado pelo grande número de casais de mós que podiam funcionar ao mesmo tempo, em cada moinho.

O Moinho do Braamcamp, no Barreiro possuía 10 casais de mós e os restantes, na sua maioria, compreendiam 8 casais.

A dúzia de moinhos de maré existente no concelho do Seixal chegou, nos últimos anos da sua actividade, a totalizar 79 casais de



MOINHO DE CORROIOS  
A SER RESTAURADO



INTERIOR DO MOINHO DE CORROIOS  
A SER RECUPERADO

mós<sup>(11)</sup>, que trabalhavam sete a oito horas por dia, conforme o tipo de marés (vivas ou mortas) e a situação geográfica e dimensão das caldeiras. Normalmente, durante as 4 horas de funcionamento permitidas pela maré cada mó produzia seis, sete ou oito sacos de 50 Kg de farinha.

Os moinhos de maré caracterizam-se pela sua sólida arquitectura, com arcadas voltadas para o rio, sob as quais giram os rodízios (de madeira e ultimamente de ferro). Para além da comporta ou porta de água, os moinhos de maré eram constituídos pelas seguintes partes fundamentais: caldeira, edifício com os espaços para a moagem, os celeiros e a habitação do moleiro, o cais onde encostavam os barcos dos moinhos. No que respeita ao aproveitamento da energia das marés, há que referir o projecto inovador de Jorge Higgs (Motor Hidráulico «Seixal»), que, na 2.ª metade do século XIX, quis aplicar no rio Judeu, no Seixal, aproveitando o funcionamento contínuo, com o fluxo e refluxo das marés.<sup>(12)</sup>

A partir do século XIX, os moinhos de maré tiveram outras aplicações, para além da farinação: desde serração, fabrico de adubos, descasque de arroz até à função de armazéns, aviários e habitação.

## Moinho de Maré de Corroios Núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal

*«... deixou já o Senhor Condestável edificado o Moinho de Corroios, primeiro em todo aquele salgado».*

(Frei José Pereira Santa Ana)

O Moinho de Maré de Corroios é mais um núcleo industrial do Ecomuseu Municipal do

(11) António José C. Maia Nabais, Moinhos de Maré no Concelho do Seixal no Passado e no Presente. In «Actas do 2.º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural», Braga, ASPA, APNPC, 1981.

(12) Jorge Raposo, O Motor Hidráulico «Seixal». In «Almadan», n.º 4/5, f. 39-43.

Seixal. O 1.º núcleo foi dedicado à indústria naval tradicional: Núcleo Naval Histórico, situado no antigo estaleiro naval da Arrentela. Neste núcleo museológico recuperou-se o sítio industrial da construção naval para fins didácticos e museológicos, enquanto que em Corroios optou-se pela conservação do moinho de maré em funcionamento, privilegiando, igualmente, os objectivos didácticos.<sup>(13)</sup>

O Moinho de Maré de Corroios está inserido numa área geográfica onde a energia das marés foi aproveitada desde a Idade Média até à actualidade. Em 1403, Nuno Álvares Pereira, que era proprietário de quase todos os terrenos que eram banhados pelo braço do rio Tejo que entra no Seixal, mandou construir o Moinho de Corroios. A data de construção do primeiro moinho encontra-se bem documentada devido ao episódio que levou o procurador da Coroa a embargar as obras iniciadas por Nuno Álvares Pereira, justificando que só o rei tinha autoridade para edificar moinhos naqueles esteiros:

*«Dizendo o dito nosso Procurador, que no Termo da Villa de Almada ha certos Esteiros, e Abras com suas terras (convem a saber) os Esteiros de Corroyos, e de Algenoa, e de Amora, e de Arrentella, que saem todos do mar donde chamão o barco de Martin Affonso, os quaes erão nossos e pertencião a nós; e que hora o dito Condestabre por sy, e por outros se trabalhava de fazer, e mandar fazer em ellos Asenhas, e edificios, juntando seus apartamentos para ello não sendo os ditos*

(13) Em 1976, no Colóquio «Património Industrial e Sociedade Contemporânea» o famoso museólogo do século XX, Georges-Henri Rivière, concluiu que a conservação do património industrial pode conceber-se de várias formas: conservação em funcionamento, restauro para fins didácticos e museológicos e adaptação para novas funções. (Georges-Henri Rivière, Conclusões do Colóquio «Património Industrial...», in «Bulletin du Centre de Recherches Sur la Civilisation Industrielle», n.ºs 3 e 4, Écomusée de la Communauté le Creusot Montceau-Les-Mines, 1979, f. 64).

*Esteiros seus, mas nossos por juizo nosso, e dos nossos direitos».*<sup>(14)</sup>

D. João I, para não impedir a concretização de tão importante construção industrial numa área que até esse momento se encontrava desaproveitada, chegou a um acordo com Nuno Álvares Pereira, fazendo-lhe a cessão plena com a obrigação do Condestável lhe pagar o foro de oito alqueires de trigo por cada uma das azenhas, que erguesse naquele local: «*E porque outro sy nós fomos certos, que nos ditos Esteiros, Abras, e Terras dellos nunca ouve obra nem edificio de que nós nem os Reys de ante ouvessem rendas, nem outros proveitos; e que fazendo-se as ditas Asenhas, e edificios seria serviço de Deos, e nosso, e proveito universal da terra, e povoadores della, que nombram moendas como lhes cumprem, e ainda do dito Condestabre para aver algum proveito dello (...) e estando essas Asenhas moentes, e correntes dem a nós, e a nossos herdeiros e successores em cada hum anno por cada huã róda de Asenha com suas mós correntes, hum sesteiro de trigo, que som oito alqueires de trigo por esta medida que agora corre».*<sup>(15)</sup>

A construção dos moinhos de maré não era uma tarefa fácil, como nos documenta o texto da «Escritura de transacção e a composição amigável entre El rei D. João I e o Condestável» transcrita pelo cronista dos Carmelitas: «... e guardando outro sy como hy non foi achado quem quizesse lançar sobre os ditos Esteiros para em ellos fazer as ditas Asenhas, e que fazendoas o sobredito Condestabre se seguia por ello grandes despezas, e era forçado de as fazer, segundo a natura e forma dessas Asenhas, e edificio requer».<sup>(16)</sup>

Estamos perante uma obra de arquitectura hidráulica que exigia uma técnica de

Estamos perante uma obra de arquitectura hidráulica que exigia uma técnica de construção muito aperfeiçoada a fim de resistir ao fluxo e refluxo das marés. Por outro era uma construção que se tornava bastante custosa, porque era necessário transportar para o local os materiais de construção, tais como a pedra e a madeira, que não existiam na área. Possivelmente, a pedra utilizada vinha da área de Almada, onde havia em grande quantidade, como se conclui da «*Magestade e Grandezas de Lisboa em 1552*», a propósito da pedra que vai para Lisboa: «*De pedra e cantaria não direi nada, por que hé icomparável ( o gasto?), e não tem ordem para se poder dizer. Direi do que sei; que em Almada a hy cinco barquas que outro officio não fazem, se não carretar pedra pera dita cidade*».

É muito provável que os architectos que dirigiam as grandes construções de Lisboa também acompanhassem as obras dos moinhos de maré. Sabe-se que, em 1571, para o moinho de maré de Vale de Zebro foi designado um mestre de carpintaria e pedraria e, que era ao mesmo tempo, moleiro: «*Eu el Rey faço saber aos que aluara virem que ey por bem e me praaaz que Gaspar Gomez, que serue de mestre da carpintaria e pedraria e molleiro dos moynhos e fornos de Val de Zebro...*»<sup>(17)</sup>. De facto, o moleiro dos moinhos de maré tinha que dar uma assistência permanente a todo o equipamento e à conservação do edificio, estando preparado para intervir, a qualquer momento na reparação dos engenhos e afinação das mós. A importância dada à arquitectura destes monumentos industriais pode confirmar-se pela intervenção de architectos experientes nas obras de restauro.

Em 1767, o architecto Mateus Vicente de Oliveira fez a certidão de medição das obras de restauro do moinho de Vale de Zebro: «*Matheus Vicente de Oliveyra, sargento mor*

(14) *Sant'Anna*, Chronica dos Carmelitas, tomo I, 1745, p. 813 (Doc. 11); ANTT, Chanc. de D. João I, Lv. 2, fl. 192 v.

(15) *Id.*, *ibid.*

(16) *Id.*, *ibid.*

(17) ANTT, Chanc. de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, liv. 34, fl. 87 v.

e archylecto da Serenissima Caza e Estado do Infantado, do Grão Priorado do Crato, do Senado da Camara, e da Cidade e Mitra Patrearcas: Certefico que em observancia de ter a imcumbencia por sua Magestade Fedelissima que Deus guarde espedida pelo Excelentissimo Secretario de Estado da repartição da Marinha o Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pera fazer reparar das ruinas em que se achavam os telhados, e interiores do Moinho Regio de Val de Zebro, rio de Coina, de fazer farinhas para os biscoitos con que se guar[ne]cem as armadas Regias deste Reyno: Os fiz reparar, e se achão reparados, assim os telhados, como os interiores do moinho, e pilares de tijollo qu sustentão o mesmo telhado, em termos: E por essa rezão fui no dia dez de Novembro de mil settecentos e sessenta e hum, aos mesmos, moinhos, e nos seus telhados, e interiores fiz medição dos reparos que nelles achei feitos, pelo empreiteiro Manoel dos Reys; e na sua prezença os medi com cordel e vara de cinco palmos, na forma do estilo; em que achei as brazas apontadas nas addiçoens abaixo declaradas.

Quarenta e oito brassas de telhado mourisco

que achei feito no dito moinho com telha da obra, e material do empreiteiro, que a settecentos e cicoenta reis a brasa, preço do contrato, importão trinta e seis mil reis 36\$000

Dez brassas de telhado mourisco, que achei feito, no mesmo telhado com telha nova do empreiteiro, que a dois mil reis a brasa, preço do contrato, importão vinte mil reis 20\$000

Quarenta e sette brassas de telhado de valadio, que o empreiteiro, no mesmo telhado fez, por vedar a chuva das farinhas do moinho, que a cem reis, importão quatro mil e settecentos reis 4\$700

Quarenta e quatro segundos de pano em chaminé do moinho, que o empreiteiro fez, com novo tijollo, o que importa, oitocentos e oitenta reis \$880

Dez brassas de reformação delgada, que achei feita em paredes do moinho, e pilares de tijollo, que tem pelo meyo delle, que a trezentos reis a brasa, preço de contrato, importão, três mil reis 3\$000

64\$580



MOINHO VELHO DOS PAULISTAS

Cinco brassas de reformação grossa, parda, que achei feita em varias partes do moinho, que a quinhentos reis a brasa, porque foi ajustada importão dois mil e quinhentos reis 2\$500

Hũ oitavo de brasa de abobeda, que achei feita em sobrearco da janella do moinho, o que importa em quinhentos e sessenta reis \$560

Hũ carro de madeira de castanho que achei em huma asna franceza, para sustentar humas pernas do madeiramento do telhado, que se achavão quebradas, o que importa novecentos reis \$900

Importa o sallario do caminho da refferida medição, a parte que pertence a Fazenda Real mil novecentos e quarenta reis 1\$940

70\$480

Importão as nove addiçoens conteudas na presente certidão, como dellas parece, salvo erro, settenta mil quatrocentos e oitenta reis. E por passar na verdade todo o referido e me ser mandado passar a presente certidão, a pacei como nella vay declarado, sem levar coiza que duvida fassa, a qual afirmo com o juramento que de meu cargo me foi dado...»<sup>(18)</sup>

(ass.) Mattheus Viçente de Oliveira

A grandiosidade e solidez do Moinho de Corroios deve-se ao trabalho de architectos hidráulicos, embora periodicamente tivesse trabalhos de restauro executados por carpinteiros e pedreiros.

Inicialmente, este moinho só possuía três casais de mós: «na qual caza diz, que ha tres pares de mos correntes, e moentes»<sup>(19)</sup>.

Em 1404, Nuno Álvares Pereira doou o moinho, juntamente com as suas propriedades, ao Convento do Carmo, que o administrou até 1834, data da nacionalização dos bens das instituições religiosas.

Os carmelitas, para além de aumentarem o número de casais de mós do moinho de Corroios, passando de três para oito, ainda

ergueram na mesma área mais cinco: o Moinho da Raposa e da Passagem com 5 casais de mós, o Moinho do Galvão e o Moinho do Capitão com 6 casais e o Moinho da Torre com oito: «Da outra banda do Tejo, no Termo da Villa de Almada, tem este Convento a propriedade em todo o Salgado, que entra do barco de Martin Affonso para dentro; sitio, que tambem se chama Ponta dos Corvos, junto ao Seixal. Este Salgado entra daquella ponta para dentro dividido em quatro braços de mar: hum delles vay para Corroyos, outro para Algenoa, outro para Amora, e em fim o outro para Arrentella: e a mesma propriedade tem em todas as Abras, Esteiros, Terras e aguas daquella enseada. Nestes Esteiros deixou já o Senhor Condestavel edificado o Moinho de Corroyos, primeiro em todo aquelle Salgado: bem que pelo tempo adiante se edificarão mais quatro, alguns dos quaes o Convento beneficia por si, e outros tem aforado a diferentes pessoas, que lhe pagão certas quantias de trigo, com a pensão de o entregarem no seu celleiro desta Cidade».<sup>(20)</sup>

O moinho de maré de Corroios, no início do século XIX, para além da farinação também serviu para o descasque do arroz.

Em 1929, sofreu as últimas grandes modificações, conforme documenta uma planta dessa data (a 1.ª peça dada para o Ecomuseu Municipal do Seixal), que oferece elementos valiosos sobre as grandes divisões dos espaços interiores e exteriores: moagem no 1.º andar e celeiro no 2.º, porta de água e caldeira no exterior.

A salvaguarda, recuperação e valorização deste moinho de maré insere-se num projecto da Câmara Municipal do Seixal iniciado em 1979, com a inventariação, investigação histórica e aquisição deste exemplar do património industrial. Em 24 de Novembro de 1980 foi feita a escritura de aquisição pela Autarquia do Moinho de Corroios e em 29 de Dezembro do mesmo ano a escritura do Moinho Novo dos Paulistas. Mais tarde, o Moinho da Passagem é oferecido à Autarquia por um munícipe. Ao mesmo tempo a Câmara Municipal do Seixal, iniciou o pedido de classificação de todos os moinhos de maré do Concelho como Imóveis de Interesse Público, facto que se veio a concretizar em 25 de Junho de 1984 pelo Decreto do Governo n.º 29/84.

(18) Arquivo Histórico Ultramarino, Núcleo de Pergaminhos e Papéis (Reino), Maço 46; Documentos dos sécs. XVI a XIX. (Documentos Para a História da Arte em Portugal, n.º 15) tomo organizado por Maria Francisca de Oliveira Andrade; Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976. Núcleo dos Pergaminhos e Papéis (Reino), Maços 29 a 72.

(19) Frei José P. Sat'Anna, ob. cit., p. 816, 817.

(20) Id., ibid.

# ESTAÇÃO NEOLÍTICA DE PINHEIRINHOS 1 (SESIMBRA)

Gustavo Marques\*

## Achado

Durante a minha colaboração na escavação e estudo dos materiais da Lapa do Fumo (iniciada em 1964), surgia com frequência, a pergunta: — Onde viveriam os homens que fizeram desta gruta a sua necrópole?

A Lapa do Fumo continha uma sequência de ocupações — habitação e necrópoles —, que se estendeu por alguns milhares de anos desde o Neolítico até à Idade Média. Numa das idas à Lapa do Fumo, circunstâncias de momento, fizeram com que tivesse de percorrer a pé o planalto existente por cima da gruta. Nesse trajecto, encontrei um

martelo polido de diorito, aparentemente isolado, uma vez que nenhum outro indício fazia localizar nesse ponto, qualquer estação arqueológica. Foi o primeiro sinal do povoado que procurávamos.

Aproveitei parte das férias de 1970, para tentar responder à pergunta anterior. Para isso, impunha-se percorrer sistematicamente o território circundante da gruta. No dia 25 de Junho de 1970, acompanhado pelo estudante Mário Marques, ao proceder à prospecção das terras a norte do Picoto, localizei uma estação arqueológica a cerca de 700 metros da Lapa do Fumo, que se caracterizava pela presença de pequenos sílices lascados, quartzos, quartzitos, dioritos polidos e alguma rara cerâmica. Estava encontrada a resposta para a pergunta anterior.

\*Arqueólogo.



Fig. 1 — LOCALIZAÇÃO DE PINHEIRINHOS 1

## Localização e descrição da jazida

(Fig.1 e 2)

Quem de Santana se dirija para o Espichel, um pouco antes da aldeia de Pinheirinhos, tem à esquerda uma velha estrada de terra que conduz à referida aldeia. Seguindo por essa estrada temos, igualmente à esquerda, o velho caminho que conduzia à Lapa do Fumo. Andados cerca de 70 metros por este caminho e voltando para nascente, encontra-se uma pequena rechã lavrada, situada entre dois socalcos calcários. O terreno tem uma ligeira inclinação para nascente, na direcção

da ribeira do Vale da Cabreira, que nasce próximo e a norte da estação. A estação está praticamente rodeada de mato de carrascos, implantados nos calcários jurássicos. Um poste de alta tensão ali existente, marca aproximadamente a localização. A área prospectada, tem cerca de 60x70 metros. Alguns regos de chuva que confluem para a ribeira, facilitaram a prospecção do local. É neste reduzido espaço que se localiza a estação dos PINHEIRINHOS 1. (Fig.3)

As coordenadas\* do ponto central da estação são:

M — 0°00'36''W

P — 38°26'20''

Cota — 202 metros

\*Folha 464 da Carta Militar de Portugal, escala de 1:2500.

\*\*Com a colaboração de Mário Marques, João Pinhal e João Marques.

Algumas prospecções posteriores\*\*, reuniram numerosas peças arqueológicas que reservamos para um estudo mais detalhado desta estação.

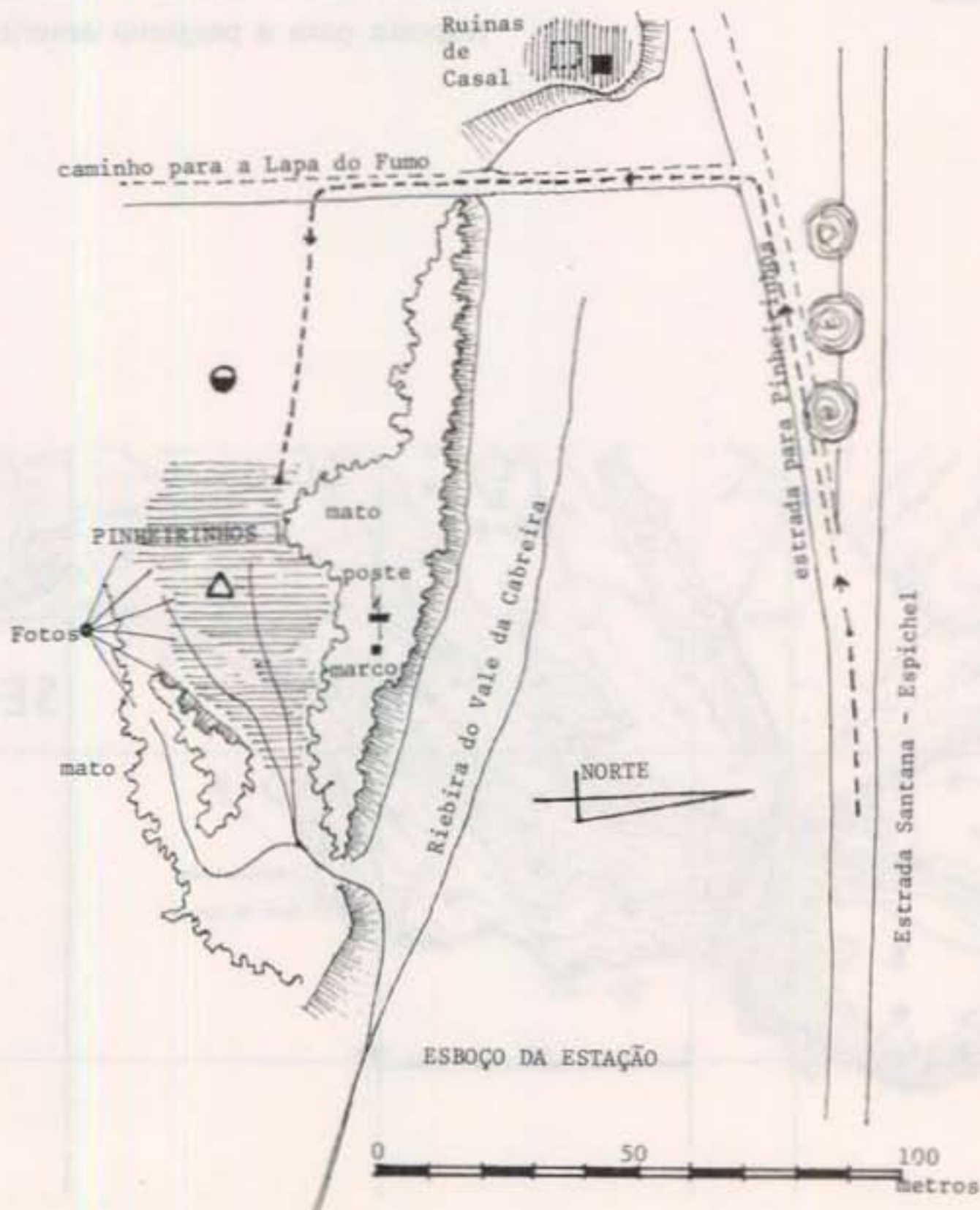


Fig. 2 — ESBOÇO DA ESTAÇÃO

## Materiais recolhidos\*\*\*

### PALEOLÍTICO:

- Peças de quartzo e quartzito, apresentando desgaste éolico (fig. 4).

### NEOLÍTICO:

- Vários fragmentos de moinhos de rebôlo, de grés.
- Percutores esferoidais de quartzo.
- Instrumentos lascados de quartzo e quartzito, de arestas vivas (fig. 4)
- Instrumentos de sílex (fig. 5)
  - Núcleos de micro-lâminas
  - Grande percentagem de micro-lâminas
  - 2 crescentes retocados
  - 2 trapezios retocados
  - raspadores, fragmentos de lâminas...
- Instrumentos de pedra polida (fig. 6):
  - Uma enxó de xisto e fragmentos de diorito polido.
- Cerâmica (fig. 6):  
Muito fragmentada e relativamente rara; no total, temos 59 fragmentos de fabrico manual, de pastas e tipos variados. Dois fragmentos com decoração impressa. Recolheram-se também alguns fragmentos de cerâmica moderna (vidrados, asas, bordos).

## Conclusões

1 — As peças paleolíticas recolhidas nesta

\*\*\* Depositados no Museu Municipal de Sesimbra

estação, constituem mais um núcleo da vasta estação que se estende por todo o planalto dos Pinheirinhos. A sua classificação não apresenta novidades. Na sua maioria, são peças mustierenses ou «languedocenses».

2 — Os materiais neolíticos recuperados, sílices, quartzitos, cerâmica, cabem tipologicamente em dois horizontes do Neolítico, NEO I e NEO II, datados na Lapa do Fumo, respectivamente do 5.º e 4.º milénios a.C.

3 — A proximidade entre Pinheirinhos I e a Lapa do Fumo\* (700 metros), faz deste povoado humilde, uma preciosa chave para a resolução dos problemas do NEO I e II desta região, correctamente estratigrafados na Lapa do Fumo.

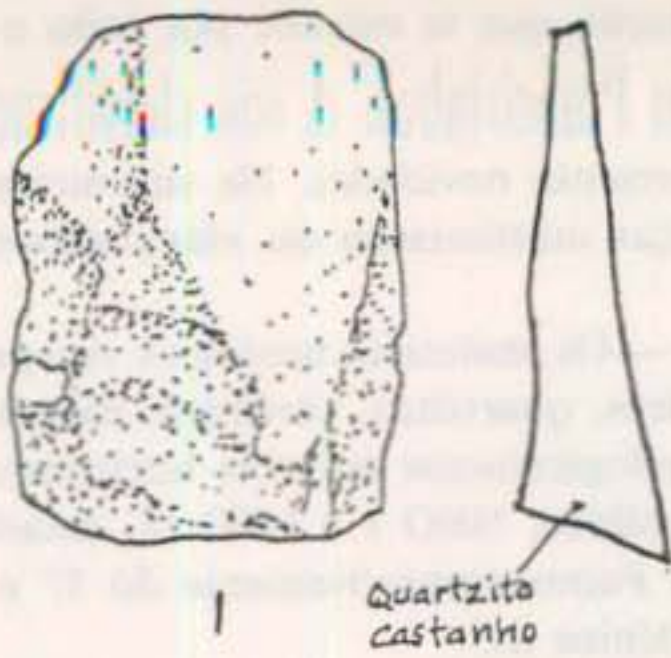
4 — Esta estação parece ser um pequeno povoado aberto, sem muralhas, de agricultores, ou o resto de um casal agrícola, talvez semelhante em estrutura aos pequenos casais que, salvo a cultura e o tempo, ainda hoje povoam a região. É necessário proceder-se a uma sondagem de verificação, que melhor possa esclarecer a problemática à vista.

\* E. da C. Serrão, Gustavo Marques, Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra) «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», 1, Coimbra 1971, p. 121 ss,il.

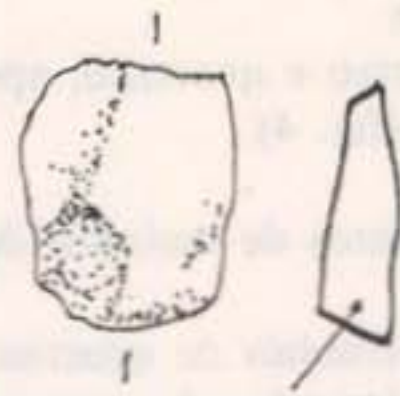


Fig. 3 — PINHEIRINHOS 1, VISTO DE SUL.

PALEOLÍTICO



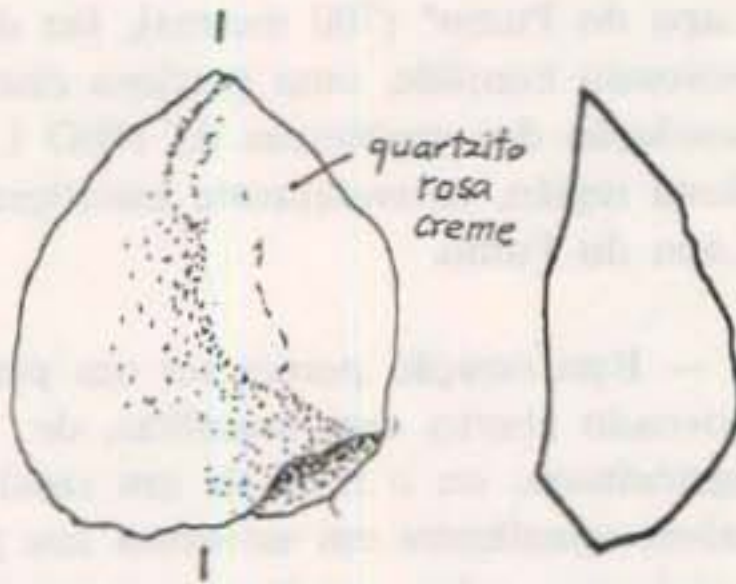
Quartzito castanho



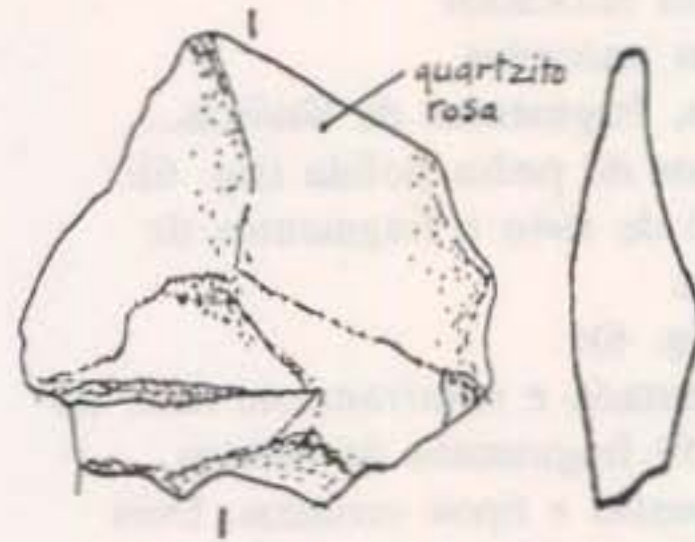
Quartzito rosa

desgaste eólico

NEOLÍTICO



quartzito rosa creme



quartzito rosa

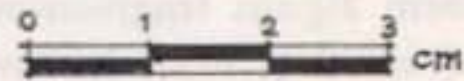
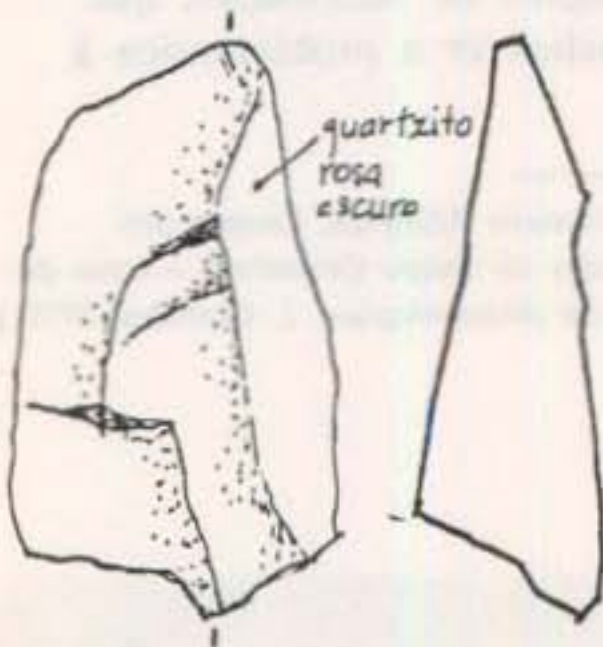
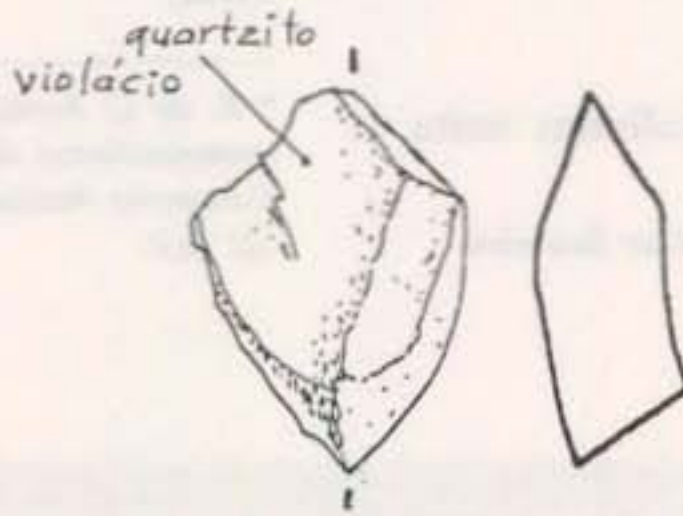


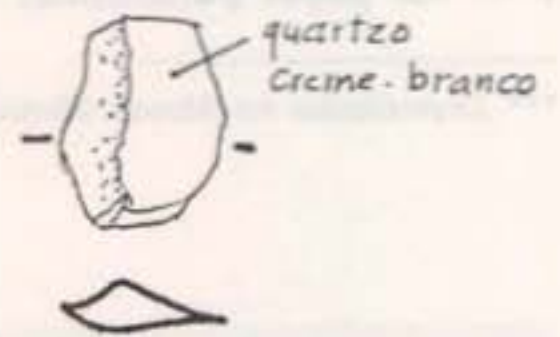
Fig.4 - Quartzitos e quartzos



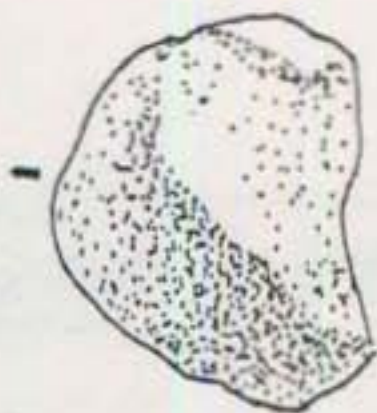
quartzito rosa escuro



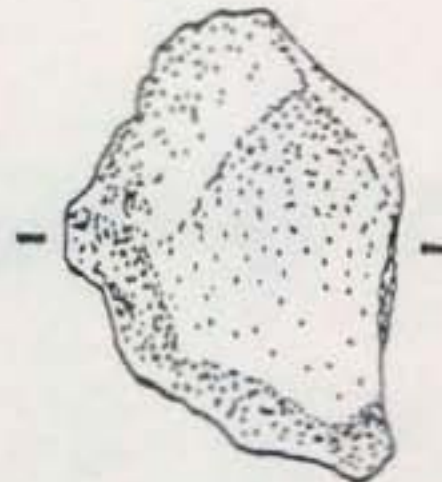
quartzito violáçio



quartzito creme-branco



quartzito bege



quartzito bege



quartzito translúcido

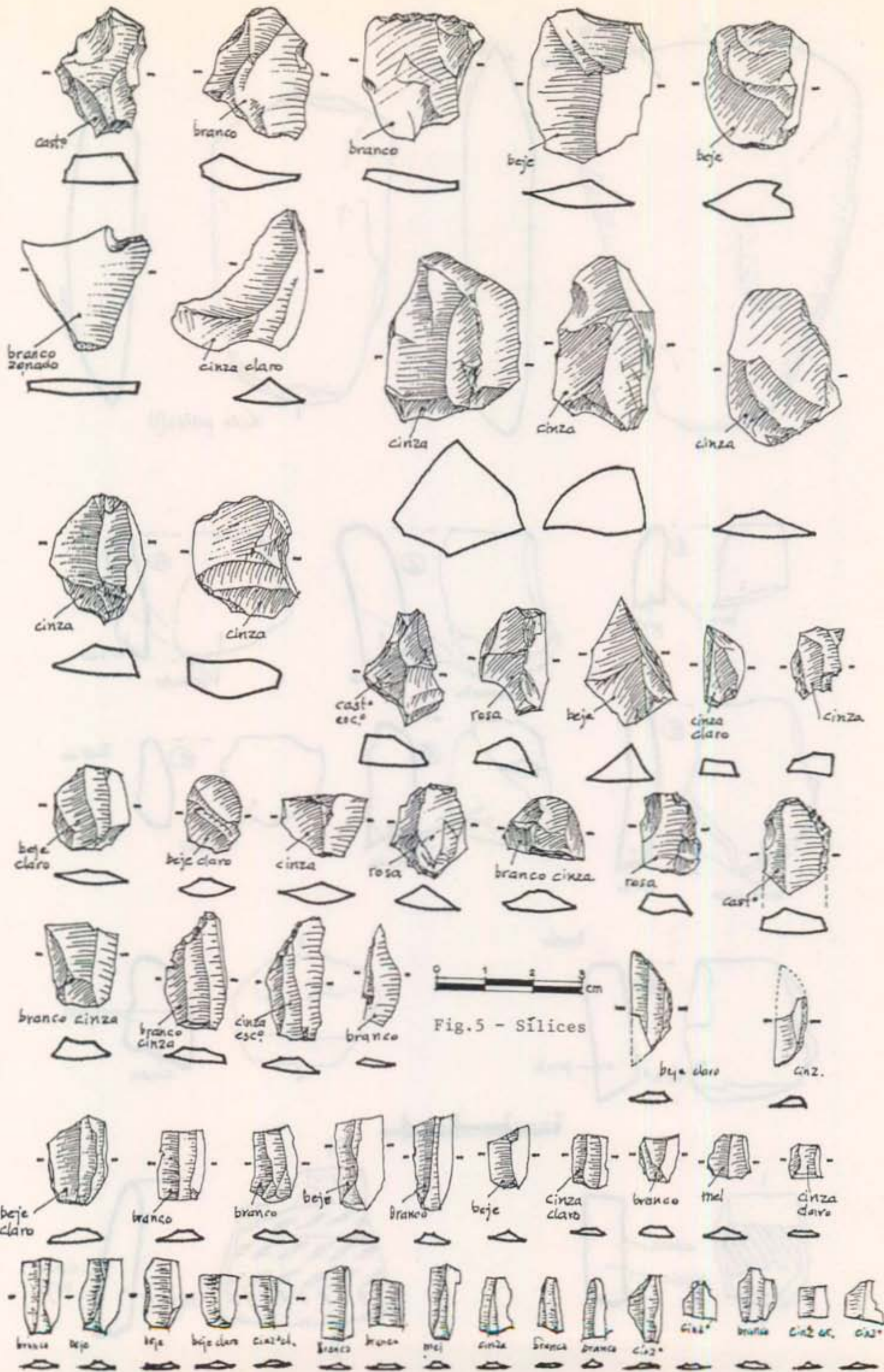
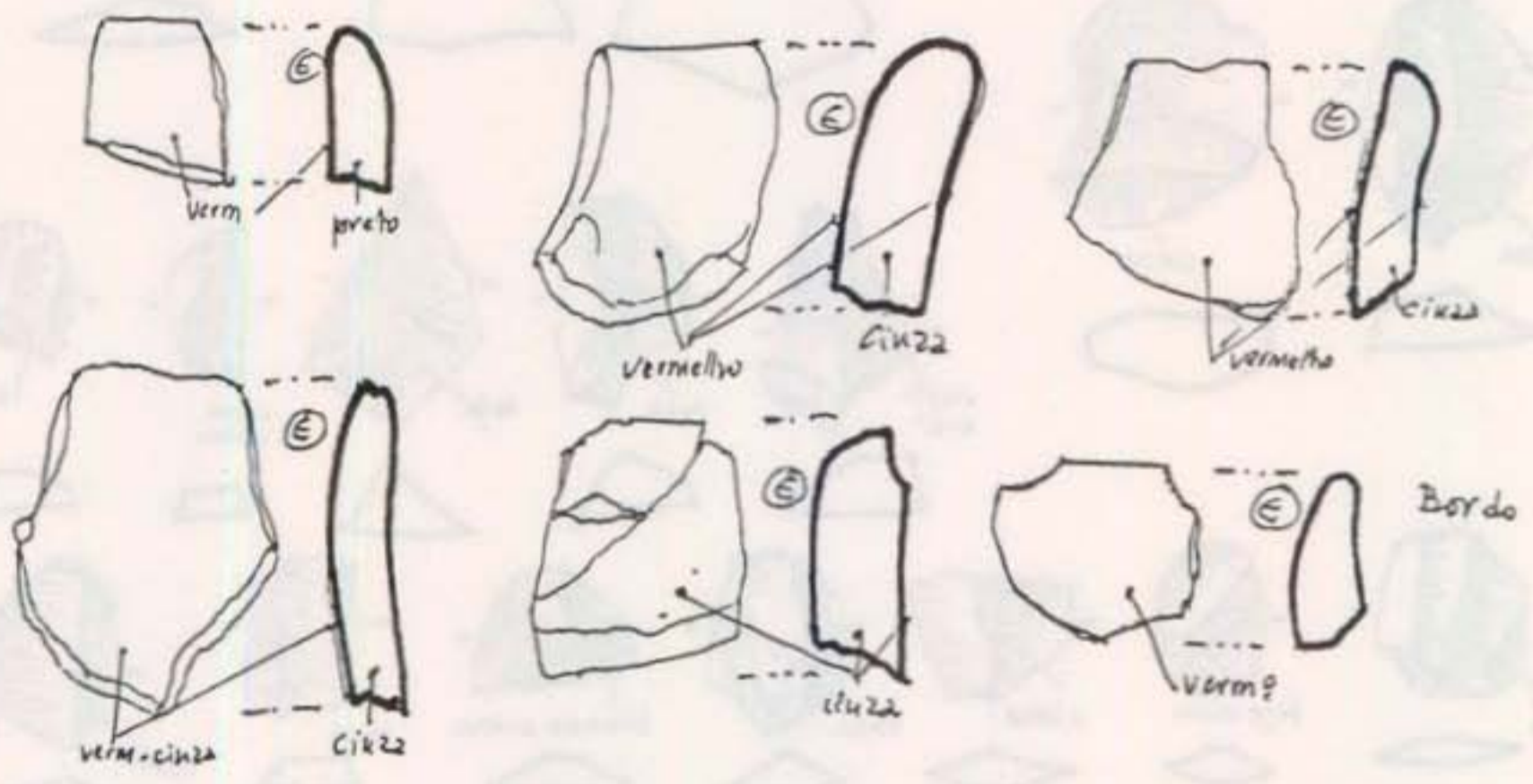
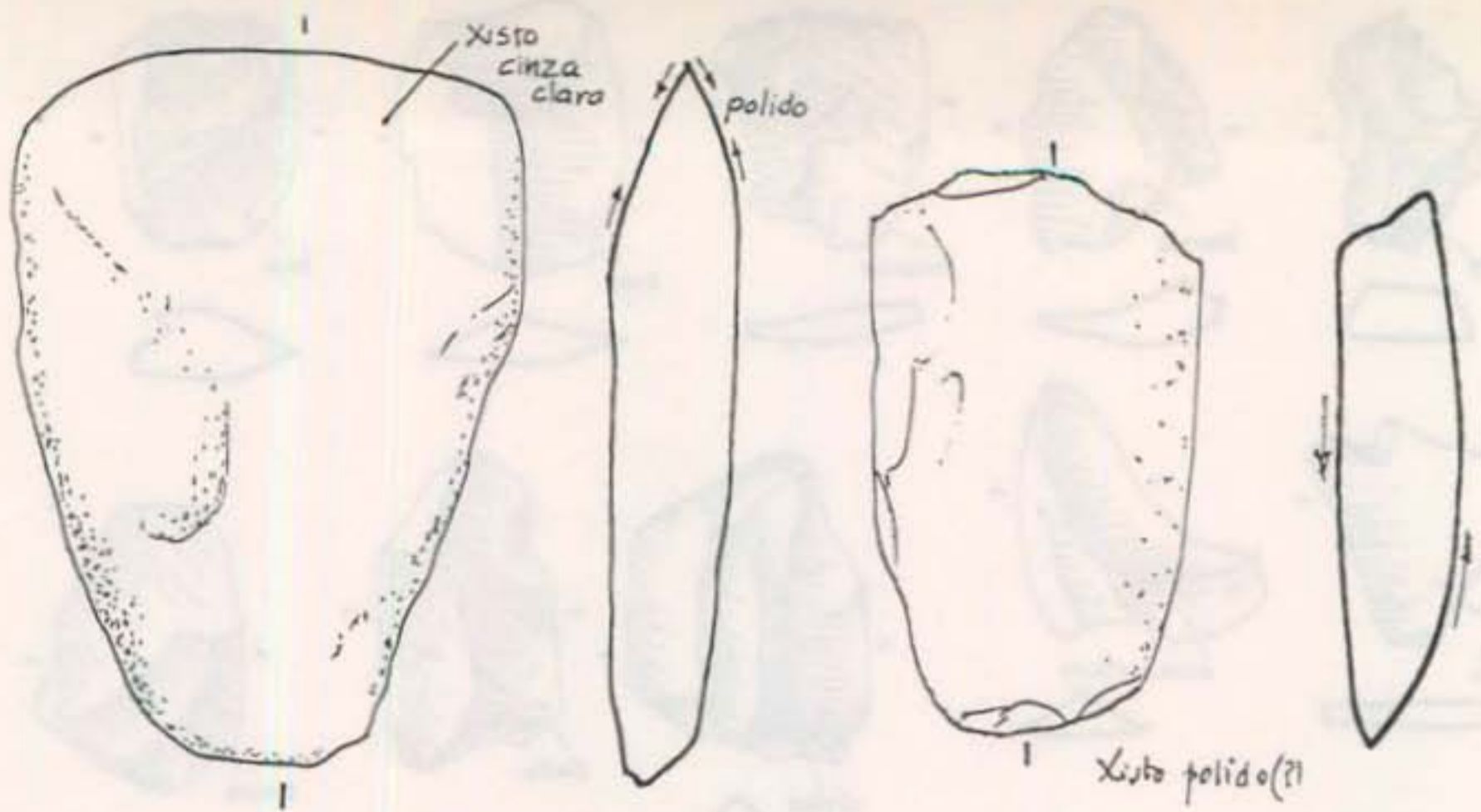


Fig. 5 - Sílices



# COMO DEFENDER O PATRIMÓNIO CULTURAL EM CADA COMUNIDADE: DINAMIZAR, ANIMAR, ACTIVAR.

Maria da Ascensão Reis\*

## Como fazer este trabalho?

... «Ninguém pode buscar sozinho. Toda a busca no isolamento, toda a busca movida por interesses pessoais e de grupos, é necessariamente uma busca contra os demais. Consequentemente uma falsa busca. Tão somente em comunhão essa busca é autêntica...»

(Paulo Freire)

## Em que condições é possível fazê-lo?

... «Quanto mais *conhecer*, criticamente, as condições concretas, objectivas, do seu aqui e do seu agora, da sua realidade, mais poderá realizar a busca (...). Quanto mais inserido e não apenas adaptado à realidade concreta melhor poderá realizar a investigação, fazer o levantamento, só inserido, só integrado, é possível animar e activar a COMUNIDADE.»

(Adaptado — Paulo Freire)

Esta é a primeira e condição indispensável para que seja possível desenvolver um trabalho de animação. Primeiro a integração, a inserção na comunidade; só depois da integração é possível dinamizar, activar.

## O local de trabalho

Cada um dos animadores realiza a sua tarefa na pequena comunidade local. Pequena, pois

as pessoas conhecem-se, as famílias distinguem-se, a notícia, o acontecimento alcançam no seu conjunto, os caminhos e percursos que a desenham são por todos sabidos e percorridos; uma parte importante da memória de cada indivíduo ou grupo é comum. Local, porque localizada, individualizada em relação a outras que lhes são mais ou menos próximas. É aí que os animadores irão desenvolver a sua actividade, a sua *acção de animação*, que têm forçosamente como objectivo activar e dinamizar os membros de cada comunidade. Essas acções só podem ser levadas a cabo a partir de e em conjunto com as populações. E para conseguir pôr em prática acções de animação torna necessário, torna-se imprescindível um conhecimento dos aspectos próprios de cada um dos locais onde se processam, dos problemas existentes, dos factores positivos ou negativos que as facilitam ou dificultam, da maneira de ser das pessoas, do seu desenvolvimento económico, dos comportamentos dos grupos sociais, dos seus interesses, rivalidades, etc. Tudo isto varia de comunidade para comunidade, logo, de localidade para localidade e, no entanto, apesar das maiores ou menores diferenças, temos de procurar alguns traços que lhes são comuns e maior importância podem ter ao considerarmos os caminhos possíveis para dinamizar a actividade sócio-cultural.

## Animação: O quê ?

### Para quê ?

A animação apresenta-se mais como um projecto de alteração qualitativa do quotidiano, do que como um projecto alternativo da sociedade. A animação é uma maneira de olhar, de ver as coisas, de estar atento, de tentar trabalhar, muito mais do que uma finalidade. A animação atinge a sua finalidade quando deixa de ser preciso animação. É um processo gradual no qual é

\* Professor do Ens. Sec. e membro da Ass. M. de Santiago do Cacém.

possível determinar o princípio, o meio e o fim, é um processo em diversos tipos de acções que podem passar por acções de divulgação cultural, de agitação cultural, de dinamização cultural. A animação não recorre normalmente a instrumentos de trabalho sofisticados, dá uma maior importância ao desenvolvimento da criatividade necessária, para que se criem no interior dos grupos os próprios instrumentos, quer de comunicação, quer de trabalho colectivo. *A animação só faz sentido quando está ligada aos problemas reais e concretos do sítio onde se passa.* Não basta fazer teatro para que tenhamos trabalho de animação; se isso não tiver um determinado objectivo, se não estiver inserido nesse tal processo, não estamos num trabalho de animação.

Não basta fazer teatro pelo teatro, para entreter as pessoas. Isso não tem nada de mal, mas não chega, é muito pouco. *É preciso que os meios de expressão cultural sejam para nós instrumentos de intervenção, que visem resolver alguma coisa, ou contribuir para olhar a realidade de maneira diferente.*

### **Património, Animação — Que relação ?**

Será importante, agora, tentar abordar a questão do património e da animação.

Prioridade ao património ou à animação é uma questão que tem levantado uma certa polémica em determinados sectores da vida nacional e internacional.

Parece-nos uma questão que não tem muito sentido dado que o trabalho sobre o *património* só tem sentido, quando é *ponto de partida* para um *trabalho de animação*, de intervenção, de participação, que implique o envolvimento de um grupo ou de uma população.

Quando se fala em património, em defesa do património há tendência a pensar imediatamente no património arquitectónico, no património arqueológico, isto é, o património das coisas.

Consideramos que este é importante defender, mas não unicamente, muito mais importante é o património das pessoas, dos seus costumes, das suas tradições.

Para dinamizar uma comunidade, é do património das pessoas que temos de partir, dado que nos concentramos mais sobre acontecimentos e estes só existem quando há pessoas. Contudo, muitas vezes, é necessário passar pelas coisas, e por coisas que têm uma determinada importância, um lugar na memória comum, na nossa memória colectiva.

Só se pode registar uma dança, ou um conto, ou costumes, se existirem pessoas que os conheçam, que os transmitam. Os elementos da comunidade que conhecem, que viveram, e vão dar a conhecer aos outros a dança, o conto ou os costumes, estão a dar vida a coisas que estavam inanimadas, que já só existiam na memória de alguns.

E essa coisa pode ser um óptimo enredo se se quiser fazer teatro, por exemplo. Mas será condição para utilizar um conto, por exemplo, que este transmita uma mensagem, que seja um instrumento de intervenção, logo, que contribua para olhar a realidade de maneira diferente.

Procedendo desta forma há animação e há preservação do património cultural. E há o envolvimento da população na dinamização cultural, o material (ou parte do material) da animação sai de elementos da comunidade e não lhes é impingido por elementos estranhos, numa linguagem que muitas vezes não conseguem entender.

Só assim é possível fazer um trabalho participado, activo, que tenha continuidade e não morra assim que o animador termine a sua tarefa. ●

# EXISTE UMA ARTE POPULAR MODERNA?

*Helder Pacheco\**

Para investigar o que sobrevive, se transforma e inova, na actividade cultural popular, faz falta uma análise sistemática dos factores que, nos grandes aglomerados populacionais, dão origem ao que poderemos designar por arte popular urbana. Embora não pensemos que a inovação aconteça somente nos centros urbanizados, uma questão candente é a de apurar quais as características das tradições que subsistem nas cidades de certa dimensão. Indo mais longe, interessaria averiguar que o ambiente citadino, com tudo o que comporta de aplicação de saberes científico-técnicos avançados, na criação de novas realidades espirituais e materiais, é compatível com a manutenção de tradições artísticas e artesanais com bases económicas do tipo rural ou pré-industrial, em vias de desaparecimento em inúmeras zonas do país. Referimo-nos tanto às tradições campesinas transferidas para as cidades pelas deslocações da população, como às de índole marcadamente urbana, representativas de respostas independentes a situações estéticas ou não, qualitativamente diferentes. Parte considerável dos levantamentos e estudos que se têm realizado, reflectindo conceitos de pesquisa vindos dos grandes vultos da etnografia portuguesa de transição do séc. XIX para a actual, privilegiam em regra as artes e ofícios de raiz rural. É inegável a sua importância. Mas o reconhecimento mais recente de tais manifestações, centrando-se sobretudo no texto monográfico sobre regiões ou locais onde elas sempre assumiram carácter relevante como reflexo da vida de comunicações agrícolas e pastoris e, em certos casos, marinheiras, acaba por nos transmitir um olhar incompleto da realidade das nossas artes populares, neste último quartel do século XX.

Para corresponderem às necessidades das suas relações interpessoais e às que se prendem com a dominação da Natureza, as

populações revelam, no seu comportamento social e no seu pensamento estético, um conjunto de percepções, sensações e actos reflexivos, constituindo a sua «bagagem» adquirida. Elaboram assim uma cultura cuja autenticidade é tanto maior quanto constitua afirmação de um percurso colectivo. As ideias prolongam e representam a Natureza e a matéria objectiva na inteligência humana, enquanto o contexto socio-histórico determina as formas das suas acções práticas.

Natureza, espaço e tempo actuam sem cessar sobre os homens que, para conciliarem ou reagirem às diversas influências com que confrontam, extraem do seu fundo cultural e dos meios materiais da sociedade os instrumentos da sobrevivência, do progresso pessoal e também da transformação social. Nas suas obras, os artistas populares do passado exprimiram uma concepção do mundo, firmada na compreensão das relações sociais da sua comunidade e do lugar e função que desempenhavam na vida da mesma. Os criadores actuais trabalham a partir de muitas antigas tradições das artes populares, mas estas, conservando embora e desenvolvendo até velhos usos e saberes, tendem a adquirir outras feições e integrar temas actuais e originais. A noção de «arte popular» terá, portanto, que ser alargada. Hoje, inúmeros acontecimentos se processam fora dos preceitos dos ofícios ancestrais e das antigas práticas artesanais. As artes populares nasceram outrora das mãos de artífices desconhecidos (do grande público, que não da sua comunidade), normalmente não-escolarizados; agora, entre os seus praticantes e criadores, continuam a existir artesãos com o perfil dos antigos mestres dos ofícios, mas surgem também habitantes das cidades, operários, empregados de serviços, artistas amadores, etc., possuindo já certo nível de instrução. Assim, o conceito de artista e artesão populares terá igualmente de ser revisto. Praticam-se actualmente os velhos artesanatos e ressuscitam-se outros que se mantêm como parte integrante da cultura diária das populações. Mas existe claramente uma descontinuidade cultural. A integração

\* *Investigador e escritor.*

de novos elementos nos usos e costumes populares e a rejeição de antigas tradições intensamente arraigadas criam a sensação de um vazio de identidade, já que não estamos normalmente preparados ou aptos para assumir o papel de intermediários entre o passado e o futuro. A resposta às novas necessidades de expressão das populações, na ausência (de que todos somos culpados) de estímulos à criatividade ou de perspectivas de renovação firmadas num projecto colectivo, traduzem-se no nivelamento e na degradação imaginativos. Massificar pela homogeneização é, infelizmente, mais fácil do que promover a diversificação cultural.

Elevada percentagem da população portuguesa tem vindo a concentrar-se nas cidades. A maioria é originária do país interior que se despova. Dele provêm, inegavelmente, inúmeros componentes de uma identidade cultural multissecular. Este fenómeno migratório interno terá forçosamente que originar formas culturais de novo tipo, representando os equivalentes modernos de géneros integrados habitualmente na área do *folk-lore*.

Transferiu também o fundo e a memória culturais das zonas de proveniência daquelas populações, para situações citadinas. Criou rupturas, aculturações e mutações. Por outro lado, as expressões estéticas características das concentrações populares urbanas, muito mais impregnadas de influências «eruditas» do que as do campo, representam modalidades de uma cultura paralela à tradicional. Em certos casos serão uma «contra-cultura», face aos padrões estéticos estandardizados pelos meios de comunicação, particularmente intensos naquelas áreas. Mas tais meios, pelo fascínio e pelo poder persuasivo que lhes é conferido por uma tecnologia sofisticada, não podem deixar de influenciar poderosamente a criação cultural popular.

No entanto, o problema de fundo, no que se refere à concepção de espaços, objectos e equipamentos modernos para a vida dos homens, não reside na discussão académica acerca da aceitação, ou não, do uso e influência das tecnologias e matérias-primas até agora desconhecidas. Mesmo quando se trate, como no caso de certos artesanatos de construção de utensílios cujos usos e formas

são sancionados por tradições seculares (objectos de olaria, cestaria, ferramentas de trabalho, apetrechos domésticos, etc.), a evolução dos meios e das técnicas de produção e o uso de novos instrumentos de fabrico (serras mecânicas, brocas e fornos eléctricos, etc.), são irrecusáveis e irreversíveis. Não podemos regressar ao Neolítico ou à Idade Média, para prosseguir na «pureza» de concepção, e na «nobreza» de execução, segundo os melhores ritos artesanais. As possibilidades proporcionadas pela técnica actual e pelos recentes materiais disponíveis não sofrem contestação. Elas trazem facilidades criadoras incomparáveis para a existência dos artífices, no que podem facultar de comodidade, rapidez de execução e eficiência no trabalho. O problema de fundo, dizíamos, consiste em tomar consciência de qual a extensão possível do uso das novas tecnologias e materiais para o revigoramento das velhas tradições artesanais (e, por analogia, das diferentes facetas da cultura popular). Isto é: importa encontrar os limites até onde os antigos ofícios artesanais se poderão manter como espelho da auto-realização e expressão das gentes e das suas culturas. E, por outro lado, importa questionar se os modelos de desenvolvimento socio-cultural a que os instrumentos de progresso científico e técnico estão adstritos são efectivamente postos ao serviço das comunidades e das suas populações, salvaguardando a sua dignidade criadora. Se o «progresso» servir para extinguir nos homens o sopro vivificador de um saber-fazer autónomo, imaginativo e crítico perante os conformismos do consumo, ficaremos envolvidos por um retrocesso cultural que atingirá as artes populares, reduzindo-as a um rebotalho para exportação turística.

Para além dos testemunhos em que se revela uma herança de origem campesina é, portanto, exequível pensar-se no aparecimento de manifestações culturais populares especificamente urbanas, diferentes dos padrões e formas estéticas que identificam as artes tradicionais. Manifestações que, reflectindo condições ambientais e sociais próprias, constituem actos criativos que respondem a situações e necessidades

quantitativa e qualitativamente diferentes das das comunidades aldeãs do passado próximo ou remoto.

Esta será porventura a face de uma transformação ignorada das artes populares, desconcertante, ou por vezes irreconhecida (porque inesperada e diferente), constituindo um fenómeno cultural rejuvenescedor das nossas tradições.

A tal respeito, poderemos colocar vários tópicos de investigação:

- a) Qual o sentido e o carácter actual das tradições populares, no contexto de regiões ou aglomerações submetidas a fortes mudanças socio-culturais, derivadas do seu desenvolvimento industrial e urbano?
- b) Qual o efeito das alterações da estrutura económica de certas áreas (implantação industrial intensiva, declínio da produção agrícola, incremento do comércio e turismo, standardização de habitação, etc.) sobre as suas manifestações folclóricas tradicionais? Será inevitável e irreversível o desaparecimento destas e em que condições de veracidade poderão subsistir?
- c) Qual a mutação operada nos padrões estéticos populares pela criação de um novo ambiente artificial, onde a moderna arquitectura e os seus espaços, a publicidade massiva, o incremento dos transportes públicos com uma imposição de «leitura» do envolvimento, constituem referências culturais completamente diversas das do passado? O alargamento e alteração das mensagens tradicionais operadas pelo actual ordenamento das cidades, no campo estético das populações, dá origem a que (novos) géneros de expressão cultural?
- d) Que transformações têm acontecido na nossa cultura popular, sob o impacto da informação difundida pelos *mass-media* e pela imposição dos seus padrões de espectáculo predominantemente cosmopolistas e de origem estrangeira?
- e) Que tipos de aculturação provocou nas manifestações folclóricas do campo e das cidades o êxodo da população rural para as aglomerações urbanas população que, ou se «submete» e agrega modelos citadinos, ou se marginaliza em relação a estes? Como se comportam culturalmente essas populações tradicionalmente inventoras e herdeiras de fontes milenárias de expressão, portadoras de uma forte memória cultural colectiva, activada por meios geográficos muito característicos e subitamente confrontadas em ambientes socio-económicos e físicos que lhes são antagónicos?
- f) É ainda pertinente associar as actuais tradições populares das cidades e vilas (já que certas aldeias e lugares mantêm uma relativa permanência de formas de vida, técnicas de cultura e fabricos de artefactos, ancestralmente herdados) a uma determinação da identidade nacional, tal como as artes populares sempre o permitiram fazer?
- g) Poderemos reconhecer os parâmetros e componentes de uma nova cultura popular, essencialmente urbana, imbuída de comportamentos sociais descontínuos dos tradicionais, induzidos por diferentes condições de vida, modernos materiais e possibilidades tecnológicas em actualização? O «choque» cultural provocado pelas mensagens audio-visuais e o contacto com os padrões sedutores das culturas estrangeiras, absorvidos sem contrapartida de salvaguarda da nossa personalidade, viabilizam ainda uma cultura popular significativa da nossa identidade?
- h) E, finalmente, quais as hipóteses de expansão e qual a influência que os novos tipos de expressão, as renovadoras manifestações culturais populares divergentes das antigas, podem assumir tanto no planeamento e implementação de políticas locais de protecção do património cultural, como no adicionar ao brio da nossa Herança colectiva, de elementos modernos, representativos da sociedade portuguesa actual? ●

# HISTÓRIA LOCAL, PATRIMÓNIO DOCUMENTAL, ARQUIVOS HISTÓRICOS, MUNICÍPIOS E ACÇÃO AUTÁRQUICA

Sérgio Bento\*

Nos períodos históricos em que há desenvolvimento regional por descentralização política, há um incremento de estudos regionais, há um desenvolvimento do interesse sobre questões locais, há enfim progresso cultural regional.

A Pequena História, a História Local, atravessa uma fase de profunda renovação, no estudo e no conhecimento da realidade das comunidades. Uma autêntica política de defesa do Património Cultural (não uma política de fachada), não a pode ignorar nem consubstanciar-se sem ela. É que é pela História Local que passa a definição da personalidade colectiva, da identidade e da diversidade cultural de cada comunidade e do seu metabolismo e dinamismo.

Desde o 25 de Abril de 74 que o Poder Local tem vindo a assumir um papel crescente no fenómeno cultural.

Esse novo papel das autarquias, umas vezes de apoio, outras mesmo de iniciativa e vanguarda, tem a responsabilidade do enfraquecimento do peso esmagador dos valores culturais padronizados e da revalorização *da cultura popular, reconhecendo-a como sistema de cultura.*

É pois de esperar que esta renovação seja consequente, não só no plano científico como no plano político.

Se a noção da História se libertar da velha concepção «erudita» da arqueologia-romana, das genealogias-ilustres muito ligadas a heróicos feitos militares e à ostentação de pregaminhos; se conseguir mesmo ultrapassar os seus símbolos mais queridos (?), o seu castelo, a sua coroa, o seu foral afonsino ou manuelino, os nomes dos seus mais aristocratas senhores (reflexos da super-estrutura inerente); é então possível pensar a História Local em nome desse grande

indivíduo colectivo que é o Povo! Saber, por exemplo, como se têm estruturado localmente os tipos de propriedade, de riqueza, os ofícios, as relações sociais, as sucessões políticas, o associativismo, etc, etc...

A História-Local dos nossos dias deixou de assentar nos estudos monográficos de «eruditos» isolados: É necessário virar definitivamente a História para a quantificação, para a seriação, conjugando métodos históricos tradicionais com estudos etnológicos. Fazer estudos demográficos de tipo antropológico sobre registos de baptizados, casamentos, óbitos; analisar documentação sobre profissões, salários, impostos, cargos políticos; fazer enfim História de tipo serial nos planos económico, social, político, das mentalidades, sempre numa perspectiva global.

É neste contexto que a memória colectiva sempre que possível mas principalmente um Arquivo Municipal pode/deve assumir um papel de importância exemplar.

Os Arquivos Históricos Municipais foram esquecidos pela legislação e não existem quaisquer critérios uniformizados para a sua criação e organização. E no entanto, a maior parte se não todas as Câmaras Municipais e muitas Juntas de Freguesia possuem os seus arquivos — os seus «depósitos de papelada» — quase sempre tão abandonados quanto ricos. E a nível local; outros arquivos ignorados ou escondidos apodrecem fisicamente ou se «conservam» na inacessibilidade dos segredos das Velhas — Casas — Família, ou ainda se mantêm receptivos (tão-só!), à espera de revelação, nos armários ou sotãos de colectividades, de particulares, de igrejas, de Juntas de Freguesia.

Todo este espólio deve/tem de ser preservado e merece ser integrado num mesmo Arquivo Histórico Municipal.

A ausência de uma política arquivística não deveria significar a ignorância da sua importância, quer no que respeita à

\* Professor do CPES e  
Presidente da Assembleia Municipal  
de Santiago do Cacém.

investigação histórica, quer no que concerne ao seu aproveitamento como elemento dinamizador da comunidade.

Mas o acto de transformação de cemitérios de documentação histórica em verdadeiros Arquivos Históricos Municipais, apresenta afinal dificuldades que, embora de monta, não são inultrapassáveis.

Uma dificuldade é a tendência fortemente centralizadora da pouca legislação existente sobre Arquivos. É o caso da documentação notarial cujo interesse estritamente concelhio não obsta à sua recolha nos arquivos distritais. Mas esta ultrapassa-se por acordos de consulta e relações de existência, se não de transferência de fundos, entre Arquivos. Outras, mais fortes, mais emperrantes e enervantes para quem pretenda levar a cabo trabalho sério, são a falta de locais próprios ou adequados, a falta de verbas e a falta de recursos humanos competentes para a instalação e organização dos arquivos.

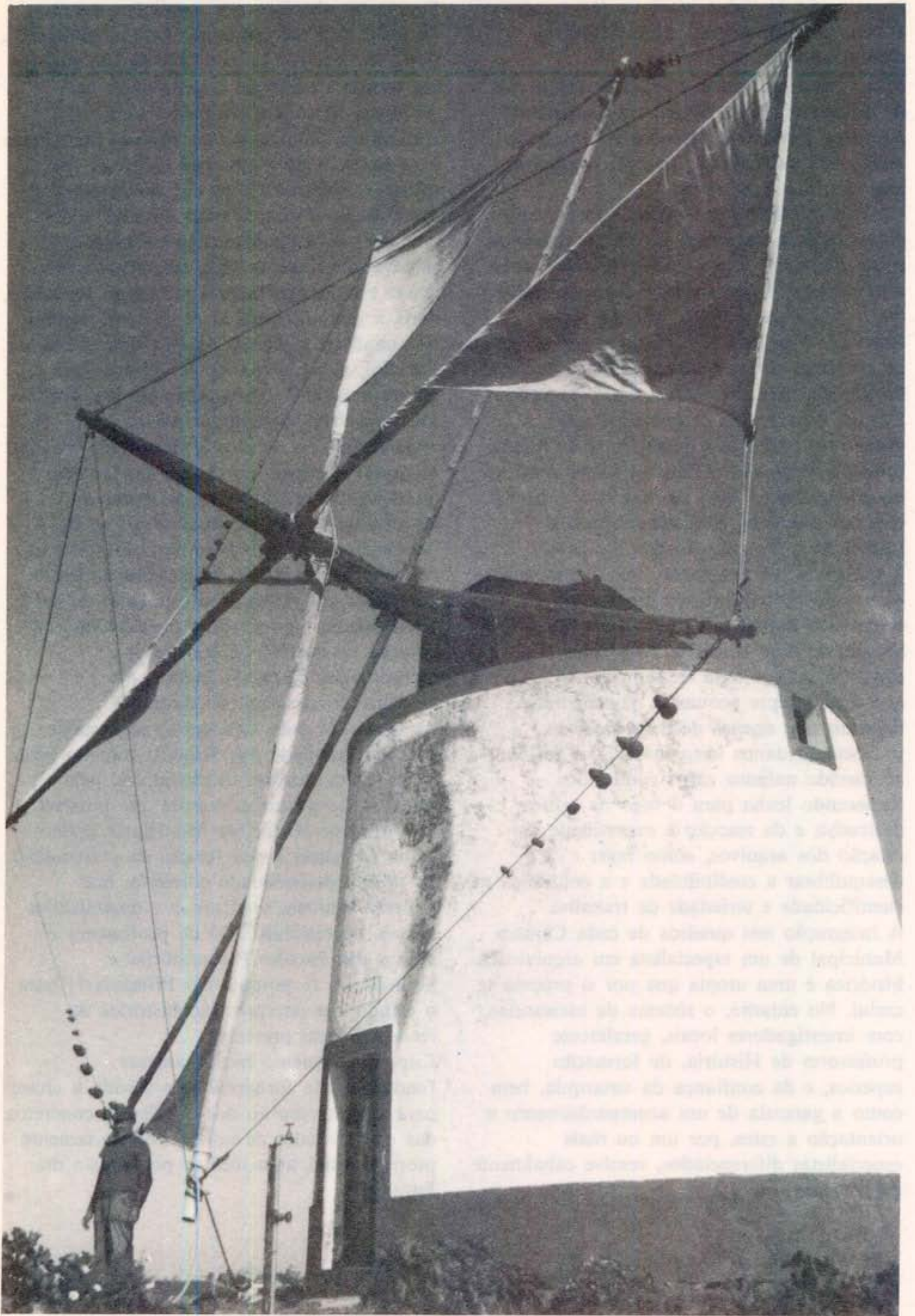
É indispensável reconhecer que a organização de um Arquivo Histórico exige uma orientação técnico-científica específica e que as simples boas-vontades ou alguma experiência (que teria de ser positiva — o que nem sempre acontece), podem neste domínio não apenas destruir arquivos provocando danos irreparáveis — e tal tem acontecido nalguns casos conhecidos — fornecendo lenha para o fogo da crítica destrutiva e da reacção à necessidade da criação dos arquivos, como fazer desequilibrar a credibilidade e a confiança na cientificidade e seriedade de trabalho.

A integração nos quadros de cada Câmara Municipal de um especialista em arquivística histórica é uma utopia que por si própria se exclui. No entanto, o sistema de assessorias, com investigadores locais, geralmente professores de História, de formação superior, e da confiança da autarquia, bem como a garantia de um acompanhamento e orientação a estes, por um ou mais especialistas diferenciados, resolve cabalmente o problema.

O respeito absoluto por condições mínimas de instalação (acondicionamento e segurança), pode conseguir-se se o problema for pensado em termos de ligação estreita entre os Arquivos Históricos Municipais, as Bibliotecas Municipais, os Museus Municipais e os Serviços de Animação Cultural: são afinal os Centros Culturais, núcleos de investigação e dinamização cultural. Com um pequeno aumento do pessoal técnico, é possível conseguir-se uma real eficácia de acção e uma significativa economia de meios, dada a gestão integrada dos vários sectores que concorrem para o mesmo fim: a Cultura. Por fim, a organização. Os critérios que devem presidir à organização de um Arquivo Histórico Municipal pressupõem que o seu responsável (ou os seus responsáveis) tenham formação superior no campo da História e que igualmente conheçam as regras da Arquivística e das Instituições e Funções Administrativas. Isto permitirá assegurar um trabalho adequado à realidade documental portuguesa, à realidade documental de cada comunidade, e preservar a maleabilidade de cotação no sentido de facilitar a incorporação de novos fundos, e a alimentação contínua do Arquivo.

As regras de ouro baseiam-se no respeito pela Integralidade dos Fundos, respeito pelas séries, pelas funções institucionais, pela organização primitiva sempre que possível. Os Arquivos Históricos Municipais poderão assim assegurar a sua função de preservação da nossa personalidade colectiva, mas poderão também vivificar-se e dinamizar-se através da sensibilização de professores e alunos das Escolas Preparatórias e Secundárias (e porque não Primárias?) para o estudo e a interpretação histórica da realidade local presente.

Este conhecimento historicamente fundamentado fornecerá sem dúvida a chave para a compreensão dos problemas concretos das comunidades de hoje e necessariamente proporcionará uma melhor preparação do Futuro.



MOINHO DA C. M. DE SANTIAGO DO CACÉM — CUMEADAS.

# O CANTE ALENTEJANO

António Marvão\*

No Baixo Alentejo há um cante tradicional específico daquela região, que se chama cante alentejano.

O que é o cante alentejano?

Como se canta o cante alentejano?

O que canta o cante alentejano?

Donde veio o cante alentejano?

É a estas perguntas que nós vamos tentar responder, embora sinteticamente.

**O QUE É O CANTE ALENTEJANO** — O cante alentejano é um polifonia simples, a duas vozes paralelas, à terceira superior.

Como polifonia, vamos situá-la na época em que a polifonia tinha o primeiro lugar na música, toda ela vocal, a que se deu o nome de MILÉNIO VOCAL, um polifonia sem instrumentos, que aparecem no período do Renascimento, no século XVI.

O cante alentejano é composto de modas, nas quais sobressaem, nalgumas delas, dois sistemas musicais inteiramente distintos: o sistema modal e o sistema tonal. O sistema modal, em uso durante toda a Idade Média, o sistema tonal, já fruto do Renascimento, no século XVI. O sistema modal grego, adaptado e modificado por S. Gregório, era composto dos modos Dórico, Frígio, Eóleo, Lídio e Mixolídio.

Os modos tinham sete notas, cujos semitons variavam na escala, ao contrário das nossas escalas, cujas melodias giram sempre em volta da tónica e da superdominante, segundo o tom é maior ou menor.

Os vestígios dos modos que mais frequentemente nos aparecem nalgumas modas alentejanas são do Eóleo, nas modas «Toda a bela noite eu estive» e «Ai ai».

Do Mixolídio nas modas «Meu lírio roxo» e «Água leva o regador».

Do frígio no cântico ao Deus Menino de S. Matias.

No Lídio na moda «O Sarapateado», de Santo Aleixo da Restauração e na moda «Ó abre-me a porta».

Estes restos do sistema modal encontravam-se, em muitos casos, nos finais das modas ou dos estribilhos.

As principais características das modas alentejanas são as seguintes:

a) Serem todas em tons maiores.

b) Terem algumas o soluço eclesiástico, ou pausa para respirar, no meio da palavra.

c) Terem algumas o acorde de tritono, que Arnol Schomberg banuiu da harmonia ao inventar a dodecafonía seriada.

**COMO SE CANTA O CANTE**

**ALENTEJANO** — Os cantadores, geralmente homens do campo, cantam em grupo, divididas as vozes em três naipes: o Ponto, o Alto e as segundas vozes. A função do Ponto iniciar a moda, retomada depois pelo Alto, e em seguida pelas segundas vozes, constituindo assim o coro. A função específica do Alto é preencher as pausas com os «vaías», no fim das frases musicais, excepto na última — assim uma espécie de Ponto na 1.ª vez.

Podemos dividir o cante alentejano em três tipos de música: As modas lentas, as modas coreográficas e os cantes religiosos.

**O QUE CANTA O CANTE ALENTEJANO**

— As modas alentejanas cantam-nos o Alentejo, com todas as suas belezas e a vida dos alentejanos. Há modas para todas as épocas do ano — a sementeira, com a moda da «Lavoura», que tem o seguinte verso

Já morreu o boi capote  
Camarada do pombinho  
Quem não for capaz que não bote  
Regos ao pé do caminho

Da monda, com o «Manjerico folha recortada, da ceifeira, da apanha dos legumes, do casamento», com a seguinte letra

Marianita és baixinha  
Ai, roja a saia pela lama  
Ai, tenho-te dito mil vezes  
Ai, levanta a saia Mariana

\*Pároco.

das sortes que diz assim,

### Senhora do livramento

Livrai o meu namorado  
Para que ele seja livre  
Ai, Meu Jesus  
Ai, Meu Jesus  
Dessa vida de soldado  
Dessa vida de soldado

Da vida de militar que diz assim,

Lá vai o combóio, lá vai  
Lá vai ele a assobiar  
Lá vai o meu lindo amor  
Para a vida militar

O cante alentejano tem o sentido do amor, da saudade e da tristeza, embora associados também a outros motivos. Das 206 modas do Cancioneiro Alentejano, 114 falam do Amor. Por exemplo as modas «Lindo Amor», «Ao romper da bela Aurora» e «Ribeira vai cheia», etc.

Das restantes 92, a maior parte canta a saudade. Por exemplo «O Meu Baleizão», «As cobrinhas de água», «Já morreu quem me lavava», etc. 6 modas cantam a morte e 17 cantam a tristeza. Cantam a morte as modas «Lindo Amor», «Solidão», «E já morreu quem me lavava». Cantam o sofrimento as modas «Anda cá senta-te aqui», «Ó Maria Rita», e «Suspiros ai e tormentos», etc.

### DONDE VEIO O CANTE ALENTEJANO

— A hipótese mais significativa é a que nos aponta a vila de Serpa como terra onde se organizou o cante Alentejano, pelo seguinte. As escolas de polifonia clássica do século XV, em Évora foram frequentadas por alguns frades da Serra de Ossa. Alguns destes mesmos frades foram mandados para Serpa onde fundaram o convento dos paulistas e Escolas de Cante Popular. Deve ter sido dessas escolas que saiu o cante alentejano. O cante alentejano tem princípio, meio e fim, pelo que somos levados a crer que os autores das modas alentejanas tenham pessoas dotadas de conhecimentos musicais suficientes para as inventar. Estas escolas de canto popular, fundadas pelos frades paulistas da Serra de Ossa, teriam a sua origem aí pelos

fins do século XV, na transição do Milénio Vocal para o Renascimento.

Assim definido, o cante alentejano representa

a cultura popular tradicional do povo do Baixo Alentejo, de um extraordinário, com a sua identidade própria, as suas características específicas e a sua peculiar interpretação. Esta cultura mergulha as suas raízes no sistema musical medievo, numa perfeita simbiose de modos e de tons, fruto da evolução da música no período renascentista. Esta cultura traduz a perfeita imagem do povo alentejano, no seu quotidiano, durante séculos, e que se mantém viva, em toda a sua beleza sentimental e nostálgica, que embalou, a sua gente, a fez trabalhar, cantar, chorar, sofrer rezar e morrer, numa epopeia bem digna da pena de um novo ainda que rústico épico.

### Os cantares de portel

Ao folhearmos a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> série dos Cantos Populares de Portel, recolhidos pelo sr. Artur Duarte, músico da marinha e publicados pelo Sr. J. A. Pombinho Júnior, edições de 1948 e 1949, respectivamente, constatamos que alguns daqueles cantos tem estruturas musicais do tipo modal, como nalgumas modas alentejanas.

Por exemplo na 1.<sup>a</sup> série os cantos «Laranja da China», «Aldeia da Laranja» e «Queavas na garrafinha», são desse tipo de música. Os finais desses cantos, o primeiro em Fá Maior e os outros dois em Sol Maior, terminam respectivamente em Dó e em Ré, sem a preparação necessária para a modulação ao tom vizinho, mas utilizando as formas de modo Eólio. Na 2.<sup>a</sup> série, o canto de passar da Ribeirinha, tem também uma terminação modal e não tonal. Trata-se, pois, nestes casos, de um grupo de modas que passaram para Portel, talvez através da Vidigueira, de Cuba ou de Viana do Alentejo nas romarias à Senhora de Aires, ou dos frades paulistas da Serra de Ossa, que abriram escolas de cante popular em Serpa, no Baixo Alentejo, onde provavelmente teve origem o cante alentejano.

Até à Serra de Ossa ainda se podem ouvir os lindos corais alentejanos. Depois, os

adufos e os pandeiros acompanham a música Regional do Alto Alentejo, que se caracteriza especialmente nas «saias», que se distinguem em velhas e novas, aiadas, puladas e com estribilho. As «saias» novas são ou eram cantadas em Elvas no S. Mateus, pelos grupos de Campo Maior, Borba, Vila Viçosa e Alandroal, em despique.

Ora Portel, influenciado pela música coreográfica do Alto Alentejo, que se caracteriza especialmente nas «saias», como já referimos, principiou ultimamente a juntar às vozes dos cantadores alguns instrumentos, com ritmos novos, coisa que nunca se viu até ali nas músicas alentejanas. E o pior é que Beja foi-lhe no encalce e afinou pelo mesmo diapasão, juntando-lhe ao canto e aos instrumentos, vozes femininas, em interpretações por vezes bizarras, pouco de harmonia com o tradicional cante alentejano. Há quem goste e quem não goste,

pertencendo a este último grupo aqueles que ainda sabem distinguir entre uma cobra e um lagarto.

É claro que não é com duas cantigas azougadas que se muda a face da terra, que continuará a girar sempre à volta do sol. O contrário seria a destruição do nosso planeta e dos seus colegas vizinhos e não sabemos se de mais alguns.

Não é tarefa fácil destruir a alma de um povo, por mais tentativas que se façam para o conseguir. Ela permanece sempre através de tudo, especialmente nas suas tradições. Ali deixa o homem e a sociedade que ela formou, bem vincada, a sua personalidade, a sua razão de ser e de viver. O Alentejo será sempre reconhecível através das suas velhinhas, nostálgicas e encantadoras modas, de cantadores bem unidos nas vozes, nos corpos, nos sentimentos e na vida. ●



# TRÊS OBRAS DE ARTE DO DISTRITO DE SETÚBAL POUCO CONHECIDAS DO PÚBLICO

*Fernando António B. Pereira\**

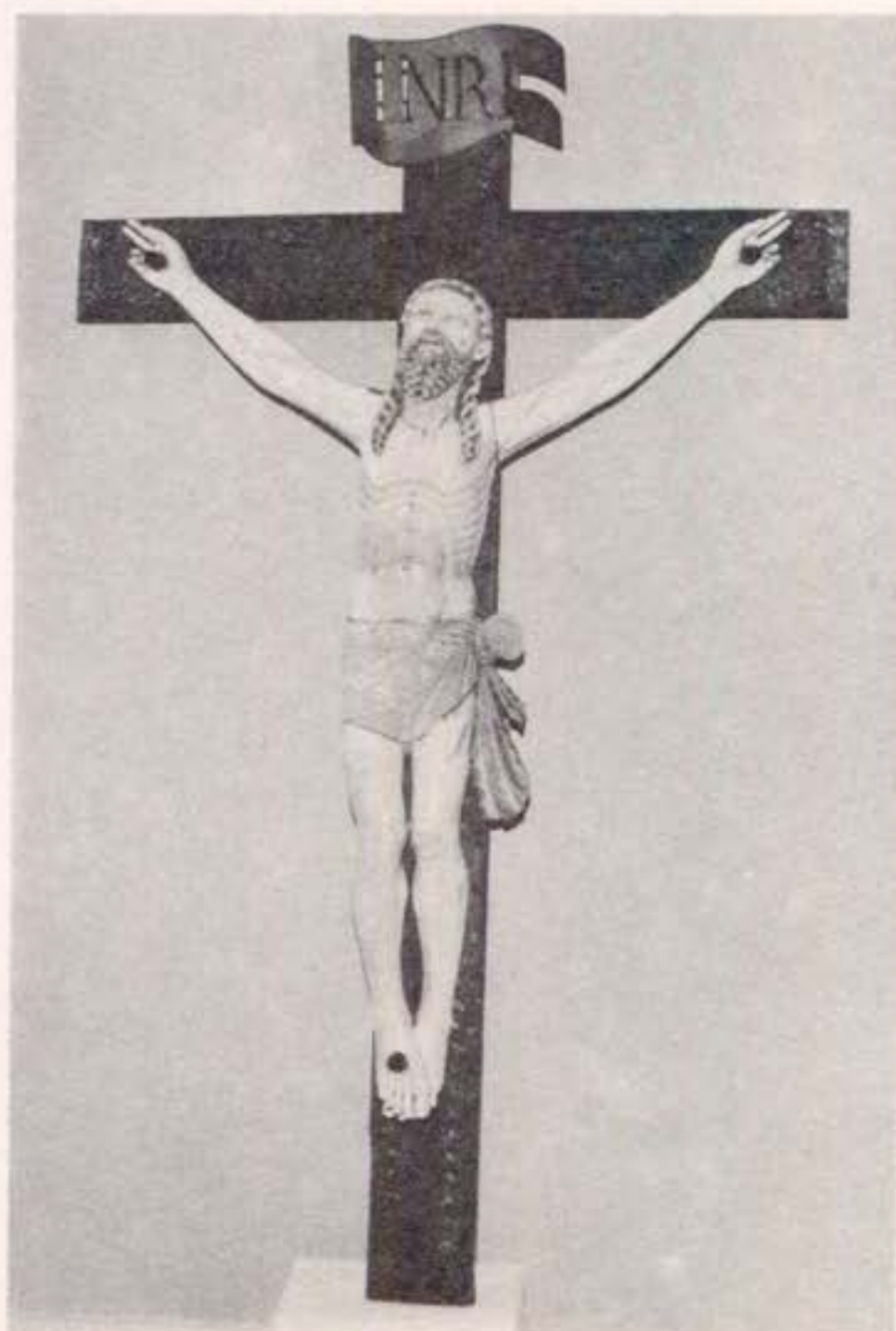
Pretende-se, neste texto, dar a conhecer ao público leitor três obras de arte, existentes em duas cidades do Distrito de Setúbal — a Capital do Distrito e o Montijo — que, não sendo propriamente inéditas, ainda não tinham merecido a atenção devida ao seu valor absoluto e importância relativa no contexto do património regional em que se integram.

De resto, é o Distrito de Setúbal uma das regiões do País mais carenciadas de levantamentos e estudos relativos ao património histórico-artístico, pelo que é fundamental avançar tanto quanto possível no estudo monográfico das espécies, base indispensável para o lançamento dos pré-inventários que se impõem.

## **1. O Cristo Indo-Português da Ermida de Nosso Senhor dos Aflitos no Montijo**

Em Novembro de 1985, fomos contactados pela Câmara Municipal do Montijo para elaborarmos um parecer relativo à parte de descrição histórico-artística da Ermida do Senhor dos Aflitos e do seu recheio, no quadro de um projecto de recuperação da mesma, tendo em vista a criação de um *Centro de Arte e Cultura*. Recebemos o projecto mas logo consideramos impossível levar a cabo a tarefa sem visita ao local, não tanto pela Ermida mas sobretudo pelo recheio, uma vez que as fotografias disponíveis eram de má qualidade. Desde logo nos prendeu a atenção a enorme *imagem de marfim* do Crucificado dada como sendo setecentista. Todavia, enquadrada como estava a cruz, nas fotos, por terminações e base «rocaille» e «disfarçado» o Cristo por enorme cendal de setim dourado e coroa de espinhos, ambos modernos, nada fazia prever a descoberta de que iríamos ser protagonistas. Quando nos

deslocámos aos Paços do Concelho da Cidade do Montijo, na companhia do Arquitecto Porfírio Alves Pires, autor do projecto acima mencionado (ver Bibliografia) para observar o recheio da Ermida que dela havia sido deslocado, uma vez que se iriam iniciar, em breve, as obras de recuperação previstas, deparámos com uma soberba *imagem da arte indo-portuguesa* de invulgares dimensões e em bom estado de conservação. Elaborámos o parecer — datado de 10 de Dezembro de 1985 — que foi lido em Sessão Pública da Câmara Municipal do Montijo e anexado ao Vol. II do *Estudo/Projecto do Centro de Arte e Cultura* (ver Bibliografia). Nele alertávamos para os cuidados relativos à conservação de tão importante obra de arte, pelo que, já em



<sup>1</sup> CRISTO INDO-PORTUGUÊS (SÉC. XVII-XVIII)  
DA ERMIDA DE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS,  
NO MONTIJO.

\* Conservador do Museu de Setúbal/Convento de Jesus

princípios deste ano, nos deslocámos diversas vezes à cidade do Montijo para proceder ao estudo artístico e técnico do *Cristo Indo-Português*. Em 14 de Março de 1986, o Arq.º Porfírio Alves Pires publicou no *Diário de Lisboa* (pág. 10 com chamada na primeira página) um artigo em que noticiava a descoberta e fazia a história da incorporação da Ermida no Património Municipal e da decisão de instalar, na Quinta do Saldanha, em que a Ermida se encontra integrada, um Centro de Arte e Cultura (ver Bibliografia). Se no parecer mencionado datávamos a peça «do século XVIII ou anterior» (pensávamos já nessa altura na centúria de seiscentos, quando muito numa época de transição para setecentos), no artigo do *Diário de Lisboa* a nossa opinião apareceu ligeiramente deturpada, «do séc. XVII ou anterior», certamente por erro tipográfico, pelo que se impõe o reexame a que aqui procedemos, com outra demora.

Mas vejamos a peça e o que ela nos tem para dizer.

Trata-se de um *Cristo* em marfim de 1080 mm de altura assente sobre uma *Cruz* em madeira exótica com incrustações em marfim desenhando motivos fitomórficos (*Foto 1*), com 1630 mm de altura, 1000 mm de envergadura, 24 mm de espessura, apresentando 320 mm de largo na face decorada.

O *Cristo* é do modelo «expirante» ou «agonizante», segundo a classificação de Bernardo Ferrão e Távora — o nosso melhor especialista em imaginária luso-oriental — sendo a posição e caracterização da cabeça, o aprumo do corpo, a definição anatómica e a decoração do cendal os elementos fundamentais para considerar uma datação aproximada, no quadro de referências estilísticas.

Assim, este *Cristo*, no seu aspecto global, aproxima-se dos modelos definidos por Bernardo Ferrão e Távora, na sua obra, sob os números 134, 135, 136 e 163 (ver Bibliografia). Podemos caracterizá-lo da seguinte forma: tronco aprumado; cabeça erguida em expressão de súplica, flectindo ligeiramente à direita; cabelos estriados e ondulados, a barba bifurcada (ambos escurecidos); olhos levantados e boca



2

CRISTO INDO-PORTUGUÊS  
(SÉC. XVII-XVIII),  
PORMENOR DA CABEÇA.

entreaberta mostrando a língua e os dentes; pescoço ostentando os tendões salientes (*Foto 2*); aparentes também as costelas, num tronco harmonicamente resolvido; braços estendidos com as veias em relevo forte, dedos em gesto de bênção; pernas lisas com os joelhos flectidos, dedos dos pés admiravelmente esculpidos. Enquanto que a generalidade destas características o aproxima dos modelos acima referidos — todos eles seiscentistas — outras, pelo contrário, indiciam sintomas

evolutivos, reveladores quer de uma oficina indo-portuguesa de grande apuro na realização plástica e no acabamento, quer de

época ligeiramente mais avançada, porventura dos finais do século XVII. Com efeito, o delicado trabalho do cabelo e barba e, sobretudo, a decoração do cendal (Foto 3) denunciam preocupações de «enriquecimento» estético (recurso à «serrilha» e aos motivos geométricos na decoração da totalidade do panejamento, sem esquecer a disposição do laço e das pregas) que caracterizarão o triunfo das soluções barrocas na arte cristã do Oriente, dominantes na centúria de setecentos. Todavia, a serenidade global que se desprende do conjunto, longe ainda da agitação atormentada dos *Cristos Barrocos*, de par com a vinculação dos motivos fitomórficos da decoração da cruz à tradição do mobiliário e dos têxteis indo-portugueses de seiscentos, são indicativos fortes que nos levam a situar a época de factura da peça pela nos finais do século XVII, inícios do XVIII.

Trazido para Portugal em data incerta da primeira metade do século XVIII, o Cristo foi certamente oferecido à Ermida de Nossa Senhora das Dores (invocação primitiva da Ermida do Senhor dos Aflitos) aquando da sua reconstrução ou reedificação, na segunda metade do século, sob a égide provável do Patriarca de Lisboa, D. Francisco António Saldanha da Gama, figura protegida por Pombal. Foi seguramente nessa época que o Cristo recebeu a peanha, as terminações dos braços da cruz e o resplendor de estilo «rocaille» que o enquadram até data recente no altar da Ermida. Resta, contudo, apurar, num quadro de história local, a origem da Ermida e da Quinta em que está integrada, bem como do culto ao Senhor dos Aflitos que a imagem terá ocasionado. Serão elementos que, mais do que esclarecimentos adicionais a esta notícia histórico-artística sobre o objecto, trarão a indesmentível vantagem de integrar, com acrescido interesse, o conhecimento de tão relevante obra de arte no complexo da memória colectiva multímoda da população do Montijo.

## 2. Dois *Calvários* da Igreja da Saúde em Setúbal

Se o *Cristo Indo-Português* do Montijo foi alvo de uma divulgação pública que tem atraído, naturalmente, as atenções gerais e dos investigadores especializados, já os dois *Calvários* da Igreja da Saúde em Setúbal — numa *Pintura Quinhentista* e um *Calvário de pousar Indo-Português* dos finais do século XVII — apesar de revelados desde 1981, caíram, entretanto, no mais completo esquecimento. Tal ficou a dever-se indubitavelmente à forma incorrecta como a divulgação inicial foi feita.

Foi em Abril de 1981 que na «Exposição Fotográfica de Arte Sacra das Igrejas de



3

CRISTO INDO-PORTUGUÊS  
(SÉC. XVII-XVIII),  
PORMENOR DO CENDAL.

Setúbal», organizada pela SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal) numa ala do Museu de Setúbal, as duas peças foram apresentadas, através de fotografias e de referências no Catálogo. Invocando compreensíveis razões de segurança, decidiram os organizadores da Exposição não indicar a proveniência das peças. Todavia não se notou, em contrapartida, o desejo de colmatar essa lacuna mediante uma cuidada descrição artística e técnica e até de reprodução em Catálogo das peças inéditas de maior valor, como são estes dois casos. Bem pelo contrário, para além de faltarem indicações relativas à técnica, aos materiais e às dimensões (inaceitável omissão num catálogo que se pretende um auxiliar do trabalho científico) as descrições apresentadas deixam muito a desejar no capítulo da análise iconográfica e estilística e, sobretudo, nas datações propostas.

Começemos pela Pintura (*Foto 4*). Trata-se, sob o ponto de vista material, de um painel composto por seis pranchas de madeira de carvalho verticais, devendo as duas das extremidades ter sido serradas em época incerta para afeiçoar a pintura a uma

moldura mais estreita do que a original, o que sacrificou parte da representação das figuras da Virgem e de S. João e dos fundos que as enquadravam; as dimensões são 1535 mm de altura e 1450 mm de largura e a técnica o *óleo*. O estado de conservação é mau, apresentando a pintura as juntas das pranchas fendidas e numerosas falhas cromáticas sobretudo na parte inferior. A pintura encontra-se sem moldura encostada a uma parede da Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, em Setúbal, para onde foi removida do Coro Alto da mesma Igreja, aquando das obras de restauro efectuadas no templo há alguns anos. Encontrava-se então sobre a porta de comunicação do Coro Alto com as dependências primitivas do extinto Recolhimento da Saúde (hoje desaparecidas). Outros detalhes sobre a história da peça não puderam ser, até à data, apurados: subsiste o problema de se saber como e quando deu entrada na Igreja da Saúde, tendo em conta que, tratando-se de uma pintura quinhentista, é anterior à fundação do templo (que resultou de um voto feito pelos pescadores de Setúbal quando grassava a peste de 1598, tendo a construção sido dada por concluída cerca de 1620, a que se seguiu um período em que a Igreja foi dotada de alfaias e



4

CALVÁRIO, PINTURA SOBRE TÁBUA DA ESCOLA PORTUGUESA, 2.º TERÇO DO SÉCULO XVI, EXISTENTE NA IGREJA DE N.ª S.ª DA SAÚDE, EM SETÚBAL.

ornamentos). Terá sido uma doação piedosa? Ou teria acompanhado a transferência da paróquia da Anunciada para esta Igreja no

período subsequente ao terramoto de 1755 que destruiu a Igreja Paroquial? Pessoalmente, inclinamo-nos para outra hipótese: é sabido o apoio que foi dado por frades do Convento de S. Francisco de Setúbal no processo que conduziu à edificação do templo dedicado a N.ª S.ª da Saúde da mesma cidade, pelo que é de presumir ter sido a pintura deslocada daquele Convento (fundado em 1410) no período em que o templo estava a ser dotado dos necessários ornamentos e alfaias, sobretudo à custa de esmolas e donativos, para ornamentar o altar-mor, em complemento de outra imagem, em vulto, do orago. Mais tarde (finais do século XVII, inícios do XVIII) a remodelação interna da Capela-mor, com a montagem de um altar de talha dourada do «estilo nacional», terá obrigado à deslocação da pintura para o Coro Alto. De qualquer forma, só uma investigação documental poderá confirmar alguma destas hipóteses ou trazer novos elementos relativos à biografia da peça. Entretanto, na ausência desses dados, é à pintura em si que cumpre dar a palavra.

O tema — o *Calvário* — é representado na sua variante de «três personagens» (Cristo ladeado pela Virgem e por S. João), por sinal na forma mais comum até fins do século XIII e que o final da Idade Média e o 1.º Renascimento complexificaram, sob a influência do Teatro dos Mistérios, até à encenação dramática de quadros humanos e sociais de grande beleza, enquadrados por paisagens de grande efeito (um exemplo pode ser visto no *Calvário* do *Antigo Retábulo* da Igreja de Jesus, de ca. 1520-1530, hoje no Museu de Setúbal).

É portanto, improcedente, no tocante à iconografia, a consideração do *Catálogo* de 1981, segundo a qual a pintura «obedece já [?] aos cânones prescritos pelo Concílio de Trento». De resto e como veremos, a datação presumível da pintura desautoriza inteiramente qualquer hipótese de subordinação a cânones tridentinos... Ora, o modelo simplificado de *Calvário* utilizado é o que sempre se prestou mais à

veiculação simbólica, enquanto que o modelo «de grande espectáculo» satisfazia acentuadamente o gosto narrativo e

dramático.

Nesta pintura, procurou o autor isolar os seus símbolos e conferir-lhes uma quase autonomia significativa. Uma tal atitude é bem o sintoma da desarticulação maneirista da composição clássica que se detecta igualmente nos seguintes traços: a anatomia de Cristo, basicamente correcta, apresenta no



5

CALVÁRIO (SÉC. XVI),  
PORMENOR DE S. JOÃO.

desenho dos braços uma fragilização que se aproxima do gosto maneirista pelos corpos esqueléticos e sofridos; em contrapartida, os panejamentos que modelam o corpo de S. João reforçam (tal como no cendal de Cristo) o pendor curvilíneo do desenho deslizando para o movimento amaneirado a que não são estranhas sugestões italianas (Foto 5); a arbitrariedade dos movimentos das pontas do manto da Virgem é outra das notas «dissonantes» da composição (Foto 6); finalmente, a representação da Jerusalém, excessiva no seu casario fantástico, desdobrado por colinas e vales, confere ao quadro a sua maior originalidade, sem dúvida, mas também o seu carácter mais enigmático, não só pela ocupação igualmente excessiva do fundo, como pelo valor simbólico que lhe terá sido conferido (e que o esboçar de uma cena dificilmente decifrável na «praça» fronteira ao casario parece confirmar).

As hipóteses de autoria e datação deverão ser avançadas com a maior prudência, atendendo à inexistência de estudos de síntese satisfatoriamente actualizados sobre a nossa pintura do 2.º terço do século XVI, época em que indubitavelmente se integra a pintura. É ao ciclo dos Mestres de Ferreirim (Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e Garcia Fernandes, parceiros em 1533-34 na Empreitada dos Retábulos do Mosteiro de Ferreirim) e seu rasto que a pintura pode ser vinculada. Todavia, definida a maneira de Gregório em Tomar e a de Cristóvão em Santa Cruz de Coimbra, não se integra esta obra nesses percursos estilísticos. É da obra que pode ser atribuída a Garcia Fernandes, por sinal o mais novo dos três e aquele que mais decididamente se abriu às sugestões italianas, sem abandonar os esquemas da tradição flamenga em que havia sido formado, que esta pintura se aproxima, no tratamento simultaneamente «moderno» da anatomia e panejamentos e «arcaico» do casario de fundo (em que predomina a forma acastelada do gosto gótico-manuelino). No entanto, não é de excluir tratar-se de uma obra de oficina ou de um discípulo de Garcia Fernandes que, atendendo à caracterização a que procedemos, teria sido executada na década de 1540-50, quando a

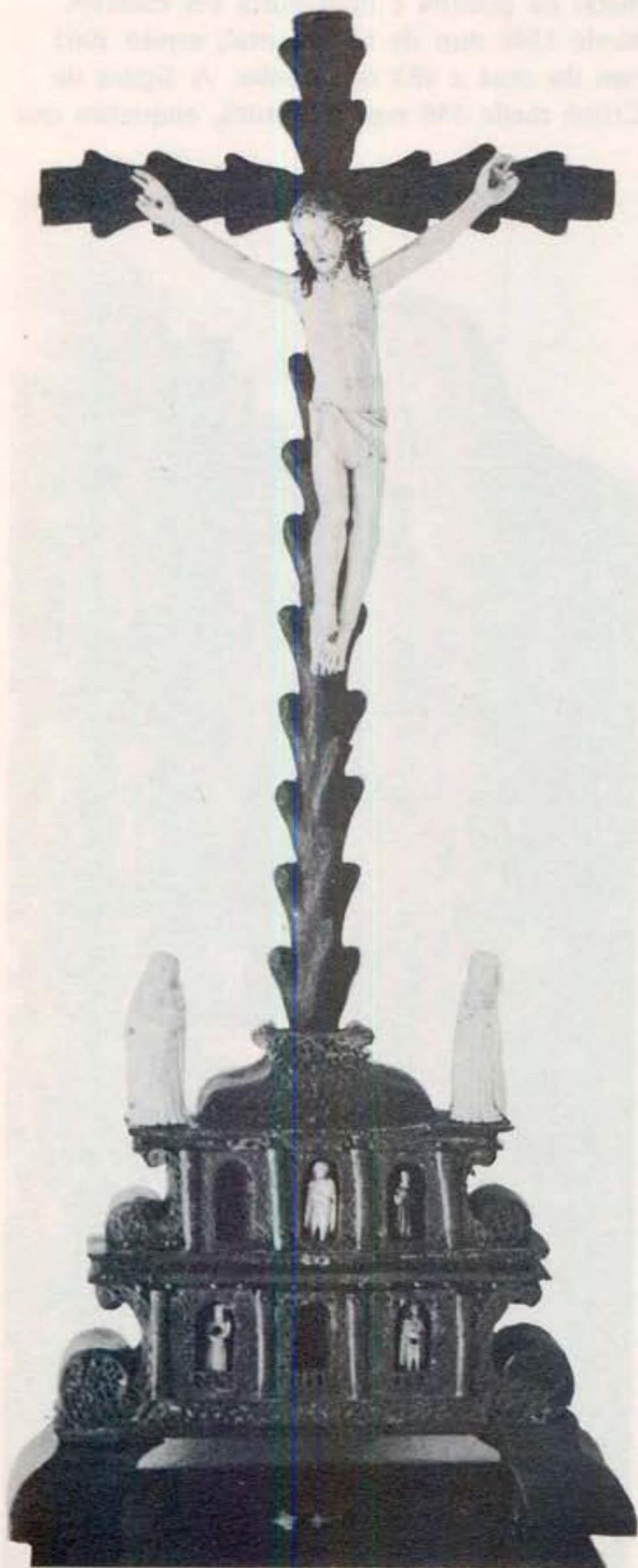
transição para o maneirismo, em pluralidade de vias, se consuma.

O *Calvário de Pousar Indo-Português* (Foto 7) mais correctamente descrito no *Catálogo* de 1981 do que o seu congénere pictórico, é uma peça de dimensões consideráveis, em madeira exótica escura, com aplicações de metal na peanha e imaginária em marfim. Mede 1548 mm de altura total, sendo 1065 mm da cruz e 483 da peanha. A figura de Cristo mede 450 mm de altura, enquanto que



6 CALVÁRIO (SÉC. XVI),  
PORMENOR DA VIRGEM.

as figuras da Virgem e São João medem 170 e 165 mm, respectivamente, e as três figuras pequenas dos «passos» inseridas nas edículas da peanha medem 100 mm cada. Uma



7 CALVÁRIO DE POUSAR INDO-PORTUGUÊS (SÉC. XVII-XVIII), EXISTENTE NA IGREJA DE N.ª S.ª DA SAÚDE, EM SETÚBAL.

quarta figura representando um Santo Franciscano, certamente estranha ao conjunto, mede 80 mm.

O *Cristo* pertence ao tipo «moribundo», descaindo a cabeça sobre a direita o corpo aproveitando (ligeiramente) a curvatura do dente de elefante. Cabelos estriados e ondulados, costelas aparentes e dedos em gesto de bênção caracterizam também a imagem, que apresenta, ainda, um curioso cendal debruado por serrilha descaindo em artísticas dobras diagonais dispostas paralelamente.

O Cristo encontra-se pregado numa cruz em forma de árvore da vida, numa curiosa variante de tronco de palmeira com as folhas cortadas.

A peanha (*Foto 8*) apresenta forma arquitectónica de frontão ao gosto barroco com a abertura de seis edículas destinadas a figuras representando os «passos» da Paixão. Só três se encontram ainda preenchidas, estando as pequenas imagens pregadas ao fundo. Uma quarta encontra-se preenchida por uma pequena figura que, como já vimos, deverá ser estranha ao conjunto. Os pés da peanha poderão ter sido, em tempos, igualmente recobertos por aplicações metálicas, enquadrando um nicho com uma outra figura, à semelhança do que acontece com os modelos definidos sob os números 163 e 164 da já citada obra de Bernardo Ferrão e Távora.

Finalmente, as figuras da Virgem e de São João apresentam características muito arcaizantes, longe da factura muito mais elaborada do Cristo mas singularmente próximas das figurinhas dos «passos». As características que acabámos de definir situam esta interessante obra indo-portuguesa na viragem entre seiscentos e setecentos, entre uma certa prisão a fórmulas arcaicas da tradição e a abertura a novas soluções formais de inspiração claramente barroca. Desconhecida é a época e o modo de incorporação da peça no recheio do templo (está hoje na Sacristia), sendo hipótese mais provável o tratar-se de uma doação testamentária ou cumprimento de promessa de viajante regressado das Índias.

Em jeito de conclusão, assinale-se que entre as três peças estudadas pode ser encontrado

fio condutor, para além da pertença comum ao mesmo património regional: o modelo simplificado de Calvário expresso na pintura quinhentista foi largamente exportado pelos Portugueses para o Oriente, sendo o *Calvário de Pousar* um claro eco longínquo desse modelo, numa época em que o barroco se prepara para desalojar as últimas resistências maneiristas, situação limiar que por seu turno, o *Cristo do Montijo* documenta com particular brilhantismo.

AA. VV. *Catálogo da XVII Exposição do Conselho da Europa, «Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento» Núcleo dos Jerónimos II «Cumriu-se o Mar» — «A Arte na Rota do Oriente»*. Lisboa, 1983.

ALMEIDA CARVALHO — *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense Vol. IV Conventos de Setúbal*, Setúbal, 1970.

*Catálogo da «Exposição Fotográfica de Arte Sacra das Igrejas de Setúbal»*, Setúbal, SALPA, 1981.

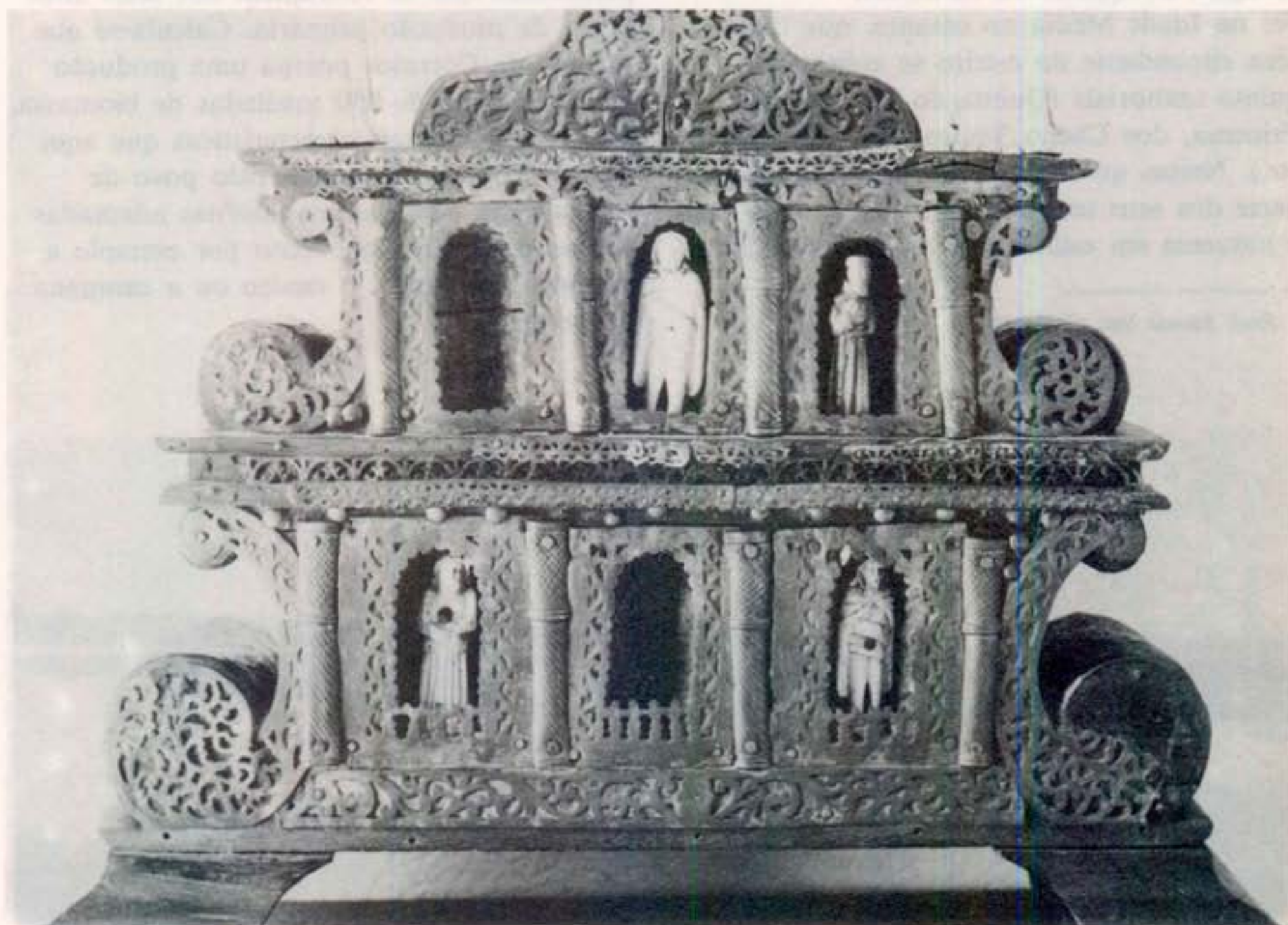
MARKL, (Dagoberto) e BAPTISTA PEREIRA (F. A.) — *O Renascimento*, vol. VI da *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, 1986...

PIRES, Porfírio Alves — *Centro de Arte e Cultura*. Câmara Municipal do Montijo, Montijo, 1985-86, 4 vols.

[Idem] — «Descoberta Fascinante no Montijo: Cristo monobloco em marfim» in *Diário de Lisboa*, 14 de Março de 1986, p. 10.

TÁVORA, Bernardo Ferrão e — *Imaginária Luso Oriental*, Lisboa, 1983.

Obs. No Catálogo da XVII Exposição e nas Obras de MARKL — BAPTISTA PEREIRA e de TÁVORA encontram-se vastas indicações bibliográficas complementares para cada um dos assuntos tratados.



8 CALVÁRIO DE POUSAR INDO-PORTUGUÊS (SÉC. XVII-XVIII), PORMENOR DA PEANHA.

# ESTEIRO DE CORROIOS PATRIMÓNIO NATURAL A SALVAGUARDAR

*Por Manuel Lima\**

Nas linhas que se seguem, gostaria de sensibilizar quantos as lerem para a necessidade de protecção, a um dos mais belos recantos naturais do nosso concelho. (SEIXAL)

A importância do esteiro de Corroios para o homem vem de há muito, pois já na pré-história o homem primitivo encontrava aqui, um autêntico paraíso para a sua actividade recolectora.

Abundância de pesca, caça e apanha de mariscos foram os motivos desta fixação, constituindo os concheiros encontrados em terraços fluviais no Talaminho assim como a recolha de alguns instrumentos líticos na área da Quinta da Bomba testemunhos desse facto.

Também os Romanos parece terem-se por aqui instalado, pois foram encontrados vestígios na Quinta do Rouxinol.

Foi na Idade Média no entanto, que toda a área circundante do esteiro se cobriu de quinta senhoriais (Quinta do Castelo, da Princesa, dos Cheira Ventos, Real do Alfeite, etc.). Nestas quintas, nobres passavam grande parte dos seus tempos livres contactando com a natureza em estadias de repouso e de lazer.

\* *Prof. Escola Sec. Corroios*

É deste esteiro de Corroios tão generoso para o homem que vamos falar, do que foi, do que é, e do que poderá vir a ser no futuro. Braço estreito do Tejo, que partindo da região de Amora se dirige para Corroios, abrangendo uma área de largas dezenas de hectares, grande parte desta coberta de sapal, constituído de mouchões e baixios, sulcados de valas mais profundas geralmente lodosas e navegáveis actualmente para barcos de pequeno calado.

O sapal ou salgado de Corroios com a comunidade que suporta integra-se num ecossistema mais vasto e complexo, o estuário do Tejo.

Sapais como o de Corroios, são muito importantes em termos ambientais e ecológicos, por possuírem dos mais altos valores de produtividade da biosfera. O constante pulsar das marés obriga a uma redistribuição de energia e de nutrientes, permitindo que se verifiquem dos mais altos níveis de produção primária. Calcula-se que o sapal de Corroios possua uma produção anual de cerca de 350 toneladas de biomassa. As espécies vegetais características que aqui se desenvolvem, chamadas pelo povo de margateizas, são plantas halófitas adaptadas aos terrenos salgados, como por exemplo a salgadeira, o junco, o caniço ou a campana da praia.



SAPAL DE CORROIOS.

A poluição biológica, menos perigosa do que a química, é aqui combatida pela renovação da água efectuada pelo rejogo das marés tendo estas um efeito extraordinariamente benévolo, na conservação das boas condições físico-químicas, ecológicas e sanitárias da água.

Há quem afirme que as condições ambientais melhoraram nos últimos anos com o atenuar das actividades da Lisnave e Químicas do Barreiro. Como justificação desse facto, evoca-se o aparecimento de uma imensidade de pequenos gasterópodes e crustáceos, assim como o ressurgimento de vida, ainda que ténue, nalguns bancos de ostras (segundo Mala Verde — pescador do esteiro).

Por outro lado o aparecimento de grandes quantidades de algas verdes nos últimos tempos, em substituição da algas castanhas, poderia significar um aumento de eutroficação das águas, e conseqüentemente um aumento de poluição biológica ou bacteriológica.

Por ser muito perigosa e destruidora, há que combater, em termos de futuro, sobretudo a poluição química como sejam descargas de ácidos, hidrocarbonetos e metais pesados no esteiro.

Um novo parque industrial vai ser criado na região de Santa Marta de Corroios, é necessário pensar desde já em minimizar os seus efeitos maléficos sobre o esteiro, isto se não queremos destruir para sempre o que temos de maior valor natural no Concelho. É necessário e urgente encetar uma campanha de sensibilização das populações ribeirinhas, no sentido de protecção ao esteiro.

É necessário e urgente lutar contra o esteiro-caixote do lixo, contra o caçador sem escrúpulos, contra as redes de malha miúda que possam ser utilizadas na captura das espécies em criação, contra os aterros na área do esteiro com entulhos da construção civil local.

Apesar do sapal de Corroios não se encontrar dentro da área da reserva natural do estuário do Tejo, que se estende no triângulo Alcochete-Porto Alto-Alhandra, ele

é uma fiel amostra em ponto pequeno da mesma, aqui às portas de Lisboa.

Por este motivo e tal como foram criadas a *Reserva Paisagística de Almada*, a *Reserva Botânica da Mata dos Medos (Fonte da Telha)* e a *Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*, penso que, deveriam ser feitos todos os esforços, para que fosse criada, a *Paisagem Protegida do Sapal de Corroios*.

Seria um passo dignificante para o Concelho em termos de protecção à natureza, do qual as gerações vindouras viriam a usufruir. Foi nesta altura, que se começou a fazer sentir intensamente duma maneira geral no estuário do Tejo e em particular nos esteiros do Seixal, os efeitos das indústrias da Lisnave, da Siderurgia Nacional e das Químicas do Barreiro.

Particularmente à volta dos esteiros de Corroios e Amora-Arrentela encontram-se instaladas cerca de três dezenas de grandes empresas entre as quais fábricas de resina, cortiça, matérias plásticas, explosivos, metalomecânica, electrónica, têxteis, tintas, etc., incluindo várias firmas ligadas à construção naval como a que se encontra no Talaminho. Toda esta nova situação agravou a poluição química das águas do esteiro sobretudo no âmbito dos hidrocarbonetos, dos metais pesados, mercúrio e arsénio e ainda dos ácidos entre os quais o nítrico que atinge teores perigosos.

Paralelamente ao relançamento industrial surge a explosão demográfica da zona ribeirinha. O crescimento das localidades, de Miratejo, Vale de Milhaços, Rouxinol e Brasileiro fazem com que a freguesia de Corroios atinja das mais altas taxas de índice de crescimento dos últimos anos no país. Se no início do séc. XX a população que vivia junto das margens do esteiro não ultrapassava 3 milhares de pessoas, hoje em dia contam-se com influência directa sobre o esteiro mais de 100 mil pessoas, pois nele se descarregam os esgotos domésticos dos aglomerados populacionais do Laranjeiro, Miratejo, Feijó, Corroios, Santa Marta, etc.

Nos esteiros do Seixal, Amora e Corroios descarregam 22 esgotos domésticos atingindo a poluição bacteriológica níveis muito elevados.

Tem vindo também o esteiro a sentir cada vez mais o efeito de um assoreamento motivado pela erosão dos solos circundantes e seu carreamento pelas águas pluviais. Os portinhos onde outrora encostavam as faluas, os barcos que ao moinho de maré traziam o cereal a moer, ou daqui levavam as lenhas, encontram-se hoje muito assoreados ou mesmo em terra firme, como o da Quinta da Bomba e o do Carrasco em Santa Marta de Corrois.

No que diz respeito à situação ecológica actual de tão importante património natural, podemos dizer que, embora muitas espécies sobretudo peixes e crustáceos e ainda bivalves estejam a escasear, o esteiro de Corroios está longe de ser um ecossistema morto. Tendo-se inclusivamente a tainha e a gaivota adaptado excepcionalmente bem às novas condições ecológicas.

Os sapais são ainda muito importantes, não só pela sua elevada produção de oxigénio e consequente importância na purificação do ambiente, mas também como zonas de protecção e abrigo "nurseries", inclusivamente para larvas de peixes e crustáceos, funcionando como "maternidade" e "jardim infantil" para muitas espécies viventes em zonas mais amplas do estuário do Tejo ou do Oceano Atlântico.

Ainda não faz muito tempo, que ao contrário do que acontece hoje, no esteiro de Corroios se pescava grande quantidade e variedade de peixe como o congro, a corvina, o xarroco, a dourada, a enguia, o linguado, o robalo, etc. Inclusivamente e paralelamente à actividade piscatória, desenvolvia-se uma florescente exploração de peixes e viveiros

naturais, onde se produziam grandes toneladas.

Quanto a outras espécies de crustáceos e bivalves, do camarão ao lagostim e da ameijoia à ostra, todas elas foram abundantes em épocas não muito recuadas. A exploração de ostras faz mesmo parte da história do Concelho do Seixal pelos bancos enormes que aqui se desenvolviam, dando lugar a uma exportação muito significativa, inicialmente por firmas estrangeiras e ultimamente até 1961 por uma companhia portuguesa.

Os sapais como o de Corroios, possuidores de um substrato alimentar considerável, podem ser ainda suporte de todo um importantíssimo património ornitológico, pois são local de passagem e estadia de aves migradoras quase sempre aves limícolas, mais abrigados do sapal, muitas vezes com intuios de modificação algumas espécies como o alfaiate, o pilrito a tarambola, o maçarico, o pato bravo, etc.

De notar que a importância da protecção a estas aves transcende o carácter nacional para cair num âmbito internacional.

Se hoje em dia a existência de aves não é já muito significativa exepctuando a gaivota, que aqui vive permanentemente, em tempos recuados a sua abundância levou o rei D. Carlos a cosntruir uma casa de caça junto do esteiro na mata do Alfeite.

Por tudo quanto foi escrito até aqui, não pode restar dúvidas da grande importância que teve no passado e ainda tem no presente o ecossistema em causa.

No entanto foi a partir sobretudo da década de sessenta que tão importante património natural começou a sofrer os efeitos crescentes do desequilíbrio e "stress" causado pela poluição associada ao desenvolvimento industrial e urbano.

# PIONEIROS DA APICULTURA MOBILISTA E ÚLTIMO REPRESENTANTE DO GRANDE FIXISMO TRADICIONAL NO DISTRITO DE SETÚBAL

Vasco Paixão\*

1 — Segundo informação do falecido Dr. Manuel Mateus, de Grândola, se não foi Frank Pidwell, industrial em Sines, quem introduziu a primeira colmeia móvel no sul de Portugal, por volta de 1893, foi, de certeza, em 1897, o Dr. Leão Magno Azevedo, influente político naquela mesma vila.

2 — De acordo com «O Apicultor», jornal dedicado à vulgarização da apicultura mobilista e da criação de sirgo seleccionado, cujo primeiro número se reporta a Janeiro de 1904, possuía o Dr. Amor de Melo, naquela época, colmeias do modelo «Dadant», na sua Quinta da Fidalga, no Seixal.

3 — Verifica-se, depois disto, no sul do país, um hiato prolongado, sem notícias conhecidas, até 1926, ano em que Luís Augusto Soares, modesto guarda florestal, isolado na Mata Nacional de Valverde, situada entre Alcácer do Sal e Grândola, começou a trabalhar com umas colmeias móveis, que os Serviços Florestais para lá lhe mandaram, a título de experiência. Lutou muito, durante anos, para conseguir dominar a técnica do seu manejo, mas venceu, empregando todo o esforço, daí em diante, na construção de colmeias e na montagem de apiários, a tal ponto de, em 1946, já ser o maior apicultor mobilista do Vale do Sado e mesmo um dos mais importantes do país, fazendo escola, junto dos fixistas da sua área, inicialmente desconfiados e desdenhosos, mas que, face aos eloquentes resultados por ele obtidos, acabaram por lhe seguir as pisadas.

4 — Destacou-se igualmente, no distrito, durante anos, o apicultor Celestino Horácio

Rodrigues Felizardo, proprietário duma pequena padaria, residente no Lavradio; sociável, amigo de conviver, generoso, oferecia colmeias e enxames, a título de propaganda, a amigos e conhecidos, a quem ensinava também com prazer, nada recebendo em troca.

Os seus apiários expandiam-se por nove concelhos da margem sul do Tejo, mantendo a primazia de possuir, até à data do seu falecimento, em 17-2-1977, as melhores instalações tecnológicas de mel (sistema Lloyd Gardner), as quais, embora simples, não tinham réplica em todo o nosso país. Foi ele quem primeiro montou um pavilhão de propaganda do mel, à sua custa, na Feira Anual do Barreiro, quando ainda ninguém pensava nisso. Em concursos, particularmente nos renhidos torneiros de Santarém, ganhou algumas disputadíssimas taças, hoje na posse de sua viúva ou sobrinhos, visto não ter deixado filhos que lhe continuassem a obra.

5 — Manuel Joaquim da Silva Gaiola, natural de Riachos (Torres Novas), passou a certa altura da vida a residir em Vale de Gatos (Amora), onde cuidava dum apiário de parceria; faleceu, em consequência dum atropelamento, na Cova da Piedade, em 28-10-1957.

Hulmilde mas grande de alma, modesto mas estudioso, passou necessidades para comprar livros e revistas, com que procurava enriquecer os seus conhecimentos, por sinal vastos, sobre a vida das abelhas. É credor do respeito e da saudade de todos os apicultores portugueses; tinha uma colmeia de modelo próprio e uma técnica de manuseamento dos quadros, nos sistemas com alças iguais aos ninhos, que ficou registada na bibliografia da especialidade (Manual do apicultor, do autor, pág. 331).

6 — Luís Massano e irmão, entre muitos outros, foram também pioneiros do

\* Engenheiro agrónomo. Director do Posto Central de Fomento Apícola, organismo hoje extinto.

mobilismo, por uma insistente acção de presença, durante anos, com o seu apiário dos Brejos do Casquelho, Herdade de Cachopos, em Alcácer do Sal.

7 — Finalmente, João Galacho deve ter sido um dos últimos abencerragens do fixismo tradicional em larga escala, com a sua monumental silha de cortiços na Charneca de Caparica; dela já não restam vestígios e

todas as demais malhadas, porventura existentes, não passam de simulacros das explorações apícolas primitivas do nosso país. O progresso, na sua caminhada para o futuro, cilindra, inexoravelmente, métodos, sistemas e técnicas, que aos nossos avós resolviam os problemas contemporâneos, entregando-os à reflexão dos vindouros, na História!

# PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE GRÂNDOLA — PROJECTO DE RECUPERAÇÃO

*\*Susana Correia*

Foi apontado como objectivo deste Congresso o «conhecimento, tomada de consciência e divulgação das realidades do Alentejo».

Nesse sentido se vem aqui dar a conhecer o Projecto de Levantamento, Recuperação e Valorização do Património Arqueológico em curso no concelho de Grândola, promovido pela sua Câmara Municipal. Aproveita-se também o ensejo para uma abordagem breve sobre a importância do apoio que o Poder Local pode fornecer a projectos deste tipo e sua justificação ou justificações.

Na área do concelho de Grândola desenvolvem-se neste momento diversas acções visando a concretização de objectivos que se prendem, não só com a natureza dos vestígios arqueológicos existentes, mas também com os princípios que nortearam a elaboração do referido Projecto.

Assim, procedeu-se, numa primeira fase, à recolha de bibliografia arqueológica sobre o concelho, seguida de saídas de campo para verificação dos dados obtidos, cobertura fotográfica, cartografagem e fichagem por estações. A própria dinâmica deste trabalho permitiu, logicamente, no contacto com as populações, detectar toda uma outra série de estações até aí desconhecidas.

Este «corpus» de informações de que a Câmara passa a dispôr será um importante instrumento de trabalho no planeamento da sua actividade — é sabido que é a resolução de toda uma série de questões relacionadas com as carências de uma comunidade que muitas vezes se torna num activo agente destruidor dos vestígios do seu Passado (citamos, sem preocupações de exaustividade, a construção ou recuperação de habitações, obras de saneamento, construção de estradas e acessos, explorações agrícolas intensivas ou exploração mineira, etc.). O conhecimento das estações arqueológicas existentes na região pode contribuir para o lançamento atempado de projectos de intervenções de emergência

(na maioria das vezes prejudicados quase irremediavelmente por imperativos de tempo) ou para a própria alteração de obras previstas para zonas de importância arqueológica reconhecida.

Num segundo nível de actuação procedeu-se a uma selecção das estações referenciadas, a fim de determinar aquelas que será de interesse visitar, tendo sido para estas elaborado um programa de intervenção integrando medidas de limpeza e sinalização.

Estão neste caso diversos monumentos megalíticos, grutas naturais, sepulturas de tipo cista e a mais importante estação do concelho — o complexo conserveiro romano de Tróia, que, pela sua localização privilegiada, pode considerar-se também como uma das mais belas estações arqueológicas de todo o país, com todas as consequências de rentabilização económica que poderiam ser inerentes a esse facto.

As acções concretas já desenvolvidas neste campo consistiram na realização de sessões de divulgação do património cultural e natural concelhio e na edição de um desdobrável sobre diversos aspectos desse mesmo património, com particular incidência para a arqueologia e arquitectura (vistas em conjunto como testemunhos das diversas fases do percurso do homem numa determinada circunscrição espacial).

Outras acções desenvolvidas por esta Câmara (em relação ao caso específico de Tróia) serão adiante abordadas.

Numa ocasião em que a preservação do Património está, por assim dizer, na «ordem do dia», ao ponto de, por si só, constituir uma secção deste Congresso, não queremos deixar de apontar as razões que justificam, a nosso ver, este segundo nível de actuação. Situado na confluência de diversas regiões, o concelho de Grândola apresenta, dentro de si próprio, os reflexos do cruzamento de influências várias — «já não Estremadura, ainda não totalmente Alentejo», aqui, mais do que em muitos outros locais, se considera da maior importância o papel da Memória

\*Arqueóloga da C. M. Grândola.

como ponto de referência, a Memória colectiva de uma comunidade, que a explica, a situa no seu presente, e lhe justifica a existência. Criar condições que permitam a apropriação desse passado colectivo constituirá um factor de bem-estar; eliminar parte dele, por muito longínquo que seja, é amputar a essa comunidade o conhecimento total de si própria ou a possibilidade de o vir, um dia, a possuir.

Num concelho como o de Grândola, em que o Turismo é uma realidade concreta, considera-se também essencial o dar-se a conhecer de forma inteligente aos visitantes, como contrapartida dos benefícios que daí possam, naturalmente, advir.

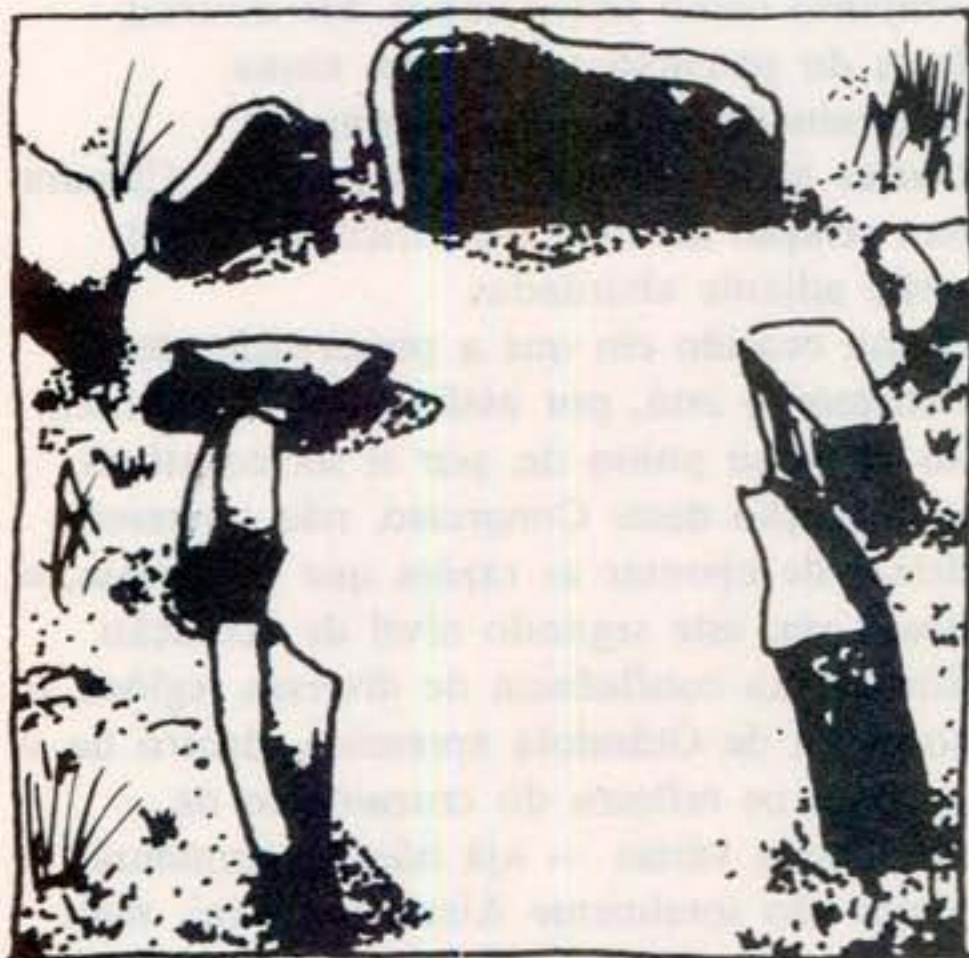
O considerar teoricamente correcto este ponto de vista não resolve, porém, o que poderá ser uma questão de fundo deste contexto, ou seja, como concretizar esse acesso das populações locais (sem dúvida as de maior peso em toda esta problemática) ao seu património. Não querendo assumir uma perspectiva pessimista à partida, somos porém forçadas a reconhecer que o impacto de acções deste género junto da população não é tão grande como se desejaria. Edição

de folhetos, acções de sensibilização junto de alunos e professores, são vias possíveis mas de fraco eco junto de grande parte da

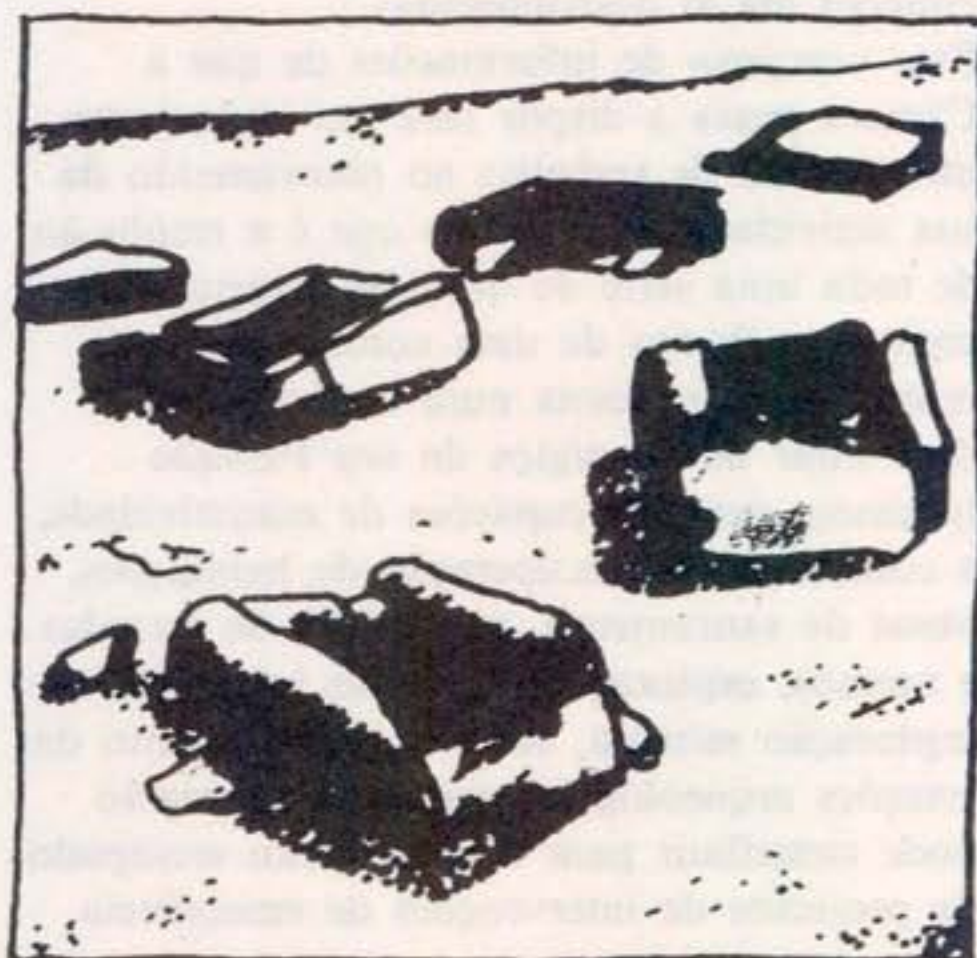
comunidade. Não negando a sua utilidade (mesmo que os efeitos só a longo prazo se venham a tornar perceptíveis) consideramos de extrema importância o contacto directo com as pessoas (só possibilitado por uma inserção, mesmo que parcial, na comunidade) pois pensamos que é quando o especialista se «despe» do seu ar de pedagogo que mais hipóteses terá de ser ouvido (e entendido) pelo seu interlocutor.

Podemo-nos, por último, interrogar sobre a quem caberá promover e desenvolver a actividade arqueológica, e quem a realiza, efectivamente, neste momento, e em que moldes.

O Instituto Português do Património Cultural (adiante designado por I.P.P.C.), através do seu Departamento de Arqueologia e Serviços Regionais de Arqueologia (do Norte, Centro e Sul) pouco mais tem podido, devido à escassez de meios técnicos ao seu dispor, do que desenvolver um esforço de organização e planificação da actividade arqueológica a nível nacional, prestando o seu apoio pontual



DOLMEN DA PEDRA BRANCA



CASAS VELHAS — GRUPO DE CISTAS

em situações de declarada emergência, em que a sua não intervenção poderia acarretar irreversíveis destruições. Toda a outra actividade arqueológica nacional tem resultado, ou da acção de Associações de Defesa do Património (colaborando sobretudo na inventariação de estações ou na detecção e denúncia de situações de ameaça) ou de investigadores particulares, responsáveis pela maioria dos trabalhos de escavação, programados, porém, as mais das vezes, não em função de necessidades concretas mas sim dos seus projectos de investigação pessoais. Longe de negar, em bloco, o valor dessa investigação, somos porém forçados a reconhecer que, sobretudo na última década, com a proliferação de escavações não acompanhadas por uma política de preservação dos vestígios detectados, vêm a ser estas mesmas escavações as grandes responsáveis pela destruição do património que pretendem estudar.

É nesta situação de certo impasse (embora se registem já alguns sinais de inversão no processo) que uma autarquia pode surgir como entidade patrocinadora de um projecto globalizante de valorização do seu património concelhio, que não se compadeça com interesses parcelares ligados a projectos de cariz pessoal mas se debruce sobre a totalidade dos valores conhecidos, referenciando-os, promovendo a sua preservação e eventual recuperação e, finalmente, criando as condições que permitam à comunidade a compreensão dos mesmos, pois progresso é, também, acesso à cultura. Não quer isto dizer, bem pelo contrário, que não seja desejável uma articulação constante entre todas as entidades que se empenham na defesa do Património — há mesmo casos em que só essa mesma coordenação de esforços pode trazer alguns frutos. E é propositadamente que se termina esta comunicação com uma referência à

estação de Tróia. Situada em terrenos de propriedade particular, mas classificada como Monumento Nacional e pertencendo administrativamente ao concelho de Grândola, só a articulação de todas as entidades envolvidas no processo poderá permitir que seja restituída a esta importante estação arqueológica a sua «dignidade perdida» em sucessivos anos de abandono em que as (poucas) acções de preservação efectuadas pecaram sempre pela ausência de uma filosofia global de intervenção que as norteasse e, ao mesmo tempo, vinculasse a tarefas concretas inseríveis nessa mesma filosofia a empresa proprietária, a autarquia e o I.P.P.C. Alguns passos foram porém já dados para a superação deste problema: assim, no corrente ano, a Câmara Municipal deu já a sua colaboração a diversas iniciativas do I.P.P.C. tendentes à valorização das ruínas — promoveu a edição de um desdobrável sobre a estação elaborado por técnicos daquele Instituto, está a dar apoio a um projecto de colocação de painéis explicativos em sítios-chave do local através do desenho de plantas das diversas zonas seleccionadas e, por último, colaborou, conjuntamente com o Museu Regional de Beja e Câmara Municipal de Beja numa campanha promovida pelo I.P.P.C. e levada a cabo por técnicos especializados, durante a qual se procedeu à recuperação dos vestígios ósseos das necrópoles escavadas na década de 70 o que não só eliminou um dos factores mais evidentes de degradação das ruínas como virá a possibilitar a obtenção dos primeiros dados antropológicos sobre as populações que habitaram o local. Só nos resta desejar que o processo agora iniciado seja irreversível e que a iniciativa frutifique, pois só «a união faz a força», como diz a sabedoria popular, ela própria parte integrante do Património Cultural que todos aqui estamos a tentar promover. ●

## PORTO DA LAMA

### — UMA IMPORTANTE ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÉPOCA ROMANA DO CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

João Faria\*

e

Marisol A. Ferreira\*\*

O concelho de Alcácer do Sal assume uma extraordinária importância ao nível arqueológico, sendo actualmente conhecidas 75 estações ou monumentos de cronologias diversas, abarcando todos os períodos da história humana, desde o paleolítico à época medieval, com particular relevância para o período romano. Na medida em que algumas estações ou monumentos arqueológicos podem ser visitados, têm sido levados a efeito roteiros culturais, que incluem visitas guiadas, envolvendo estudantes e professores, membros de sindicatos, associações juvenis, cursos de educação básica de adultos e população em geral. Visando a salvaguarda do nosso património cultural, procede-se à limpeza e conservação de algumas estações ou monumentos, como a estação arqueológica do castelo de Alcácer do Sal, calçada romana, anta e tanque romano no Torrão. Ainda com o apoio da autarquia está a realizar-se a primeira campanha de escavações arqueológicas na *villa* romana de Sta. Catarina de Sítimos sob a orientação de um dos signatários (J. F.). Neste sentido e enquadrado dentro de um amplo projecto de recuperação e divulgação do património arqueológico concelhio, julgamos oportuno apresentar, à maneira de simples notícia, mais alguns novos achados efectuados numa importante estação arqueológica do nosso Concelho — o Porto da Lama. Esta estação arqueológica, é conhecida desde 1948, altura em que Abel Viana a identificou. A ela alude da seguinte maneira: «Toda a região de Alcácer é arqueologicamente rica. São inumeráveis os sítios onde surgem destroços



FOTO Nº 1

de várias épocas, principalmente da dominação romana. Os canais resultantes das grandes obras de irrigação nestes últimos anos efectuadas têm cortado muito desses jazigos, como tive ocasião de ver. Um deles, por exemplo, é na margem esquerda da ribeira de Sítimos, junto à herdade da Torre. São aí evidentes restos de uma *villa* romana» (VIANA 1948 p.9). Este autor refere-se ao local denominado Porto da Lama<sup>(1)</sup>, situado apenas a 2 km a oeste da aldeia de Santa

\* Resp. Sector do Património Cultural da C. M. Alcácer do Sal.

\*\* Finalista do Curso de História da Faculdade de Letras — variante Arqueologia.

Catarina de Sítimos. Numa ida ao local deparámos com um terreno, que numa extensão de cerca de 200 m se apresentava juncado de fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, *dolia*, alguma *terra sigillata*, pedaços de *opus signinum* e de mós manuais, que recolhemos, muita pedra proveniente de muros que a lavoura mecânica tem destruído. No local da *villa* foi construída uma pista de aviação em terra batida. Quando se procedia aos trabalhos de terraplanagem, encontrou-se um peso de lagar de azeite, em calcário paralelepípedo. Ver Foto n.º 1. Na mesma altura descobriu-se um marco miliário com inscrição, recentemente publicado<sup>(2)</sup>. Ver Foto n.º 2. Junto ao canal de irrigação, estão à vista uma série de estruturas, bastante bem



FOTO N.º 2

conservadas, orientadas no sentido N-S/E-W que deverão formar uma série de compartimentos. Ver Foto n.º 3. Aqui, encontram-se com maior frequência, os materiais arqueológicos que atrás citámos. Os muros têm uma altura que chega por vezes a atingir 1,10 m e a largura é de 0,50 m, sendo formados por pedra e argamassa. Ver Foto n.º 4. Alguns deles apresentam-se ainda revestidos de argamassa. Ver Foto n.º 5. Foi durante a construção do referido canal que, segundo o Sr. Cardim, morador em Santa Catarina, se acharam «... umas pedrinhas quadradas muito bem feitas e de várias cores...». Alertados para o facto de nesta *villa* virmos

a encontrar *tesselae* soltas ou mesmo um pavimento de mosaicos — *opus tessellatum* — foi com bastante cuidado que limpamos os muros, da vegetação envolvente, a fim de se poderem tirar as fotografias que ilustram este artigo. No decurso dessa limpeza fizemos o importante achado de três *tesselae*, duas de cor branca e uma preta, a atestar a existência de mosaicos. Não longe deste sítio está um pequeno outeiro artificial, completamente coberto com fragmentos de *tegulae*, *imbrices* e *dolia*, onde apareceu um fragmento bastante grande de um tanque em mármore, talvez pertença de lagar (Foto n.º 6). O Porto da Lama, é assim, uma *villa* da época romana, relativamente extensa e perfeitamente bem definida. Para além disso apresenta



FOTO N.º 3

interessantes estruturas, bem conservadas, algumas ainda revestidas de argamassa. Local onde se detectou a presença de *tesselae* e quem sabe, num futuro próximo, de belos mosaicos.

(1) x 172,4

y 157,8 (Carta Militar de Portugal f. 477 1:25.000 1944).

(2) Trata-se de um miliário, em mármore, cortado ao meio no sentido vertical, com a superfície espiografada muito erodida. Dedicado aos dois imperadores Augustos, Diocleciano e Maximiano, associados a Constâncio Cloro e Galério, Césares a partir de 293 d.c. Datável de 293-305 d.c. Pertencia à via Olisipo/Ebora, por Salacia (ENCARNAÇÃO 1984 p. 729 e 730).

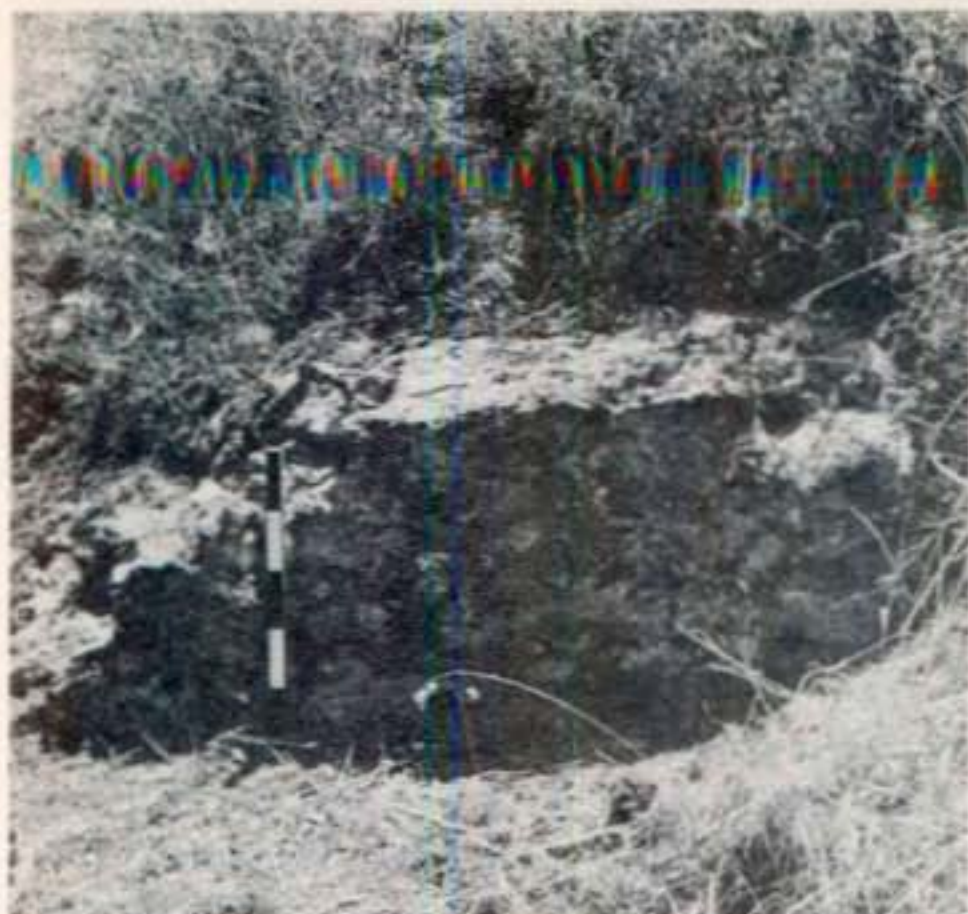


FOTO N.º 4



FOTO N.º 5

### Significados:

**Tegulae/Imbrices** — O telhado romano era formado por dois tipos diferentes de telhas: a telha plana-*tegula(ae)* e a telha curva-*imbrex(ices)*

**Tesselaec** — Pequenos cubos, mais ou menos regulares, com 1 a 3 cm<sup>3</sup>, no presente caso de pedra, com que se fazia o mosaico romano-*opus tessellatum*

**Lateres** — Tijolos vulgares

**Opus signinum** — Argamassa de cal com mistura de fragmentos cerâmicos.

**Terra sigillata** — Cerâmica tipicamente romana de importação

**Dolia** — Grandes potes destinados a conter produtos sólidos ou líquidos.

### BIBLIOGRAFIA

VIANA (Abel), *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo (Alcácer do Sal)*, «Arquivo de Beja» vol.V Beja 1948 p.3-62.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis (Subsídios para o estudo da romanização)*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 2 vols. Coimbra 1984. ●



FOTO N.º 6

# A "FOLHA DE SETÚBAL" E O DESCRÉDITO DA MONARQUIA NAS VÉPERAS DA SUA QUEDA

Francisco Santos

e

Lúcia Santos\*

"...Nos paços do concelho, desfraldada ao vento, uma bandeira esfarrapada.

(...) Nas feiras miseráveis, onde se liquida tudo, tremulam sem cessar velhas bandeiras; à pátria... em liquidação também, sirva-lhe de símbolo esta bandeira em farrapos.

A bandeira esfarrapada está ali muito bem.

Azul e branca sobre um escudo de sangue, sete castelos e uma coroa de ouro, ao centro as quinas com as cinco chagas do nosso martírio...

Esfarrapou-a o vento e assim resume muito bem o passado e diz claramente o que somos."

In N.º 42/29 Jul 1900

No recôndito microcosmos setubalense, numa plácida manhã de verão, oferece-se, assim, numa visão simbólica feliz, a solidariedade irresponsável, indecorosa e aviltante da administração local e regime monárquico, ambos demasiado comprometidos na alinação corruptora do sistema político vigente para que a bandeira, até então representativa da tradição cultural portuguesa, porque entretanto desprezado e enxovalhado, pelos poderes públicos, o valor ético do passado histórico que consubstanciava, mais não represente agora que a degradação física e moral do próprio regime.

Eis, pois, a razão porque a "bandeira esfarrapada" está assim muito bem". Não valerá mesmo a pena substituí-la "enquanto correr à matroca tudo que respeita às necessidades e interesses do povo" submetido a uma "política reles de campanários".

Por outro lado, a própria cidade de Setúbal merecerá melhor? Não está ela, no seu ronceirismo banal e rotineiro, contagiada por essa "terrível doença que avassalou o organismo da nacionalidade portuguesa" a letargia e a corrupção — que deteriorando a "púrpura dos povos", nos vai desvanecendo "a vitalidade do génio aventureiro que outrora, através de mares tenebrosos e em

lutas gigantescas, se impôs à consideração do mundo"?

Consideração que o "vento" duma política rotativista tinha vindo a dissipar não só pela imagem de desfasamento civilizacional que a sua praxis interna reflectia, mas sobretudo pela incapacidade de assumir a dignidade e grandeza épica de Portugal no tipo de relacionamento internacional em que se enredava e comprometia.

Daí pois que se justifique uma nova voz na imprensa setubalense. É que há que travar não só a velocidade com que a sociedade portuguesa se precipita para a decadência como, ainda mais, e principalmente, inverter a sua marcha. Para tal, conta-se com as províncias porque Portugal "só aí... ainda existe pelas suas tradições, pelo amor aos velhos costumes, pelos trajos e pela linguagem" (1)

Setúbal é assim "sacudida" na sua letargia e ronceirismo e chamado à participação na elevada tarefa do "ressurgimento nacional" por um jornal para o qual a República representa a alternativa imediata a este "regime de falsidade e protervias... neste meio de crapulosos favoritismos e revoltantes iniquidades". (2)

Para credenciar a isenção da pedagogia política que pretende desenvolver, a "Folha de Setúbal" declara-se acima das conveniências partidárias muito embora

\* Professores do Ensino Secundário

sempre no pressuposto de que tem “uma bandeira — a da liberdade; um princípio — o da justiça; um credo — o da igualdade”.(3)

Na rota do “Paraíso Terreal” do poeta dinamarquês Anderson (4) era esta região também frequentemente visitada pela Família-Real que aqui procurava a motivação dos seus lazeres e passatempos.

Deste modo, Setúbal, Sesimbra e Azeitão eram virtualmente e porque ainda só ao nível restrito das figuras proeminentes do Estado, aristocracia ou capital — o que, mais tarde, as “massas” haveriam de consagrar como triângulo turístico da zona mesopotâmica Tejo/Sado.

No entanto, as visitas régias quase passaram despercebidas na intencionalidade lacónica da informação com que são noticiados. Sente-se mesmo o cuidado de evitar desenvolver e dar relevo a toda e qualquer acção que pudesse bonificar a imagem da Família Real. É o que se constata em especial, com a adaptação do palácio do Outão em sanatório para crianças escrofulosas por iniciativa da Rainha D.

Amélia. Mesmo as suas viagens a esta obra — que consideraríamos de grande importância não só local como nacional — não mereceu da “Folha de Setúbal” maior desenvolvimento. Ao contrário, as autoridades que na estação dos caminhos de ferro aguardavam a soberana para os cumprimentos da praxe eram “apontados”, ridicularizados e anotados como bajuladores. Houve, desde início, a intenção de minimizar a obra. No entanto, ao aproximar-se a data da inauguração e na impossibilidade de ignorar o acontecimento que vinha ganhando o domínio público, a “Folha de Setúbal” desencadeia uma acérrima campanha de descrédito à Câmara Municipal.

O pretexto, não sendo propriamente o do Outão, a ele se ligava indirectamente. Surge pelo facto de a vereação, com demasiada prestreza, haver manifestado a intenção de pôr à disposição do fundo nacional de assistência aos tuberculosos uma verba que excedia a estipulada pela lei de 17 de Agosto de 1899. Uma câmara que sistematicamente justificava como razão e impedimento dos melhoramentos locais, a falta de recursos, tão generosa magnânimidade, não pôde deixar de ser interpretada pela “Folha de Setúbal” como um exemplo de traficância política. É que, encontrando-se a actual vereação

submetida a uma sindicância, o seu comportamento não podia deixar de ser interpretado como o de quem, à custa e prejuízo dos interesses da população, procura manter-se agarrado às cadeiras do senado municipal.

Tanta subserviência todavia não é ainda a suficiente, para merecer a distinção de a Câmara Municipal desta cidade ser convidada para a cerimónia da inauguração do sanatório a 6 de Junho de 1900. Mas vejamos como o jornal descreve o acontecimento numa página interior sob a discreta rúbrica “Informações: “... A festa foi quase estranha a esta cidade. A Câmara Municipal apesar de contribuir com réis 1: 346\$289 para a Assistência Nacional e dos seus bons desejos de contribuir com maior quantia, não mecereu a honra d’um convite para a festa real... A classe média d’esta cidade, a quem amanhã a Assistência talvez tenha de recorrer, deixou também de ser convidada. Os convidados de Lisboa eram muitos...”.(5)

Poderíamos dizer que o juízo implícito que a “Folha de Setúbal” tem sempre presente em relação à iniciativa da criação do sanatório se pode declarar do que a propósito da sua estrada de acesso havia já antes claramente afirmado: “Um capricho de suas magestades fidelíssimas fez com que se constuísse em poucos meses uma formosíssima estrada marginal... gastando-se nesta obra, aliás de reconhecida utilidade, uma quantia superior às forças do país”.(6)

Aliás, a cerimónia da inauguração do sanatório, não nos é apresentada ela demarcada do interesse da cidade e descrita essencialmente como acontecimento lisboeta? A própria D. Ana de Castro Osório, a propósito do Sanatório do Forte do Junqueiro nascido posteriormente, sob égide da iniciativa particular do Dr. José de Almeida, terá oportunidade de ir mais longe ao ignorar por completo o sanatório real ainda que pareça fazer-lhe uma alusão crítica quando por contraste realça o mérito do fundador do de Oeiras. Mais vejamos: “... Em outros países já há muito que se pensa com interesse e carinho nos pobres escrofulosos e não há nação civilizada que não tenha os seus sanatórios para estes desditosos. Só nós... nada tínhamos ainda, quando um homem, que vós todos deveis aprender a conhecer e estimar, porque na sua

modéstia, sem encomendar reclamos pomposos, tem feito uma obra gigantesca de piedade e caridade se lembrou de fazer perto d'Oeiras um sanatório!... (7)

Infere-se daqui uma crítica a um regimen que faz alardear como mérito o que mais não é do que o assumir tardio e apoucado das responsabilidades cívicas de um Estado que mantém Portugal na posição mais retrógrada das nações europeias. Mas a pessoa do Rei, a "Folha de Setúbal" o faz notar, é a excepção na regra: "Afinal em alguma causa havíamos de levar a palma às outras nações da Europa. Vimos em bela letra redonda que o Sr. D. Carlos I é o soberano europeu mais pesado pois que pesa 92 Kg sem tirar nem pôr..."(8).

Pese embora este momento humorístico, é a monarquia o principal alvo das suas críticas. Deste modo, denota-se toda uma intenção de recordar constantemente que o rei consubstancia um regimen anacrónico e divorciado do povo que disso vai tomando consciência, por vezes em situações bem cruéis. É o que se procura demonstrar quando após a greve dos pescadores de Sesimbra em Abril de 1900 (9) o iate real se detém na baía desta simpática povoação: (...) "Alguns personagens desembarcam e pelos trajés e ademanés, é fácil reconhecer-se que são pessoas de grande posição social. Salienta-se um, mais gordo, que os outros cercam respeitosamente, na atitude de servos obedientes e humildes.

Conhecem-no bem os bons dos pescadores. Saudavam-no sempre respeitosos e amigos e saudações bem sinceras eram essas, mais sentidas decerto que as costumeiras mercenárias de gente da corte. Agora ficaram-se indiferentes à passagem da lusida comitiva, sem um olhar sequer de interesse ou de curiosidade ao menos...

Há dois meses apenas naquele mesmo sítio alguém lhes assassinou três companheiros... por pedir pão.

Às ordens de quem? do Estado, que arma o braço dos seus irmãos para lhes abafar os gemidos. E tinha aquele homem culpa de semelhante crime para lhes merecer o desgosto? Directamente não.

Mas eles aprenderam depressa, pelo instinto apenas, que ele simbolizava o Estado...

De dedução em dedução, talvez que eles chegassem também a observar que ele era o representante dum direito retrógado e absurdo — o direito divino, o princípio mais adverso da Igualdade e da Justiça..."(10)

Assim, pouco a pouco, como aquela esfarrapada bandeira azul e branca içada nos paços do concelho, se vai corroendo o trono e com ele o regimen que dissociado do povo, se escora no militarismo opressor, na militância conservadora do clero e na conivência de regimes produzidos por uma clientela mantida à sombra das sinecuras. E é "no ruído das caçadas, no rumor das grandes festas e das viagens luxuosas, como no entusiasmo mais quente dos seus festins" (11) que a monarquia procura abafar os trovões da tempestade que anunciada já desde 1852 (12) se avizinha agora perigosamente próxima...

(1) — N.º 15/21 JAN 1900: *Dívida a Pagar*

(2) — N.º 8/3 DEZ 1899: *"A Vitória Republicana"*

(3) — N.º 52/7 OUT 1900: *"A Próxima Luta"*.

(4) — *Info. referida por Feliciano de Castilho em carta dirigida à C. Municipal do STB. In: Alberto Pimentel, "Memória", Editora N/S 1877*

(5) — N.º 35 — 10 de Junho de 1900.

(6) — N.º 1 — 15 OUT 1899 — *"Estrada da Torre"*

(7) — N.º 49 — 16 SET. 1900 — *"Sanatório do Forte do Junqueiro para Crianças Escrofulosas"*.

(8) — M.N.º. 54 OUT. 1900 — *Notícia Solta*

(9) — *A greve relaciona-se com o direito dos pescadores a 15% do pescado. Sesimbra desde 1897 que o havia conquistado. Alguns armadores não o cumpriam. O sucesso da greve de Janeiro de 1900 de Setúbal consagrando idêntica reivindicação, animou Sesimbra a fazer cumprir o estipulado. Deitaram-se na areia para impedir a saída dos barcos com campanhas novas. Pelotão de Infantaria exige retirada. A não obediência à ordem originaram que três pescadores fossem abatidos.*

(10) — *In 35/10 JUN. 1900: "/reflexões"*.

(11) — N.º 29

(12) — N.º 12/31 DEZ. 1899: *"Outro Ano"; ... A decadência portuguesa, manifestada mais publicamente depois de 1852..."*



# Animação cultural



# DA ALFABETIZAÇÃO À ANIMAÇÃO DO BAIRRO: SEMANA DE CULTURA AFRICANA — Uma Experiência no Vale da Amoreira no Concelho da Moita

por Maria Vieira\*

Considere-se a existência de um bairro suburbano, de implantação recente, maciçamente povoado de africanos (emigrados ou refugiados) onde a dinamização cultural, praticamente inexistente, é ao mesmo tempo causa e consequência dos elevados índices de analfabetismo, desemprego e sub-emprego e da deterioração do tecido social... Considere-se também o entendimento de que diante desta realidade se impõe a urgência de um autêntico esforço cultural que favoreça e estreite as relações entre os homens, que conduza a uma transformação social qualitativa do meio e do próprio concelho de modo a que os seus interesses gerais coincidam com os particulares... Considere-se então a existência a nível local de duas estruturas que representam cada uma delas instituições novas marcadas por dimensões democráticas, abertas, dialogais: a Coordenação Concelhia da Educação de Adultos e a Câmara Municipal... Podem muito bem estas duas que, possuindo meios privilegiados de acesso à comunidade, propôr-se numa verdadeira conjugação de esforços e meios partir para uma primeira e desafiante tentativa de aproximação. Servindo-se e servindo o trabalho já em marcha com gupos africanos nos núcleos de Alfabetização. Os Cursos de Alfabetização de Adultos são, não podemos esquecer-lo, um canal privilegiado de auscultação e sensibilização da população e muitas vezes o único capaz de desencadear um trabalho colectivo, não só pela sua isenção político-partidária e religiosa mas sobretudo pelos métodos que utiliza. «mal chegámos inaugurámos a palavra amigo» (A. O'Neill). Congregou-se então uma equipa à volta de



\*Membro da Coord. Concelhia da DGEA na C. M. da Moita

um projecto — pessoas da Educação de Adultos, pessoas da Câmara Municipal e adultos educandos — assente na concepção

Freiriana de que as coisas têm de ser transformadas com as pessoas sendo elas obrigatoriamente *sujeitos* e não *objectos* dessa transformação. E a equipa avançou com confiança. Não com a confiança de quem tudo sabe e pode ensinar, mas ao contrário com a confiança de que com aqueles companheiros africanos de sorriso disponível à vida, iríamos trabalhar. Nós nada sabíamos de Cultura Africana; iríamos apenas possibilitar-lhes a oportunidade de se expressarem e verem valorizada a sua cultura, as suas tradições, seus usos e costumes que nem colonizadores nem a inospitalidade de um bairro degradado conseguiram matar. Os animadores não apareceram lá como os representantes ou os «propagandistas» de um produto cultural de qualidade pronto a consumir, mas sim dispostos a dialogar generosamente com eles e pô-los a fazer a sua festa. Esta forma de trabalhar era o inverso da dominação social ou cultural,

seguia um modelo pedagógico que se caracteriza por uma atitude anti-autoritária, centrada no grupo e nos indivíduos como

«fazedores» da produção cultural, e por isso fomos aceites. As diferentes iniciativas para a Semana de Cultura Africana não foram nem concessões nem presentes nem muito menos tácticas usadas por nós; foram geradas por eles e eles próprios determinaram os seus conteúdos em função de objectivos sociais e culturais. Assim foi nas exposições onde não queriam que faltassem nada nem que fosse necessária uma caminhada longa para que se encontrasse o pilão mais característico; Assim foi na mostra culinária africana que teria que incluir obrigatoriamente aquele prato ou aquele condimento por ser o «melhor da nossa Terra», assim foi para o espectáculo para o qual mobilizaram os patrícios mais capazes de mostrar o que é o verdadeiro batuque, cantar ou dançar as músicas mais tipicamente africanas; e assim foi também para a organização e boa realização do convívio final — a Farra — que não poderia deixar de se fazer porque o Africano festeja





sempre dançando. Não foi por coincidência que os esforços mais positivos foram os que fizemos casa a casa pelo bairro fora. Ao avançarmos íamos constituindo o corpo do programa e sentindo que estava em funcionamento a presença pedagógica de uma acção que era capaz de oferecer a todos os que nela participavam uma aprendizagem com que se preparavam para estender e aprofundar a própria acção, que era cada vez mais deles e nós cada vez mais coordenadores. E, por sentirem a «Festa»

como sua, os africanos deram provas da maior criatividade, capacidade de trabalho solidário e entusiástico e exemplar civismo. Para qualquer das iniciativas se constituíam com a maior facilidade equipas de voluntários que «agarravam» as responsabilidades com uma capacidade surpreendente:

—vinte e tal cozinheiros de vários países africanos escolheram, compraram e confeccionaram 5 pratos diferentes que serviram a 400 visitantes.



- cerca de 80 «artistas» do bairro que nunca tinham pisado um palco, ensaiaram responsabilmente dias a fio para poderem estar presentes e mostrar com qualidade as suas músicas, poesias e danças.
- um grupo de mulheres passou uma noite inteira a costurar trajes para que o grupo das suas crianças apresentasse dignamente as suas coladeras.
- na noite da Farra cada um por si ou em colectivo espontâneamente tomavam as medidas necessárias para impedir o mais pequeno desacato que pudesse vir a estragar o ambiente da confraternização que se queria saudável.

E tudo isto sem quaisquer medidas de segurança, sem quaisquer pagamentos de serviços; a troco apenas da alegria que é ver valorizado o seu saber, da alegria que foi aquele fenómeno tão compensador e catalizador para os residentes africanos — os mesmos que aqui se tinham sentido sempre inferiorizados e sempre esquecidos. Já ouvimos alguém dizer que depois desta

intervenção no Vale da Amoreira, o bairro aparece aos olhos de todos com uma fisionomia diferente e que a Semana de Cultura Africana foi o desabrochar duma movimentação muito maior. No nosso entender assim é, porquer favorecendo a participação e o autodesenvolvimento individual e colectivo se contribui para a autonomia e progresso tanto no plano cultural como nos planos psicológicos, sociais, afectivos e políticos. A continuidade e avanço do trabalho passará pela manutenção dos laços e da colaboração iniciada, pelo diálogo e pela confiança na capacidade e criatividade daqueles munícipes/hóspedes; passará pelo aproveitamento cada vez mais eficaz dos meios de que dispõem as estruturas responsáveis em sintonia de esforços e objectivos.

«Só é possível fazer amanhã o impossível de hoje se fizermos agora o possível de hoje» Com esta experiência que agora desenvolvemos cimentou-se mais ainda em nós a consciência de que é a partir dos grupos e da sua animação que se fará a reconstrução do tecido social deteriorado.



# O MUSEU COMO ESPAÇO POLIVALENTE DE ANIMAÇÃO

Ana Duarte\*

No passado mês de Maio realizou-se no Algarve mais um encontro da APOM (Associação Portuguesa de Museologia) com representantes de vários Museus, instituições culturais e educativas do país e do estrangeiro.

O Museu de Setúbal participou num colóquio subordinado ao tema "O Museu como espaço polivalente de animação" que passamos a relatar acrescentando outras actividades que entretanto têm sido feitas.

Um Museu regional deverá ter como prioridade as solicitações do meio e com ele estabelecer uma relação estreita e criativa no campo da arte, da História e da expressão dramática.

O Museu de Setúbal/Convento de Jesus começou a partir dos finais de 1982, princípios de 1983 a desenvolver acções de sensibilização junto da população e em particular junto do pessoal docente e discente.

As maletas pedagógicas (caixa de madeira, contendo diapositivos com reproduções de objectos do Museu e dossiers com propostas de trabalho e material lúdico diversificado relacionados numa perspectiva interdisciplinar com os programas do ensino básico) percorreram as escolas do concelho e funcionaram como cartão de visita do Museu. Este "cartão" teve um impacto significativo junto das escolas.

Os professores de todos os graus de ensino: infantil, primário, preparatório e secundário e de A. T. L.s começaram a visitar o Museu com frequência e entusiasmo. As idas ao Museu por parte das crianças desobedeceram ao formalismo das tradicionais visitas. Os alunos, se eram do ensino secundário, utilizaram fichas guias e assim, autonomamente, descobriam os objectos e os seus significados, estabelecendo com eles uma relação muito pessoal. Se eram de um grupo etário mais baixo, as visitas, durante este ano lectivo de 1985/86 (apesar de se ter iniciado este método em 1984), incidiram na expressão dra-

mática; recusando o verbalismo estereotipado, as crianças transmitiram através do seu corpo, as emoções tidas no contacto com os objectos do Museu. Para culminar estas visitas, a equipa do Serviço de Extensão Cultural, criou um conjunto de fantoches sobre a história do Museu, intitulado "Era uma Vez um Convento que Depois foi Hospital e agora é Museu".

De uma forma lúdica e simples era contada a história do edifício e as suas diferentes funções através dos tempos; em seguida, e após um ligeiro intervalo para lanche, as crianças dirigiam-se para o atelier de pintura e aí expressavam as suas impressões da visita, através das mais variadas técnicas. Estas visitas duravam 2,30 h de manhã e 2,30 h de tarde. Tentámos trabalhar o mais livremente que pudemos mas o nosso objectivo geral não era observar a evolução de uma turma nas constantes idas ao Museu, mas sim abrir o Museu ao maior número possível de crianças: por isso, a continuação do trabalho iniciado neste espaço foi muitas vezes continuado na escola, em consequência do entusiasmo de professores e crianças. Muitas vezes fomos chamados às salas de aula para observar *in loco* a "continuação da visita ao Museu".

Enquanto este trabalho avançava no campo discente, resolvemos fazer ateliers livres de pintura para adultos orientados pela pintora Laurinda Silvério. Vieram, ao longo do ano, todas as semanas, professores, donas de casa, operários, jovens, experimentar (alguns pela primeira vez) as técnicas variadas da pintura. Depois vieram os ateliers de expressão musical, de expressão dramática e um atelier de desenho de modelo orientado pelo professor e pintor José Mouga.

Perante esta explosão de visitantes abriram-se logo perspectivas para novas frentes de trabalho e, consoante as solicitações, elas foram sendo realizadas, tendo em conta as limitações de verbas (é preciso não esquecer que o Museu é de gestão Municipal estando neste momento em vias de passar para o I. P. P. C.) para suprir as inúmeras carências que o edifício apresenta. A alternativa não podia

\*Responsável pelo Serviço de Extensão Cultural do Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

ser outra: ou o Museu se tornava um armazém de objectos mortos acompanhando a degradação do edifício, ou se transformava num Museu vivo e num espaço aberto à população, irradiando cultura e alertando os jovens para a necessidade de estudarem a história local, conhecerem as suas raízes e protegerem o seu património artístico-cultural.

Assim, nasceram os cursos de História Local. Durante um semestre, percorremos com um grupo significativo de pessoas e acompanhados por especialistas, entre eles o Conservador Dr. Fernando António Baptista Pereira e o investigador José Meco, monumentos de Setúbal e arredores. Nesses encontros e tendo em conta as poucas monografias actualizadas existentes sobre o concelho, resolveram os

participantes dos cursos de História Local aderir à proposta do Conservador do Museu de Setúbal/Convento de Jesus de se criar uma Associação de Estudos Locais denominada, “Memória Setubalense” cujos estatutos já aprovados vão ter legitimidade através de escritura notarial no próximo mês de Setembro.

Entretanto, datas como o “25 de Abril”, o “18 de Maio” — Dia Internacional dos Museus” e “1 de Junho — Dia Mundial da Criança” foram comemorados sempre com a participação do meio. O tema para o Dia Internacional dos Museus de 1985, foi “Cada Sala do Museu é Uma Caixa de Surpresas”. O visitante entrava despreocupadamente e deparava em cada sala com uma “festa”. A



Academia Luisa Todi, a Academia de Dança Contemporânea, o Coro de Câmara de Setúbal, o Grupo Disto e D'aquilo, o Grupo de Poetas Setubalenses; as escolas primárias do Concelho e o Serviço de Extensão Cultural do Museu, animaram durante todo o dia os espaços, criando espectáculos de música, dança e poesia tendo como cenário as pinturas, salas e objectos do Museu. Este ano, em 1986, vários pintores expuseram na Galeria de Exposições Temporárias quadros cujo tema era "Claustromania". No dia 18, os mesmos artistas acompanhados de bailarinas, de poetas e de um grupo de experimentalismo vocal realizaram *performances* variadas por todos os espaços do Museu. Paredes, corredores, janelas e claustro foram explorados pelos corpos, sons, palavras e expressão plástica, numa unidade multimédia cheia de originalidade, chamando assim um público jovem e participativo às lides artísticas.

Falámos já de públicos variados que nos visitam: os jovens, as crianças, as pessoas no geral que participam nas inúmeras exposições que de 2 em 2 meses aqui são feitas, mas quisemos ir mais longe, quisemos ir até junto dos idosos dos centros de dia e dos alfabetizandos. Lançámos um repto: que eles fizessem um brinquedo da sua infância e falassem sobre ele; de imediato, bonecas e bolas de trapo, carroças de cortiça, carrinhos de latas de conserva e muitos mais brinquedos apareceram neste Museu. Foi emocionante observar os idosos e os alfabetizandos percorrerem o Museu falando de si e dos objectos, lerem os seus textos, falarem da sua infância, pobre na maioria, cheia de dificuldades com pouco tempo de lazer, com poucos brinquedos comprados, mas muitos feitos pelas suas próprias mãos. Hoje, esses vestígios do passado encontram-se expostos no Museu de modo que as crianças possam observar como brincavam os seus avós.

Como se pode observar, o Museu abriu as suas portas ao meio e, em contrapartida, sempre que alguém nos franqueia a entrada de forma tão solícita, nós entramos não só uma mas muitas mais vezes. Assim aconteceu devido às inúmeras peças de fantoches que entretanto fomos fazendo, nas escolas, nas Juntas de Freguesia e Associações de Moradores, nos jardins (contos tradicionais portugue-

ses e História de Portugal); fomos chamados a colaborar com os professores de português, nas comemorações de Aquilino Ribeiro e animámos, através de dramatizações e peças de fantoches, os seguintes textos: "O Romance da Raposa" e «O macaco trocista e o elefante que não era para graças». Vieram muitas crianças (4 000 a 5 000); mais tarde, estas peças foram animar sessões de outras Câmaras do Distrito (Montijo, Almada e Moita) e, para culminar, fomos convidados para o Festival Nacional de Teatro de Fantoches a realizar no mês de Setembro, em Santarém. A partir do momento em que definimos como objectivos fundamentais do Serviço de Extensão Cultural, ensinar a História, a Arte e a Expressão Dramática, estas animações de literatura infantil pode e deve ser dramatizada e o Museu, através do contacto privilegiado com as escolas, está nas condições ideais para realizar esse trabalho.

Começaram, então, os professores a trabalhar livros de vários escritores de literatura infantil e as crianças exploravam os textos utilizando as mais diversas formas de expressão. Mais tarde, os trabalhos foram expostos no Museu, os escritores vieram visitar-nos, foram entrevistados pelos alunos e as dramatizações dos seus textos foram feitas pelas crianças ou pelas monitoras do Serviço de Extensão Cultural nos espaços do Museu. Muitas destas actividades lúdicas foram feitas no dia 1 de Junho "Dia Mundial da Criança".

Este dia tem sido comemorado ao longo do mês de Junho com actividades variadas para as crianças, cujo apoio logístico e financeiro tem sido sempre da Câmara Municipal de Setúbal. No ano de 1985 montou-se com a colaboração do I. A. C. (Instituto de Apoio à Criança) uma ludoteca na Galeria Central. No Museu e como complemento da mesma fizeram-se sessões de fantoches, cinema de animação pintura colectiva e leitura animada, além de uma mini-ludoteca. No decorrer destas actividades, levou-se até junto das crianças doentes do serviço de Pediatria do Hospital Regional de Setúbal, um baú cheio de brinquedos e jogos que foi animado, durante 3 meses, por uma das animadoras do Serviço de Extensão Cultural do Museu. Na Praça do Bocage, ao redor da ludoteca e dentro da mesma decorreram espectáculos variados para

as crianças.  
Este ano, resolvemos fazer uma exposição por todas as salas do Museu com trabalhos das crianças relacionados com os objectos dessas mesmas salas que eles visitaram e sobre os quais haviam trabalhado. A par das obras de arte do passado, estiveram patentes ao público as "obras de arte" do presente, desta nova geração que tratando o património histórico-cultural como um amigo, transformará certamente as mentalidades e o concelho onde moram nos anos mais próximos de uma forma radicalmente diferente.  
Nas feiras de Santiago de 1985 e de 1986 o

Serviço de Extensão Cultural do Museu tem animado várias sessões de leitura com fantoches e dramatizações nos "stands" da livraria Culsete que têm merecido elogios dos autores da literatura infantil presentes. No pavilhão da Assembleia Distrital, está patente uma exposição intitulada "Setúbal Anos 20" da responsabilidade dos Museus do Concelho, na qual o Museu de Setúbal/Convento de Jesus teve oportunidade de contactar com inúmeros colecionadores que nos abriram as suas portas e nos emprestaram móveis, cerâmicas, pratas, têxteis e vidros numa perspectiva de dar a conhecer ao grande público o



património setubalense no campo das artes decorativas.

Ao longo destes dois anos, o Serviço de Extensão Cultural tem desenvolvido um longo trabalho junto das escolas, fundamentalmente, um trabalho que fecunda a imaginação e que promete criatividade.

Além deste trabalho, no claustro do Museu de Setúbal têm-se realizado concertos, peças de teatro e sessões de movimento e drama.

A sala do auditório tem sido utilizada para conferências, acções de formação, peças de teatro, reuniões de professores, sempre dentro das mais rigorosas regras de segurança, tendo em conta o valioso recheio que o Museu encerra.

Poderá o Museu fazer mais? Poderá responder mais e mais às solicitações do meio? É possível que sim, apesar de este trabalho ter as suas rosas e os seus espinhos, as alegrias dos objectivos atingidos, os espinhos das dificuldades a vencer e das inúmeras horas de

trabalho dispendidas para que tudo resulte, para que o Museu chegue ao maior número de pessoas possível. Este ano, desde Janeiro a Junho visitaram o Museu e colaboraram nas experiências e actividades do Serviço de Extensão Cultural 11 212 crianças. Cerca de 30 000 serão os estudantes do nosso concelho, atingimos quase metade, a nossa meta é atingir todos.

Citando Fernando Pessoa na já repetida frase “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, nós continuamos com a unidade desta equipa, que é criativa e trabalhadora, e com o voluntarismo do Conservador, que é o motor deste Museu. Mas o motor sózinho não trabalha, nós somos a embraiagem, o travão, a carroceria, o acelerador, em suma o veículo completo. Em uníssono, o mostrador do carro marca que o Museu do Convento de Jesus anda a 100 Km à hora.

Acompanhe-nos nas nossas viagens.

# BIBLIOTECA MUNICIPAL DO BARREIRO

— Instituição democrática ao serviço da educação,  
da cultura e da informação

*Francisca Trindade\**

A Biblioteca Municipal do Barreiro é um local moderno, aprazível, aberto a toda a população, que procura possibilitar o acesso de todos à cultura geral e o encontro com a criação sob todas as formas. É um espaço de liberdade, um lugar de confrontação de várias correntes de pensamento onde cada leitor procura o livro ao seu nível. Para tal, tenta-se que a biblioteca vá criando um

fundo bibliográfico capaz e coerente, onde exista um pouco de tudo sobre todas as questões. O seu recheio deverá ser permanentemente actualizado e ter carácter enciclopédico, consistindo numa amostra significativa e equilibrada do universo da informação disponível e dos diferentes pontos de vista sobre o mesmo tema. Para a construção do fundo, degrau a degrau, procura-se ter em conta as preocupações e necessidades não só dos leitores habituais, como de todos os habitantes, estando atentos ao papel da região e não devendo os gostos ou interesses culturais próprios do

---

\* *Bibliotecária — arquivista Responsável da Biblioteca Municipal do Barreiro*



ESPAÇOS ENVOLVENTES E ENTRADA PRINCIPAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL.

bibliotecário intervir na escolha do fundo. Mesmo quando as verbas são diminuídas é desejável fazer encomendas de livros, se possível todos os meses. O ideal seria ver o livro nas mesas das aquisições recentes da biblioteca ao mesmo tempo que no livreiro, o que infelizmente nem sempre é possível. A leitura pública está ao serviço do homem e, como tal, o acesso à mesma deve ser o mais simplificado possível, devendo o acesso às estantes e portanto ao livro, ser livre, dando hipótese ao leitor de encontrar o livro procurado e até mesmo «o não esperado». Se não há livre acesso, não existe leitura pública. Numa estante e sobre um mesmo assunto tentamos que exista um recheio variado que contemple as necessidades do estudante, do investigador, do grande público, isto é: que esse mesmo assunto esteja, em vários livros, tratado com um aprofundamento diferente, que responda à procura de vários utilizadores consoante o

seu nível de conhecimentos.

Na construção da nova biblioteca intervieram vários factores entre os quais os seguintes: escolha de um local central, com espaço adaptado às necessidades do público, aspecto agradável e moderno, funcionalidade. Desde que tudo seja bem planeado e se crie um ambiente favorável, ganhamos mais leitores e favorecemos que cada um dos seus utentes se torne um bom leitor. Para que o acolhimento do público seja o melhor possível intervém não só o local (espaço físico) em que está instalada a biblioteca, como também o pessoal, o recheio de livros e a disposição dos mesmos nas estantes. É evidente que a arrumação dos livros deve ser feita por assuntos, de modo a que o livre acesso seja possível.

Animar uma biblioteca é impregnar dum certo espírito a sua vida em todas as manifestações. A animação cultural é um trabalho de ligação entre o conhecimento e o



SALA DE LEITURA GERAL.

público. É necessário que ela se desenvolva numa atitude de curiosidade, interesse, reflexão e atitude crítica. Não isolar a

biblioteca da comunidade implica que sejam promovidas actividades de animação cultural a partir do livro — exposições, encontros com autores, sessões de teatro, cinema, música, palestras, actividades criativas e lúdicas para crianças e jovens, exposições iconográficas de tipo local ou regional, sessões de vídeo, etc. Há toda a necessidade de possibilitar o acesso de todos à cultura, devendo suprimir-se ao máximo a desigualdade social e geográfica, tentando alcançar toda a população. Tal só é possível através do empréstimo domiciliário alargado a todos os elementos do público que o desejem. O livro é o instrumento cultural mais susceptível de atingir largas camadas da população, e, como tal, o acesso ao mesmo deve ser encarado como um direito social básico. Uma boa iniciação à leitura é fortemente condicionada pelo tipo de relação que as crianças tiverem desde a mais tenra idade com o livro e a linguagem. A escola fornece aos seus alunos, fundamentalmente,

um mero instrumento de cultura — o saber ler e escrever. Não basta todavia aprender a ler e escrever. É preciso ler sempre e

regularmente, mas, para tal, torna-se indispensável não só despertar e manter o gosto pela leitura, mas também facilitar-lhes os meios de o satisfazer. A biblioteca pode e deve, em certa medida, remediar as carências do meio familiar e da escola. Se a escola, como sabemos, é o único meio que a criança desfavorecida tem de se promover socialmente, ela pode agravar contudo a sua situação através de insucessos e êxitos escolares, de competição e selecção dos melhores, que em nada contribuem para o enriquecimento humano e valorização da criança como indivíduo. O livro não pode, pois, ser encarado apenas como um objecto escolar porque, ligado à escola, ele corria o risco de ser esquecido e abandonado logo que a criança deixa a escola, sobretudo se aquela representa para ela um lugar de malogros e insucessos. Todos sabemos que os livros contribuem, desde a mais tenra idade, para o desenvolvimento da personalidade da criança, para a libertar de certas tensões e



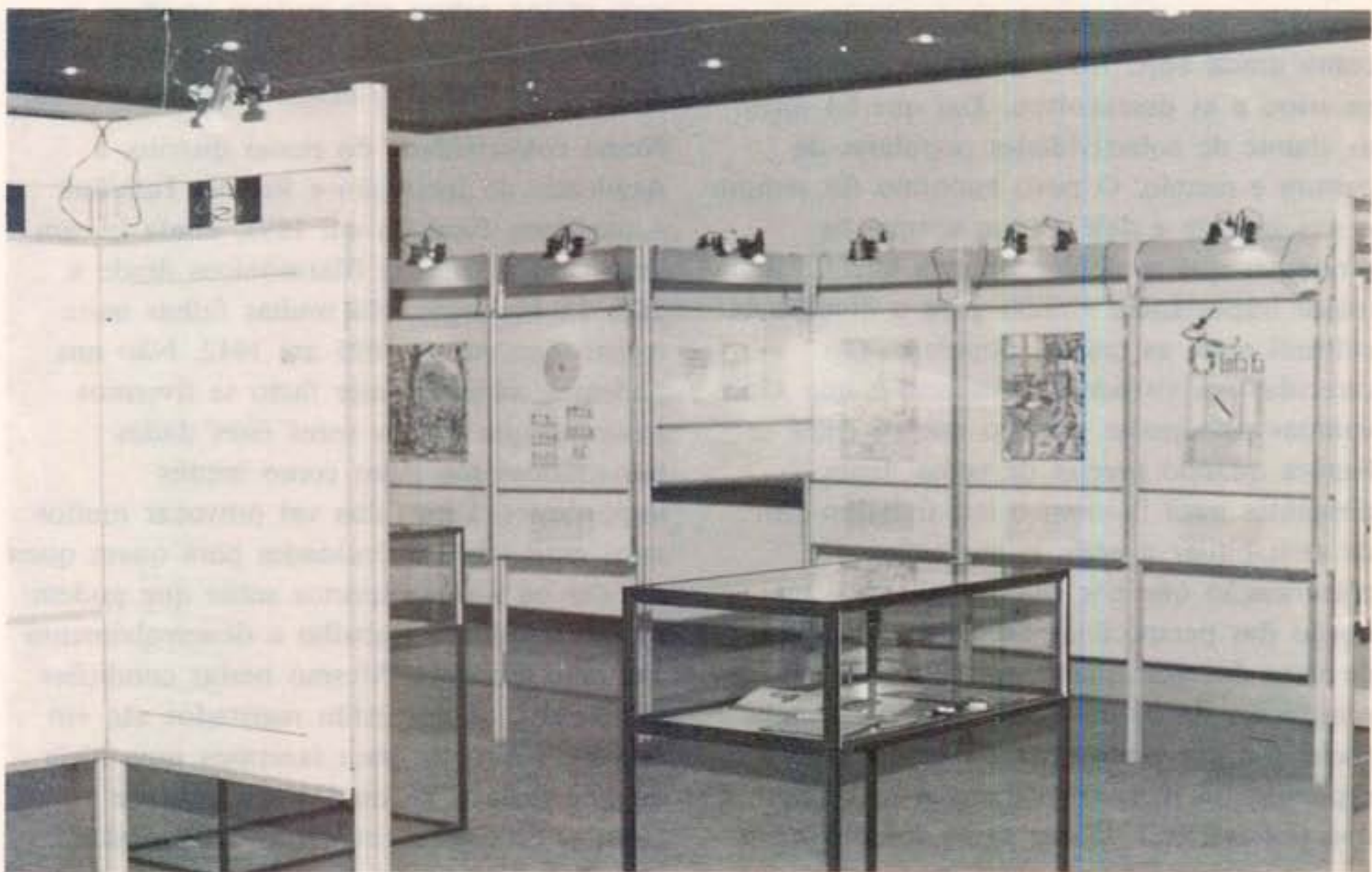
RECEPÇÃO.

angústias e ajudá-la a resolver os seus conflitos. Vários especialistas se têm debruçado sobre estudos relacionados com a leitura e chegaram à conclusão que o livro e as imagens contribuem para o desabrochamento da imaginação e da sensibilidade. Perante estes estudos é importante fazer com que a biblioteca faça descobrir à criança o prazer de ler, não só sozinha como colectivamente. Isso só é possível se a biblioteca possui condições de acolhimento, um espaço vivo e alegremente decorado, confortável, qualidade de colecções apresentadas, ausência de rigidez, etc. Além disso é importante que a biblioteca não só responda às necessidades de formação e informação das crianças, como também dos pais e educadores, associando-os à sua política de promoção do livro e de pedagogia da leitura. Várias actividades devem portanto ser consideradas prioritárias para que uma boa promoção do livro seja levada a efeito numa biblioteca: hora do conto para contar histórias, actividades de expressão (música, poesia, teatro, marionetes), exposições sobre temas diversos em vitrines e expositores, encontros e debates com escritores, e até, se a biblioteca dispõe de um espaço próprio,

actividades manuais (desenho, pintura, impressão, etc). Podemos, pois, dizer que a biblioteca pública é uma instituição essencial da educação permanente, pois se a biblioteca conseguir incutir na criança o gosto e o prazer da leitura, ele continuará pela vida fora e o livro continuará a ser encarado como um instrumento indispensável à vida e ao progresso e bem estar do homem na sociedade, contribuindo para criar cidadãos informados, cultos, capazes de discernir, escolher e apostar na qualidade de vida.

*"Não basta saber ler e escrever duas regrinhas, é preciso que haja que ler. Um espírito bem formado é um insatisfeito devorador de livros. Não apenas livros antigos, cheios de prestígio e exemplo, mas livros novos, correspondentes à nossa sede de século XX, aos nossos anseios, habilitando cada qual a tomar parte na solução dos problemas que afligem a humanidade."*

*Aquilino Ribeiro*



EXPOSIÇÃO SOBRE O LIVRO.

## A ACADEMIA ALMADENSE: um exemplo da influência operária

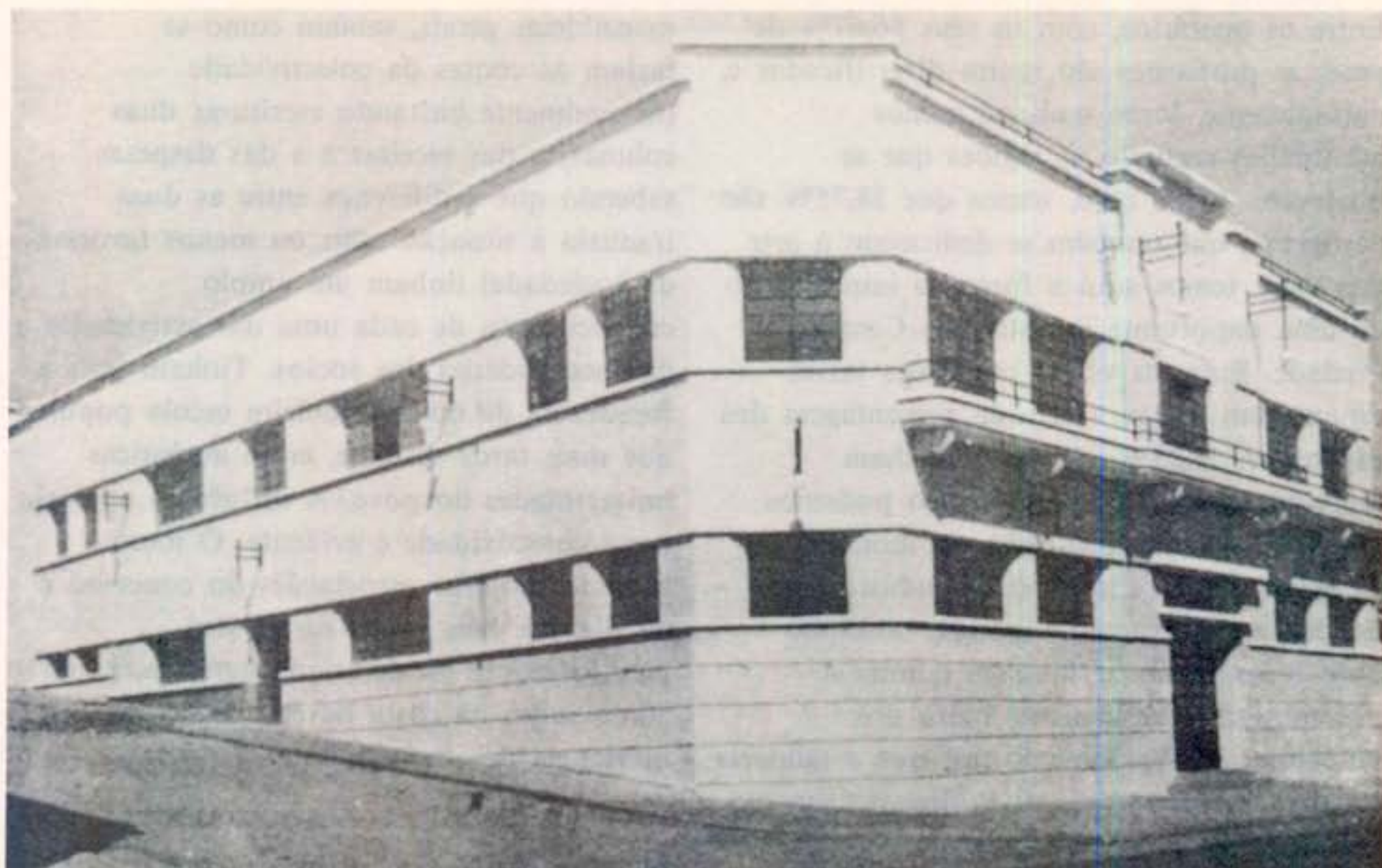
Por Alberto Pereira Ramos\*

Colectividades de cultura e recreio. Como a designação indica, são colectivos que têm como finalidade desenvolver e divulgar a cultura, com a característica de proporcionar o recreio ou, como hoje se diz, a ocupação dos tempos livres. Estas colectividades são uma das formas de associativismo que, como sabemos, abrange os mais variados ramos de actividade. Pode-se dizer que no campo cultural as colectividades são ecléticas. Tendo começado pela música, alfabetizando, fazendo teatro, ocupando-se da dança, desde a popular até ao ballet, já hoje existem colectividades cujas preocupações chegam ao estudo da astronomia. As colectividades, é sabido, tiveram origem por força de condicionantes sociais, políticas e económicas do nosso país nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. De então para cá, e por que as condições sempre foram exigindo a sua presença, cresceram em número e em actividades. No seu início, como ainda hoje, foi a dinâmica popular que as criou e as desenvolveu. Daí que há quem as chame de colectividades populares de cultura e recreio. O povo anónimo foi sempre o seu suporte e dele saíram sempre os dirigentes que se abalançaram a iniciativas da maior importância viradas para a divulgação cultural entre as massas populares tão carecidas em virtude do desprezo a que são votadas pelo poder político que só delas se lembra quando precisa de votos. Estes dirigentes para fazerem o seu trabalho têm de se habituar a gerir, o que exige planificação que por sua vez obriga a ter noção das perspectivas do futuro do ponto de vista do crescimento previsível, da situação económica da colectividade integrada numa sociedade que pode estar ou tender para a expansão ou recessão. Perguntar-se-á, como é

\* *Dirigente Associativo*

não são técnicos em economia ou sociologia? A resposta não é fácil mas a realidade é que estes dirigentes feitos nas colectividades são gente com rara percepção destes problemas e fazem quase sempre um bom trabalho. Aliás, existem hoje muitos técnicos que estão integrados nesta movimentação de massas e que põem os seus conhecimentos ao serviço desta dinâmica popular tão importante nos nossos dias. De resto, num país onde ainda há 25% de analfabetos, onde o ensino oficial da música não chega para as necessidades, onde as bibliotecas oficiais não abrangem todo o país, onde as escolas de dança são poucas e caras, onde não há possibilidades de praticar uma saudável ocupação de tempos livres, as colectividades de cultura e recreio, pelas condições que oferecem aos sócios, pela colaboração que dão às autarquias, pela real mobilização de competências e boas vontades, continuam a ser necessárias. Para melhor entender este «fenómeno» que são as colectividades e os seus sócios, talvez seja curioso verificar as profissões dos homens e mulheres que se dedicam ao trabalho nestas casas de cultura.

Numa colectividade do nosso distrito, a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, fundada em 1895, ainda há um livro com registo de filarmónicos desde a data da fundação. Há muitas falhas neste registo que vai de 1895 até 1942. Não nos podemos admirar deste facto se tivermos reparado que muitas vezes estes dados burocráticos são tidos como menos importantes. Esta falha vai provocar muitos anos mais tarde dificuldades para quem quer estudar os vários aspectos sobre que podem ser observados o trabalho e desenvolvimento das colectividades. Mesmo nestas condições deficientes, os que estão registados são em número suficiente para fazermos uma ideia do que faziam, de qual o seu grau de cultura, de qual o seu estrato económico e social. A observação fez-se sobre 120 músicos inscritos desde 1895 até 1942.



A SEDE DA «ACADEMIA ALMADENSE», EM 1942

#### QUADRO I

|                            |    |        |
|----------------------------|----|--------|
| OPERÁRIOS                  | 80 | 66,67% |
| ESTUDANTES                 | 13 | 10,83% |
| EMPREGADOS NOS<br>SERVIÇOS | 7  | 5,84%  |
| MÚSICOS PROFISSIONAIS      | 5  | 4,17%  |
| MARÍTIMOS                  | 2  | 1,67%  |
| ENFERMEIROS                | 1  | 0,83%  |
| COMERCIANTES               | 1  | 0,83%  |
| PROPRIETÁRIOS              | 1  | 0,83%  |
| PROFISSÃO NÃO REGISTADA    | 10 | 8,33%  |

O que primeiro ressalta é que 66,67% eram operários; os estudantes, que vêm em segundo lugar com 10,83%, de acordo com as informações que temos, eram jovens em idade escolar que depois de terminada a instrução primária entravam no mercado de trabalho como aprendizes de qualquer profissão operária; curioso que 4,17% fossem músicos profissionais. Tinham sido fruto das escolas da colectividade e nela exerciam voluntária e graciosamente a sua função.

#### QUADRO II

| Desenvolvimento das profissões operárias |           |
|--|-----------|
| CORTICEIROS                              | 23 28,75% |
| CARPINTEIROS                             | 10 12,50% |
| SAPATEIROS                               | 9 11,25%  |
| SERRALHEIROS                             | 8 10,00%  |
| JOALHEIROS/OURIVES                       | 6 7,50%   |
| OPERÁRIOS NAVAIS                         | 3 3,75%   |
| TANOEIROS                                | 3 3,75%   |
| SERVENTES                                | 3 3,75%   |
| CALDEIREIROS                             | 2 2,50%   |
| FERREIROS                                | 2 2,50%   |
| CABELEIREIROS                            | 1 1,25%   |
| CALAFATES                                | 1 1,25%   |
| CHAPELEIROS                              | 1 1,25%   |
| ENCADERNADORES                           | 1 1,25%   |
| FERRADORES                               | 1 1,25%   |
| FERRAMENTEIROS                           | 1 1,25%   |
| FUNILEIROS                               | 1 1,25%   |
| MESTRES DE OBRAS                         | 1 1,25%   |
| PEDREIROS                                | 1 1,25%   |
| RELOJOEIROS                              | 1 1,25%   |
| TORNEIROS                                | 1 1,25%   |

Entre os operários, com os seus 66,67% de peso, as profissões são muito diversificadas e, naturalmente, serão mais ou menos acentuadas segundo as regiões que se observem. Neste caso, vemos que 28,75% são corticeiros que também se dedicavam à arte dos sons; temos aqui a força da implantação de uma importante indústria na Cova da Piedade. Entre as várias profissões talvez espante um pouco a elevada percentagem dos sapateiros, 11,25%, porque trabalham individualmente. No entanto não podemos esquecer que esta profissão era muito desenvolvida na época pois a indústria do calçado é relativamente recente, tal como hoje a conhecemos. Também admira a percentagem relativamente baixa dos tanoeiros, 3,75%, sabendo nós que a tanoaria foi uma indústria de grande desenvolvimento em Cacilhas. A explicação pode ficar para outra ocasião e talvez até para outros mais conhecedores do que nós. Toda esta gente, como operários que eram, não tinha certamente muita instrução — alguns seriam mesmo analfabetos — e teriam sem dúvida uma vida difícil tal como a maioria dos seus camaradas. Só a existência de uma colectividade de cultura e recreio poderia proporcionar-lhes uma forma de cultura tão importante como a música. De notar que os cinco músicos profissionais que são indicados na estatística, eram homens que na colectividade aprenderam música o que lhes permitiu ter uma profissão diferente da dos seus pais. Três deles foram mesmo músicos de grande valor, Leonel Duarte Ferreira e Hilário dos Santos Ferreira para além de profissionais distintos em bandas militares, foram professores e maestros da banda da Academia Almadense e Américo Ferreira, da mesma família, foi um executante da mais elevada craveira a nível nacional. Alguns destes músicos vieram a desempenhar cargos directivos na Academia Almadense. Era um percurso que se entende. Embora não tivessem uma instrução desenvolvida, tinham uma grande prática da vida associativa, conheciam bem o funcionamento das

assembleias gerais, sabiam como se faziam as contas da colectividade (normalmente bastando escriturar duas colunas, a das receitas e a das despesas sabendo que a diferença entre as duas traduzia a situação mais ou menos favorável da sociedade) tinham um amplo conhecimento de cada uma das actividades e das necessidades dos sócios. Tinham pois a frequência de uma verdadeira escola popular que mais tarde se disse, eram autênticas universidades do povo. A influência operária nesta colectividade é evidente. O mesmo acontece noutras associações do concelho e do distrito. Nas zonas rurais será preponderante o operariado agrícola, assim como junto da costa haverá mais forte influência dos trabalhadores do mar.

### QUADRO III

Locais de residência dos músicos

|                          |    |        |
|--------------------------|----|--------|
| ALMADA                   | 78 | 65,00% |
| CACILHAS                 | 11 | 9,16%  |
| MUTELA                   | 4  | 3,33%  |
| PRAGAL                   | 4  | 3,33%  |
| LISBOA                   | 2  | 1,66%  |
| BREJO                    | 1  | 0,83%  |
| COVA DA PIEDADE          | 1  | 0,83%  |
| LARANJEIRO               | 1  | 0,83%  |
| POMBAL                   | 1  | 0,83%  |
| TRAFARIA                 | 1  | 0,83%  |
| RESIDÊNCIA NÃO CONHECIDA | 16 | 13,33% |

Se pensarmos nos tempos em que não havia transportes e que os caminhos para além de serem longos eram maus e sem iluminação, temos de admirar o espírito de sacrifício desta gente e o seu gosto pela sublime arte dos sons. A influência da Academia Almadense e da sua banda — que chegou a ser uma das melhores — era pois notável, de Lisboa vinham tocar em Almada dois músicos (!). Nesta colectividade não encontramos um só operário agrícola. É próprio de uma localidade que já estava de costas viradas para as tarefas do campo. Na

realidade o espaço urbano foi-se alargando e afastando a zona agrícola. Por outro lado a colectividade, a Academia Almadense, situada no centro da vila, atrairia mais os trabalhadores da indústria e das outras profissões características das zonas urbanas. Chegamos a este ponto, lembrámnos que seria interessante estabelecer um paralelo com a situação da banda neste ano de 1986. A banda, que ao longo dos decénios da sua existência tem tido os altos e baixos naturais em todas as associações, tem actualmente 38 executantes sendo 28 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. as idades variam entre os 12 e os 65 anos. A média geral é de 16,4 anos. Idade média dos homens 19,1 anos e nas mulheres 15,7.

Dos 12 aos 19 anos há 21 músicos  
 Dos 20 aos 29 anos há 8 músicos  
 Dos 30 aos 39 anos há 3 músicos  
 Dos 40 aos 49 anos há 3 músicos  
 Dos 50 aos 59 anos há 2 músicos  
 Mais de 60 anos há 1 músico

Por profissões temos:

|                      |        |
|----------------------|--------|
| OPERÁRIOS            | 26,33% |
| ESTUDANTES           | 50,00% |
| SERVIÇOS             | 5,26%  |
| DOMÉSTICAS           | 5,26%  |
| DESEMPREGADOS        | 5,26%  |
| MÚSICOS              | 2,63%  |
| MILITARES            | 2,63%  |
| FORÇAS MILITARISADAS | 2,63%  |



A BANDA, EM 1924, SOB A REGÊNCIA DE LEONEL FERREIRA, FILHO QUERIDO DA «ACADEMIA».

Naturalmente que tem de haver o maior cuidado quando se comparam duas realidades que não abrangem o mesmo espaço de tempo. As observações anteriores são feitas sobre um grupo de músicos de 1895 a 1942. Esta segunda parte é a realidade da banda em 1986. Mesmo com as ressalvas que têm de se pôr, a diferença é notória e dela se podem tirar conclusões sem grandes riscos. O número de operários baixa de 66,67% para 26,33% e os estudantes passam de 10,83% para 50,00%. Se isto quer dizer que há uma maior escolaridade, é uma verdade, mas também indica que diminuiu a participação operária por causas que não estamos, neste momento, em condições de analisar. Surgem dois novos grupos com certo peso, os desempregados e as domésticas e temos de estar atentos a estes novos factores. É de referir a percentagem dos músicos do sexo feminino, 26,31%. Isto é importante por quanto nos diz das barreiras que têm sido derrubadas, da igualdade entre os sexos, que ao aumentar vai tornando o

país mais rico de valores e melhorando a saudável convivência entre os jovens. Quanto à idade dos músicos desta banda, os números dão-nos a certeza de que podemos confiar no futuro. Os jovens estão aqui em força e garantem a continuidade desta actividade. Há ainda um aspecto muito importante para o qual é preciso chamar a atenção. Trata-se da convivência entre os jovens e os seus colegas adultos que têm a idade dos seus pais ou avós. Todos convivem com a maior alegria e a amizade e compreensão são muito grandes. Quanto à influência operária entre sócios e até dirigentes, ela continua a ser real. Muitos dos que hoje não têm profissão operária são filhos de operários e de modestos trabalhadores o que influencia a sua educação, a sua maneira de ser e de estar na vida. Isto permite-nos afirmar ser grande o peso que a classe operária continua a ter nesta colectividade, aliás como em outras do distrito. ●

# SESIMBRA — FESTIVAL DO MAR

Melo de Carvalho\*

De há séculos para cá que o mar é o elemento determinante na vida económica, social e cultural de Sesimbra. No passado a Vila foi talvez o mais importante centro piscatório do País. Aqui foram construídas naus e caravelas que demandaram as rotas marítimas de então.

Hoje o mar continua a constituir a fonte económica principal quer através da pesca, quer como valioso elemento turístico.

O Festival do Mar procura valorizar estes aspectos através de uma série de iniciativas que tornam o mar e os seus produtos, as gentes que dele vivem e a sua beleza como centro de preocupações culturais, turísticas e económicas.

## A cultura e a vida das gentes do mar

O Festival constituirá uma grande homenagem às gentes do mar, aos pescadores e a todos quantos na Vila lhe dão vida e o colorido diário de um centro de pesca e de turismo.

Resultado do esforço conjunto da Câmara e das organizações sociais da Vila, o Festival conta com a participação de todos os seus habitantes como uma manifestação de vitalidade cultural e de valorização do património da sua terra.

O Festival deste ano, tomando corpo em finais de Setembro, constitui um simples ensaio daquilo que se espera vir a constituir um grande acontecimento cultural e turístico capaz de projectar o nome de Sesimbra por todo o País e pelo estrangeiro. Este ano, com meios reduzidos e muito esforço, dar-se-á corpo a uma antiga aspiração dos restaurantes da Vila — *A Semana do Espadarte*. Inteiramente concebida e organizada pelos próprios interessados com o intenso apoio da Câmara, a Semana é o ensaio de uma iniciativa de grande valor gastronómico cuja expressão futura não duvidamos que será um enorme êxito.

As dificuldades da vida do Pescador, num momento particularmente importante como é o da entrada na C. E. E. constituirá um

outro aspecto fundamental do Festival. A análise dos problemas locais da vida dos pescadores da Vila é para estes uma séria preocupação a que o Festival não poderia ficar alheio. Realizar-se-á, por isso, um Colóquio sobre Pescas onde estas questões serão debatidas.

A demonstração das antigas formas de pesca artesanal, o registo da construção das embarcações, a presença dos antigos e actuais apetrechos de pesca, serão apresentados numa exposição que se realiza pela segunda vez — *Sesimbra e o Mar* — esperando-se que este valioso espólio venha a constituir o elemento de arranque do futuro Museu do Mar.

As manifestações artísticas, exposição de artes plásticas e de fotografia com a temática do mar, acompanharão a realização de um festival de folclore inteiramente realizado e participado por gentes do mar.

## O Festival é uma iniciativa cultural

Os aspectos culturais do Festival são particularmente importantes. Este ano organizam-se três iniciativas tendo sempre o mar como tema central: uma exposição de artes plásticas que constitui já uma importante concentração de trabalhos de pintura e escultura, um Concurso e uma Mostra de Fotografia e uma exposição de expressão plástica «O mar e os pescadores vistos pelas crianças».

No futuro espera-se que venham a ser organizadas outras iniciativas, especialmente relacionadas com o cinema, o vídeo e o teatro.

## Festival do Mar — um projecto voltado para o futuro

O Festival a realizar em Outubro procura constituir um ensaio geral daquilo que se deseja vir a tomar corpo em termos mais estruturados a partir de Maio do próximo ano. Trata-se, assim, de um projecto voltado para o futuro que procura valorizar todos os aspectos da vida da Vila e do Concelho e constituir um processo de valorização cultural para todos os seus habitantes.

\*Assessor da C. M. Sesimbra.

# REALIDADE E PERSPECTIVAS DO ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL

António Modesto Navarro\*

A revista «Movimento Cultural» levou a efeito recentemente, no Seixal, uma *mesa-redonda-sobre «associativismo»* em que intervieram vários especialistas nesta temática.

Os depoimentos produzidos, pela sua extensão e importância e ainda pela ampla caracterização que permitem fazer dos problemas, horizontes e perspectivas do sector associativo, justificariam uma publicação individualizada nas páginas desta revista, o que, por óbvias razões de espaço, é manifestamente impossível.

Solicitámos por isso ao escritor e especialista do associativismo António Modesto Navarro que sintetizasse o teor da sua intervenção que, de algum modo, espelha o essencial das preocupações que emergiram na citada mesa-redonda.

No próximo número contamos dedicar mais algumas páginas a esta problemática, incluindo designadamente as principais comunicações e conclusões do *ENCONTRO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL* que teve lugar em Grândola em 29 de Novembro de 1986.

## 1 — Origens do Movimento Associativo

O movimento associativo teve o seu início em Portugal nos finais do século XVIII, com o aparecimento de alguns fenómenos culturais decorrentes da Revolução Francesa. Isto é o que se conhece das primeiras experiências e dos poucos trabalhos feitos, de aprofundamento desta questão, e em que se salientam reminiscências na área da música (Bandas).

Além deste factor, o associativismo surgiu devido ao crescendo da exploração das classes e camadas trabalhadoras, ao fim das corporações e à passagem do feudalismo para o capitalismo, em que o capital se empenhou (também) na industrialização. É devido a essa situação de aprofundamento da exploração e empobrecimento das classes trabalhadoras que elas mesmas se sentem obrigadas a procurar formas de organização e de defesa, que assentam, numa primeira fase, fundamentalmente na área económica. Isto significa que as pessoas se associam, criam as Mútuas, criam as Cooperativas, porque só assim conseguem, de uma forma associativa, resolver problemas fundamentais, que são os da própria sobrevivência.

Digamos ainda que grande parte da primeira fase do movimento associativo está ligado ao

aparecimento e ao progresso do liberalismo em Portugal e à Constituição de 1922, que aponta já para alguma participação colectiva, no seio das classes populares, consagrando entre outros o direito de associação.

A primeira associação popular normalmente mais caracterizada como tal nasceu em 1839, a Sociedade dos Artistas Lisboenses. Após esta associação vem todo o ascenso das Mútuas e Cooperativas. Só na parte final do século XIX é que aparecem com mais expressão, autonomizando-se, as componentes do ensino e da cultura no movimento associativo. Até essa fase, o ascenso do associativismo em Portugal está ligado à sobrevivência e à interajuda no plano socioeconómico. Há algumas preocupações de carácter cultural, por todo o país nomeadamente quanto ao acesso à alfabetização, mas no fundamental são os problemas sócioeconómicos que obrigam as classes trabalhadoras a organizarem-se, através das associações.

Na fase final do século passado, após a criação da Fraternidade Operária, começam a surgir Sociedades promotoras do ensino, da cultura e do recreio. Nestas sociedades procede-se a um trabalho de agitação política e formação sociocultural das camadas populares que é importante para a destruição da monarquia e para a implantação da República. O movimento associativo, na

\*Escritor e Associativista

última fase da monarquia, é francamente decisivo, como curiosamente veio a ser decisivo também para a preparação do 25 de Abril. Até ao final da monarquia e à implantação da República é no movimento associativo que se encontram camadas esclarecidas da pequena e média burguesia e as classes trabalhadoras, aproveitando os tempos livres que iam sendo conquistados a ferros. Tudo isto numa organização cada vez mais ampla e mais decisiva para a ultrapassagem dessa situação extremamente destrutiva, cheia de corrupção, que caracterizou a monarquia da fase final. Alcançada a primeira República, os que se apossaram do poder (a pequena e média burguesia liberal e republicana) começaram logo a partir daí a fazer incidir actos de repressão sobre o próprio movimento e organizações das camadas e classes trabalhadoras que continuavam a lutar pelos seus direitos. O movimento associativo popular cresce muito, mas sofre também, na 1.ª República, problemas graves do ponto de vista ideológico, havendo uma grande influência dos anarco-sindicalistas, que procuraram impedir, a partir de certa altura, a participação na vida política ao movimento associativo. Eles entendiam que as associações não se deviam meter na política, estando tal orientação consignada ainda hoje em estatutos que sobrevivem em associações marcadas pela influência anarco-sindicalista. Esta influência veio de certo modo ajudar a criar condições para o ascenso do fascismo em Portugal, pelas contradições e enfraquecimentos que provocou. Conhecemos o que foi o fascismo desde 1926, o ascenso dos Clubes de futebol, a criação da FNAT e a alienação de massas e o que foi a perseguição à cultura e ao movimento associativo em Portugal, com prisões e encerramento de colectividades, clubes e outras associações. E sabemos também qual foi o papel de Bento de Jesus Caraça e de outros intelectuais portugueses, na criação da Universidade Popular, na ligação às classes trabalhadoras e o incentivo destas à participação do Associativismo na resistência. Esta acção acaba por consubstanciar-se no desenvolvimento do MUD, do MUD Juvenil também e digamos que tem influência na recuperação de muitas

colectividades e outras associações para a vida política e para a resistência ao fascismo. É com o desenvolvimento das lutas do associativismo estudantil, a partir da década de 60, com expressão máxima em 1962, que se aproximam decisivamente os intelectuais e as camadas populares, também organizadas no movimento associativo popular. É assim que em 1969, após as «eleições», uma das palavras de ordem das CDEs foi a ida generalizada para as Colectividades como uma forma de resistência e de trabalho unitário antifascista. Daí terem-se reforçado extraordinariamente muitas Colectividades, Clubes e outras associações, terem-se criado condições culturais inovadoras no movimento associativo e ter-se criado um movimento cooperativo cultural tão forte que foi objecto de um decreto do fascismo (520/71), obrigando as cooperativas a entregarem os seus estatutos, que seriam «revistos» pelo Ministério do Interior. Houve cooperativas que entregaram os estatutos e acabaram por sobreviver, tendo sido amputada a sua actuação no plano cultural. Mas houve cooperativas, como foram os casos da Devir, da «Proelium» e «Vis» (Lisboa, Amadora e Queluz) que acabaram por ser encerradas, embora oferecessem grande resistência ao fascismo, tendo sido em alguns casos presos os seus dirigentes. Após este movimento cooperativo reforçou-se ainda mais o trabalho a nível do movimento associativo em Portugal e pode dizer-se que em 25 de Abril de 1974 ficou claro que este movimento associativo popular teve um papel importante na sua preparação e determinante não só na formação de quadros mas também no desenvolvimento posterior do 25 de Abril, na acção do movimento popular e luta de massas. Sem esquecer o que foram de importantes as campanhas de dinamização do MFA, poder-se-à dizer que, nessa altura, aconteceu um certo abandono de algumas associações significativas da nossa vida social e cultural por quadros que transitaram para partidos políticos e para sindicatos, mas de qualquer modo o movimento associativo tem-se mantido na luta pela conquista das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos. Criaram-se entretanto novas formas de associativismo, como Comissões de Trabalhadores e de Moradores, que deram

novo impulso à luta dos trabalhadores e das populações.

Curiosamente, por vezes aparecem teses que defendem que o movimento associativo deve actuar só no plano cultural ou desportivo, sendo as questões socioeconómicas tratadas noutras áreas; isto embora se verifique que o movimento associativo em Portugal teve e tem uma grande afinidade com questões deste tipo; pode-se ver hoje em dia o aparecimento de associações que já têm os seus estatutos objectivos de carácter socioeconómico, tais como o desenvolvimento, a regionalização e a acção cultural e desportiva de forma mais global.

O movimento associativo popular tem fortes direitos consignados na Constituição da República de 1976, havendo nela artigos que defendem que o Estado deve apoiar as actividades das Colectividades de cultura e recreio, dos Clubes e de todas as associações que desenvolvem a sua acção no seio das populações. Além disso criaram-se estruturas, após o 25 de Abril, a nível do poder central, que deviam apoiar o movimento associativo e que o fazem cada vez menos de forma rigorosa. Há componentes autárquicos e democráticos que nestas frentes da cultura, da educação e do desporto têm tido um trabalho fundamental; e há um poder central que de ano para ano, nomeadamente desde 1976, se retrai e se desvia cada vez mais dos objectivos para que foi criado nestas áreas (apoio ao movimento associativo e ao desenvolvimento das suas actividades). Há colectividades que são escolas, não têm apoio do ministério da Educação e que, no entanto, são fontes de formação de dezenas e dezenas de crianças quase ou mesmo gratuitamente, resolvendo assim problemas de equipamento e de acção que o poder central não resolve.

Recentemente foi realizado em Lisboa um seminário com quadros de Associações de todo o país, a pedido de uma instituição da UNESCO, sobre o movimento associativo em Portugal e os poderes públicos, e ficou claro que esse poder central não presta apoio real e se desvia cada vez mais dos objectivos para que foi criado (apoio ao movimento associativo nos planos cultural, social, desportivo e de ensino). Há hoje fenómenos extremamente curiosos, nomeadamente no Algarve e no distrito de Setúbal, de

interassociativismo. É o caso de associações, que devido a estas situações difíceis de sobrevivência e/ou à necessidade de dar um salto em frente, se organizam a níveis concelhio e regional, realizando encontros que apontam cada vez mais para a criação de uma organização mais forte e mais ampla, que seja de facto representativa também perante o poder central, isto porque o poder central não só falha no apoio ao desenvolvimento da acção do movimento associativo como, neste momento, está a dar «machadas» decisivas nomeadamente no trabalho de alfabetização e de apoio à cultura local e ao associativismo de criadores populares.

O fenómeno do associativismo de cariz concelhio e regional é decisivo para a sobrevivência e avanço do movimento associativo popular e para que este exija do poder central a prática efectiva dos direitos consignados na Constituição e que devem estar também devidamente consignados nos Orçamentos de Estado que de ano para ano são formulados.

## 2 — Para que serve hoje o associativismo

Talvez ainda não tenhamos aprofundado esta questão essencial: *para que é que serve hoje o associativismo.*

É um problema que nós por vezes colocamos apenas ao nível da resolução local de carências. Na questão da democratização da cultura, do acesso real das populações à cultura, ao desporto e ao ensino, a questão fundamental é esta: o movimento associativo popular foi e é factor determinante da humanização da sociedade em Portugal (e deve-se dizer aqui claramente que o movimento associativo português tem características completamente diferentes de qualquer movimento cultural na Europa Ocidental). Não existem em qualquer país da Europa Ocidental estes fenómenos extremamente importantes do movimento associativo, a nível popular, em que as associações são geradas no seio das populações, em que são as populações que se organizam e que levam à prática a formação

das associações. Dá-se com a criação dos estatutos, a eleição de corpos gerentes e uma gestão que tem sido autónoma, com raras excepções, e que se quer autónoma, embora em relação cada vez mais viva com outros poderes. Porque esta também é uma forma do poder da população. São as camadas e classes mais desfavorecidas que exercem assim o poder, conforme de facto às condições económicas e culturais existentes.

É esta questão das associações uma trave mestra fundamental no acesso à cultura e ao saber que depois se reproduz de uma forma extremamente importante no próprio processo produtivo. Decerto que os operários e as camadas populares, ao passarem activamente na vida cultural e educativa, conseguem formar-se e avançar muito melhor, preparando-se até para dar respostas mais positivas nos próprios aparelhos de produção, à margem dos exploradores.

As classes exploradoras, no fascismo, contrariaram esta acção de educação e cultura das populações e opuseram-se a facultar os meios necessários ao movimento associativo, como acontece hoje de novo com o Poder Central e os órgãos desconcentrados, por exemplo o Governo Civil do Distrito de Setúbal (o Governo Civil tem uma função cada vez mais negativa em relação a estas dinâmicas populares tão fundamentais no desenvolvimento das populações e dos próprios aparelhos produtivos). Convém dizer que, e defendendo uma administração democrática e transparente, a nível da Secretaria de Estado da Cultura, a partir de certa altura, foi possível organizar o serviço de apoio ao movimento associativo de todo o país. Desde 1975 tivemos alguns anos de prática crescente, sobretudo nas áreas dos apoios técnico e financeiro, este fragmentado em pequenos subsídios, concedidos com base nas dotações também pequenas, inscritas nos O.G.E.s.

Depois da primeira fase, em que se estruturaram os serviços e mal ou bem se estabeleceram relações com boa parte das Associações do país, era possível passar à fase seguinte, de aproveitamento de dinâmicas criadas a níveis local e concelhio, na perspectiva de encontrar áreas sub-regionais e até regionais onde fosse possível desenvolver projectos que partissem do Movimento

Associativo, das Autarquias e do Poder Central, de forma coordenada. Acções de formação de quadros de direcção e animadores das Associações, iniciativas de acção e animação socioculturais de conjunto, melhoria no aproveitamento de espaços, quadros, equipamentos e dotações financeiras das diversas entidades, criação de parques de equipamento geridos em conjunto, eram objectivos que a própria dinâmica crescente do Movimento Associativo impunham. Nos distritos de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Coimbra, Portalegre, Évora, Setúbal e Algarve, por exemplo, era possível detectar essas linhas de força e passar a actuar em conjunto com Associações e o Poder Local. Tal processo não foi possível sequer iniciar, sobretudo pela razão simples que aos mais altos responsáveis do poder central não interessa o desenvolvimento sociocultural das populações. Poder local democrático, descentralização, regionalização e outras realidades e projectos de após 25 de Abril foram e terão de ser conquistados através da contínua organização e acção dos trabalhadores e das populações, e isso também acontece nas áreas da democratização da cultura e do saber, como aliás acontece quanto às questões do desenvolvimento socioeconómico.

As magras dotações continuaram e continuam a ser fragmentadas, quando os responsáveis dos serviços a isso se propõem ou quando tal lhe permitem — e até mesmo isso vem sucedendo cada vez menos. FAOJ, SEC, INATEL, DGEA e outras áreas do poder central, são cada vez mais sombras das sombrias burocracias instaladas, da «morte em pé» de serviços que aguardam apenas o momento propício para serem esvaziados definitivamente e extintos, afinal o objectivo principal dos últimos governos.

Assim, cabe ao movimento associativo popular, ao Poder Local democrático e a todos os que lutam por uma efectiva descentralização e regionalização levarem a cabo projectos que ajudem a recuperar a capacidade criativa das populações. É preciso contrariar a colocação dos Centros Culturais Regionais na dependência das Autarquias (de direita, claro, como de novo se pretende...) e o lançamento de projectos do tipo SNI — colocação de espectáculos pela província, sem

a participação das Associações, em mero negócio entre poderes central e local. Seriam panaceias que ocultariam o essencial, ou seja, o esvaziamento deliberado da dinâmica popular. Melhor trabalho fizeram as campanhas de dinamização do MFA, que contavam na altura com a participação das populações e eram apoiadas nas iniciativas socioculturais e outras, fomentando assim o aparecimento de Associações no terreno, onde não existiam. Afinal a direita atacou tanto essas campanhas e agora recupera outras, de sinal contrário e, essas sim, extremamente negativas.

O movimento associativo popular deve denunciar tais tendências e reivindicar a existência de um poder central voltado para a participação, em igualdade e conformidade com a Constituição da República e as leis, na democratização do acesso das populações à fruição culturais, ao saber e à prática efectiva do desporto de forma generalizada. Do último IV Encontro de Associações e Animadores Culturais realizado este ano em Lisboa saíram orientações, conclusões e reivindicações que interessa conhecer e levar à prática. As Associações deverão ainda este ano concretizar projectos interassociativos a níveis concelhios e regional e a coordenação de esforços e objectivos a nível nacional, para se defenderem de ataques congeminados em Lisboa e da fuga «progressiva» de áreas específicas do poder central da prática efectiva de responsabilidades que são, afinal, razões principais da sua existência.

Há Autarquias democráticas que dedicam maiores dotações e apoio técnico às Associações de cada concelho que certas Direcções de Serviços do poder central com responsabilidades a nível do país. Seguindo a tradição iniciada na resistência ao fascismo, por exemplo pelas Colectividades e Clubes das freguesias de Alcântara e de Campolide, as Associações de muitas freguesias e concelhos organizam-se em conjunto e defendem as raízes culturais, identidade e futuro das populações, contrariando os objectivos de «massificação» destruidora e do consumismo passivo e alienante impostos pelos grandes meios de comunicação social (RTP à cabeça) e pelos governos de direita. Este papel fundamental de resistência e enriquecimento da cultura e do saber dos

trabalhadores e das populações tem de ser estimulado de forma séria. Interligar velhas e novas Associações, contrariando falsas

rivalidades, criar dinâmicas de aproveitamento das experiências clássicas e de outras, inovadoras, impõem-se por exemplo no movimento associativo do concelho de Almada. A criação de Associações específicas e de espaços para jovens nas Colectividades, e a participação activa destes na vida associativa, são objectivos fundamentais para o relançamento da luta pela conquista da democratização da fruição e criação culturais. O exemplo da Sociedade Agrícola Lavradiense, que soube integrar na Colectividade um grupo de jovens que tinham computadores e apenas os utilizavam em casa, deve ser seguido.

### 3 — Apoiar os jovens e as crianças

Nós hoje estamos a ser sujeitos novamente a uma colonização cultural intensa; hoje os grandes meios de comunicação em Portugal são veículos fundamentais do imperialismo, é bom dizê-lo, na deturpação da nossa entidade, na destruição das raízes culturais, e diria que já é exercida essa acção em relação às crianças. Foi retirada a grande parte da juventude a capacidade de intervenção que devia ter e que começou a ter após o 25 de Abril, através de processos «científicos», através da droga, através das «terceiras vagas», através de formas subtis, intervenientes. Foram retiradas a essa juventude capacidades de intervenção que eram decisivas no processo transformador, e creio que aqui o imperialismo teve algumas vitórias; bom, mas hoje, se atendermos à programação por exemplo da televisão, chegamos à conclusão de que, avançada a etapa da alienação da juventude, sobretudo em relação a algumas áreas do nosso país, o imperialismo e os vectores fundamentais do capitalismo em Portugal estão já a atingir as crianças, controlando-as e domesticando-as ao sistema.

Ora a juventude pode e deve ter uma acção positiva no seio do próprio movimento associativo e no seio do trabalho cultural; portanto devemos ganhar a juventude, criando espaços próprios e condições de

acção; não só a juventude, mas também as mulheres; se a Colectividade tem uma vida dinâmica e democrática, homens, mulheres e juventude encontram-se e realizam trabalho também com as crianças.

É importante abrir novos espaços do trabalho com crianças, e tem sido feito um trabalho excelente neste aspecto após o 25 de Abril. Já se fazia antes, mas desenvolveu-se muito depois do 25 de Abril; deve-se aprofundar essa nova relação entre adultos e crianças, ultrapassando as situações de paternalismo e de brutalidade que muitas vezes caracterizavam o posicionamento dos adultos para com as crianças.

Por outro lado põe-se a questão do aproveitamento correcto dos tempos livres e da criação dos centros de dia para a chamada terceira idade, que deve frequentar as Colectividades e também ter nelas espaços próprios; trata-se de estabelecer dinâmicas muito alargadas, onde as diversas camadas e classes tenham um papel preponderante no movimento associativo; por isso as direcções velhas e ultrapassadas provocam graves prejuízos às próprias populações quando «fecham» as Colectividades, quando não aceitam a juventude, quando afastam as mulheres e as crianças, e vemos os programas de T.V. que são organizados no sentido de implantar já nestas o hábito do consumismo, os hábitos alienantes da sociedade capitalista; digamos que hoje esta acção destruidora passou da área da juventude já para a das crianças e isso neutraliza também a própria infância; destrói uma capacidade extremamente criativa que caracteriza as crianças e a juventude e que é fundamental para o desenvolvimento de um país. E quando o imperialismo actua assim, nós temos de estudar e aprender as realidades e criar digamos contrapoderes, criar outras áreas de desenvolvimento, e penso que aqui o movimento associativo tem um papel fundamental.

É evidente que há outros tipos de associativismo, como os partidos e os sindicatos também. Estes têm já uma acção cultural significativa; é ver a aprovação das teses do último congresso da CGTP/IN, onde a questão cultural já é trabalhada com alguma importância, e é ver o papel da União dos Sindicatos de Lisboa no

desenvolvimento por exemplo de acções como o Interarte, que vão captar interesses para o plano cultural e recreativo no seio dos trabalhadores; nos próprios clubes de empresa está-se a gerar todo um movimento muito diversificado que aqui já foi caracterizado e que ajudará à ultrapassagem de uma situação que hoje é bastante perigosa: a perda da identidade e das nossas raízes culturais. Por isso se impõe a ligação sobretudo entre as Associações, os Sindicatos, os Clubes de empresas, as Escolas e as Autarquias, para o trabalho cultural e desportivo.

Gostava de introduzir ainda outra questão, que é a do associativismo de carácter regionalista; nomeadamente desde 1978 tem-se vindo a operar nessas Associações uma viragem, por exemplo na Casa do Alentejo e numa associação à qual eu pertenço, do Nordeste Transmontano, que ultrapassaram já a situação de associações de carácter regionalista tradicionais e conservadoras. Passam, digamos, a uma interligação das camadas migradas para os meios urbanos com os problemas socioeconómicos e culturais das regiões de origem, num processo de viragem que está também a atingir outras Associações de carácter regionalista.

A articulação da cultura local, das raízes culturais locais, com a cultura nacional e com a cultura universal é fundamental, e o movimento associativo correctamente perspectivado nunca funcionou no sentido de isolar a cultura local, de ignorar a cultura nacional e universal; funcionou na interligação de tudo isto como uma grande escola de formação, que ainda hoje continua a ser, das classes trabalhadoras e populares.

#### **4 — Projectar o Movimento Associativo na vida do País**

Na situação actual, como no passado, é errada a concepção de que as questões culturais são secundárias. A conquista do saber e da cultura acompanha e apoia a conquista do poder e da direcção dos meios de produção. Estamos na etapa da luta pela democratização do acesso à fruição e criação da cultura. As classes exploradoras, com o

apoio do poder central, querem reservar para si próprios, definitivamente, esses privilégios. No distrito de Setúbal, os trabalhadores e as camadas populares, as Associações e o Poder Local criam condições para uma passagem efectiva ao estágio da criação cultural alargada. Não basta só fruir, ler, ouvir. Às vezes isso é mera representação «social», fingimento e esvaziamento do mais importante. Temos de ultrapassar a situação de colonização cultural e de mero consumismo. Nisto o imperialismo joga a sério, estupidifica e ganha rios de dinheiro. Toma conta dos grandes meios de comunicação. Só nos autoriza a «fruir» o que de pior existe na sub-cultura de países como os Estados Unidos da América. Esta é uma questão essencial, e aqui tem de valorizar-se o papel das Colectividades, Clubes e outras associações socioculturais. Não podem continuar isoladas, tornarem-se conservadoras e até reaccionárias; uma Colectividade sem vida não serve os interesses dos sócios e das populações. A situação grave que vivemos obriga-nos a alterar as falsas perspectivas. Não podemos ficar agarrados só à tradição e ao passado. Temos de renovar as velhas Associações, integrar jovens e mulheres nas direcções e criar comissões coordenadoras a nível de bairro, freguesia e concelho, e também uma estrutura a nível regional, quando estiverem criadas as condições necessárias. Há que participar na luta pela regionalização. A realização de iniciativas interassociações quebra esse isolamento e dá boas perspectivas. O poder local democrático terá nisso um papel fundamental. Interajuda, utilização conjunta e mais equilibrada de quadros, espaços, equipamentos e dotações, formação de quadros dirigentes e animadores, destruição de falsos antagonismos entre «velhas» e novas Associações e clarificação na prática dos papéis do animador benévolo e do profissional, são resultados positivos desde logo previstos.

A participação das Associações nos Conselhos ou Comissões Municipais de Cultura e Desporto permite avançar nessa perspectiva da acção mais global e integrada. Nomeadamente no norte e no centro do país, o presidente da Câmara torna-se um cacique

também perante a Associação local; dá ou não o subsídio ou um parecer positivo conforme a sua acção é cómoda ou incómoda. Nas regiões libertadas com o 25 de Abril, o funcionamento é diferente e tem de progredir para formas ainda mais experientes e inovadoras.

Um aspecto importante e trazer aqui é o da Alfabetização. Recentemente o governo Cavaco Silva/PSD reduziu as dotações destinadas à acção da DGEA nas regiões em 46% e retirou 30% dos técnicos a trabalhar no terreno. Ao mesmo tempo que faz propaganda da «alfabetização de adultos» na TV., corta apoios fundamentais para estabelecimento de dinâmicas associativas, para alfabetização e educação de adultos, recuperação de artesanato e outro património... O concelho de Almada viu rapidamente reduzidos os técnicos da DGEA de nove para quatro, e está em riscos de ficar só com dois. Entretanto o governo favorece o ensino particular, que ganha rios de dinheiro, como se sabe. Também nesta área as Associações têm de fazer uma acção de denúncia do poder central e de reivindicação na participação em acções de educação, alfabetização e defesa das raízes e património locais.

No ano passado a dotação da DGEA para apoio ao Movimento Associativo que realiza este tipo de acções em todo o país era de 24 000 contos, apenas. A Sociedade Agrícola Lavradiense, do concelho do Barreiro, tem um orçamento anual mais elevado!... Portanto o poder central, a todos os níveis, está empenhado em destruir as condições criadas com o 25 de Abril e regressar ao velho SNI. Para isso trabalham também, infelizmente, alguns quadros de direcção e técnicos, apesar de jovens e até recém-chegados das faculdades. O oportunismo e o carreirismo não morreram com o fim do regime fascista. Desde o 25 de Abril, foram várias as tentativas de obstar ao desenvolvimento do movimento associativo e à descentralização cultural. Foi Pulido Valente e a tentativa de remeter os Centros Culturais Regionais para a tutela de Autarquias de direita, foi Lucas Pires com um despacho normativo que queria jugular a acção livre e democrática das Associações e são agora novas tentativas

que reeditam os mesmos objetivos. No centro e no norte as Associações e os Centros Culturais Regionais são incómodos e há que controlá-los, através de autarcas pouco dados à vida cultural... Se pensarmos na destrutiva acção do Inatel, que tem 1000 trabalhadores e teve, já em 1983, 1 200 000 contos para destruir em actividades de fachada; se pensarmos no FAOJ e nessa demagogia consumista e alienante do «Cartão Jovem», que rende 500 00 cada, ao governo, sem direito a desconto...; se pensarmos na neutralização da DGD e na destruição de estruturas que apoiavam a prática popular do desporto; se virmos que o IVA é aplicado às Colectividades e que estas se vêem a braços com o aumento de rendas; se pensarmos na burocratização imensa da concessão do direito de utilidade pública; se pensarmos nas perseguições, proibições, encerramento de Colectividades e prisão de associativistas que ocorreram antes do 25 de Abril e se as compararmos com as diversas tentativas actuais de vigiar, limitar e impedir os direitos de reunião e associação que a Constituição e as leis consagram, então chegaremos rapidamente à conclusão que o movimento associativo popular é incómodo, é um perigo para o poder central de direita e uma arma fundamental de libertação e progresso para os trabalhadores e as populações. Portanto, urge colocar as estruturas associativas paralisadas em movimento e criar condições, com os outros

sectores da vida democrática e popular, para novos avanços e conquistas.

Antes de terminar desejava ainda ficar focar, como último assunto, o caso dos animadores profissionais. Constituem uma nova realidade após o 25 de Abril e disso já se deram conta muitas Autarquias e também centros culturais e associações.

Torna-se imperiosa a acção correcta dos quadros profissionalizados. Ainda recentemente, num seminário, foi relatada uma história extremamente «interessante», passada numa Autarquia de direita, onde os «quadros» apenas funcionam durante o dia, enquanto que as Associações abrem à noite. De modo que há, às vezes, uma separação grave entre os quadros profissionalizados, que não estão a par do trabalho das associações, e estas, que não se sentem compreendidas por esses quadros. É necessário e urgente que os animadores profissionais se inteirem dos problemas associativos. Há que contar com o apoio autárquico e com o seu papel fundamental, na criação de dirigentes e quadros de animação nos planos cultural, desportivo e educativo; os animadores voluntários deverão continuar a existir, como realidade decisiva, ontem, hoje e no futuro no movimento associativo. No entanto é bom que não menosprezemos uma das conquistas de Abril, que é a existência de animadores profissionais nomeadamente nas Autarquias, realidade importante para o desenvolvimento cultural local e regional. ●



# Artes e Letras



## «UM PÁTIO DE COMÉDIAS EM ALMADA»

Romeu Correia\*

Este Pátio do Prior, à Boca de Vento, tem uma história de primeiro plano na memória de Almada. Chamava-se assim por as suas casas terem pertencido a D. António, Prior do Crato, que as herdara de seu pai, D. Luís, duque de Beja e irmão do rei D. João III. Este fidalgo fora donatário de Almada e, segundo a tradição, ordenara a sua construção. Após o desastre de 1580, a perda da nossa independência e o exílio de D. António, as casas passaram para a posse dos Abranches, que, em vésperas da revolução de 1640, aí conspiraram e receberam o duque de Bragança, futuro D. João IV. No fim da primeira metade do século XIX teve aqui lugar o Teatro de Almada, muito frequentado, na época estival, pelos veraneantes que ocorriam às praias desta margem. Utilizando a sala de espectáculos, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, fundada em 1 de Outubro de 1848, teve neste teatro a sua primeira sede. Em 16 de Julho de 1849, o famoso Actor Isidoro, Isidoro Sabino Ferreira de sua graça completa (1828 — 1876), estreou-se neste palco como artista profissional. Mais tarde, em 1868, este comediante, de sociedade com o popularíssimo actor Taborda (1824 — 1909) assinaram a escritura para a compra do referido teatro, que restauraram e exploraram por uns tempos. A título de curiosidade se transcreve parte da escritura notarial:

«...Certifico que em 19 de Agosto de 1868 se verificou a apresentação n.º 5 no diário de três escrituras com data de 14 do presente mês celebradas a 1.ª a folhas 97 a 2.ª a folhas 99 e a 3.ª a folhas 99 verso do livro 325 das Notas do Tabelião de Lisboa João Baptista Pereira, sendo apresentante Isidoro Sabino Ferreira, casado, actor dramático, morador na Rua das Escolas Gerais, n.º 9, freguesia de S. Vicente, Bairro de Alfama. E

por virtude destes títulos se inscreve em seu nome e no seu com-possuidor Francisco Alves da Silva Taborda, também actor dramático, casado, morador na Rua dos Calafates n.º 76, freguesia da Encarnação, Bairro Alto, o domínio pleno sobre o prédio n.º 278 descritos a linhas 143 verso do livro terceiro.»

Para localização do dito teatro nos dias de hoje se transcreve outra e elucidativa passagem da mencionada escritura:

«Prédio urbano (teatro) que consta de sala de espectadores com seu pátio e duas galerias, sotão e corpos contíguos de loja e primeiro andar, dependências do mesmo edifício, tendo na sala de espectáculos uma janela, outra no salão do teatro, outra no 1.º andar da casa contígua do lado do Pátio do Prior e mais duas janelas para o lado da Rua da Boca do Vento. É situado na freguesia de São Tiago de Almada, e tem os números de polícia quatro a sete para o lado do dito Pátio do Prior e números um e dois para a referida Rua da Boca de Vento. Confronta pelo norte com o prédio de António José Alves de Bastos e com o Pátio do Prior, pelo lado sul com prédio de António Ferreira de Pinho e Rua da Boca de Vento, pelo nascente pelo dito António Ferreira de Pinho e com o dito Pátio, e pelo poente com Domingos Caetano Rodrigues. Calcula-se o valor venal deste prédio com duzentos e oitenta mil réis e o seu rendimento líquido (...) em trinta mil réis. Esta descrição foi feita à vista de três escrituras públicas, datadas de 14 do presente mês lavradas, a 1.ª a folhas 97, a 2.ª e a 3.ª folhas 99 verso do livro 325 das Notas do Público da Cidade de Lisboa João Baptista Pereira e da declaração suplementar assinada por Isidoro Sabino Ferreira e apresentada pelo mesmo nesta Conservatória sob o número 5 do diário em dia 19 de Agosto de 1868. As escrituras foram entregues ao apresentante e a declaração ficou retirada num maço n.º 3 do corrente ano. Fica o prédio lançado no índice supra.»

\*Escritor.

Também a título de curiosidade se transcrevem duas passagens das *Memórias do Actor Isidro*, publicadas em 1878: em que se faz referência ao celebrado Teatro de Almada:

«Caprichos da natureza!... Ainda não há dois anos, estava eu tão gordo!... Tinha uma aparência a tal ponto clerical, que dei motivo ao seguinte caso: Trazendo obras no theatro d'Almada, fui d'aqui (de Lisboa) n/um domingo de manhã levar a fêria aos operários. Chegado a Cacilhas, montei n/um jumento, e elle ahi marcha para Almada vergando com o meu peso! Ao fim da calçada, apenas dobro o cotovello, d/onde se descobre a porta da igreja da Misericordia, vejo um immenso grupo de gente, que apenas me avista, se põe em movimento entrando atropeladamente para a igreja!... O sino toca apressado, dando o signal de

ultima vez!... Aproximo-me, e oiço uma estrepitosa gargalhada solta pelas pessoas que ainda estavam na rua, por não terem achado

logar na igreja!... Era eu o motor de tal gargalhada... por que vendo-me tão gordo, de chapéo de sol debaixo do braço e o chapéo da cabeça inclinado para traz, segundo o meu uso ordinario, marchando a cavallo tão *pachorrentamente*, como eu dizia n'um couplet da *Loteria do Diabo*:

E n'aquelle passo lento  
Em que tanto me fiava,  
Era ás costas do jumento  
Que melhor eu ressonava...

Por todas estas apparencias tinham-me tomado pelo padre que se esperava para a missa, e aqui está o motivo de todo o movimento operado á minha apparição!...» (Págs. 69 e 70 da citada obra.)



ASPECTO DA ENTRADA DO PÁTIO PRIOR DO CRATO, NO LUGAR DA BOCA DO VENTO — ALMADA.

Outra passagem:

«O melhor expediente que a sociedade achou foi, dar de prompto um espectáculo no teatro d'Almada, em seu benefício, composto de peças que já tinham sido dadas no seu teatro particular. Fez a direcção os maiores sacrificios para arranjar os meios indispensáveis para preparar a partida da sociedade para o teatro d'Almada. Realisou-se o projectado benefício em 16 de Julho de 1848, com a comedia em tres actos, *O Rachador escocez*, e a comedia em um acto, *A Sociedade dos 13*, sendo os papeis de primeira dama desempenhados por um dos directores da sociedade o sr. José Maria da Cruz Moreira, vulgo, José Maria Alfaite, que apesar da differença do sexo, e da falta de formosura indispensavel nas damas amorosas, no mais preenchia perfeitamente o seu lugar!... Fazia os primeiros papeis de baixo comico, o sr. José Maria Rodrigues, conhecido nos theatros particulares d'aquella época por José Maria Carpinteiro, era tal o seu merecimento no alludido genero, que por mais de uma vez foi chamado a representar em theatros publicos... mas o seu acanhamento ou excessiva modestia, o deixaram ficar até hoje, amarrado ao banco... de carpinteiro! Eu representei n/esta recita o papel de galan sério... e lá me escapei como pude... Do resto a sociedade não houve nada de maior a notar. Acabada a representação, foi-se a contas, e verificou-se que a receita mal tinha chegado para as luzes!... Novos embaraços para a direcção!... N/estas occasiões, nunca faltam amigos officiosos dando os seus pareceres sobre os acontecimentos da noite!... Os d/esta vez disseram que a falta de concorrência, era devida ao estar o espectáculo mal anunciado... por tanto que annunciássemos melhor para o dia seguinte, e teríamos uma enchente!... A promessa era tentadora, vista as precarias circumstancias da sociedade!... Depois de seria conferencia da sociedade, decidiu-se dar a segunda recita no dia seguinte, e para evitar a falta de que fomos accusados, mandou-se vestir com fatos apropriados, dois rapazes que tinham ido

para tocar clarim na peça e montados em jumentos correr as ruas d'Almada tocando clarim em ar de bando!... Chegou a noite, e nem um camarote alugado!... A direcção na esperança ainda de avisar o anuncio que o bando tinha feito de dia, mandou tocar os clarins á porta do teatro...e...nada!... Tornou a mandar tocar...e...nada!... Mandou ainda tocar, e ainda nada! Finalmente, apparece meia dusia de pessoas, que nos explicam, que a falta de espectadores que ainda n/aquella noite se notava, era devida a ter-se espalhado pela villa, quando se ouviu toques de clarim, que tinha chegado uma força a Almada, e que estava tocando a unir, para depois fazer a distribuição dos aboletados por toda a povoação!... tratou toda a gente de se fechar em casa, em vez de sair para o teatro! Imagine-se que novos embaraços, este último revez acarretou sobre a pobre sociedade!... Voltei ainda a representar, n/este anno de 1848, e no seguinte, sempre em beneficio d/outros, e sem mais responsabilidade, a não ser o desempenho algum digno de menção. Finalmente tornei ali em 13 d/outubro de 1849, a representar *A vingança*, drama em cinco actos, e *Os politicos do seculo XIX* comedia em um acto, originaes do sr. Adjuto Manuel da Conceição dos Reis, homem de talento, grave e sisudo, que andaria a este tempo, pelos seus quarenta e cinco annos, digno em tudo de respeito e admiração, mas que tinha a fraquesa de querer representar os papeis de primeira dama, em todas as sociedades particulares, que organisou, sustentou e ensaiou por espaço de muitos annos! N/esta noite, representou no drama o papel de Margarida de Santi, um papel entre tragico e o ultra-romantico... e apesar de um sem numero de circumstancias que tinha contra si, fez-se agradar n/esta noite do publico pagante d'Almada!»

(Págs. 142,143,144 e 145 da citada obra)

Neste ano de 1986, realizou-se no mesmo Pátio o III Festival de Teatro de Almada organizado pela Câmara Municipal de Almada e pelo Grupo de Teatro de Almada. O patrono da festa é o actor Assis Pacheco.

# SEBASTIÃO DA GAMA

A serra fez-se cama  
para um parto prodigioso:  
teve um filho e teve-o poeta  
com olhos de sorver o azul  
com dedos de tecer claridades

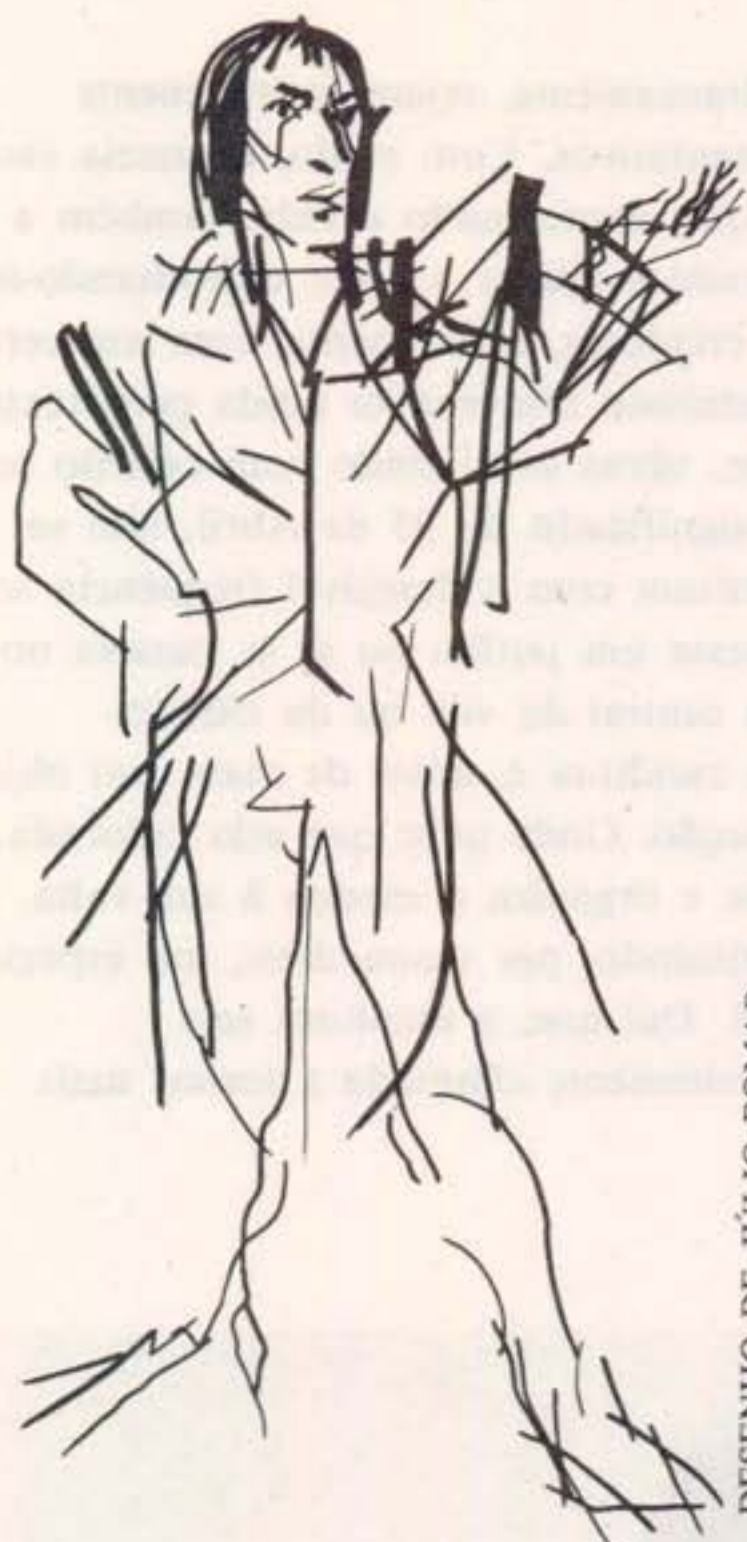
Ensinou-lhe a geometria rebelde  
dos astros e dos sonhos  
o fascínio nómada das nuvens  
e a loucura de água que é a infância visível dos peixes

Nos livros verteu o filho da serra  
a sabedoria limpa o musgo,  
a ciência exacta das aves  
e das veredas de luz que rasgam  
o corpo da montagem

Apetecia-lhe ter uma respiração astral,  
um folêgo eterno. Não respirou quanto bastasse  
para se elevar acima dos cumos verdes  
da serra tornada amante e casa.  
Na página vegetal de uma estação inquieta  
é que se deitou para acordar  
já semente, em eternidade de orvalho

José Jorge Letria

## BOCAGE: dois sonetos



DESENHO DE JÚLIO POMAR.

Manuel Maria Barbosa du Bocage nasceu em Setúbal, na Rua do Bartissol, a 15 de Setembro de 1765, e morreu em Lisboa, na Travessa André Valente, ao Bairro Alto, a 21 de Dezembro de 1815.

Profundamente enraizado na memória colectiva do povo português devido, em particular, ao anedotário popular, é, no entanto, um poeta pouco conhecido, porque pouco lido.

Pré-romântico, verteu nas suas composições poéticas o essencial de um percurso humano, ideológico e existencial marcado pela procura incessante de um lugar e de um tempo em que a felicidade fosse possível.

Esteve em Macau e na Índia, passou pelos cárceres da Inquisição, proclamou a liberdade como valor supremo, manteve-se insubmisso perante a opressão e nunca deixou, mesmo

nos momentos mais árduos da doença e da miséria, de escrever, retratando-se por vezes com uma comovedora crueza verbal.

Nome maior da literatura portuguesa, Manuel Maria Barbosa du Bocage que, de acordo com as regras arcádicas do seu tempo, utilizou o pseudónimo de Elmano Sadino, continua a ser um poeta que merece ser lido, conhecido, descoberto.

Camões, grande Camões, quão semelhante  
Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!  
Igual causa nos fez, perdendo o Tejo,  
Arrostar co'o sacrílego gigante;

Como tu, junto ao Ganges sussurrante,  
Da penúria cruel no horror me vejo;  
Como tu, gostos vãos, que em vão desejo,  
Também carpindo estou, saudoso amante.

Ludíbrio, como tu, da Sorte dura  
Meu fim demandando ao Céu, pela certeza  
De que só terei paz na sepultura.

Modelo meu tu és, mas... oh, tristeza!...  
Se te imito nos transe da Ventura,  
Não te imito nos dons da Natureza.

\* \* \*

Liberdade querida e suspirada,  
Que o Despotismo acérrimo condena;  
Liberdade, a meus olhos mais serena  
Que o sereno clarão da madrugada!

Atende à minha voz, que geme e brada  
Por ver-te e por gozar-te a face amena!  
Liberdade gentil, destera a pena  
Em que esta alma infeliz jaz sepultada!

Vem, ó deusa imortal, vem, maravilha,  
Vem, ó consolação da Humanidade,  
Cujo semblante mais que os astros brilha!

Vem! Solta-me o grilhão da adversidade!  
Dos Céus descende, pois dos Céus és filha,  
Mãe dos prazeres, doce Liberdade!

## A ESTATUÁRIA NO DISTRITO DE SETÚBAL — Um Breve Olhar

*Luís Marques*

Como se sabe, a luta pela sobrevivência e bem-estar do povo português no seu fluir histórico tem-se revestido de múltiplas e importantes facetas no contexto da cultura ocidental — e não só — apesar de, lamentavelmente, até agora não ter tido uma conveniente correspondência artística — em particular no domínio das artes plásticas e designadamente, em obras escultóricas. A preocupação tem sido destacar personalidades ou factos que melhor facilitem o modelo de reprodução social prevalecente. Por isso poucos são os monumentos plenamente justificados por uma dignidade e autenticidade humanas e que,

simultaneamente, sejam esteticamente representativos. Com efeito, escasseia essa arte que, expressando a vida, também a desvenda e ajudar a criar, defrontando-se os seus criadores, actualmente, com um certo academismo oitocentista ainda persistente. Assim, obras exprimindo com espírito novo o alto significado do 25 de Abril, não se encontram com a desejável frequência se se atravessa um jardim ou se se passeia no largo central da vila ou da cidade. Uma escultura é, antes de mais, um objecto em acção. Onde quer que seja colocada, define e organiza o espaço à sua volta, constituindo, por assim dizer, um espaço social. Daí que, a escultura seja crescentemente chamada a tornar mais



ESTÁTUA ERIGIDA EM ALMADA, EM 1979, SUBORDINADA AO TÍTULO «OS PERSEGUIDOS».  
AUTOR: ANJOS TEIXEIRA.

acolhedor e humano o ambiente, mesmo onde a arquitectura se torna muito racional e se encontra subordinada a objectivos meramente utilitários, como nos bairros residenciais com os seus edificios iguais. Por outro lado, não devemos esquecer que o desfrute que, neste momento, fazemos da obra de arte é radicalmente diferente daquele que caracterizava o do passado. Distante ficou a pré-história que nos legou um reduzido mas significativo espólio escultórico e mesmo outros períodos da vida da humanidade mais ricos quanto a esta manifestação artística de que podemos tomar como referência — Egipto, Mesopotâmia, Creta e especialmente a Grécia, onde os séculos V e IV marcam não só o apogeu como um dos momentos mais importantes da arte ocidental de todos os tempos.

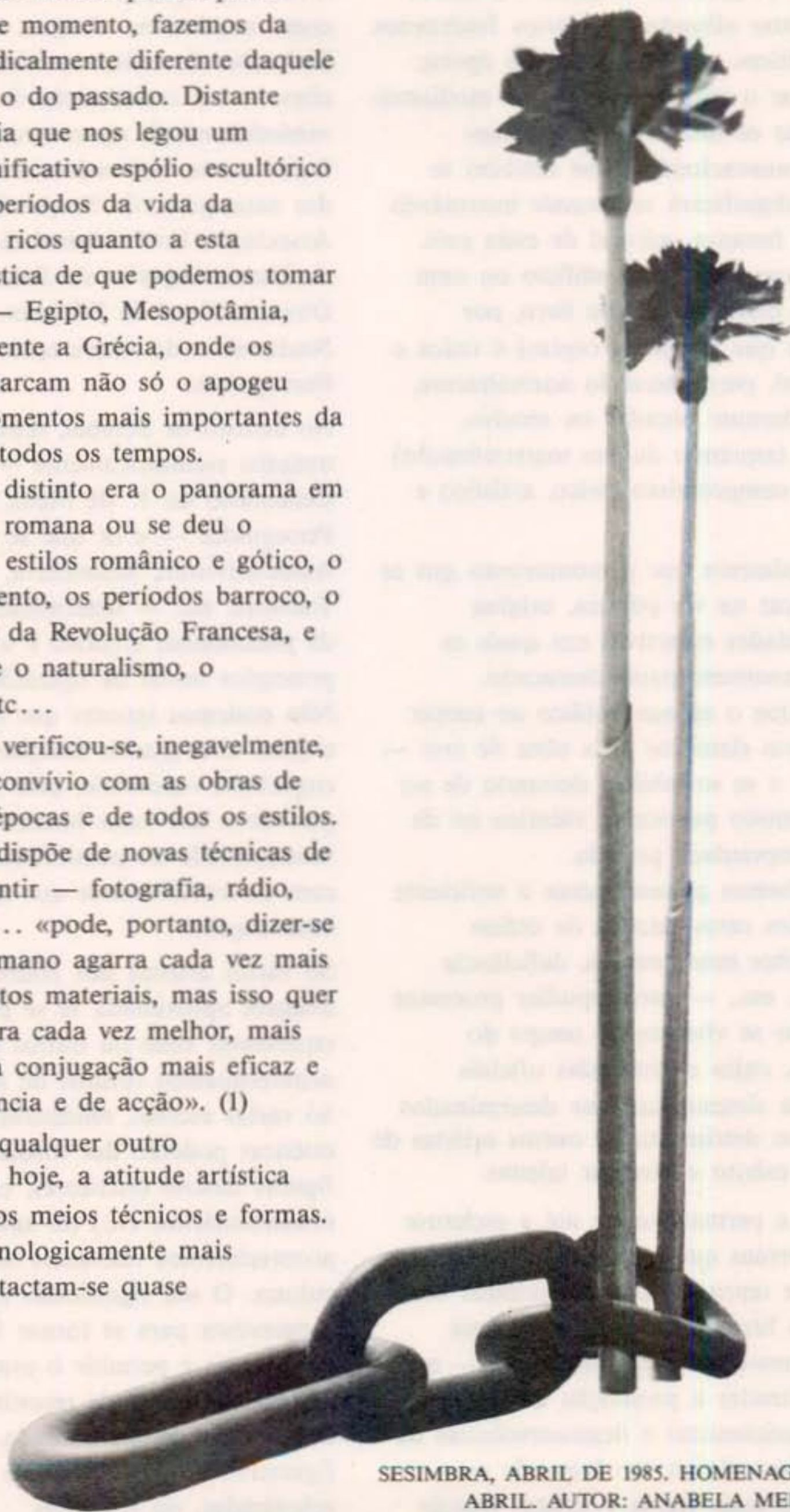
Também bastante distinto era o panorama em que surgiu a arte romana ou se deu o aparecimento dos estilos românico e gótico, o próprio Renascimento, os períodos barroco, o romantismo fruto da Revolução Francesa, e mais recentemente o naturalismo, o impressionismo, etc...

No nosso tempo, verificou-se, inegavelmente, um aumento do convívio com as obras de arte de todas as épocas e de todos os estilos. Agora o homem dispõe de novas técnicas de ver, ouvir e de sentir — fotografia, rádio, cinema, televisão... «pode, portanto, dizer-se que o espírito humano agarra cada vez mais de longe os objectos materiais, mas isso quer dizer que os agarra cada vez melhor, mais plenamente, numa conjugação mais eficaz e social, de inteligência e de acção». (1)

Mais do que em qualquer outro período histórico, hoje, a atitude artística irrompe com novos meios técnicos e formas. As sociedades tecnologicamente mais desenvolvidas contactam-se quase

permanentemente coexistindo com as suas próprias e distintas formas artísticas — apesar de uma notória standartização de modos de vida.

(1) LOPES, Óscar. *As Mãos e o Espírito*, Porto, 1958.



SESIMBRA, ABRIL DE 1985. HOMENAGEM AO 25 DE ABRIL. AUTOR: ANABELA MENDES.

O conhecimento da história da arte ocidental tornou-se mais progressiva e **generalizadamente apreendido**. No mundo contemporâneo com a sua vertiginosa acção de desmistificação e fervor científico, a escultura se se pretende original e criadora não pode estar alheada dos vários fenómenos sociais, políticos e culturais da sua época, tem de evitar o etnocentrismo e os modismos sem descurar os movimentos artístico-culturais transnacionais. Mas também se renovará e dignificará se assumir incontáveis parcelas da herança cultural de cada país. Uma escultura, como um edifício ou uma pintura (ao contrário de um livro, por exemplo, de que há várias cópias) é única e insubstituível, permanecendo normalmente, inalterável durante décadas ou séculos, implicando (aquando da sua materialização) um grande compromisso cívico, artístico e cultural.

Acresce igualmente que o monumento que se decide colocar na via pública, origina responsabilidades colectivas nas quais as autarquias assumem papel destacado.

É inegável que o espaço público ao contar com um novo elemento — a obra de arte — se modifica e se sociabiliza deixando de ser algo do domínio particular, idêntico ao de qualquer propriedade privada.

Também sabemos presentemente o suficiente — apesar dos raros estudos de ordem estilística sobre monumentos, deficiência documental, etc., — para repudiar processos como os que se viveram no tempo do Salazarismo, cujas encomendas oficiais beneficiavam sistematicamente determinados escultores em detrimento de outros artistas de indiscutível mérito e invulgar talento.

Para evitar a permanência e até a esclerose de certas formas que mais pareçam ter sido executadas e reproduzidas em períodos bem recuados da história da cultura — uma espécie de neo-classicismo impessoal — ou para se contrariar a promoção de certas formas reducionistas e degenerescências da representação artística, em lugar de se facilitar uma mais ampla e salutar fruição

estética das populações... apenas resta uma solução segura: *o concurso público* promovido pela Câmara Municipal — que permita não só ao artista, mas igualmente aos artistas concorrerem associados ou formando equipas com outros profissionais, como arquitectos, designs, etc. sem quaisquer limitações de ordem estética na concepção da obra — e a constituição de um *júri verdadeiramente representativo*, isto é, de que façam parte, nomeadamente, representantes das autarquias, da Secção Portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte, da Escola Superior de Belas-Artes, da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e da Associação dos Arquitectos Portugueses.

No distrito de Setúbal, temas recentemente tratados escultoricamente — O Pescador, Centenário do 1.º de Maio, o Salineiro, Os Perseguidos — e os que se prevêem — Associativismo, Resistência, Antifascismo, Trabalho, etc. — determinam novas formas de pensamento artístico e a pesquisa de princípios novos de tipização.

Não podemos ignorar que estes assuntos exigem uma grande atenção e espírito engenhoso redobrado, pois à grandeza do período e das datas históricas, juntam-se a familiaridade ou possibilidade de convívio com os trabalhadores que agora se procura homenagear.

Só vários artistas nos poderão fornecer uma imagem aproximada se se pretende representar estes ou outros plurifacetados acontecimentos futuros de índole inovador. Só várias escolas, tendências ou correntes estéticas poderão dar forma apropriada a figuras ilustres (escritores, cientistas, revolucionários, etc.) ou anónimos ligados a acontecimentos relevantes da nossa história e cultura. O seu significado moderno e progressista para se tornar familiar para as populações e permitir o prazer humano da descoberta não pode revestir-se de formas desprovidas de emotividade, assumindo um figurativismo que descambe em imagens robotizadas, ou em galãs

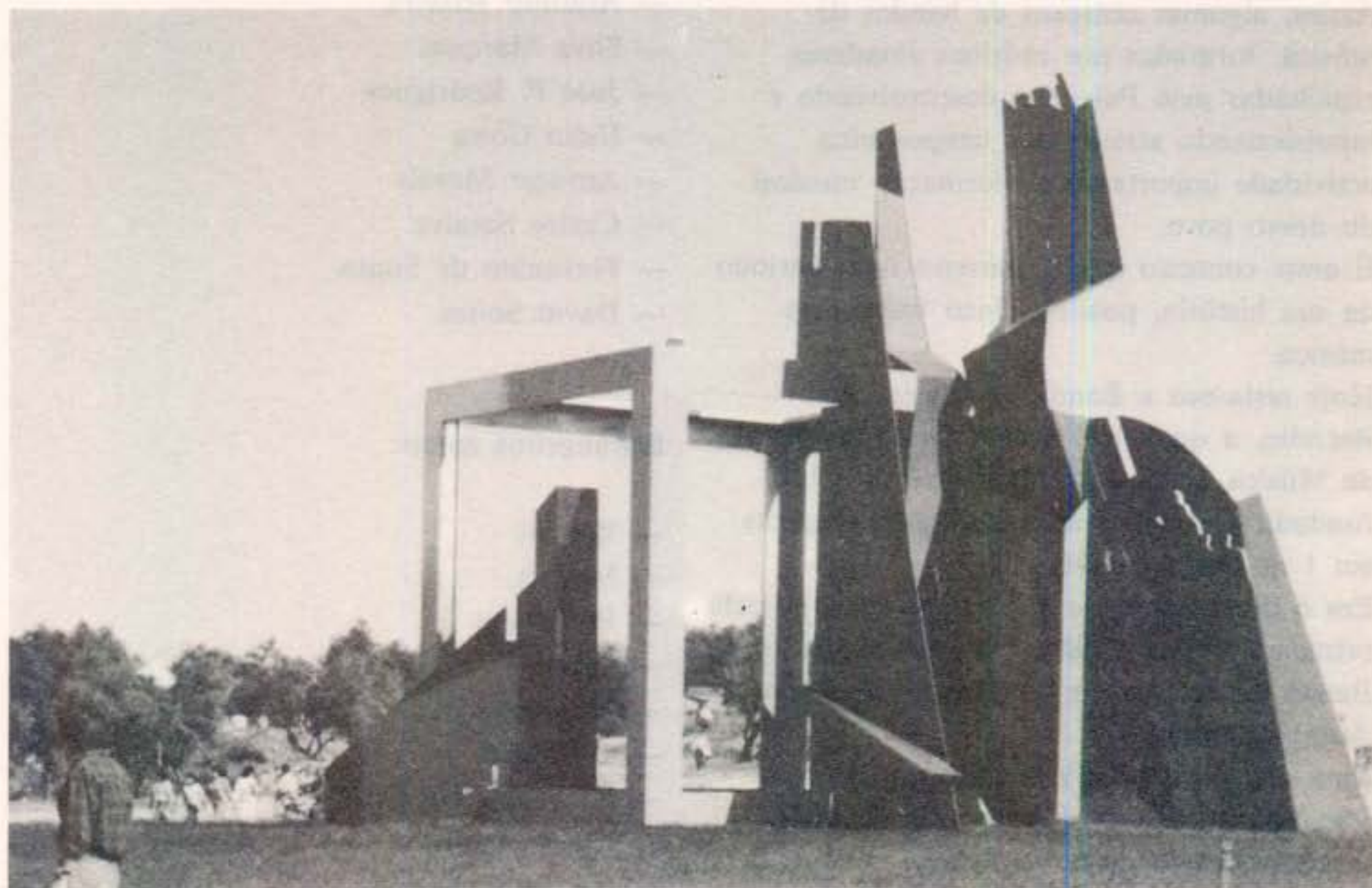
cinematograficamente hollywoodianos sem qualquer valor estético ou etnográfico. Apenas tentativas bastante diferenciadas e multiplicadas o poderão fazer. As crianças e os jovens têm de crescer rodeados por objectos artísticos que não se pautem pelo mundanismo — que constituem quase sempre obras inexpressivas, sem alma, mais próprias de manequins do que de esculturas — mas antes permitam a interrogação sobre uma dada personalidade, a sua vida e a sua obra, ou sobre certos factos expostos e condensados plasticamente na via pública. O que podemos felizmente constatar ao fim destes últimos e escassos 12 anos no que respeita à estatuária, é que a concepção predominante no distrito de Setúbal não nos remete para «maravilhas de habilidade, coisas penetradas de um largo sentimento decorativo, expressões de uma poesia primitiva e simples... e até formas pitorescamente caricaturais» (2) ou nos subordina unicamente a um certo tipo de arte. Pelo contrário, a orientação seguida

contribui para que artistas consagrados publicamente, jovens escultores e outros que até há pouco eram ignorados do público possam revelar livremente as suas obras recentes ou parte das que ainda jazem em ateliers consequência de condenáveis práticas obscurantistas e discriminações socio-políticas.

Todas as experiências são necessárias ao desenvolvimento da arte no nosso país. Estamos convictos de que com a sua actuação, as autarquias do distrito estão a criar condições para no decurso dos anos poderem vir a oferecer uma retrospectiva de «todos» os estilos e de «todos» os movimentos que vêm dando corpo à arte contemporânea, ou seja, para manterem criativamente vivo o legado do 25 de Abril.

---

(2) *1.ª Exposição de Arte dos Trabalhadores, organizada pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), Lisboa — Pavilhão dos Desportos, 1952.*



INAUGURADA EM 1985 EM SETÚBAL, ESTA ESCULTURA CONSAGRA O 25 DE ABRIL E AS NACIONALIZAÇÕES. FORAM SEUS AUTORES OS ESCULTORES ANTÓNIO TRINDADE E VIRGÍLIO DOMINGUES. A SUA EXECUÇÃO DEVEU-SE AO TRABALHO VOLUNTÁRIO DOS OPERÁRIOS DA SETENAVE E À COLABORAÇÃO DO ARQUITECTO RODRIGO OLERO.

## «A MÚSICA E A BANDA DE MÚSICA DO BARREIRO»

Raúl Malacão\*

Nas manifestações artísticas aquela que tem profundas raízes no seio do Povo Português é a música.

Com efeito, basta um pouco de reflexão para se verificar que é através da música que, ao longo dos tempos, o povo tem encontrado a forma de expressar as suas mais caras aspirações, anseios, alegrias e tristezas.

Deste modo, deveria a música ser um sector cultural que merecesse um cuidado mais atento pelo Ministério da Cultura, proporcionando meios e formas, que permitisse ao povo desenvolver e aprofundar a cultura musical.

Não se conseguiu ainda reformular e organizar os estudos musicais; a música continua a não ser encarada na educação geral como uma disciplina destinada a obter uma formação musical adequada.

Assim, algumas centenas de bandas de música, formadas por músicos amadores espalhadas pelo País vêm desenvolvendo e impulsionando através dos tempos uma actividade importante na formação musical do nosso povo.

É neste contexto que o Barreiro num período da sua história, possuiu cinco bandas de música.

Hoje resta-nos a Banda de Música do Barreiro, a qual tem origem da antiga Banda de Música do Grupo Desportivo da CUF, fundada por trabalhadores daquela empresa em 1 de Maio de 1911.

Em 6 de Outubro de 1972, apresentou-se pela primeira vez em público com a designação de Banda de Música do Barreiro, dirigida por António Teixeira.

Mas, é a partir de 1975 que se opera uma transformação profunda na vida da banda.

— *Substituição de fardamentos*

— *De três ou quatro actuações anuais passou-se para vinte cinco.*

— *A juventude não estava representada na banda. Hoje são membros da banda cerca de vinte jovens de ambos os sexos.*

— *Substituição do instrumental*

De facto, o apoio da C.M.B. tem sido importante nesta transformação. Mas, não podemos menosprezar a dedicação e esforço de vários dos seus componentes, para a existência e continuidade da banda.

Em treze anos de existência, a banda tem desenvolvido uma obra notável de divulgação artística, levando a todos os auditórios do nosso Concelho a vários do nosso Distrito, e do País, a música de alguns dos nossos compositores como:

— Luis de Freitas Branco

— Ruy Coelho

— Duarte Pestana

— Miguel Oliveira

— António Teixeira

— Silva Marques

— José P. Rodrigues

— Ilidio Costa

— Amilcar Moraes

— Carlos Saraiva

— Fortunato de Sousa

— David Sousa

Estrangeiros como:

— Rossini

— Mozart

— Beethoven

— Suppé

— Tchaikovsky

— J. Strauss

— Leonard Bernstein

— Lloyd Webber

— George Gershwin

— Kurt Weill

— Eduard Elgar

— Georges Bizet

\* Regente da Banda de Música do Barreiro

Impulsionada por toda esta actividade e consciente de colocar as suas potencialidades ao serviço da cultura musical carecida de meios, não podemos deixar de destacar os «*CICLOS DE CONCERTOS*» que a C.M.B. vem organizando nas Escolas Preparatórias e Secundárias do nosso Concelho, numa iniciativa inédita no nosso País — uma

vigorosa passagem nas várias áreas da música, tem sido uma constante da actividade da banda:

— Ópera, Valsa, Suite, Abertura, Fantasia, Blues, Swing, Fado, Canção, Jazz e Rock Etc., um pouco da história da Banda de Música do Barreiro.



## «JORNALISMO CULTURAL» OU NOVO JORNALISMO?

António Mega Ferreira\*

A expressão «jornalismo cultural» é de história recente, entre nós — e inexistente, que eu saiba, na esmagadora maioria dos países. Foi Eduardo Prado Coelho que a formulou pela primeira vez em Maio de 1984, ao proceder ao balanço da actividade literária no domínio ensaístico, nos últimos dez anos. Falava então, em artigo publicado na revista *Colóquio/Letras*, da «promoção de certos jornalistas na qualidade de jornalistas culturais».

Meses depois, a noção constituía tema de uma mesa-redonda realizada em Lisboa no Centro Nacional de Cultura, em que participaram, entre outros, o próprio Prado Coelho, Francisco Bêlard, Clara Ferreira Alves, Helena Vaz da Silva, José Carlos de Vasconcelos e o autor deste artigo. Não se chegou a acordo, como seria de esperar: há quem pense que o «jornalismo cultural» é uma realidade; eu acho que não.

\*\*\*

Há hoje, em Portugal, um «jornalismo cultural»? Creio que uma preocupação deste género só se tornou possível nos últimos cinco ou seis anos. Nenhum dos muitos colaboradores do *Jornal de Letras & Artes* que duradouramente se publicou entre nós na década de sessenta se terá jamais colocado esta questão; nem creio que os que, no início da década de setenta, lançaram o excelente *& Etc.*, se tenham preocupado com a definição de um estatuto jornalístico específico para o trabalho que faziam.

Se a caracterização do «jornalismo cultural» é um fenómeno próprio dos anos oitenta, é porque uma realidade nova emergente no domínio do jornalismo vem levantar o problema da delimitação de áreas e da especificidade dos estatutos. A questão não é

ao contrário do que possa parecer, bizantina: da afirmação (ou não) de um «jornalismo cultural» depende a constatação (ou não) da existência de um *novo jornalismo*. E, ao mesmo tempo, a discussão em torno do conceito permitirá clarificar as tendências que se desenham no panorama do jornalismo português.

É claro que só se pode falar de «jornalismo cultural» porque materialmente a Imprensa portuguesa injectou no mercado, nos últimos anos, produtos tangentes ou abrangentes da realidade cultural. Descontando já experiências efémeras como *Raiz & Utopia*, ou *Critério*, ou *Plural*, a consolidação do *JL-jornal de letras, artes e ideias* e o reforço da componente cultural do *Expresso-Revista* constituem pedra de toque desta preocupação. Mas chegarão para afirmar a existência autónoma de um «jornalismo cultural», ao mesmo título, por exemplo, que o chamado «jornalismo desportivo»? Tenho defendido repetidas vezes que não há, efectivamente, um «jornalismo cultural». Faço-o por duas razões: uma, essencialmente metodológica; outra, de natureza estratégica. Começemos pela primeira.

\*\*\*

A delimitação de um campo jornalístico cujo objecto, sendo especificamente os acontecimentos culturais, produziria uma nova linguagem, exigiria a existência organizada e estruturada de uma crítica jornalística.

Um amigo enviou-me recentemente um recorte de uma crítica musical publicada num influente semanário, com a seguinte anotação: «HELP! Quosque tandem...???» O exemplo em causa é de facto de fazer esgotar a paciência ao mais notável devotado: «O jogo pianístico de Crossley tem como trunfos básicos, por um lado, a clara autonomização dos episódios simultâneos da narrativa

\* *Jornalista.*

musical pela dissociação extremada de planos protagonizados por constelações sonoras cintilantes e os asfixiados em sonoridades lúgubres e, por outro, a acentuação dos contrastes entre a continuidade das ligações e a incisividade das explorações da natureza percutiva do instrumento».

Na realidade, a crítica jornalística tem sido claramente dominada, nos últimos vinte anos, por uma componente de origem universitária que, salvo raríssimas excepções, não tem, da comunicação com o público, a mínima ideia. A publicação de artigos críticos em jornal, desligando-se de sua função essencialmente informativa, transformou-se por isso num exercício de afirmação académica, quando não mesmo num factor de promoção curricular. O adensamento da linguagem crítica — não poucas vezes acabando por se afastar estranhamente do objecto a criticar — é um resultado evidente desta *desprofissionalização* da crítica.

Mas poderia ter sido de outro modo? A ruína dos suplementos culturais, a fraquíssima tradição crítica regular nos jornais diários (basta lembrar a inacreditável polémica entre os distribuidores de cinema e o *Diário de Lisboa*, em plena década de sessenta, quando Lauro António e Eduardo Prado Coelho começaram a publicar críticas regulares naquele jornal), a manutenção da ideia extremamente provinciana de que uma crítica favorável é inevitavelmente uma crítica «de favor», são dados estruturais do *jornalismo português*. Mas não podem ser considerados como vícios de um hipotético «jornalismo cultural», antes como enfermidades de uma Imprensa punida pela Censura, é certo, mas largamente desculturalizada também, até praticamente ao 25 de Abril. Por um lado, separou-se o *jornalista* do *escritor*; por outro, isolou-se o *jornalismo* do *crítico*.

Um reflexo evidente: 12 anos depois da Revolução, mesmo jornais de grandes responsabilidades como formadores da opinião crítica continuam a discriminar os que pretendem profissionalizar-se como críticos; e, em geral, os artigos de análise política são consideravelmente melhor pagos do que os de crítica literária...

Por tudo isto, é natural que o exercício da crítica em jornais tenha sido, durante muito

tempo, privilégio dos universitários: a actividade crítica era-lhes complementar à actividade docente ou de investigação. E, naturalmente, o argumento da oportunidade jornalística perdeu-se a favor da colaboração esporádica e normalmente de iniciativa pessoal deste ou daquele «crítico».

Mas crítica jornalística é outra coisa. No prefácio à sua recolha de ensaios e críticas publicados na Imprensa entre 1974 e 1982, *Hugging the Shore*, o escritor norte-americano John Updike (que é, sem dúvida, um dos mais brilhantes críticos jornalistas de todo o mundo) diz: «As críticas de livros desempenham um claro e desejado serviço social: dispensam-nos de ler os livros. Dão-nos sensações literárias em forma concentrada. São tão intensas como os anúncios de televisão e tão agradáveis como chocolates». Updike exagera, naturalmente; mas, no fundo, o que o autor de *Corre, coelho* quer dizer é que a crítica jornalística *nos mantém informados* sobre o movimento cultural. É isso jornalismo cultural? Ou será, apenas, jornalismo do século XX, jornalismo de um mundo mediatizado, em que nada do que *pode ser notícia* nos é estranho?

Para que existisse «jornalismo cultural» seria ainda necessária, para lá da profissão, uma especialização que permitisse o apuramento das qualidades jornalísticas e o domínio das linguagens em áreas determinadas. Ora, em matéria cultural a especialização dividir-se-ia em tantas disciplinas quantos o saber humano abarca...

Tomemos um exemplo: em finais de 1975, um investigador britânico, o Prof. Edwards, publicou uma revista científica um artigo em que aventava a possibilidade teórica de fecundação em laboratório do óvulo feminino com esperma previamente recolhido, isto é, por meios artificiais. Nos três anos seguintes, sabemo-lo agora, o prof. Edwards aperfeiçoou a técnica e testou a teoria — e em 1978 nasceu o primeiro «bébé-proveta», Louise Brown.

«Bébé-proveta»? Qualquer investigador na área da genética gritará de horror a esta expressão. Na realidade, ela sugere a possibilidade de fecundação, gestação e parto de um bebé em laboratório por meios inteiramente artificiais. Ora, isto não é verdade. O que se passa com o processo

conhecido por *fertilização in vitro* é uma coisa simultaneamente mais simples e eticamente bem menos dramática. E nem sequer se confunde com a chamada inseminação artificial que, aliás, diga-se de passagem, é praticada correntemente em animais, para apuramento de raças, desde há mais de trinta e cinco anos.

Na realidade, a fecundação laboratorial faz-se apenas sobre o embrião com menos de 14 dias de vida, sendo este posteriormente depositado no útero materno para o processo de gestação.

Como apareceu então a expressão «bébé-proveta», e como foi possível que se criasse uma onda de alarme e suspeição na opinião pública, que só agora, oito anos depois do nascimento de Louise Brown, começa a ser reconduzida às suas verdadeiras proporções? Acontece que o prof. Edwards, receoso de que a publicação da sua descoberta em revistas especializadas pudesse ser prematuramente posta em causa pela comunidade científica, ou até apropriada por outros investigadores menos escrupulosos, preferiu divulgar os resultados da sua experiência à Imprensa não-especializada no momento em que Louise Brown nasceu. Quer dizer: através de um *acontecimento sensacional*, o mundo tomou conhecimento repentinamente do que estava a passar na vanguarda do conhecimento científico. Só que, devido aos media escolhidos para a divulgação e ao impacto noticioso da mesma, não foi possível preservar o rigor da informação a transmitir. Na realidade, a Imprensa de grande informação não abunda em «jornalistas científicos», como não tem normalmente, «jornalistas culturais».

O tratamento dos assuntos científicos requer assim, cada vez mais, a existência de jornalistas especializados, dominando a linguagem que, aqui também, se mantêm as exigências anteriores: escrever para um jornal de grande informação não é a mesma coisa que publicar um artigo especializado no *The Scientific American*.

Ora, nos últimos anos, a Imprensa portuguesa começou a registar alguns casos de jornalistas especializados competentes no domínio científico: os nomes de Clara Pinto Correia ou Rui Trindade ressaltam entre a atenção cada vez maior que a Imprensa

portuguesa dá aos acontecimentos do chamado «mundo da ciência». Só que em nenhum dos casos se trata de especialistas universitários colaborando em jornais: são jornalistas profissionais que também têm uma formação académica específica (Biologia, no caso da primeira; História, no caso do segundo), e que se mostraram capazes de articular o rigor do discurso científico com as necessidades da informação de massas.

«Jornalistas científicos»? E porque não «jornalistas literários»? ou «jornalistas económicos»? ou «jornalistas comunitários», para o caso da CEE? Além do mais, as expressões soam mal. Porque não chamar-lhes (a todos) apenas jornalistas — em sintonia com as urgências novas de um *novo jornalismo*?

Através de dois exemplos práticos, tentei fundamentar a razão (metodológica) porque me parece despropositada e desnecessariamente enfática a expressão «jornalismo cultural». Cabe acrescentar que uma tal qualificação me surge também como estrategicamente incorrecta.

É-o sobretudo em função do estatuto global do jornalista e da sua posição perante a sociedade. Jefferson dizia que não se importaria de viver num país onde, embora não houvesse Governo, houvesse jornais — mas que o contrário lhe seria insuportável. Mas Jefferson foi um dos pais da democracia americana (a única, diga-se de passagem, que permite que um Presidente seja obrigado a resignar por causa de uma campanha de Imprensa); e é natural que as ditaduras privilegiem o ponto de vista contrário. Já atrás aludi à compartimentação de ofícios entre jornalista e escritor, entre jornalista e crítico. Em princípios deste século, ainda, não era assim entre nós: qualquer intelectual de relevo invocaria a sua dupla condição de escritor (ou músico, ou pintor) e jornalista. Bastaria reler títulos recentes sobre a história do jornalismo durante o regime de Salazar para compreender como a desvalorização do estatuto profissional e intelectual do jornalismo foi pedra angular de estratégia obscurantista, totalitária, centrípeta, do pobre fascismo português. O que é estranho é que, em plena democracia, a revalorização profissional e intelectual do jornalista não

tenha sido conseguida a não ser por golpes individuais; o movimento sindical parece mais preocupado com reivindicações economicistas, diga-se de passagem, do que em estudar e implementar as formas de reciclagem, aperfeiçoamento e actualização dos jornalistas portugueses.

Porque a verdade é esta: *o jornalismo será tanto mais inatingível pelo Poder quanto consiga gerar a sua própria linguagem e um tal rigor no tratamento técnico do seu material de trabalho que uma simples intervenção administrativa ou política se torne evidentemente ridícula pela ignorância.*

Tudo isto tem que ver com a necessidade de não abrir brechas na discussão essencial: a que afecta a revalorização do estatuto intelectual e profissional do jornalista. E é curioso que, tal como no passado a expressão «jornalismo desportivo» se usou para discriminar os jornalistas que tinham o desporto como área específica da actividade informativa, agora se tentem criar artificialmente compartimentos que substancialmente não têm razão de ser.

A meu ver, o que os últimos anos permitiram evidenciar foi a existência de sinais cada vez mais fortes de uma nova forma de praticar o jornalismo (talvez mesmo de um *novo jornalismo*), que reflecte a interdependência e progressiva complexidade das instâncias informativas e o

significativo alargamento das áreas de interesses dos diversos mercados da comunicação social. Ora, é bem possível que essas exigências novas estejam a colocar problemas suplementares a toda uma tradição de jornalistas autodidactas, suspeitosos dos «universitários» ou dos «intelectuais», ciosos dos seus (pequeníssimos) privilégios e enquistados numa espécie de arrogante (e ignorante) suficiência, que as novas técnicas e as novas mentalidades põem vivamente em causa.

Nesse contexto, o «jornalismo cultural» acabaria por oferecer, quer se queira quer não, como uma espécie de abcesso ou de «desperdício» do jornalismo dominante, quando o estado de espírito que corresponde a essa mentalidade descrita por Eduardo Prado Coelho representa, a meu ver, o *núcleo essencial* de preocupações teóricas e práticas que podem permitir o grande salto em frente do jornalismo português.

Vejo de longe o sobrolho ameaçador do chefe de redacção, lembrando-me os limites de espaço que me impôs. Só tenho uma desculpa: é que o gosto de conversar, de discutir ideias, de experimentar sem preconceitos caminhos novos é uma das características do *novo jornalismo* — e não é preciso ser-se «jornalista cultural» para o fazer... ●

## O CERCO

Miguel Boieiro\*

Tudo estava mais claro. O céu, as coisas e eu. Sempre ia ao «cerco».

Quando era miúdo ia muita vez, tinha vício mesmo. Mas agora era diferente. Ia tornar meras recordações em realidades. Na véspera tinha pensado muito. Ir ou não ir era o problema. Sim porque aquilo começava sempre cedo, à volta das seis mais ou menos e não me apetecia levantar aquela hora. Depois de um ano escolar bastante duro, depois de me levantar diariamente às seis e meia, precisava de descanso. Em férias não queria fazer mais sacrifícios. Na véspera, ao deitar-me, após ter pesado os prós e os contras, cheguei à conclusão que não iria. No outro dia quando meu irmão me acordou no meio de alegre algazarra respondi furioso. — Estás maluco se pensas que me vou levantar por causa duma coisa dessas. Vai tu sozinho!

— Eh pá anda! Já estão quase a pescar! Não respondi e virei-me para o outro lado. Porém, não tornei a adormecer. Na minha mente giravam as suas últimas palavras — «Ah não vens? Pois olha, é o que perdes!». Comecei a ficar excitado. Já não tinha mais sono, e depois poderia dormir a sesta. Subitamente mudei de ideias, saí da cama e vesti-me. Tudo feito num ápice. A roupa era a mais velha que tinha e os sapatos já estavam postos de banda. Arregacei as calças e as mangas da camisa até mais não poder. Procurei uma foice velha e um chapéu de palha que puz dentro duma lata e corri em direcção á praia.

Enquanto corria mastigava um bocado de pão com queijo, que minha mãe me tinha dado. Mas, talvez por estar cansado de correr, quando cheguei à praia, achei o queijo seco e o pão sem gosto e acabei por guardar o restante no bolso da camisa. Olhei à minha frente e vi que a malta já lá

estava toda. Então puz o chapéu na cabeça, apertei melhor os sapatos e meti-me à lama. A cada passada que dava, ouvia atrás o som pitoresco que a água fazia, ao preencher os buracos feitos pelos meus pés. O cerco era uma coisa muita gira. Um grupo de pescadores espetava varas na lama quando estava baixa-mar. Essas varas sustiam a rede que se levantava depois de a maré encher. Muitas vezes o cerco era fechado. Isto é, vinha até à praia, sendo esta o diâmetro duma semi-circunferência formada pela rede. Quando a maré vazava o peixe que se tinha aproximado da terra tinha que voltar agora com a água. Então encontrava a rede erguida à sua frente que o impedia de passar, deixando por sua vez escoar a água pelos seus finos buracos. Era a vez dos pescadores procederem à apanha do peixe que agonizava em cima da lama. Nós, os rabiscadores, íamos a seguir e apanhávamos o peixe que eles não viam ou deixavam para trás. O peixe que trazíamos, o chamado «peixe do rio», era uma delícia e servia-nos de muito arranjo. Mas não íamos ao cerco só para fazer «governo à casa». Íamos por prazer que aliado ao entusiasmo gerava vício, um vício benéfico. Havia vezes que não compensava porque era preciso muito esforço, sujava-se muito a roupa e o peixe apanhado era pouco. Mas semelhantes desfortúnios serviam, não obstante, para incentivar ainda mais a vontade de ir a outros cercos. Até que se trouxesse peixe bastante para toda a família e para dar aos que não tivessem ido. Embora tivesse andado tão depressa quanto podia, quando lá cheguei já tinha começado a pescar. Não desanimei e pegando na foice fui pesquisando o que se encontrava ao meu redor enquanto me aproximava do grupo. A foice é o instrumento utilizado para além dos nossos conhecimentos e do nosso golpe de vista. Com o bico da foice vamos traçando a lama e algum peixe que se tenha escolhido nela é puxado para fora. Estão neste caso as enguias e os linguados.

\* Presidente da C. M. Alcochete.

Não comecei mal, pois logo de entrada a foice levantou-se um soberbo linguado. É de salientar também, sabermos distinguir o barulho que os peixes fazem de encontro à lama, consoante a sua espécie. Há ainda o rasto que cada um faz ao mover-se que é também bastante importante.

Quando cheguei ao pé do grupo já todos tinham peixe nas latas e cestos. Eu levava só um linguado mas a pouco e pouco fui também enchendo a lata. Linguados, robalos e pequenas tainhas abundavam. Enguias eram poucas. Os pescadores diziam apenas que o ano tinha sido pouco propício e que os preços demonstravam-no. Lembrei-me que tinha visto na praça estarem a vendê-las a vinte escudos e fiquei contente por ter duas na lata. Continuamos marchando na lama, sempre curvados manejando a foice e muito sujos. Os olhos de cada um eram como os pequenos faróis das pilhas eléctricas procurando incisivamente.

— Oh pá vamos a andar depressa que já lá vem a água!

Pensando mais no sentido da frase do que no autor dela, olhei para o poente onde a maré vinha alargando a pouco e pouco os seus domínios. Custava-me a crer que aquela água era uma natureza mineral. Não, a água era um ser vivo. Aquela água mexia-se.

Avançava ou recuava. Tinha fome e sede e por isso se alimentava. E quando a maré enchia, lançava na praia os seus excrementos inúteis.

A palavra «cuidado» pronunciada de modo brusco, veio quebrar as minhas divagações de filosofia barata.

Lá à frente tinham descoberto uma pequena urge. A urge é um peixe que pertence à família dos ragídeos e como tal é bastante parecida com as raias. Tem a mesma cabeça viscosa, e o mesmo corpo espalmado com as barbatanas dorsais desenvolvidas, mas a sua espinha dorsal prolonga-se numa cauda comprida que termina num pico semelhante às pontas dos juncos. Este pico contém veneno e origina uma picadela tão dolorosa como a do lacrau. Por tal motivo há quem lhe chame o «lacrau do mar». Maneja o rabo como um chicote, com a ponta em

riste. Ai de quem for tocado. Sofre uma dor que dura 24 horas se não é imediatamente socorrido. Felizmente nas minhas andanças pelos cercos nunca deparei com nenhum acidente desta natureza. As urges só vêm «até à terra» em dias quentes. Lembro-me que uma vez em miúdo cheguei a apanhar vinte urges, havendo nesse dia uma grande caldeirada. Eram de diversos tamanhos.

Espetava-se vigorosamente o bico da foice no seu lombo e zumba, dentro da lata. Depois em casa, era só cortar-lhe o rabo, que se enterrava, e retirar-lhes as vísceras. A sua carne é tão saborosa como a da raia, e admito que seja um peixe pouco conhecido nos mercados, apenas, pela sua perigosidade e feio aspecto depois de retirada a cauda. Mais pequenas do que as urges que chegam a pesar às vezes alguns quilos, aparecem de tempos a tempos as «tramelgas» que são peixes não menos interessantes. Pertencem igualmente à mesma família e são iguais às raias na forma. Porém, se lhe pomos a mão quando estão vivas, recebemos uma sacudidela em tudo semelhante a um pequeno choque eléctrico. Depois de mortas perdem esta propriedade.

É curioso verificar como a natureza dotou estes seres de meios de defesa realmente variados.

As tainhas servem-se da sua velocidade de nadar e da sua capacidade em saltar, as enguias são tão viscosas que escorregam facilmente de qualquer presa e os linguados valem-se do mimetismo para passarem despercebidos.

Há porém velhos pescadores, cuja argúcia ultrapassa todas as dificuldades. Lembro-me do cuidado que tinha em não me colocar logo atrás dos homens que levavam cêsto de cana. Estes eram experimentados pescadores e quem fosse atrás deles dificilmente apanharia qualquer coisa. Parecia-me impossível como aqueles homens descobriam e apanhavam enguias tão grossas como as que via nos seus cestos.

Conheciam os linguados à distância e quando punham a mão na lama era logo para «caçá-los». Nós os rapazinhos se insistissemos naquele modo de vida seríamos depois como eles, diziam-nos.

Eu acreditava, pois via-me nas primeiras vezes que ia ao cerco, apanhando peixe-rei, que ficava com a cabeça entalada nos

buracos da rede, disparando a mão sofregamente para montículos de lama que pareciam mesmo linguados e regressar depois com a lata muito levezinha onde brilhava o fundo metálico. Mas os velhos pescadores de camisola de lã de tons pardos cinzentos e pretos, de grandes botifarras de borracha que chegavam as ancas e de cestos de cana torcida e retorcida, eram realmente uns mestres naquelas fainas do cerco. Uma vez houve em que consegui descobrir um congro enorme. O bicho pôs-se em pé e deslizou rapidamente pela lama com o pescador no encalço. Encontrando um buraco na rede o congro enfiou por ele. O pescador levantou a rede e seguiu-o tropeçando, caindo e erguendo-se através da imensidão lamacenta. Mas o congro vendo o caminho livre galopou doidamente para o mar. Quando o seu perseguidor voltou, vinha abatido e não houve ninguém que o consolasse. É que não perdoava a si mesmo o ter deixado escapar tão invulgar peixe. Invulgar pelo seu tamanho, pois algumas vezes aparecem alguns do tamanho de enguias. Distinguem-se destas pela sua cor branca e pelo tom avermelhado da sua barbatana dorsal.

Bem, agora atravessamos uma pequena extensão de ostras que pouco peixe tinha. Apenas alguns robalos que estendiam as suas

barbatanas numas poças de água. Aqui podíamos andar firmemente pois não havia lodo. Mas aí de quem viesse descalço. As

ostras envolvidas por cascas irregulares e ponteagudas retalhavam-lhes duramente a sola dos pés. Mas se há lama por cima, então é bastante pior. Não as vemos e apenas sentimos metade dos cortes que nos fazem. Mais tarde é que são elas, quando verificamos na planta dos pés os mapas tão severamente traçados.

O cerco está enfim a terminar pois a água invade agora a armação. Há muitos que já vão empreendendo o regresso e eu resolvo imitá-los. Estou cansado. Doiem-me os membros e os rins. O cerco não foi mau! Foi mesmo bom! Tenho a lata cheia! Estou satisfeito! Apoiando as mãos no bordo da lata, empurro-a suavemente pela planície enlameada. Comparo a cena a um trenó escorregando pela neve. Somente a neve é branca e a lama é bem escura. Sinto na cara salpicadelas de lodo seco pelo sol. Enfim a água tudo lava — consolo-me.

Chego depois à praia e nem sequer perco tempo a lavar o peixe. Tenho fome. Lavo as mãos e recomeço a comer o pedaço de pão com queijo que tinha guardado.

Perguntam-me: Então o cerco?

Instintivamente respondo: — Nada mau!

A minha cabeça vai cogitando: «hei-de escrever qualquer coisa disto tudo», e... escrevi...

## NOS CAMPOS DE SINES, OLHANDO

*Antunes da Silva\**

Ruas de clima ameno ardendo em labarelas  
de cios verdes, as setas do arco-íris  
descobrem o Alentejo no distúrbio do vento  
açoitando o mosto das raízes.  
O silêncio é o muro que separa as cores da  
esperança que mal se afoita, só o estrume  
das algas trazidas do mar exala um perfume  
macio e rasga os lados da Aurora no  
Alentejo das mágoas roxas.  
Buh! A vertigem da aragem sabe a mel,  
salpicado de lama.  
Um tumulto de provérbio ou eco de ervas na  
noite sarracena?  
Nascimento ou morte, no Alentejo se ergue a  
ironia dos homens com dois gritos de clima:  
o Sol que nasce, as crinas da Lua numa tela  
de Dordio, a esperança que teima em acender  
um riso na madrugada.

---

\* *Escritor e poeta*



Photo by [unreadable]

# AUGUSTO CABRITA

## IMAGENS DE UMA VIDA

A Câmara Municipal do Barreiro prestou recentemente homenagem a um dos seus mais ilustres munícipes: o realizador e fotógrafo de prestígio internacional Augusto Cabrita que graves problemas de saúde afastaram nos últimos tempos da produção artística activa.

Nascido no Barreiro nos anos 20, foi operador de cinema, fotógrafo e director de fotografia, assinando trabalhos magistrais em filmes como «As Ilhas Encantadas» e «Belarmino».

Realizou também para a televisão e cinema notáveis documentários onde a realidade quotidiana que é a luta e a vida dos trabalhadores mereceu um destaque particular.

A qualidade da sua obra multifacetada foi distinguida com importantes prémios nacionais e internacionais.

Soube, como poucos, reter na imagem o dramatismo e a humanidade da realidade quotidiana, o esforço, o trabalho, o sonho, a alegria e a luta.

A homenagem prestada pela Câmara do Barreiro é parte da homenagem nacional que continua a ser-lhe devida.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

*J. Jorge Letria*

### «Riqueza dos Falares Regionais»

**Autor: Manuel da Silva**

**Edição da Câmara Municipal  
de Santiago do Cacém**

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém deu à estampa, numa edição de mil exemplares, o trabalho de investigação e recolha “ Riqueza dos Falares Regionais”, elaborado por Manuel João da Silva e prefaciado por Rui Pereira, docente da cadeira de Antropologia Linguística na Universidade Nova de Lisboa.

Salienta o prefaciador que os textos reunidos e apresentados no livro “não são mera expressão de uma já ténue tradição popular ou manifestação folclórica de um acrisolado saudosismo”. E acrescenta:

“Fazendo acarear o falar à política com o falar regional, o discurso da cidade e do poder, com o discurso dos trabalhadores rurais alentejanos, Manuel João da Silva consegue igualmente reproduzir o conjunto de tensões e contradições que operavam (e, mal-afortunadamente continuavam a operar) no domínio da geografia económica e social alentejana”.

O organizador do volume salienta, por seu turno, em nota introdutória, que “nada existe que identifique melhor a população de um determinado lugar que a sua fala”. No seu entender, é a diversidade de “falares” que “leva as pessoas de uma região a depreciarem ou rirem do modo como se fala nas outras”.

O livro agora aditado pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Santiago do Cacém reproduz falares dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém. A sua leitura é proveitosa e esclarecedora, não só pelas pistas



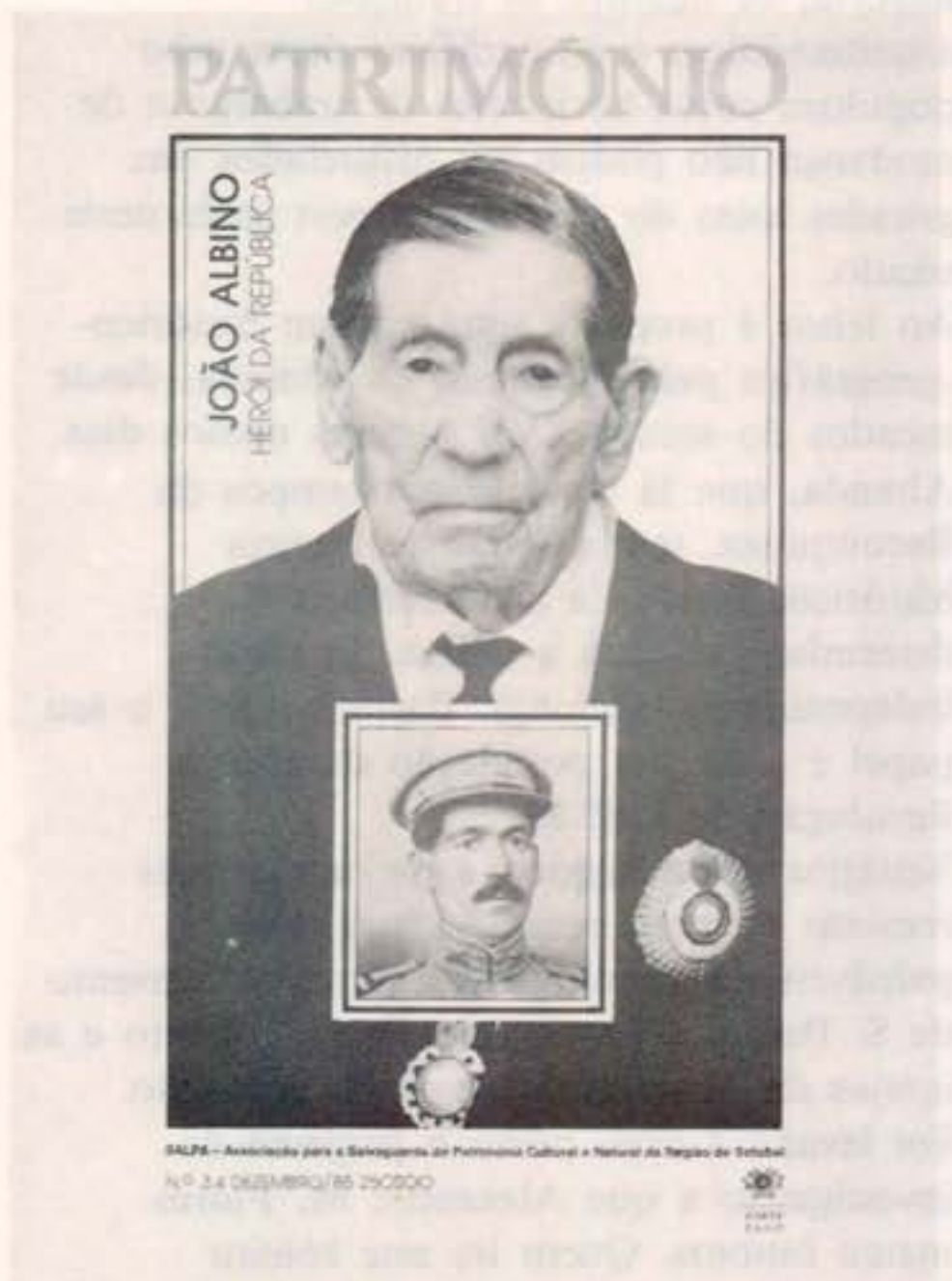
de investigação que fornece, mas também pelo prazer que a descoberta de determinados termos expressões regionais, trazendo a marca da génese e evolução, proporciona ao leitor.

### “Património”

#### **Edição da Salpa**

Escasso é o número das revistas de património que se editam em Portugal. A Salpa — Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal edita uma delas, sob a direcção de Arlindo Mota. Nas suas páginas têm acolhimento texto de investigação e de divulgação que, de algum modo, retratem aspectos da história, da vida e da realidade sócio-cultural do distrito, na perspectiva da defesa dos valores em que assenta a memória colectiva das populações.

O número referente a Dezembro de 1985, que temos em presença, insere textos sobre António Maria Eusébio “O Calafate”, “A Vida dos Pescadores por Ocasão de Elevação de Setúbal a Cidade”, “Ruínas de

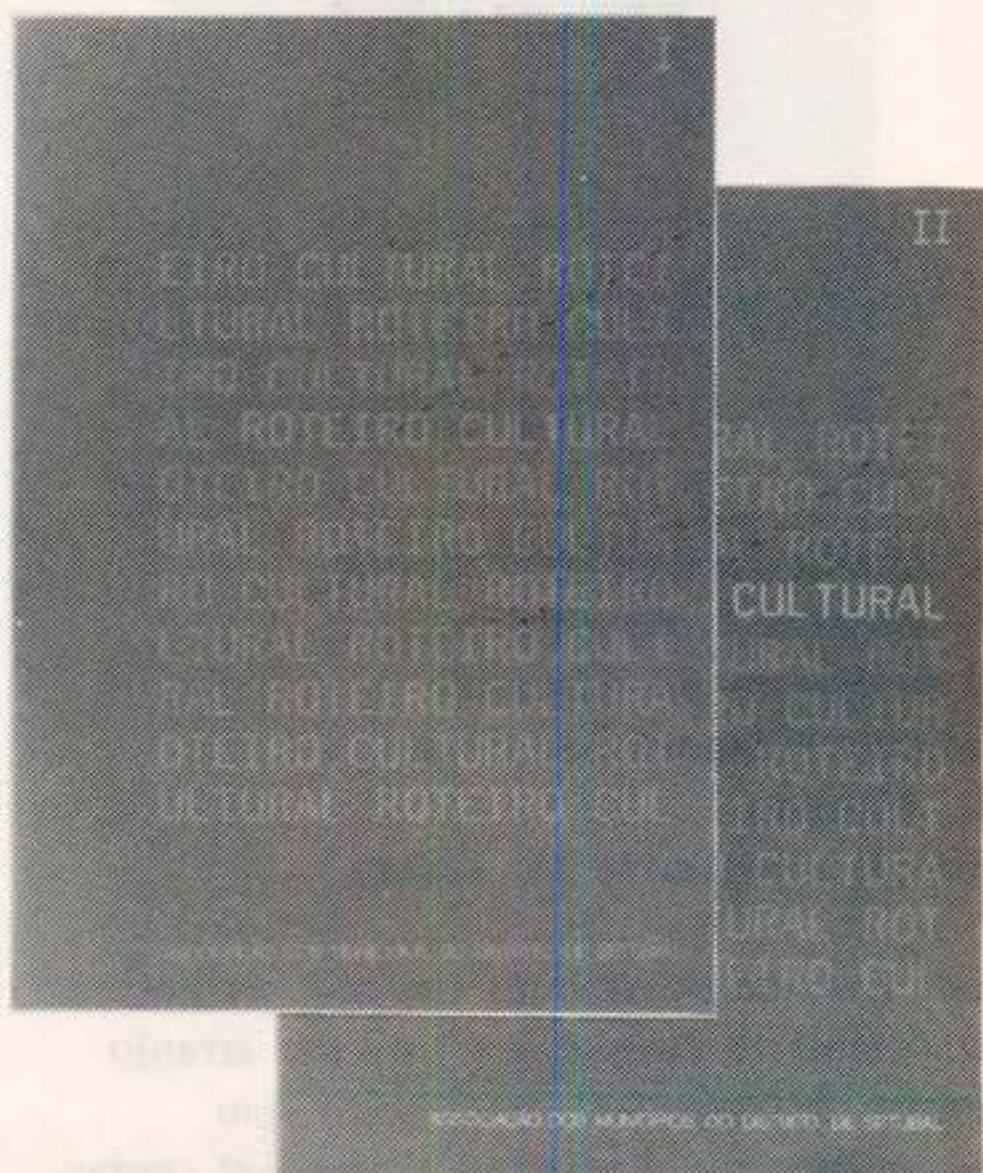


Tróia : Algumas Fontes”, “Qualidade Ambiental do Distrito de Setúbal”, “Recuperar o Sado: Círculo de Fogo Ameaça Estuário”, “O Sal de Setúbal: A Problemática dos Trapiches(conclusão), “Jogos Tradicionais — Expressão do Património Rural“ e “Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel”, entre outros. Em destacável, nas páginas centrais, um texto dedicado a João Albino, herói da República, recentemente falecido. Com excelente arranjo gráfico e um conteúdo diversificado, “Património” é uma revista para ler e guardar, por dar notícia de um património que nas suas múltiplas vertentes, urge salvaguardar.

## “Roteiro Cultural” (2 volumes) Edição da AMDS

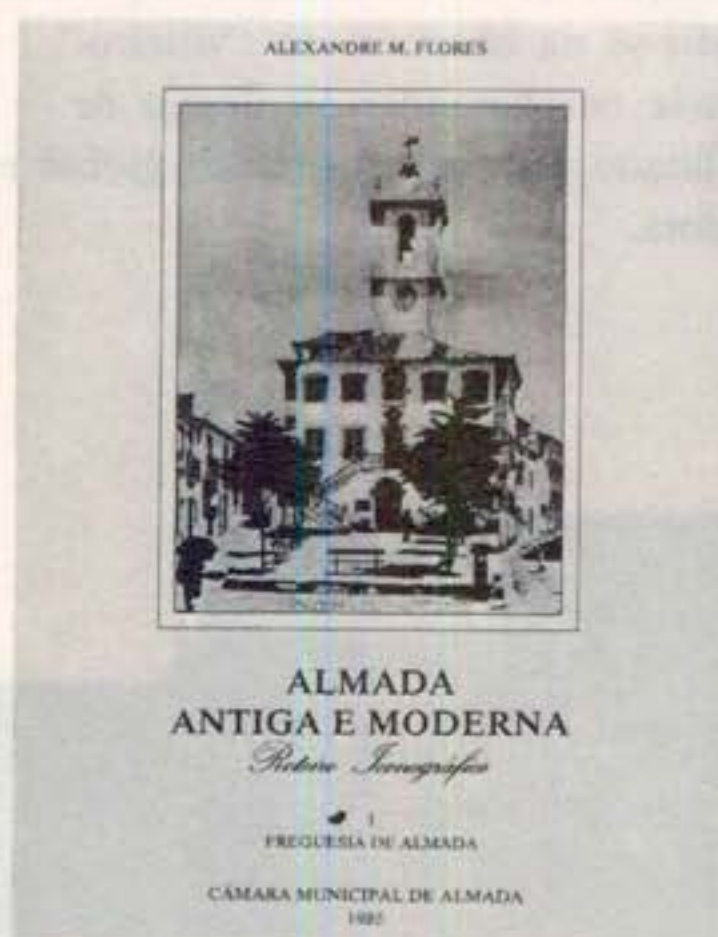
A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal publicou recentemente , em edição restrita, um “Roteiro Cultural” do distrito, em dois volumes, cujo objectivo, segundo afirma em nota introdutória o Presidente do Conselho Administrativo da AMDS, é funcionar como instrumento de trabalho para os pelouros de Cultura das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Assembleias Municipais, Conselhos Municipais e estruturas ligadas ao movimento associativo e popular.

O “roteiro”, que surge na sequência de outras edições do género, também com a chancela da AMDS, dá conta da existência no distrito de 1145 organismos regionais, de 555 organismos nacionais e das representações de 28 internacionais. Deste modo, diz-se na abertura do “roteiro”, pretende-se corresponder ao desejo de acessibilidade a uma informação global e unificadora.



A listagem dos organismos encontra-se organizada pelas seguintes áreas : Artes e Educação; Organismos Internacionais e Socioculturais do Distrito; Entidades Oficiais Que Prestam Apoios Diversos e Património Cultural e Natural.

Este “roteiro” procura, conforme escreve Luís Marques em texto introdutório, “colmatar a lamentável lacuna”, que é a falta de uma informação pormenorizada e esclarecedora nesta área, “embora não esgote, como é óbvio, o assunto”. De resto, acrescenta, “partimos do princípio de que quem recebe este roteiro se predispõe a melhorar os elementos que agora se oferecem, actualizando uns, acrescentando outros, corrigindo eventualmente algum, na perspectiva de enriquecer e valorizar o trabalho autárquico e o movimento cultural local e regional».



**«Almada Antiga e Moderna  
— Roteiro Iconográfico  
(I Freguesia de Almada)  
Edição: Câmara Municipal  
de Almada  
Autor: Alexandre M. Flores**

Este livro de quase duas centenas de páginas profusamente ilustradas e com um arranjo gráfico de assinalável bom gosto vem demonstrar que é possível e desejável contar-

-se, através da imagem e do texto, a história das vilas e cidades cuja vida foi profundamente transformada pela intervenção criadora do Poder Local democrático.

O primeiro volume deste roteiro, dedicado à Freguesia de Almada, passa a constituir referência para quem pretenda conhecer melhor ou estudar em profundidade a história, os hábitos, as tradições arquitectónicas e etnográficas desta urbe populosa cujos horizontes de trabalho e de mudança não podem ser dissociados das grandes lutas do operariado português neste século.

Ao leitor é proposta uma viagem histórico-geográfica pela Freguesia de Almada, desde meados do século XVII até aos nossos dias. Almada, que já era vila nos tempos da Reconquista, tem os seus horizontes históricos ligados a acontecimentos determinantes para a defesa da nossa independência nacional. Bastará referir o seu papel e o da sua população durante a Revolução de 1385-85.

Vestígios dessa história e de outras mais remotas ou mais recente são visíveis, palpáveis em monumentos como o Convento de S. Paulo, a Ermida do Espírito Santo e as igrejas da Misericórdia e de S. Sebastião. Foi levado a bom porto o projecto de investigação a que Alexandre M. Flores meteu ombros. Quem ler este roteiro iconográfico, conhecendo à partida apenas a Almada de hoje, ficará com vontade de buscar novos ângulos e perspectivas para a descobrir viva no tempo e na história. Com esta edição, a Câmara Municipal de Almada demonstra que a vitalidade do Poder Local também decorre do trabalho de reflexão e de redescoberta das raízes que nos são comuns.

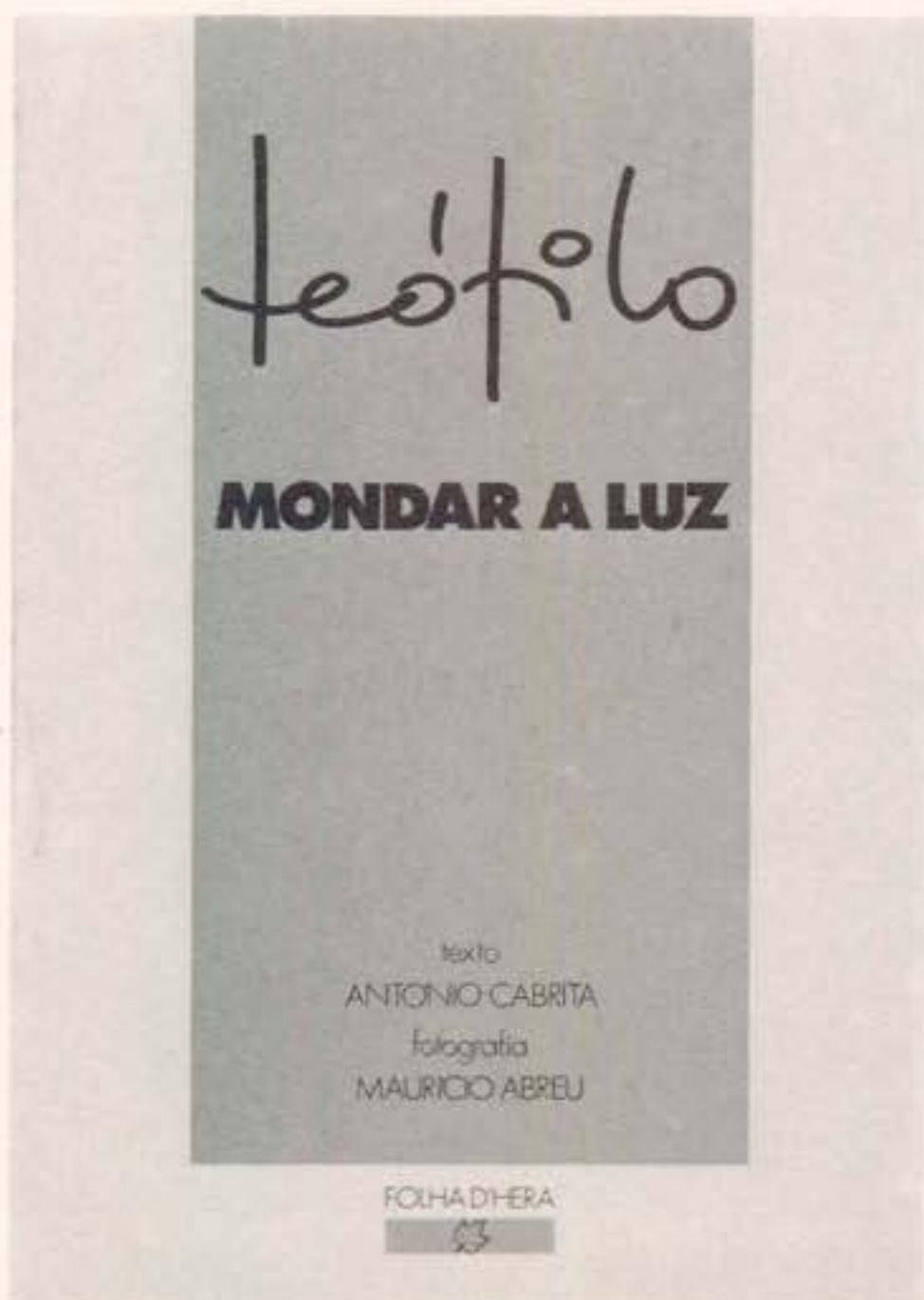
**«Al — Madan»  
Edição: Centro de Arqueologia  
de Almada**

Arqueologia, património e história local são as áreas temáticas de intervenção da revista

«Al-Madan», publicada pelo Centro de Arqueologia de Almada.

A publicação, cujo interesse ultrapassa os limites geográficos do concelho de Almada e do distrito de Setúbal, tem acolhido nas suas páginas textos valiosos para a compreensão do que foi o passado histórico da região, dos traços essenciais das presenças árabe e romana e ainda das formas de organização da sociedade ao longo de séculos de nacionalidade.

O número em apreço nesta breve nota (n.º 4-5 Novembro 84-Novembro 85; volume duplo) inclui entre outros interessantes artigos sobre o projecto da Ponte Sobre o Tejo, datado de 1879, a evolução do perímetro urbano de Almada, a cerâmica romana do Monte da Romeira, os moinhos de vento do todo almadense e as intervenções arqueológicas para 1985. Um número para ler e divulgar.



## Mondar a Luz

**Autores:**

**Teófilo, António Cabrita, Maurício Abreu**

A cooperativa editora Folha d'Hera, com sede em Setúbal, lançou recentemente as edições «Mondar a Luz», com texto de António Cabrita, desenhos de Teófilo e fotografias de Maurício Abreu, e a colectânea de poemas de Arlindo Mota «Incertos Dias».

De assinalar em ambas as edições, para além da qualidade dos textos, o excelente tratamento gráfico que passa a funcionar como garantia relativamente à qualidade das próximas edições de Folha d'Hera, uma editora jovem que operando em circuito alternativo ao das grandes casas editoras se propõe divulgar obras que mereçam o reconhecimento do público.



# Noticiário sociocultural



## ALCÁÇER DO SAL

• *Encontro de Bandas Civas* Realizou-se no dia 29 de Junho, integrado nas comemorações do dia do concelho o 5.º Encontro de Bandas Civas, organizado pela Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer com o patrocínio da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e Região de Turismo-Costa Azul, o qual contou com a participação das bandas da sociedade União Alenquerense-Alenquer, Sociedade Filarmónica Calipolense-Vila Viçosa, Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio-Lagos, Sociedade União Alcaçovense-



-Alcáçovas, Banda Musical de Tavira-Tavira e a Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer.

• *Festival Ribeira do Sado* O Rancho Folclórico de Alcácer do Sal promoveu no dia 5 de Julho o 2.º Festival de Folclore «Ribeira do Sado» iniciativa que contou com o apoio da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Juntas de Freguesia de Santa Maria do Castelo e Santiago e da Região de Turismo de Setúbal-Costa Azul.

Participaram neste Festival o Rancho Folclórico das Peixeiras de Vieira de Leiria, Rancho Típico de Pombal, Rancho Folclórico Saia Rodada de Benavente, Rancho Folclórico Foros de Salvaterra de Magos, Rancho Folclórico «Os Camponeses das Arrozeiras de Alhos Vedros», Rancho Regional de S. Salvador de Folgosa-Maia e o Rancho Folclórico de Alcácer do Sal.



Arruadas, convívio e espectáculo na Praça de Touros local com mais de 3.000 participantes foi a tradução do esforço deste grupo que semanalmente melhora a qualidade do seu trabalho envolvendo a juventude local. Este grupo que também integrou a delegação do concelho na Marcha da Paz e tem participado em inúmeras iniciativas no concelho e fora dele, trabalha regularmente em salas cedidas pela Câmara Municipal no Solar dos Salemas.



• *Espaço Jovem-Grupo do Património* Na sequência do trabalho que se tem desenvolvido com os jovens, e em resultado

do interesse por eles manifestado sobre as questões relacionadas com o Património Cultural e Natural deste concelho, constituíram-se grupos de trabalho que, com o acompanhamento e a orientação dos técnicos desta autarquia, têm estudado os aspectos mais significativos destas matérias na realidade local.

Dessa forma, foi já possível montar uma exposição fotográfica subordinada ao tema «PATRIMÓNIO EDIFICADO DO CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL», cujos objectivos são, antes de mais, sensibilizar os naturais deste concelho para a necessidade de se preservar os testemunhos de séculos de intervenção do homem neste concelho.

As mais de 100 fotografias que compõem esta exposição foram recolhidas com os jovens, e a eles coube também a responsabilidade da selecção dos aspectos a fotografar. A seu cargo continuará a estar a itinerância desta exposição por várias localidades animação da mesma junto da população. De igual modo grande tem sido o peso dado à preservação do meio ambiente, tendo sido já iniciados os trabalhos de estudo da flora e da fauna da zona ribeirinha do Sado.

• *Inauguração da Biblioteca Municipal* Depois de um esforço desta autarquia ao longo dos últimos 4 anos, foi possível inaugurar no dia 25 de Abril a Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal.

Instalada no «Solar dos Salemas», esta Biblioteca conta com um acervo de cerca de



5.300 obras, incluindo as «Obras Notáveis» que apenas se destinam à consulta para investigação.

• Para que este espaço seja entendido como algo de «vivo», fortalecendo os hábitos de leitura da população, realizaram-se já algumas acções de divulgação/animação da Biblioteca, em que, com a colaboração de José Barata Moura e Matilde Rosa Araújo, foi possível chamar à participação mais de mil crianças e jovens de escolas Primárias e Preparatórias deste concelho.

• *Museu Municipal Pedros Nunes* Encontra-se já bastante avançado o trabalho de montagem do Museu Municipal, cuja inauguração se prevê para o próximo ano. Ficarão ali representados todos os períodos da História Humana, desde o Paleolítico à época Medieval, ilustrados com materiais arqueológicos encontrados neste concelho, recuperados e conservados na nossa Oficina de Restauro.

Como forma de sensibilidade prévia ao seu funcionamento foi editado um folheto contendo uma breve resenha histórica do Museu Municipal, cuja distribuição coincidiu com o assinalar do Dia Internacional dos Museus.

• *Património Arqueológico* Em colaboração estreita com as Juntas de Freguesia do Torrão, Santa Maria e Santiago e a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e contando com a participação de cerca de 30 jovens do Torrão, Santa Catarina e Alcácer do Sal orientados em programas específicos, está-se a proceder à limpeza da Estação Arqueológica do Castelo na vila de Alcácer do Sal, da Calçada Romana, da Anta e do Tanque Romano na vila do Torrão. Brevemente, e ainda com a colaboração dos jovens enquadrados por esta Câmara, iniciar-se-á a escavação de uma vila Romana, situada na localidade de Santa Catarina de Sítimos. Neste momento decorrem as acções de limpeza do terreno e levantamento topográfico.

Os trabalhos são orientados pelo arqueólogo Dr. João Carlos Faria, Técnico do Município.

• *Casa Da Criança* Recentemente concluída, a Casa da Criança é mais uma obra de que

muito nos orgulhamos, pelo contributo que constitui para a educação sócio-infantil e desenvolvimento integral das capacidades das nossas crianças.

Possui salas de trabalho com capacidade para acolher 200 crianças em 4 salas de Educação Pré-Escolar e em actividades de tempos livres.

A inauguração oficial destas instalações realizou-se no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, com visita ao espaço interior, visita guiada a uma exposição de trabalhos de crianças deficientes e um encontro com pais e população para implantação do seu pleno funcionamento. Desde essa altura uma Comissão de Pais eleita em conjunto com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia vem organizando as actividades de Tempos Livres que neste momento contam entre outras com momentos

regulares de movimento e drama, educação física e natação e deslocação à praia de 80 crianças acompanhadas por um grupo de pais e um grupo de jovens.

- *Escola do Morgadinho* Está já em construção, por administração directa desta autarquia, mais uma escola primária na vila de Alcácer do Sal.

Do tipo P<sub>3</sub>, esta escola ficará equipada com duas salas para Pré-Primária, 4 salas para o Ensino Primário e ainda um polivalente de apoio com serviço de refeições, e irá pôr fim aos problemas de ensino relacionados com a utilização de algumas salas de aula que se encontravam em regime de desdobramento. A Autarquia irá promover debates pedagógicos com os docentes e a população sobre o funcionamento possível de escolas deste tipo.



## ALCOCHETE

- **Exposição Sobre Arqueologia Esteve** patente ao público no salão nobre da Câmara, durante os meses de Janeiro e Fevereiro uma exposição sobre a intervenção arqueológica na Herdade do Rio Frio, em 1985.

Esta exposição, que foi visitada pela população e por mais de 500 alunos das escolas, está inserida no projecto «Ocupação Romana da Margem Esquerda do Estuário do Tejo».

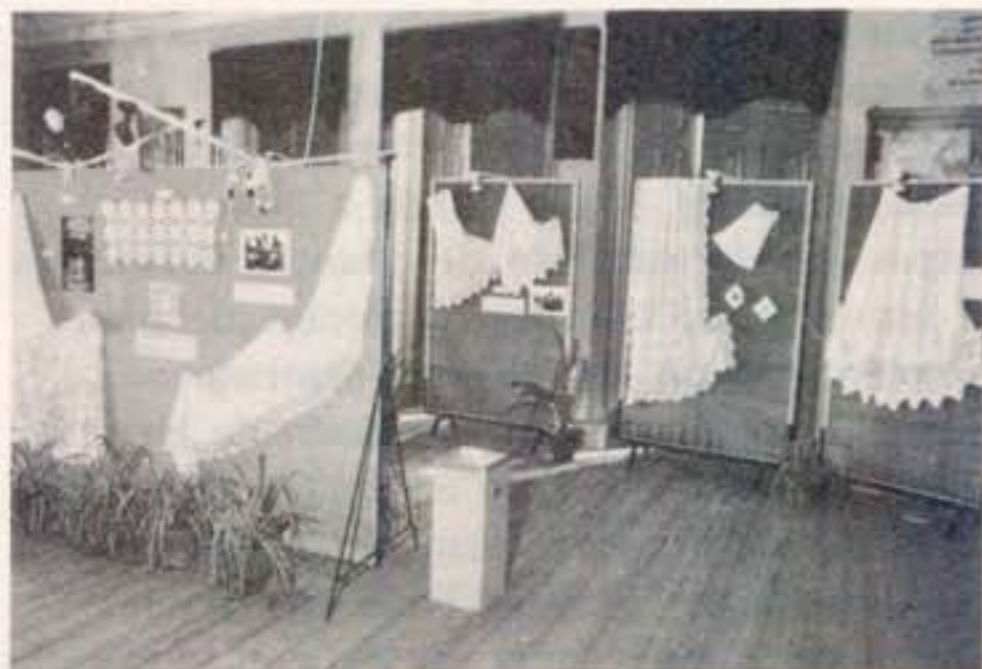
- **Comemorações Da Restauração** As comemorações da Restauração do Concelho tiveram início no dia 15 de Janeiro, com a cerimónia de hastear da bandeira logo pela manhã, realizando-se nessa noite um colóquio subordinado ao tema «O Sal». No dia 18 decorreu uma sessão de fados e no dia 19 realizou-se um concerto executado pela banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 que também comemora a sua fundação nesta data.



- **Dia Internacional Da Mulher** Mais uma vez se revestiram de grande interesse as Comemorações do 8 de Março, «Dia Internacional da Mulher».

Na parte da manhã o presidente da Câmara acompanhado de outros autarcas, do M.D.M. e da Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara — STAL, percorreram o Concelho, levando a cada mulher, no gesto simbólico da entrega de uma flor, a sua solidariedade. No Samouco decorreu um sarau de ginástica dirigido pela prof.<sup>a</sup> Halina Lipiec. À tarde teve lugar a inauguração da exposição «A Arte das Mãos que Fazem Renda». Desta

mostra fizeram parte trabalhos oriundos de Silves, Faro, Açores, Setúbal, Lisboa, Vila do Conde e Alcochete, testemunhos da milenária tradição manual das mulheres destas regiões. Luísa Basto e Jorge Lomba animaram a sessão que contou com a presença de mais de 300 pessoas.



- **A Juventude E A Paz** Constituiu-se com o apoio da autarquia, o Movimento da Juventude de Alcochete para o Ano Internacional da Paz, M.J.A.A.I.P. Este movimento comemorou o «Dia Internacional da Juventude» com um vasto programa, do qual destacamos: em 28 de Março, a apresentação da peça o «Farruncha» de Jaime Gralheiro, pelo Grupo Experimental de Teatro da A.D.S; actuação do Rancho Folclórico Infantil da Escola do Passil; Café-Concerto para a Juventude com a actuação do cantor Jorge Lomba e o grupo de música portuguesa Alk-Ssar. No dia 29, baile da Juventude com o grupo de música Batucada-Ritmo. No dia 30, projecção do filme «O que faz mudar um homem» e Concurso de dança, com eleição do «Par da Paz».

- **Comemorações De Abril** As comemorações do 12.º Aniversário do 25 de Abril, decorreram sob o lema da paz. Da semana da Paz e da Cultura, que teve lugar de 19 a 27 de Abril,

salientamos algumas iniciativas como, teatro, pintura, cinema e jogos para crianças, realizados nos mais variados locais do concelho.

As Comemorações do 25 de Abril, este ano, foram subordinadas ao tema Paz.

Do programa da «Semana da Paz e da Cultura», destacamos:

— Colóquio sob o tema «A Influência do 25

de Abril na Cultura Portuguesa», que contou com a participação do Dr. Piteira Santos; Ciclo de cinema sobre a Paz.

— Animação e Jogos infantis em todas as escolas do concelho; Convívio para a Juventude; Concertos pelas Bandas do Concelho; Encontro pela Paz com a presença de embaixadores e representantes de países que mais se têm destacado na luta pela Paz, de Associações, colectividades e órgãos autárquicos; Exposições de Artes Plásticas, artesanato e documental, estiveram patentes em várias salas do Concelho e constituíram a mostra «A Arte pela Paz».



• *Mês Da Música* No mês de Maio, a exemplo de anos anteriores, realizou-se o «Mês da Música», iniciativa cuja organização coube à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 e contou com o patrocínio da autarquia de cujo programa salientamos, os concertos executados pelas bandas dos Bombeiros Voluntários de Loures, da Sociedade Filarmónica União Samorense e da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense.

— Colóquio e recital pelo musicólogo João de Freitas Branco e Grupo de Metais de Alcochete.

— A terminar o Mês da Música realizou-se um importante concerto na Igreja Matriz, executado pela Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.

• *Dia Internacional Da Criança* No dia 1 de Junho decorreram as comemorações do «Dia Internacional da Criança». Jogos, cinema, teatro e pintura foram algumas das actividades que fizeram parte desta celebração.

• *Semana Do Ambiente* No dia 4 de Junho comemorou-se a semana do ambiente com projecção de filme e realização de um colóquio, a Reserva Natural do Estuário do Tejo na Escola Secundária de Alcochete.

• *Semana Do Tejo* A Câmara de Alcochete participou na «Semana do Tejo», exposição que teve lugar em Vila Nova da Barquinha entre 7 a 15 de Agosto.

• *Ocupação Romana Na Margem Esquerda Do Estuário Do Tejo* Decorreu entre 1 de Julho e 15 de Agosto a 2.ª Campanha de escavações arqueológicas no âmbito do programa, «Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo».

Esta campanha cujo suporte financeiro foi da responsabilidade da Autarquia, contou com a colaboração activa do Centro de Arqueologia de Almada e o apoio das Câmaras Municipais de Almada, Seixal e Benavente e também da Fundação Calouste Gulbenkian.

• *Festival Da Paz E Da Juventude* No âmbito das Comemorações do Ano Internacional da Paz, têm vindo a realizar-se neste Concelho inúmeras iniciativas, onde destacamos o «Festival da Paz e da Juventude», cuja organização é da responsabilidade do «Movimento da Juventude de Alcochete para o A.I.P.» — M.J.A.A.I.P., com o patrocínio da Câmara Municipal de Alcochete e ainda da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e Comissão Regional de turismo de Setúbal.

Actuaram neste Festival, além de oito grupos de música popular portuguesa de todo o distrito, o grupo de música rock «Rádio Macau» e «Trovante».

• «*Alcarte/86*» A «Alcarte/86», mais uma vez constituiu um enorme êxito. Os trabalhos de mais de uma dezena de artistas plásticos e artesãos do concelho estiveram patentes ao público durante as «Festas do Barrete Verde e das Salinas».

## ALMADA

### Os Trabalhadores da Câmara e a Cultura

O ciclo anual de exposições da Oficina de Cultura da Câmara Municipal de Almada foi iniciado este ano com uma Exposição de Artes Plásticas, Artesanato e Colecionismo dos Trabalhadores desta Câmara. Contou também com um programa de animação cultural constituído nomeadamente por peças de teatro representadas por filhos dos trabalhadores da C. M. A. que se encontram na creche municipal. Este programa de animação cultural foi encerrado com um colóquio sobre Património na margem sul do Tejo, orientado pelo Prof. Lagoa Henriques. A exposição decorreu de 15 a 23 de Fevereiro.

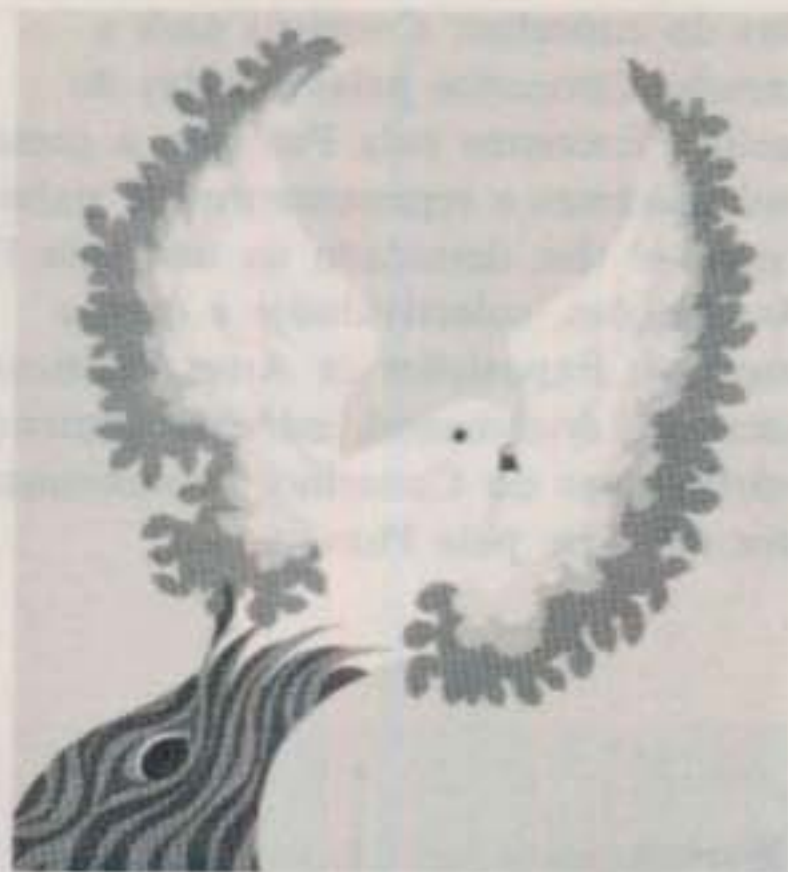
### Arte Popular Ucraniana

No mês de Março, desde o dia 21, esteve patente ao público na Oficina de Cultura da Câmara Municipal de Almada uma exposição intitulada Arte Popular Ucraniana, constituída fundamentalmente por um riquíssimo artesanato. Na inauguração estiveram presentes representantes da Embaixada Soviética em Lisboa e da Autarquia de Almada.

Na Oficina de Cultura foi também comemorado o dia da mulher com um colóquio com a presença de uma representante do MDM.



PELA VIDA PELA PAZ  
DEFENDER A NATUREZA



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Realização no âmbito do PISACA

### Duas Exposições

No mês de Abril tiveram lugar duas importantes exposições na Oficina de Cultura da C. M. A.. De 11 a 20 realizou-se a exposição de trabalhos do mestre gravurista canadiano David Silverberg. Trata-se de trabalhos baseados em gravuras esculpidas em aço numa técnica única do autor, que tem sido apreciada em vários países do mundo. Na inauguração estiveram presentes representantes da Embaixada do Canadá e da Autarquia de Almada.

Com início a 24 de Abril realizou-se uma exposição de artes plásticas intitulada "Portugal em Abril", pelas Associações de Artistas Plásticos de Almada, Cascais e Amadora. Mais de 80 obras estiveram expostas, na Oficina de Cultura.

Durante o mês de Maio realizou-se a já tradicional exposição do Caparica CB - Banda do Cidadão, durante o qual foram mostrados ao público os equipamentos mais modernos de socorro às populações e exposto o plano global 86 da organização. Ainda no mês de Maio no dia 1 realizamos a exposição do dia da criança em colaboração



com a Associação de Infantários da AIPICA, a CERCISA e a Creche da C. M. A.. Uma exposição que teve muita vida e colorido e durante o qual foram distribuídas aos pais as pastas com os trabalhos dos seus filhos durante o ano escolar.

Também foi apresentada uma peça de teatro dos trabalhadores da EDP.

Durante o mês de Junho foi a vez da Junta de Freguesia de Almada realizar na Oficina de Cultura uma exposição relativa à criança. Durante a exposição teve lugar o 3.º

Concurso Infantil de desenho e poesia a nível das Escolas Primárias Concelhias.

Paralelamente no espaço do 2.º piso da Oficina de Cultura, (devidamente adaptada a sala para acções culturais) realizou-se de Março a Junho um ciclo de exposições de jovens artistas plásticos agrupados na

Multiarte. Trata-se de uma oportunidade que se abre aos jovens artistas para expressar as novas tendências no campo das artes plásticas. Entre os expositores citamos os trabalhos de Sérgio, Gingeira, Gabriel, Teresa Humberto e Gourjão.

No mês de Julho de 8 a 23 e no âmbito das Festas da Cidade realizou-se a 3.ª Festa de Teatro da Cidade de Almada em colaboração com o Grupo de Campolide/Companhia de Teatro de Almada.

No dia 27 de Março no Salão Nobre da C. M. A. foi realizado o lançamento do livro de Alexandre Flores "Almada Antiga e Moderna - Roteiro Iconográfico" com apresentação pelo Dr. Emmanuel Correia.

No dia 27 de Junho, ainda no Salão Nobre da C. M. A. foi realizado o lançamento do livro de Romeu Correia "O 23 de Julho", com apresentação pelo Prof. A. Borges Coelho.

### **Realizações no âmbito das Festas da Cidade**

De 22 de Junho a 6 de Julho foi levada ao público no Convento dos Capuchos uma exposição sobre as origens de Almada. Tratou-se de uma perspectiva histórica do Concelho desde as suas origens até ao Sec. XX, através de documentos fotográficos e arqueológicos.

De 21 a 24 de Junho foi efectuada nos Paços do Concelho uma pequena exposição sobre trabalhos arqueológicos realizados no edifício da C. M. A..

De 21 de Junho a 23 de Julho na Praça do M. F. A. foi realizada uma exposição iconográfica-retrospectiva histórica da Freguesia de Almada.

Na livraria do Diário de Notícias foi efectuada uma exposição bibliográfica sobre Almada e a Obra de Romeu Correia.

Ciclo de debates “Pensar Almada, Construir o Futuro”.

**Local: Oficina de Cultura**

7 de Julho: “Defender o Património (painel-debate sobre a defesa do património cultural no concelho de Almada).

8 de Julho: “Saneamento básico” (painel debate sobre o regulamento de águas residuais).

9 de Julho: “Tipologia do Edifício Escolar” (debate sobre projecto-tipo do edifício para as escolas do ensino primário).

10 de Julho: “Situação social do concelho”.

12 de Julho: “Regionalização e Poder Local”.

14 de Julho: “Defender a Paz, Construir o Futuro”, no âmbito do Ano Internacional da Paz.

19 de Julho: “Equipamento para a Infância”

(painel debate sobre planeamento e funcionamento dos equipamentos para a infância no Concelho).

### **Passeios e Visitas Guiadas**

28 de Junho - Área histórica de Almada (guiada por R. H. Pereira de Sousa).

12 de Julho - Almada Velha e Cacilhas (guiada por Romeu Correia).

19 de Julho - Fortalezas de Almada (guiada por R. H. Pereira de Sousa).

Do Ginjal à Trafaria (Passeio de falua no Tejo).

27 de Julho - Passeio de falua com caldeirada a bordo (organização do Clube Recreativo Águias do Rato - Apoio C. M. Seixal).



## BARREIRO

- Decorreu no mês de Janeiro o I Encontro do Conselho de Cultura, Recreio e Desporto organizado pelas colectividades locais em colaboração com a CMB. Foram debatidas questões como relações entre as autarquias e as associações, as bibliotecas das colectividades, o teatro, o desporto, etc. Participaram três dezenas de colectividades.
- A 15 de fevereiro, por iniciativa da Escola Superior de Educação de Setúbal, realizou-se um colóquio no Auditório da Biblioteca Municipal sob tema «Astronomia e Evolução», dinamizado pelo Prof. Francis Michel da Escola Decroly de Bruxelas. Houve boa participação da numerosa assistência.
- Decorreu, em Março, o Corta Mato Escolar Distrital de 1986 com a participação de milhares de crianças. Esta actividade desportiva que teve componentes sociais e culturais, foi organizada pela AMDS em colaboração com a CMB.
- Os 25 anos do Homem no espaço foram assinalados de 11 a 20 de Abril com a presença do astronauta soviético Oleg Atkov num colóquio realizado no Auditório da Biblioteca Municipal. Simultaneamente, esteve patente uma exposição de documentos, materiais diversos e miniaturas, relativas à conquista do espaço, organizada pelo dinâmico coleccionador barreirense João Caeiro.
- No programa das Comemorações do 25 de Abril realizou-se, na noite de 24, a habitual manifestação popular, seguida de espectáculo musical no Parque Catarina Eufémia. Nos dias 25 e 26 houve diversas actividades recreativas, desportivas e culturais em todo o concelho.

- Ainda em Abril realizou-se uma exposição e dois colóquios subordinados ao tema «A Indústria do Vidro na Outra Banda», sob a direcção do Dr. Jorge Custódio, numa organização conjunta da AAIRL e a CMB.
- No 1.º de Maio, para além das acções organizadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores, realizou-se um concerto pela Banda de Música do Barreiro, no Parque Catarina Eufémia.
- Em Maio, na sequência dum trabalho de investigação realizado por duas estudantes do concelho, realizou-se um colóquio que reuniu alguns dos chumbeiros da ex-CUF. As transformações operadas na profissão face aos riscos e as relações operário-condições de trabalho mereceram descrição e análise interessantes no decurso do colóquio.
- Entre 27 de Junho e 6 de Julho decorreram as Festas do Barreio com exposições sobre o concelho, a Paz e o 1.º de Maio, com um bom e diversificado programa de espectáculos, com um ciclo de cinema dedicado a Charlie Chaplin e com algumas actividades desportivas, além de arraial e feira.
- Uma exposição na Biblioteca Municipal assinalou o «Ano do Cometa Halley».
- A homenagem «Barreiro Reconhecido», que distingue alguns barreirenses decorreu em 28 de Junho, no Auditório da Biblioteca Municipal, e traduziu-se por um bom momento cultural de evocação de factos da história local.
- Uma exposição de miniaturas de barcos da autoria de mestre José Germino esteve patente, em Julho e Agosto, na Biblioteca Municipal. Foram oferecidos à CMB pelo construtor e destinam-se a um núcleo museológico da cidade.

## GRÂNDOLA

- **Dia Internacional da Mulher (8 de Março)**
  - Cinema
  - Espectáculo com Maria do Céu Guerra e Amélia Muge
- **Dia Nacional da Juventude (28 de Março)**
  - Ciclo de Cinema
  - Curso de Iniciação de Fotografia
  - Curso de Iniciação aos Fantoches
  - Espectáculo com os "Rádio Macau"
- **25 de Abril e Centenário do 1.º de Maio**
  - Teatro Infantil por "Os Papa Léguas"
  - Teatro por "O Bando"
  - Teatro pelo Teatro Laboratório de Faro
  - Concertos Musicais por: Banda da SMFOG (Música Velha); Coro da SMFOG (Música Velha); Grupo Almanaque; Maria Guinot; Go Graal Blues Band
- **Inauguração da 1.ª fase do Centro Cultural**
  - Abril - Exposição Colectiva de Escultura com obras de António Trindade, João Duarte, Jorge Vieira, Noémia Cruz, Virgílio Domingos
  - Julho - Exposição Etnográfica "Uma Janela Para "O ONTEM" no Centro Cultural.
  - Agosto - Exposição Etnográfica "Uma Janela Para "O ONTEM" no Centro Cultural; IV Jogos Florais da Feira de Agosto / 86 subordinados ao tema "A PAZ"; Feira de Agosto - 29, 30, 31 de Agosto e 1 de Setembro; IV Bienal de Artesanato; Concerto com a Banda da SMFOG (Música Velha)/ Concerto com os "Rádio Macau".
  - Setembro - Exposição de Pintura de Teresa Sotto Mayor no Centro Cultural/ Concurso de Cartaz do Dia do Concelho.
  - Outubro - Comemorações do Dia do Concelho: Bailado, Teatro, Música, Exposições.
  - II Feira do Livro.



## MOITA

- *Passeios Fluviais* Desde Abril de 1986 que se têm vindo a realizar diversos passeios no Rio, junto das Zonas ribeirinhas do nosso Concelho, Barreiro e Lisboa com as duas embarcações características «O Boa Viagem» e «A Pombinha». Até finais de Outubro prosseguirá esta actividade. Para a marcação de passeios basta um contacto com o Serviço Sócio-Cultural desta Câmara.

- *Património Local* A Câmara Municipal iniciou a recuperação de dois moinhos de vento junto ao largo do mercado mensal e um outro no Parque Municipal. Findas estas reparações a operação estender-se-á a outros moinhos na área do município.

- *Arte e Escola* Decorreu de 20 a 23 de Maio na Escola Secundária da Moita e de 25 a 29 na Biblioteca Municipal a Exposição «ARTE E ESCOLA», que teve a participação de jovens pintores e escultores finalistas da Escola de Belas Artes de Lisboa, alguns deles residentes e professores no Concelho. Esta iniciativa conjunta da Câmara Municipal e Escola permitiu que cerca de 900 visitantes, na sua maioria jovens estudantes, contactassem com este tipo de expressão artística.

- *Semana de Cultura Africana* Decorreu de 6 a 15 de Junho a Semana de Cultura Africana «Kandando e Morabesa» organizada pela Coordenação Concelhia da Direcção-Geral de Educação de Adultos, Câmara Municipal da Moita e Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, destinada a animar, especificamente, os Bairros Vale da Amoreira, Fundo de Fomento e Baixa da Serra zonas de grande número de residentes Africanos. Integram esta Semana diversas iniciativas: Exposições de peças de arte e artesanato, instrumentos de trabalho, vestuário africano, documentos e fotografias cedidos pela população local e Embaixadas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa: Colóquios de Esclarecimento; Torneio quadrangular de Futebol de 11 — equipas africanas; Espectáculo Musical; Almoço — Cozinha Tradicional Africana; Farra — Noite de convívio e baile que encerrou a Semana. Esta iniciativa congregou o apoio e

colaboração das embaixadas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, dos Organismos Populares e Associações locais e de inúmeros residentes do Próprio Bairro.

- *Da Arte À Escola/Da Escola À Arte* De 7 a 14 de Junho, na Escola Secundária da Baixa da Banheira e de 19 a 30 do mesmo mês, no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira decorreu a 4.ª edição da Exposição «DA ARTE À ESCOLA/DA ESCOLA À ARTE» que reuniu um grupo de artistas bastante diversificado. Esta acção foi integrada num programa de animação cultural articulado entre a autarquia e as Escolas do Concelho.

- *Dinamização Teatral Nas Escolas* Dinamização teatral nas Escolas Preparatórias e Secundárias do Concelho da Moita.

A Câmara Municipal contratou recentemente um animador teatral, o actor António Mota, ex-elemento da companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

De Abril a Junho apresentaram trabalhos finais os núcleos de teatro da Escola Secundária da Moita, da Escola Secundária da Baixa da Banheira e da Escola Preparatória da Moita.

A par da acção com as Escolas, António Mota prosseguiu o seu acompanhamento ao GTECA — Grupo de Teatro de Ensaio da Capricho Moitense, trabalho que fazia há dois anos sem carácter regular devido aos compromissos profissionais

No ano transacto foi à cena «O Inspector» de Nicolau Gogol.

Este ano em Maio estreou «Cemitério? Não, Obrigado!» adaptação de «O Dispensário» de Sean O'Casey. Espectáculo que vai percorrer todo o concelho levando o grupo o teatro, a locais onde nem a proximidade de Almada, Setúbal ou Lisboa, fizeram ver teatro.

Está a decorrer o 5.º Concurso Nacional de Fotografia do Concelho da Moita ao qual podem concorrer fotógrafos amadores e profissionais. Os trabalhos a apresentar deverão subordinar-se aos seguintes temas: A — tema livre; B — O Concelho da Moita; C — Paz, um caminho para a Vida.

O júri seleccionará os trabalhos distinguidos com prémios, bem como os trabalhos a expor de 12 a 20 de Setembro, por ocasião das Festas de N.ª Sr.ª da Boa Viagem, no

Salão do Centro de Reformados da Moita. A entrega dos prémios terá lugar dia 14 de Setembro, pelas 15 e 30 horas, no local da Exposição.

- *Festas no Concelho*: Durante o ano em curso realizaram-se as seguintes festas do Concelho: 11 a 16 Julho — Festas de S. José Operário na Baixa da Banheira; 14 a 19 Agosto — Festa do Rosário no Rosário; 26 a 29 Setembro — Festas de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Atalainha na Barra-Cheia

- *Festivais de Folclore*: 5 Julho — Festival organizado pelo Rancho Folclórico do Chinquilha Arroiteense; 2 Agosto em Alhos Vedros — Festival organizado pelo Rancho Folclórico «Os Camponeses das Arroiteias»

## PALMELA

### ■ Prospecção de Património Cultural na Freguesia de Marateca

A breve campanha de prospecção do Património Cultural, realizou-se em finais de 1985 na zona sul da Freguesia de São Pedro da Marateca, Concelho de Palmela, e visou os seguintes objectivos: 1. Prospecção sistemática do património da zona; 2. Preparação de quadros humanos, na perspectiva de prosseguimento deste trabalho no Concelho; 3. Ensaio da metodologia a aplicar no trabalho de levantamento sistemático do património em todo o Concelho.

Este trabalho foi patrocinado pela Câmara Municipal de Palmela, recebeu o apoio da Junta de Freguesia da Marateca, e foi coordenado pelo Arquitecto Gustavo Marques. Da actividade desenvolvida, resultou a elaboração de um relatório, com diário de campo incluído, um mapa que assinala a localização das estações reconhecidas, e a recolha de um conjunto de materiais de superfície, convenientemente tratados e marcados.

Das estações identificadas, merece especial destaque a estação Romana de Olival do

Zambujal. Com uma área de 300 mil m<sup>2</sup> (500×600m), esta estação irá merecer particular atenção, tendo em vista a sua protecção, preservação e estudo. Os materiais aí recolhidos, permitem situar, numa primeira análise, o achado no século III d.C. (ânforas).

### ■ Primeiros Jogos Florais do Concelho de Palmela

Decorrem, neste momento, prolongando-se até 31 de Dezembro, os Primeiros Jogos Florais do Concelho de Palmela, subordinados ao tema “A PAZ”, e dedicados à comemoração do Ano Internacional da Paz, decretado pela Assembleia Geral das Nações Unidas para 1986.

Esta iniciativa teve já uma primeira fase, um concurso público e nacional para a elaboração de um cartaz alusivo, que registou assinalável êxito, com a participação de 36 trabalhos oriundos de diferentes pontos do País. O cartaz vencedor, que reproduzimos, é da autoria de José António Cabrita Coelho, de Setúbal, estudante finalista do curso de Design de Comunicação da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Os Primeiros Jogos Florais do Concelho de Palmela, englobam as modalidades de Poesia, Prosa, Fotografia, Desenho e Pintura.

### ■ Alteração do Braço do Concelho de Palmela

Por iniciativa da Câmara Municipal de Palmela, foi proposta, e aprovada nos órgãos competentes, uma alteração ao Braço do Concelho, que se justificou após se verificar que o Braço em vigor não se adaptava correctamente às normas de Heráldica portuguesas.

A referida alteração incidiu sobre a constituição dos escudetes das armas de Portugal. No anterior Braço, estes escudetes apareciam carregados de cinco besantes cada um, apontados os dois dos flancos para o centro.

As normas de Heráldica em vigor, determinam que estes escudetes devem apresentar uma de duas constituições possíveis. Ou postos em cruz, carregados cada um de dez besantes e apontados os dos

flancos para o centro; ou dispostos em cruz, carregados de cinco besantes cada uma e apontados os dos flancos para baixo. Os primeiros correspondem às armas de Portugal antigas, os segundos às armas de Portugal modernas.

Deste modo, propôs-se a alteração do número de besantes do anterior Brazão do Concelho, na medida em que, constituídos como estavam (cinco besantes cada um, com os dos flancos apontados ao centro), nenhuma das duas normas de Heráldica das armas de Portugal antigas e modernas, era respeitada. Optou-se, assim, pelas armas antigas de Portugal.

### ■ Desenho Infantil para o Ano Internacional da Paz

Integrado igualmente nas comemorações do Ano Internacional da Paz, a Câmara Municipal de Palmela promoveu, junto de todos os estabelecimentos de ensino infantis (creches/jardins de infância e escolas primárias), um concurso de desenho infantil subordinado ao tema, o qual visou a edição de um autocolante e um postal, que reproduzissem a visão de uma criança sobre os problemas da PAZ.

Na ocasião, o desenho sorteado de entre todos os concorrentes, foi aquele que a Hélia Correia, da Escola Primária n.º 1 de Brejos do Assa (Palmela), desenhou, e que pode ver-se na reprodução. Todos os desenhos constituíram o corpo de uma exposição, a qual circulou, e vai continuar a circular, pelas escolas infantis do Concelho de Palmela.

### ■ Teatro no Concelho de Palmela

A Câmara Municipal de Palmela promove, até 29 de Novembro próximo, uma série de espectáculos de teatro com a Companhia de Teatro de Almada-Grupo de Campolide, em diversas localidades do Concelho.

Cinco peças diferentes, compõem o programa deste "ciclo": "Tempos Difíceis", com texto de Romeu Correia e encenação de Joaquim Benite, apresentada já em Pinhal Novo, Lagoa do Calvo e Bairro Alentejano; "A Menina, o Gato e o «Robot»", de Joaquim

Benite (texto) e Joaquim Benite/José Peixoto (encenação), apresentada em Palmela; "A Excepção e a Regra", texto de Bertold Brecht, com encenação de Peter Schroth e Peter Kleinert, a apresentar em Brejos do Assa no próximo dia 20 de Setembro; "Jorge Dandin" texto de Molière e encenação de Joaquim Benite, que será representada em Águas de Moura em 18 de Outubro próximo; e "A Queda de Um Anjo", texto de Camilo Castelo Branco e encenação de José Martins, a levar à cena em Palmela a encerrar o "ciclo", em 29 de Novembro.

### ■ Biblioteca Municipal

Está previsto no Plano de Actividades para 1986 da Câmara Municipal de Palmela, o arranque da Biblioteca Municipal de Palmela, uma estrutura inexistente no Concelho e cuja falta é muito sentida pelas populações.

No sentido de dar início, desde já, ao trabalho de preparação das estruturas da futura Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal candidatou-se à atribuição de dois jovens do Programa de Ocupação dos Tempos Livres (OTL) para trabalharem na montagem inicial com a separação e elaboração de fichas dos livros já existentes no Município.

Assim, encontram-se neste momento a trabalhar neste sentido, dois jovens do OTL, que realizam um trabalho de inestimável valor para o futuro funcionamento de uma estrutura de apoio cultural às populações tão importante, como é a Biblioteca.

### ■ Exposição sobre a água

Com base em fotografias e textos elaborados no Serviço Sócio-Cultural e de Informação da Câmara Municipal de Palmela, a autarquia elaborou uma exposição sobre a água, intitulada "A Água, que fazer sem ela?", a qual procura traçar um percurso ao constante desenvolvimento das técnicas humanas de aproveitamento das águas, desde os primórdios da civilização até à actualidade.

Ao mesmo tempo, esta exposição pretende chamar a atenção para a absoluta necessidade que o Homem tem de dispôr de

água em condições de boa utilização, apelando para todos os cuidados a ter com a relação diária que todos nós mantemos com o “líquido precioso”, sem o qual não poderíamos resistir.

### ■ Colaboração com Escola Superior de Educação de Setúbal

A Câmara Municipal de Palmela, a Escola Superior de Educação de Setúbal e os professores primários da Freguesia de Pinhal Novo, deram recentemente início a uma actividade de colaboração em diversas áreas de actividade.

No âmbito desta colaboração, desenvolvem-se neste momento esforços na área pedagógica do meio físico-social, tendo em vista, fundamentalmente, apoiar os professores desta Freguesia, como forma de fazer frente a um certo isolamento que os professores do ensino básico, no Concelho de Palmela como no País em geral, sentem em termos de apoios na área pedagógica. Estes esforços, constituem igualmente um projecto de investigação para a Escola Superior de Educação.

O projecto, numa fase inicial, abrangerá apenas a Freguesia de Pinhal Novo, e terá como responsáveis directos, pela parte da Escola Superior, três licenciados, um em História (com experiência de ensino primário), um em Físico-Química e um terceiro em Biologia.

## SANTIAGO DO CACÉM

- *25 de Julho — Comemorações do Dia do Concelho* Serão cultural com a participação de 200 artistas amadores de todas as freguesias do concelho; Peça de teatro infantil «A Menina, o Gato, e o Robot» pelo grupo de teatro de Campolide.

- *6, 7 e 8 de Setembro — Feira do Monte* Grupos Corais, Rancho Folclórico, e Música Popular Portuguesa. Foi elaborado nos meses de Julho, Agosto e Setembro pelos jovens dos O.T.L's. *levantamento de tradições, usos e costumes no concelho de Santiago.*

- *Pontos de Leitura* Em colaboração com a biblioteca de Fundação Calouste Gulbenkian, funcionaram nos meses de Verão, com os jovens dos O.T.L's. postos de leitura nas seguintes localidades: Ermidas, Parque de Campismo de Santo André e Parque Urbano de Rio de Figueira (Santiago).

- *Exposição Temática as «Flores»* Cedida pelo centro Artístico Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian. De 20 de Julho a 20 de Setembro — funcionou nas galerias do Centro Urbano de Santo André — esta exposição lúdico — expressiva, que contou com a participação de cerca de 500 crianças do concelho.

- *Museu Municipal* De 14 de Junho a 15 de Agosto — esteve patente à população do concelho — uma exposição sobre a vida e obra do escritor Manuel da Fonseca. Efectuaram-se ainda sobre o mesmo tema dois colóquios, que contaram com a participação dos escritores: Batista Bastos e Sarafim Ferreira.

- *Museu Municipal* Dia 26 de Outubro, pelas 14h30m — Inauguração da Exposição da poetisa Alda Guerreiro e Pintura de Manuel Espírito Santo. Em Novembro — Recepção aos professores do ensino Primário.

## SEIXAL

### Animação Cultural

A Câmara realizou entre Janeiro e Julho do ano corrente, algumas iniciativas. Além da entrega dos prémios "Maré Viva/85" dinamizou um ciclo de cinema sobre o tema "Mulher" e a "Juventude" incluído nas comemorações do Dia Internacional de Mulher e da Juventude.

As comemorações do 25 de Abril foram dignamente assinaladas e participadas com esfusante alegria pelas populações deste Concelho. A organização das Festas Populares em todo o Concelho tem contado com o imprescindível apoio das Autarquias. A par das festividades tradicionais têm-se incrementado os diversos apoios a inúmeras actividades culturais promovidas por colectividades, escolas e outras associações, (Concelhias e extra-Concelhias).

Inserido no programa O. T. L. (Ocupação de Tempos Livres dos Jovens) a Câmara

Municipal do Seixal tem prestado a melhor atenção ao acompanhamento destes jovens no desempenho das tarefas distribuídas, especialmente na área da Cultura e Desporto. Contamos também editar "Medalha de Honra" e está em projecto a recuperação das "Cegadas" como tradição de Animação Cultural.

### Biblioteca Municipal

Simultaneamente há um trabalho intensivo por parte de Biblioteca Municipal, contribuindo para a elevação do nível cultural da população do Concelho e proporcionando aos munícipes o acesso aos livros e a outros meios culturais.

Assim a Biblioteca Municipal tem incentivado o respeito e interesse pelo Património Cultural Nacional e Regional e contribuído para a formação e informação integral dos cidadãos no respeito pelas instituições democráticas e na participação da vida política do País.



Tem contribuído para a melhoria da qualidade de ocupação de Tempos Livres da população, através da divulgação de leitura e de actividades de animação.



A acção formativa por parte da Biblioteca Municipal não se tem restringido ao aspecto educativo e informativo. A sua participação na recolha e preservação dos valores culturais da região e no apoio às diversas iniciativas levadas a cabo em locais públicos e outras instituições, tem sido de facto uma tarefa a realçar neste conjunto.

Por outro lado, a criação de melhores condições para a ocupação dos tempos livres da população, leva a dinamizar uma acção recreativa e de cooperação com outras instituições.

Exercendo uma função educativa, a Biblioteca Municipal vem apoiando a organização das Bibliotecas Escolares e colaborando (em 1986) na montagem das exposições: "Movimento Operário na Imprensa — Factos e Imagens" e "Aquilino Ribeiro".

Na Escola Secundária do Seixal, na Sociedade Musical 5 de Outubro e na A. D. U. F. F. realizou-se igualmente um "Encontro com as Colectividades sobre Organização de



Bibliotecas" no sentido de orientar os seus responsáveis segundo as novas técnicas e a utilização de materiais apropriados.

A Biblioteca Municipal organizou a Feira do Livro aquando das Festas Populares de S. Pedro no Seixal que proporcionou a venda de centenas de obras a preços reduzidos e o contacto directo das crianças com os livros. Outra iniciativa de realce vem já desde 1983, é a organização e manutenção das "Bibliotecas Estivais" na Praia do Alfeite, visitadas por muitas crianças e familiares que já se habituaram a frequentar este espaço cultural.

Com isto, supera-se a menor afluência de utentes da Biblioteca Municipal, nesta época sazonal concentrando milhares de livros seleccionados, para entretenimento e ocupação de tempos livres num local de grande afluência de leitores.

Complementando o trabalho educativo e cultural institui-se o "Circuito do Livro" cujo objectivo é a prestação de serviços de lazer e distracção a grupos especiais da comunidade: - Idosos e crianças. Consistindo num empréstimo domiciliário, os stocks bibliográficos renováveis temporariamente, são depositados nos Centros da Terceira Idade, nos Infantários da Segurança Social e no Infantário dos filhos dos trabalhadores das Autarquias do Seixal.

# SESIMBRA

**31 de Janeiro:** espectáculo musical — «Júlio Pereira ao Vivo», organizado pela Comissão Municipal de Juventude.

**9 a 11 de Fevereiro:** Campanha de Recuperação de Cegadas com a actuação de 5 grupos de Cegadas em várias aldeias do Concelho; organização da C. M. de Sesimbra e do Grupo de Cegadas.

**11 de Fevereiro:** carnaval com desfile de escolas de samba e grupos de carnaval, nas ruas de Sesimbra em que se contou com a participação de mais de 400 jovens; organização da C. M. de Sesimbra, escolas de samba e grupos de carnaval.

**1 e 2 de Março:** I Encontro de Colectividades do Concelho de Sesimbra com a apresentação de um documentário em vídeo sobre as Colectividades do Concelho, um colóquio conduzido pelo prof. Melo de Carvalho, por Modesto Navarro e por um representante da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio.

Os debates dividiram-se por 3 Painéis: Painei I — O Movimento Associativo no Concelho de Sesimbra; O papel das Colectividades na vida da comunidade; Cultura; Desporto e Recreio; Que recursos humanos nas colectividades; Dificuldades e medidas urgentes.

Painei II — As Autarquias e o Movimento Associativo; Apoio às Colectividades; Iniciativas conjuntas.

Painei III — As Colectividades e o Poder Central; Pedidos de apoio. Organização da C. M. de Sesimbra.

**25 de Abril:** as comemorações do 25 de Abril, iniciaram-se a 17 de Abril e terminaram no dia 27. Constaram de: jogos florais, exposições, artes plásticas infantis, espectáculos musicais, visitas guiadas.

Organização da C. M. de Sesimbra e Comissão Organizadora das Comemorações.

**18 de Maio:** comemorações do Dia Internacional dos Museus através de uma exposição sobre Património Construído e projecção de slides de Monumentos do Concelho e de um diaporama sobre as Estações Arqueológicas do Concelho; Organização da C. M. de Sesimbra.

**21 de maio a 6 de Junho:** Semana da Criança e do Ambiente que constou de: Concurso de Cartaz em todas as Escolas Primárias do concelho; projecção de filmes infantis nas Escolas Primárias; elaboração de trabalhos manuais e desenhos pelos alunos das Escolas Primárias; exposição dos trabalhos das crianças; jogos tradicionais; Organização da C. M. de Sesimbra.

**23 a 29 de Maio:** exposição de artesanato e cinema da Checoslováquia; Organização da Sociedade Musical Sesimbrense.

**28 de Maio:** teatro de marionetes para os alunos da Escola Preparatória de Sesimbra; Organização da C. M. de Sesimbra.

**16 a 23 de Junho:** exposição dos trabalhos elaborados no decorrer do ano lectivo pelos



alunos da Escola Preparatória; Organização da Escola Preparatória.

**23 a 30 de Junho:** festa dos santos populares com enfeites de ruas e Marchas populares; Organização da C. M. de Sesimbra.

**5 de Julho:** festival de Folclore, com a participação de 9 Ranchos Folclóricos; Organização da C. M. de Sesimbra.

**5 a 29 de Julho:** concertos de Música e Paz para a Juventude, com a participação de 7 bandas e um grupo de Música; Organização da Sociedade Musical Sesimbrense.

**22 a 29 de Julho:** festas de Santiago com actuação de Bandas e Grupos de Música e construções na areia; Organização da C. M. de Sesimbra e Sociedade Musical Sesimbrense.

**23 a 31 de Agosto:** «de Sesimbra ao Espichel» — Exposição de pintura e desenho; Organização do Centro de Estudos do C. Raio de Luz.

**27 de Setembro a 18 de Outubro:** Festival do Mar; Exposição Etnográfica «Sesimbra e o Mar»; Exposição de Artes Plásticas; Concurso e Exposição de Fotografia sobre o Mar; Semana gastronómica «O Espadarte»; Festival de Ranchos Folclóricos da Orla Marítima; Reconstituição da Lota na Praia; Apresentação do diaporama «Mar de Sesimbra»; Organização da C. M. de Sesimbra.

**18 e 19 de Outubro:** festival de coros, com a participação de 7 grupos Corais; Organização de INATEL e Sociedade Musical Sesimbrense.

**10 e 29 de Novembro:** exposição «O Mar e os Pescadores» vistos pelas crianças de Sesimbra; Organização da C. M. de Sesimbra.

**22 de Novembro:** concerto e aula pedagógica pelo Grupo de Metais de Lisboa para os alunos das Escolas de Música e para a população em geral; Organização da Sociedade Musical Sesimbrense.



## SETÚBAL

- *Américo Ribeiro — Um fotógrafo na Cidade(\*)* Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 18 de Janeiro/23 Fevereiro
- *Vítor Hugo* (em colaboração c/a Aliance Francaise de Setúbal) Galeria Central — Praça do Bocage 2/6 de Janeiro
- *Diderot* (em colaboração c/a Aliance Francaise de Setúbal) Galeria Central — Praça do Bocage 13/19 de Janeiro
- *Convento de Jesus — Passado Presente e Futuro* Museu de Setúbal/Convento de Jesus inaugurada no dia 5 de Fevereiro, patente todo o ano
- *Arte da Ucrania(\*)* (em colaboração c/a Associação Portugal — URSS) Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 3/17 de Março
- *Luciano António — Pintura(\*)* Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais 5/17 Março
- *Florencio Maillo — Pintura(\*)* Casa Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais 19/30 Março
- *Ambiente de Trabalho de Sebastião da Gama* (Colaboração da Família de Sebastião da Gama).  
Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 10 Abril/10 Maio.  
Casa do Povo Vila Nogueira de Azeitão — 7/30 Junho
- *Claustromania — (Multimedia)* Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 19 Abril/19 Maio
- *Teófilo Duarte — Pintura(\*)* Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais 3/30 Abril
- *Cartoon e Caricatura de António(\*)*  
Exposição itinerante integrada nas Comemorações do 25 de Abril. Galeria Central/Praça do Bocage 24/30 Abril. Salão da Junta de Freguesia de N.ª S.ª da Anunciada 9/16 Maio. Biblioteca Municipal 23/29 Maio
- *O 25 de Abril na Medalhística* (em colaboração com a Associação 25 de Abril) Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal 24/30 Abril
- *O 25 de Abril na Imprensa Nacional e Estrangeira* (em colaboração com a

Associação 25 de Abril). Biblioteca Municipal 24/30 Abril. Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense 6/13 Maio

- *Vida e Trabalho em Setúbal no princípio do século* (Organização da Escola Secundária da Camarinha) Galeria Central/Praça do Bocage 19 a 27 de Maio
- Faria Borda — Escultura e Cerâmica(\*) Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 4/30 Junho
- *Graça Arima — Tapeçaria/Alfredo Pais — Pintura*(\*) Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais — 7 Junho/11 Julho
- *Adão Rodrigues e Lúcio — Pintura e Gravura*(\*) Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais — 12 Julho/3 Agosto
- *Matos Cardoso — 15 anos de desenho e 11 ensaios de Escultura*(\*) Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 12 Julho/31 Agosto
- *Exposição de trabalhos do atelier de artes plásticas do Museu de Setúbal* Museu de Setúbal/Convento de Jesus — 11/31 Julho
- *Setúbal nos anos 20* Integrado na Feira de Sant'Iago 25 Julho/10 Agosto
- *Paulo Robalo e Nuno Theias — Artes Plásticas*(\*) Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais — 9/31 Agosto
- *Álvaro Perdigão — 17 Quadros — Pintura*(\*) (Integrado na Semana Sadina) Casa do Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais — 15 Setembro/19 Outubro
- *Bocage Norma e Irreverência — Botequim* (Integrado na Semana Sadina) Museu de Setúbal — 16 Setembro/19 Outubro
- *Garcia Lorca e a Guerra Civil de Espanha* (Integrado na Homenagem a F. Garcia Lorca) Museu de Setúbal — 22/27 Setembro
- *Visitas Guiadas com as Escolas Preparatórias, Secundárias, Primárias, Infantários, A.T.L.S. desde Janeiro a Maio.*
- Nos meses de Janeiro a Maio, após a visita ao Museu, os alunos participaram nos ateliers de pintura. Foram *2491 alunos* a realizar esta experiência.
- Foram feitas 4 Peças de Fantoques para os

alunos que vieram visitar as salas do Museu. Assistiram a ela *2327 alunos*.

- Foram feitas leituras animadas das obras de Aquilino Ribeiro, a pedido dos professores de Português.
- Realizaram-se também 6 encontros com escritores de literatura infantil, nos quais participaram *400 alunos*.
- *2 de Abril* — Apoio com ateliers de pintura ao ar livre, integrado nas comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil, organizado pela Livraria Culsete com colaboração da C.M.S.; *10 de Abril* — Inauguração de uma exposição-evocação de Sebastião da Gama, da qual participaram *1815 alunos* das escolas; *25 de Abril* — Comemorações do 25 de Abril com a inauguração de uma exposição sobre «O 25 de Abril visto pelas crianças», na qual participaram as escolas de Setúbal.
- *18 de Maio* — Dia Internacional dos Museus. Apresentação da peça de fantoches sobre a História de Portugal, para as crianças.
- *Peças de Fantoques feitas por estes Serviços:*  
«Era uma vez um Convento que depois foi Hospital e agora é Museu»; «Ópera das cores»; «Contos Tradicionais»; «O Romance da Raposa»; «História de Portugal»; «História dum Índio» — Esta peça de Fantoques integra-se nas comemorações da quinzena do ambiente, organizada pela C.M.S.
- *Ateliers livres de Pintura* para adultos, com o apoio da pintora Laurinda Silvério. — 24 ateliers de adultos, com uma frequência de *288 pessoas*. Ateliers de Desenho de Modelo, com o apoio do pintor José Mouga, ao sábado de manhã.
- Fizeram-se 10 representações da Peça «O Triciclo» com o grupo «H'Ora Viva», para as crianças das escolas.
- Fizeram-se também 10 animações teatrais dos textos:  
«Palhaço Verde» de Matilde Rosa Araújo;  
«O Rouxinol»; «Põe-te Mesa»; «A Guitarra e a Boneca».
- Realizaram-se o 2.º e o 3.º Curso de História Local.
- Circularam pelas escolas do Concelho e do Distrito, as 4 Maletas Pedagógicas sobre o tema das «4 Estações».

(\*) Para estas exposições foram editados catálogos

## SINES

- De 4 a 24 de Janeiro esteve patente ao público nas salas do Núcleo Cultural da C. M. de Sines a exposição — «Sines é para Amar».
- Com o apoio da Federação Portuguesa de Andebol, da Associação de Andebol de Setúbal, Região de Turismo de Setúbal e a Câmara Municipal de Sines, disputaram-se em Sines no pavilhão gimnodesportivo alguns dos jogos do campeonato mundial de andebol.
- Foi fundado, em Janeiro 18, um novo grupo de acção teatral em Sines — «Teatro do Mar». Querendo iniciar a sua actividade com uma acção articulada com as escolas, o grupo escolheu o texto de Gil Vicente, «A Farsa de Inês Pereira».
- De 4 de Fevereiro a 1 de Março esteve patente ao público nas salas do Núcleo Cultural da C. M. de Sines uma exposição de pintura de Wladimiro Franklim. Embora esta tenha sido a sua primeira exposição individual, o autor tem-se destacado em intervenções plásticas na área do Teatro.
- Iniciou-se no passado Fevereiro uma campanha de apelo aos jovens interessados pela dança «jazz» e expressão corporal, que após uma selecção passaram a integrar um grupo de dança.
- Núcleo Cultural, acções de sensibilização: foi apresentado no passado dia 26 de Fevereiro na escola primária n.º 2, um diaporama subordinado ao tema «A Água que bebemos».
- No âmbito das comemorações do dia Internacional da Mulher, 8 de Março, realizou-se uma série de actividades de índole cultural: colóquio com o poeta Manuel da Fonseca subordinado ao tema «A Mulher na sociedade»; exposição na Biblioteca Municipal sobre o tema «Vida e obra de Florbela Espanca»; recital de poesia com o «Teatro do Mar».
- Esteve patente ao público de 25 de Março a 12 de Abril no Núcleo Cultural da Câmara Municipal a exposição de Fotografia de Carlos Seixas.
- Entre 14 e 23 de Abril nas salas do Núcleo Cultural, esteve patente ao público a primeira exposição individual de Paulo M. Correia. Tratou-se de uma «simbiose» desenho-colagem-pintura.
- No âmbito do 1.º Encontro Nacional Sobre o Complexo de Sines, o Grupo «Teatro do Mar», fez a anteestreia da peça «A Farsa de Inês Pereira», de Gil Vicente.



## REGIÃO DE TURISMO DE SETÚBAL — COSTA AZUL

*Arlindo Mota\**

A região de Turismo de Setúbal — Costa Azul, desempenha hoje, apesar da sua recente criação, um importante papel no apoio e dinamização das actividades culturais que se desenvolvem no distrito de Setúbal. Longe vai o tempo em que o turismo era entendido como uma indústria cujo produto oferecido era apenas clima ameno e a paisagem, a que era necessário dotar das indispensáveis infraestruturas hoteleiras. Agora, face à concorrência e ao estado de desenvolvimento do próprio fenómeno dos fluxos, constata-se que pode assumir formas diversificadas, tem vertentes e motivações até há pouco subestimadas ou desconhecidas. A componente cultural emerge actualmente como um dos polos fundamentais da atracção e permanência do turista. Este entendimento que é largamente partilhado pelos responsáveis está ainda longe de se traduzir globalmente por acções concretas, práticas e coerentes. Mas existem, indubitavelmente, claros sinais de mudança. A Região de Turismo de Setúbal tem evidenciado na sua actividade uma grande sensibilidade a estas questões e não tem

descurado as oportunidades para promover e divulgar certames que têm lugar no distrito de Setúbal, e cuja repercussão ultrapassa muitas vezes as próprias fronteiras.

Entre essas manifestações, cuja radicação e desenvolvimento se deve em grande parte ao apoio da R.T.S., destacam-se o *Festival Internacional de Cinema de Tróia* (em 2.<sup>a</sup> edição) que traz à região de Setúbal, para além dos espectadores e críticos, artistas e realizadores de renome internacional; o *Festival de Música dos Capuchos*,<sup>\*</sup> cuja criteriosa escolha de reportório e artistas tem sido acompanhada pela «descoberta» de cenários inesperados e surpreendentes para este tipo de espectáculos, como foi o caso, este ano, do Convento da Arrábida e Palácio da Bacalhoa, como o fora no ano passado, com o fascinante santuário do Cabo Espichel; o *Festival de Teatro de Setúbal*, para onde convergem, em Julho de cada ano, as principais companhias independentes que desenvolvem a sua actividade por este país fora.

Ao destacar estas três grandes realizações não esquecemos as outras numerosas acções que a Região tem apoiado, mas apenas sedimentar a ideia de que a existência de manifestações culturais de qualidade é essencial para a vinda e permanência do

*\*Presidente da SALPA. Director da Revista Património.*



PASSEIOS SALPA/COSTA AZUL. MINI-CRUZEIRO DO TEJO AO SADO.

turista seja ele estrangeiro ou nacional. A nível interno, aliás, e dentro da mesma filosofia, a Região tem promovido, em colaboração com a SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal), um programa de acções denominado «Costa Azul — Uma Região a Descobrir», que tem proporcionado a milhares de pessoas tomar contacto, através de visitas-guiadas por especialistas, com os principais monumentos arquitectónicos, as obras de arte, a arqueologia, o artesanato, a paisagem e os costumes da Região de Setúbal.

O apoio ao artesanato, a promoção do folclore e da gastronomia, o incentivo à realização de Congressos e Simpósios no distrito de Setúbal, inserem-se na mesma perspectiva que ora desponta: a oferta de um produto turístico que atraia e fixe o forasteiro, pela diferença e qualidade.



## 6.º Festival de Música dos Capuchos

19 Julho a 30 Agosto  
1986

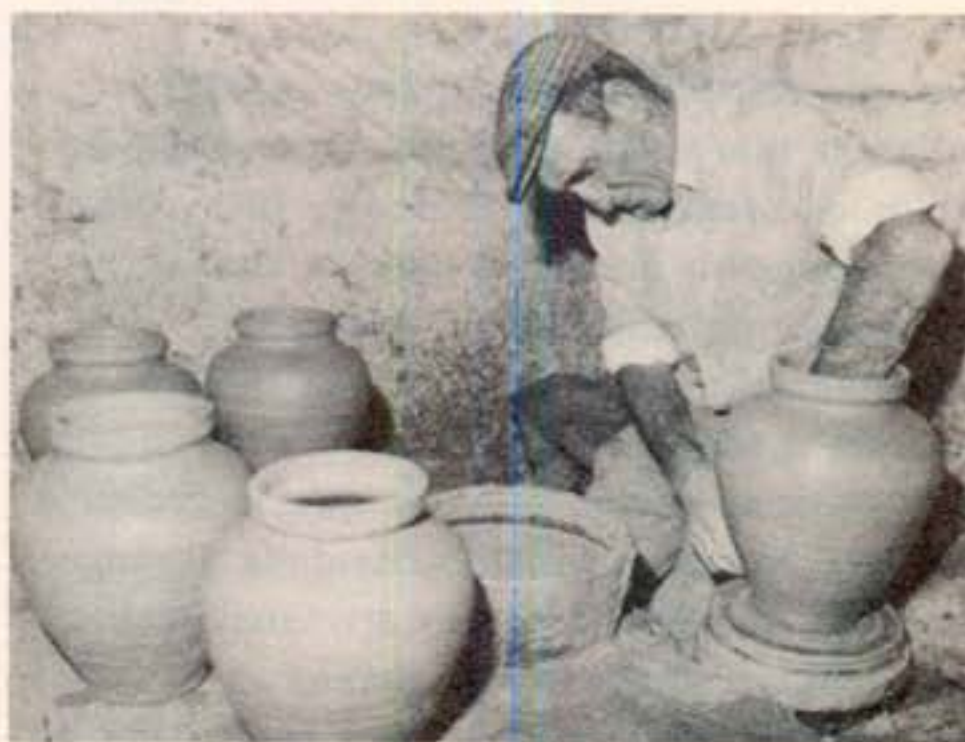


# O LEVANTAMENTO CULTURAL DO DISTRITO DE SETÚBAL E A COLABORAÇÃO DOS JOVENS(\*)

*Luís Marques*

Já é vulgar dizer-se que salvaguardar o património cultural é uma forma de reencontrar a identidade cultural. O património, expressão da riqueza e diversidade da cultura própria de uma comunidade, testemunho de momentos da sua história, é, portanto, uma marca importante na memória e no sentir colectivos que urge inventariar, acautelar e valorizar. O trabalho de inventariação dos artesãos e das tradições artesanais, património edificado de cariz histórico-cultural de fácil reconhecimento e da rede de bibliotecas e arquivos locais, pretende inserir-se no levantamento cultural em curso no Distrito. Tal como em outras acções anteriormente desencadeadas com idêntico propósito, nomeadamente, as que ocorreram nas épocas de Verão de 1982 e 1984, designadas inventariação bibliográfica, e pesquisa e recolha de ferramentas, instrumentos e máquinas de trabalho agrícola, também agora se perspectivam resultados finais positivos. As equipas que em cada concelho levarão a efeito tarefas específicas, contarão com 3 e 5 jovens em cada uma delas. A cada equipa será destinado um sector a inventariar e uma determinada área geográfica (freguesia ou subdivisão menor) passando para outras áreas à medida que as forem completando e até cobrirem todo o território concelhio. Constitui um dos objectivos prioritários da inventariação das tradições artesanais a elaboração de uma listagem actualizada de artesãos e suas correspondentes actividades,

bem como das tradições que ainda permanecem vivas ou da sua memória recente. Mais tarde, esta iniciativa pretende vir a dar lugar, entre outras às seguintes iniciativas: promoção das tradições artesanais recolhidas, através de uma exposição distrital e publicações alusivas; aprofundamento da investigação das actividades tradicionais; estudo e elaboração de projectos sectoriais integrados, baseados em pressupostos culturais e com medidas adequadas a uma autêntica revitalização económica; transformação da informação disponível em valorização e enriquecimento do património museológico do distrito. O trabalho preparatório já realizado permitiu a obtenção de alguns elementos



OLARIA EM MELIDES — GRÂNDOLA.  
FOTO DE MAURÍCIO DE ABREU.

(\*) O texto que damos a conhecer foi elaborado no período que antecedeu o Verão, visando apoiar o trabalho dos «Jovens dos Tempos Livres». Pela sua importância, o Conselho de Redacção decidiu divulgá-lo integralmente, certo de estar a contribuir para a salvaguarda e valorização do nosso património cultural.

caracterizadores destas actividades repartidas pelos vários concelhos do distrito. Para tanto, foram tidas em conta exposições e mostras

de artesanato promovidas no 1.º Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal, Montiagri, Bienal de Artesanato de Grândola e Região de Turismo de Setúbal.

O material indispensável a usar pelos jovens constará de:

- mapa à escala 1: 10.000 do respectivo Concelho
- máquina e rolos de fotografias a preto-e-branco
- fichas de levantamento: 1) artesão; 2) peça de artesanato; 3) Localidade.



CESTARIA NA MOITA. FOTO DE M. DE ABREU.

No que respeita a estas fichas, convirá adiantar que visam o registo sistemático de todos os artesãos em laboração, bem como o maior número de dados sobre a sua «história» de trabalhador artesanal especializado. Uma vez que esta ficha é comum a todos os ofícios, importa assinalar sem dúvida, qual o ofício a que se dedica o artesão. No caso da sua actividade abranger mais do que uma tradição artesanal serão preenchidas tantas fichas quanto as necessárias, salientando-se que cada ficha de artesão deverá respeitar apenas a um artesão e unicamente a um ofício.

Igualmente deverão ser inventariados todos os artesãos, inclusivé aqueles que não estando já activos conhecem a tradição artesanal.

Quando à ficha da peça de artesanato, esta visa registar todas as peças produzidas em

todas as diferentes tradições artesanais. Por exemplo, *tecelagem*: mantas de lã, mantas de retalhos ou de trabalho, colchas, tapetes, etc.

*Olaria*: bilhas, potes, pratos, enfusas, alguidares, tijelas, jarros, etc. *Cestaria*: cestos de cana, de vime, de esparto, etc.

Por outro lado, deverá ter-se cuidado de inventariar todo o tipo de peças existentes. Quando o artesão não possuir um exemplar de cada tipo produzido dever-se-á procurar quem tenha (particulares, serviços de turismo, etc.) para poder preencher a respectiva ficha e fotografar. Nesta ficha torna-se particularmente importante a fotografia. Assim, as fotografias deverão ser tiradas frontalmente às peças encontradas e desde que isso não seja viável, a fotografia da peça deverá ser tirada de modo a que esta seja bem visível. Sempre que possível deverá fotografar-se a peça com uma escala de aferição de grandeza.

No que toca às fichas de localidade, estas deverão ser preenchidas gradualmente por cada equipa, à medida que se forem completando as várias zonas do território concelhio.

Esta ficha é importante porque permite o registo sistemático da implantação geográfica das diversas tradições artesanais. Nela deverão ser assinaladas também a existência de conjuntos de instrumentos ou oficinas de trabalho, mesmo em estado de abandono ou simplesmente paradas provisoriamente. Outras considerações importantes são o relevo dado aos contactos pessoais/entrevista, designadamente:

1. Contacto com os artesãos conhecidos e tentar que indiquem outros;
2. Contacto com habitantes idosos ou conhecedores das tradições locais para que indiquem não apenas artesãos — entre actividade ou não — mas também tradições artesanais que persistam na memória como existentes na zona;
3. Localizar centros de venda de artesanato /turismo, feiras, mercados, exposições...) para obter contactos de artesãos participantes;
4. Tentar localizar vendedores de matérias-primas que possam indicar compradores que sejam artesãos.



CORETO EM PINHAL-NOVO.  
FOTO DE M. DE ABREU.

A inventariação do património cultural edificado de acordo com uma selecção temática e acção progressivamente concertada, compreenderá numa primeira fase, o património de fácil reconhecimento: coretos; castelos... fortes, muralhas, torres...; moinhos de vento; pelourinhos; alminhas; cruzeiros; estatuária...

Posteriormente, a detecção e localização de peças de valor cultural poderá abranger outros elementos valiosos como é o caso de edifícios industriais antigos (indústrias de conservas, lanifícios, vidro, cerâmica, cortiça e vinho; fornos de cal e de pão, moinhos de água, azenhas, atafonas, etc.) edifícios senhoriais (solares, paços reais, palácios... ) peças e edifícios religiosos, eruditos e populares (igrejas, capelas, conventos, misericórdias, seminários, paços episcopais...) e ainda outros como torres de relógio, faróis, cisternas, noras, fontes, candeeiros, lavadouros, aquedutos, chafarizes, quiosques, etc.



PELOURINHO EM PALMELA.  
FOTO DE M. DE ABREU.

Sobre o material a utilizar pelos jovens, este deverá constar de um mapa à escala 1:10.000 e mapas à escala 1:2.000 do respectivo concelho; máquina e rolos de fotografias a preto-e-branco; fita métrica e fichas.

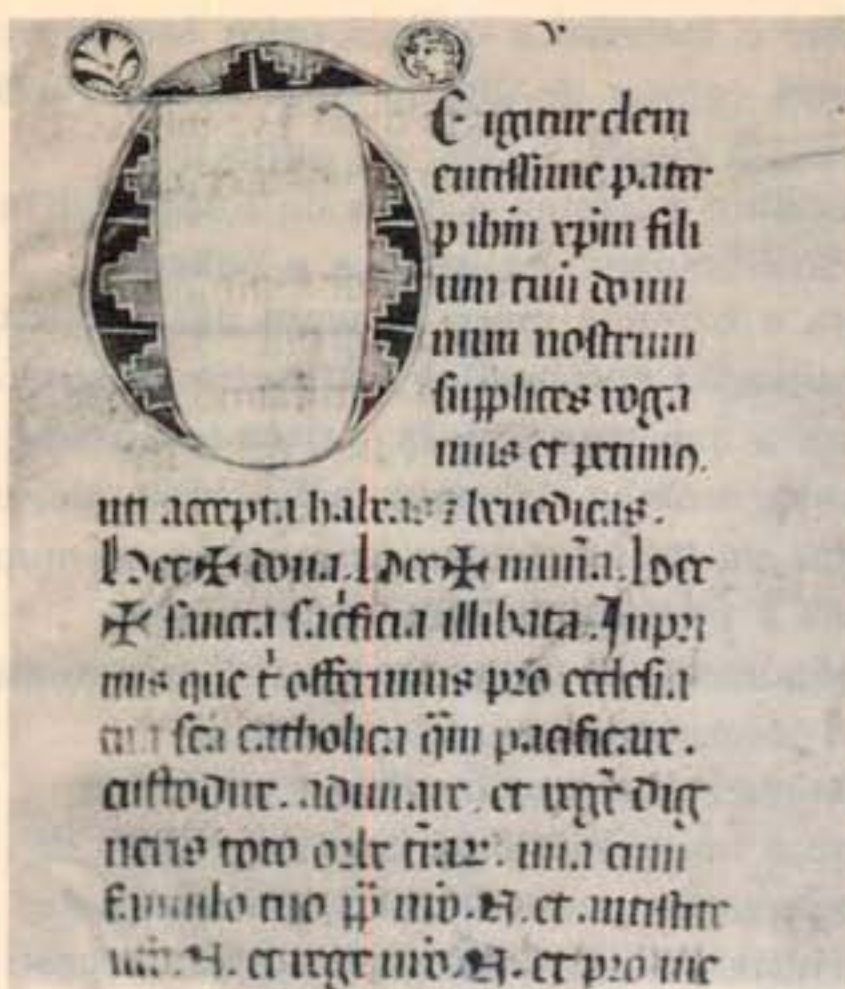
Para o correcto preenchimento das fichas de localização apenas será necessário atender ao tema a que corresponde a peça localizada — coreto, moinho de vento, pelourinho, etc; o nome da rua, praça ou largo; data em que a ficha é preenchida; fotografias tiradas frontalmente às peças inventariadas e nome dos jovens que preenchem a ficha.

Qualquer observação sobre a peça, que pareça interessante, tal como o estado de conservação, a sua história, existência de pormenor notável, alterações à sua função poderão ser preciosas, devendo por isso ser anotadas, embora essa não seja a finalidade deste trabalho.

Outras observações: as fichas à medida que forem sendo completadas serão organizadas por sectores, com o respectivo mapa à escala de 1: 2000.

Considera-se aconselhável que, diariamente as fichas sejam passadas a limpo, assim como as fotografias que forem sendo reveladas sejam coladas nas fichas correspondentes. Visando a inventariação exaustiva da rede de bibliotecas e arquivos locais, bem como o património bibliográfico público e das suas condições de preservação e utilização, iniciou-se no ano transacto a distribuição de um inquérito por cerca de 550 entidades, cujos dados já recolhidos atestam a existência de 100 bibliotecas e 14 arquivos locais, com exclusão dos municipais.

O trabalho a efectuar agora pelos jovens suprirá algumas deficiências detectadas no recenseamento, como sejam as derivadas do atraso no preenchimento e envio dos inquéritos, e, permitirá, ulteriormente, a edição de um roteiro das bibliotecas e arquivos locais, o que constituirá um incentivo para a investigação científica sobre o distrito, um instrumento de defesa do inestimável património documental e bibliotecário, para além de contribuir para a dinamização das próprias bibliotecas e arquivos logo que sejam conhecidos os seus fundos, condições de acesso e utilização.



PRIMEIRA PÁGINA DO MISSAL DO SÉC. XV.  
ARQUIVO E BIBLIOTECA DA MISERICÓRDIA  
DE SETÚBAL — MUSEU DE SETÚBAL  
CONVENTO DE JESUS.

Daí que o inquérito sectorial, a realizar gradualmente pelos jovens por intermédio de entrevista seja uma metodologia eficaz para atingir o objectivo pretendido.

A tipologia das entidades a contactar é a seguinte:

1. Sociedades de cultura e recreio, clubes desportivos, clubes de campismo, associações diversas (de defesa do património, profissionais...);
2. Escolas (primárias secundárias/preparatórias);
3. Empresas;
4. Sindicatos e Associações de Trabalhadores (Comissão de Trabalhadores, Clubes de empresa...);
5. Instituições eclesiásticas;
6. Misericórdias e outras instituições de beneficiência;
7. Organismos oficiais;
8. Outras;

O inquérito compreenderá, designadamente, o nome da entidade/instituição/organismo/ /serviço; endereço; designação; *resenha histórica*: ano da fundação e outros dados; *instalações*: área aproximada, número e função das salas existentes; *funcionamento*: se está aberta ao público, qual o horário, se tem cartão de leitor, se faculta empréstimo domiciliário e outros dados de interesse; *organização técnico-administrativa*: se possui

bibliotecário, número e funções de outros funcionários, se tem regulamento interno, se possui orçamento anual e ou subsídios; *fundos*: se possui colecções de periódicos (jornais, revistas, boletins), descrição sumária do tipo de livros (escolares, ficção, literatura, científicos, etc.), se possui colecções de manuscritos e qual o seu estado de conservação, se estão inventariados, qual a época a que respeitam; *política de aquisição de livros*: se existem verbas para esse efeito, número aproximado de espécies adquiridos anualmente; *catalogação*: se possui ficheiros, catálogos, inventários ou roteiros; *utilizadores*: número aproximado de leitores por ano, grupo etário e profissões predominantes, tipos de livros ou espécies mais requisitados; *actividades*: se têm publicações próprias e quais; *arquivo*: histórico, administrativo, instalações, tipo de documentação, época(s) a que diz respeito, estado de conservação, proveniência, se está inventariado e pode ser consultado; *outras informações*.

Claro que o trabalho que os jovens irão realizar não está isento de erros, de incapacidades técnicas e de outras dificuldades. Contudo, quer-nos parecer que o desolador panorama patrimonial que se nos coloca actualmente será em muito beneficiado, engrandecido e revalorizado com a sua colaboração.

A componente activa juvenil predominantemente generosa, sincera, em certos casos mesmo, apaixonada, indubitavelmente propiciará fecundas recolhas, certamente reveladoras da capacidade de resistência da nossa cultura aos mais diversos atentados à sua identidade, bem como mostrará valores concretos das suas inegáveis virtualidades.



ASPECTO PARCIAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL  
DO BARREIRO.

FICHA TÉCNICA:

*Título:* Movimento Cultural

Ano 2, N.º 3, Dezembro, 1986

*Edição e Propriedade:* Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

*Redacção e Administração:* Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 6, 2.º esq. • 2900 Setúbal • Telefones: 34221, 34232, 34268

*Director:* Eufrásio Filipe

*Conselho Redactorial:* António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrásio Filipe, J. Jorge Letria e Luís Marques

*Colaboração:* Alberto Ramos, Alexandre Flores, Ana Duarte, António Marvão, A. Mega Ferreira, António Nabais, Antunes da Silva, Arlindo Mota, David Pinto, Eufrásio Filipe, Fernando A. B. Pereira, Francisco Santos, Francisca Trindade, Gustavo Marques, Hélder Pacheco, João Faria, J. Jorge Letria, Lúcia Santos, Luís Beira, Luís Marques, Maria Alfreida Cruz, Maria da Ascensão Reis, Maria Vieira, Manuel Lima, Marisol A. Ferreira, Melo de Carvalho, Miguel Boeiro, Modesto Navarro, Raul Malacção, Romeu Correia, Sérgio Bento, Susana Correia e Vasco Paixão

*Capas e Arranjo Gráfico:* Carlos António de Oliveira e Sousa

*Tiragem:* 5000 exemplares

*Composição e Impressão:* Guide-Artes Gráficas

Impresso em papel **inasset** 80g.

Depósito Legal n.º 6945/85

Preço: Esc. 200\$00

A AMDS agradece à Região de Turismo de Setúbal — Costa Azul, a cedência das fotografias que constam da contracapa da autoria de Maurício de Abreu.

NOTA: As opiniões formuladas nos vários artigos nem sempre serão coincidentes com as da AMDS, sendo por isso, da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



## Distrito de Setúbal



## Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal



- Alcácer do Sal
- Alcochete
- Almada
- Barreiro
- Grândola
- Moita
- Palmela
- Santiago do Cacém
- Seixal
- Sesimbra
- Setúbal
- Sines

